EDITORA ABRIL - N.º 524
20 DE SETEMBRO DE 1978 Cr$ 30,00

veja

EXCLUSIVO
Figueiredo, Euler e as questões nacionais

NICARÁGUA
Um país em guerra civil

PERSICO PIZZAMIGLIO
"Os eletrodutos galvanizados Persico Pizzamiglio eu poria na minha própria casa."
O sargento Ramires sabe que com fogo e eletricidade não se brinca. Daí a importância que ele dá aos eletrodutos empregados em instalações industriais. Ele sabe que todo cuidado, é pouco.
Pensando nisto é que a Persico Pizzamiglio produz seus novos eletrodutos galvanizados rígidos oferecendo uma sólida segurança. Olhando pelo lado do investimento, também compensam: sua durabilidade é bem maior.
Outra grande vantagem é que eles permitem a passagem da fiação com muita facilidade. Sua superfície interna é absolutamente lisa.
No seu próximo projeto de eletricidade, lembre-se do sargento Ramires. Consulte a Persico Pizzamiglio, sem nenhum compromisso. Nós vamos mostrar-lhe os eletrodutos galvanizados que, certamente, você também poria na sua própria casa.
tubos de aço
PERSICO PIZZAMIGLIO
você não vê. Mas nós estamos aí.
Av. Paulista, 1.009 - 21.º andar
Tel.: 287-9955 - (011) 21388
São Paulo - SP

Repensar a censura

O autor da "História da Inteligência Brasileira" propõe um debate: até que ponto a censura prejudicou a literatura brasileira?

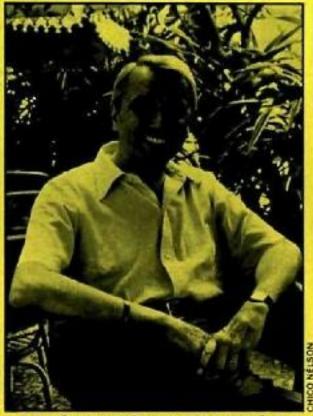
Por Humberto Werneck

Em 1962, convidado pela Universidade de Kansas, o crítico e professor paulista Wilson Martins deixou em Curitiba a sua cátedra de literatura francesa, que ocupava há dez anos, e foi ensinar literatura brasileira nos Estados Unidos. Depois desse contrato, de um ano, veio outro, de dois, agora na Universidade de Wisconsin — e ele foi ficando; a partir de 1965, na Universidade de Nova York, onde está hoje, aos 57 anos, sem previsão de data para voltar. Mas sem permitir, também, que a distância corte suas ligações com o Brasil. Pelo contrário, desde o início Wilson Martins tem se esforçado em manter e alimentar esses vínculos, de que inclusive depende seu trabalho de professor e crítico. Até 1974, por exemplo, manteve colaboração semanal em *O Estado de S. Paulo*, e todo ano vem passar três meses no Brasil.

Esse empenho, aliado às facilidades materiais — tempo e recursos financeiros — proporcionadas pelas universidades dos Estados Unidos, permitiu-lhe, a partir de 1963, planejar e executar um ambicioso projeto: sua caudalosa "História da Inteligência Brasileira", vasto e minucioso painel das atividades intelectuais no país, desde os seus começos, com os jesuítas, em 1550, até o ano de 1960.

Concluído em 1976, esse monumento vem chegando às livrarias a intervalos que desafiam a capacidade de leitura: o sexto volume, que como os anteriores terá perto de 600 páginas, será lançado este mês, e o sétimo e último até o fim do ano. E o colossal levantamento só não terá prosseguimento imediato porque, segundo o autor, ainda não há suficiente recuo histórico que permita ver claro além de 1960.

De meados de junho ao começo deste mês, Wilson Martins esteve no Rio, em São Paulo, Curitiba e Brasília, onde deu um seminário de duas semanas sobre o processo intelectual brasileiro. Em São Paulo, fechou contrato para a publicação dos "rodapés" de crítica publicados ao longo de vinte anos. No Rio, traçou para VEJA um apanhado da literatura brasileira, tal como a vê de sua janela nova-iorquina.

CHICO NELSON

Martins: precisamos de um gênio

Há 10 000 contistas neste país

VEJA — *Fora do país há tantos anos, como o senhor acompanha a literatura brasileira?*

MARTINS — Acompanho muito de perto. Recebo todos os livros que saem, os importantes e até mesmo alguns sem importância nenhuma. Como crítico e como professor, tenho a obrigação profissional de estar bem informado.

VEJA — *Como vê, então, o atual panorama literário brasileiro?*

MARTINS — Eu diria que a literatura brasileira não está tendo a mesma vitalidade que a nossa vida editorial. As livrarias estão repletas, mas a esse volume não corresponde um nível de qualidade comparável. Por exemplo, nós podemos perceber sem nenhuma dificuldade que o romance está passando por uma fase de pobreza criadora no Brasil. O mesmo acontece com a poesia, mas a poesia é um gênero muito mais delicado e certamente terá outras explicações. O único gênero que está realmente em franco progresso é o conto, porque o conto vem recebendo incentivos financeiros e econômicos extraordinariamente elevados, como nunca houve no Brasil.

VEJA — *Os incentivos explicam tudo? O conto não corresponderia a um fôlego literário nacional?*

MARTINS — Vamos por partes. O que houve, primeiro, foi o aparecimento de grandes contistas, como Rubem Fonseca, Luiz Vilela, Dalton Trevisan, e isso concorreu para popularizar o gênero entre intelectuais e críticos. E assim o conto passou a ser incentivado de forma exterior, ou até artificial, por meio dos concursos. O primeiro foi o do Paraná, e hoje quase não há pequena prefeitura de interior que não tenha o seu. Centenas de pessoas que jamais teriam pensado em escrever passaram a entrar nesses concursos, com aquela esperança de quem joga na loteria. Nessas centenas, milhares mesmo, porque se diz que há 10 000 contistas escrevendo no Brasil neste momento, pelo menos 9 000 terão emergido para o anoni-

mato, segundo a frase célebre de Sérgio Porto.

VEJA — *Bastaria, então, incentivar também o romance?*

MARTINS — Aqui entra a segunda parte da pergunta: se o conto não corresponde ao nosso fôlego literário. Eu imagino que as duas coisas se conjugam: a facilidade aparente do conto e os incentivos. E de fato o romance brasileiro talvez tenha sido prejudicado por isso, pelo menos em parte, porque muitos talentos da ficção passaram a se dedicar ao conto. Mas pode haver uma outra explicação, e é uma daquelas explicações cíclicas de que os historiadores antigos tanto abusaram: depois de um período de intensa criação, o romance estaria passando por uma fase de hibernação, até surgirem novas fórmulas. Porque o que há é que Guimarães Rosa colocou o romance brasileiro contra o muro; é muito difícil ir além de Guimarães Rosa e impossível recuar. Terá que aparecer um gênio que consiga restaurar ou revitalizar o gênero, como Guimarães Rosa com a sua obra depois do romance nordestino. Esse romance dos anos 30 e 40 era de natureza substancialmente sociológica e política, e Rosa, vindo em seguida, representou uma reação mais esteticista, de criação literária mais exacerbada, inclusive nos aspectos lingüísticos. É possível que com o esgotamento dessa inspiração alguma coisa nova apareça. E será, em termos hegelianos, uma síntese dessas duas tendências, a que não escapamos.

Nosso boom é pura imitação

VEJA — *O impasse é só brasileiro?*

MARTINS — É geral. Eu tenho detectado, sobretudo em centros europeus e americanos, onde as questões em geral surgem em primeiro lugar, uma clara tendência, em todas as artes, para aquilo que se pode chamar a volta ao figurativismo. A pintura, por exemplo, está pouco a pouco voltando à imagem, à reprodução da realidade, e o caso mais clamoroso é o de Andy Warhol, que faz um academicismo pictorial disfarçado de arte ultramoderna. Na música, críticos americanos têm mencionado o cansaço das fórmulas modernas, que como sabemos chegou à música eletrônica e à composição mecânica. Mas a verdade é que o mito do moderno se instaurou de tal maneira nos espíritos que hoje não é possível uma volta pura e simples ao passado, nem isso seria saudável. De forma que é preciso esperar o surgimento de um gênio criador que supere o esgotamento da arte moderna. No romance brasileiro, é possível que haja uma volta às intrigas sólidas, bem arquitetadas, à personagem clara e convincente, à reprodução do real. Um romance com começo, meio e fim. É o que se está fazendo em outros países. Mesmo nos romances de natureza mais alegórica, como é o caso de García Márquez, essa alegoria é fundada em elementos realistas, tirados da realidade exterior.

VEJA — *Há quem fale num "boom da literatura brasileira". O senhor acha que ele existe mesmo?*

MARTINS — Essa idéia me parece puramente imitativa com relação ao boom da literatura hispano-americana. Eu acho a expressão, na verdade, infeliz, e de qualquer forma a extensão do fenômeno ao Brasil é artificial, porque muitos autores, críticos, comentaristas e jornalistas quiseram transformar o Brasil em caudatário dessas novas tendências das letras hispano-americanas. Quando na verdade o Brasil é o iniciador dessas tendências: "Grande Sertão: Veredas" foi publicado pelo menos dez anos antes. Mas não houve um boom aqui. A criação literária, como disse, tem sido muito pobre. Quais são os grandes romances que nós tivemos depois de "Grande Sertão"? Posso estar cometendo alguma injustiça, mas neste momento eu só vejo "A Pedra do Reino", do Ariano Suassuna. O resto é formado por obras mais ou menos ocasionais, conjunturais, que não acrescentaram nada à literatura brasileira e que mais tarde terão provavelmente um valor puramente histórico.

VEJA — *Alfred Knopf, o tradicional e praticamente único editor de brasileiros nos Estados Unidos, disse recentemente que nossa literatura é uma coisa absolutamente chata, sem condições de interessar ao leitor americano. O senhor concorda?*

MARTINS — Eu concordo se nós generalizarmos a questão para além da literatura brasileira. O que há, no meu entender, é que todas as grandes nações são espiritualmente provincianas: só se interessam por aquilo que lhes pertença especificamente. Acredito que não há nada no mundo que possa interessá-las. O fenômeno apontado por Knopf não se refere, pois, exclusivamente à literatura brasileira, mas a qualquer outra literatura estrangeira nos Estados Unidos. Os grandes autores franceses, alemães, escandinavos, russos, só são conhecidos lá quando há alguma circunstância exterior de ordem extraliterária, como é o caso de Soljenítsin. Há uma ilusão que precisa ser destruída: a de que um livro, pelo simples fato de ser traduzido, está conquistando o mercado. No caso dos brasileiros nos Estados Unidos, acresce um outro fenômeno curioso: é que lá quem se interessa por ela lê os livros em português. Jornalistas, diplomatas, mas sobretudo professores e estudantes de literatura. O único brasileiro que tem uma certa penetração é Jorge Amado, e isto porque ele responde à idéia convencional, prototípica, do Brasil como um país exótico, tropical, cheio de mulatas e paisagens luxuriantes. Escritores de qualidade mais especificamente literária são muito bem recebidos pela crítica mas não alcançam o grande público.

Importamos teorias de 50, 60 anos

VEJA — *O senhor tem acompanhado também a produção ensaística dos últimos anos?*

MARTINS — Tenho. Também ela não me parece muito numerosa. Mas é de boa qualidade, no sentido de que o Brasil está sendo objeto, agora, de estudos mais demorados, mais cuidadosos. Isso ainda é um pouco, eu acho, influência dos brasilianistas americanos, que abriram o caminho e indicaram o que devia ser feito. E embora não tenham surgido obras realmente revolucionárias, é certo que tem havido alguns livros de importância, em particular no campo político, livros que de qualquer forma vão concorrendo para alimentar o debate.

VEJA — *O senhor, há pouco tempo, foi extremamente severo com a nossa crítica literária.*

MARTINS — Sainte-Beuve, há mais de cem anos, definiu o crítico como a pessoa que sabe ler e que ensina os outros a ler. É uma boa definição. A função da crítica não é formular juízos definitivos, mas alimentar a discussão através da qual, ao longo dos tempos, se formará o consenso mais ou menos generalizado a respeito dos grandes autores. Ora, essa função não está sendo realmente exercida pela crítica brasileira desses últimos anos. Porque se instalaram no pensamento crítico do Brasil dois desvios extremamente prejudiciais. Um deles é que estamos confundindo, ▶

Extremamente fino.
Extremamente gostoso.
As pessoas de muito bom gosto fumam Chanceller porque ele é extremamente fino, elegante, bonito, moderno.
Mas o importante é que Chanceller tem gosto, tem sabor, satisfaz, você sente quando fuma.
Com Chanceller, você fica um pouco mais bonito e muito mais satisfeito.
CHANCELLER 100
O único fino que satisfaz.

já há muitos anos, a crítica literária e o ensaio crítico, que são duas coisas completamente diferentes. O ensaio crítico é aquele grande trabalho de análise, de interpretação, que por sua própria natureza é sempre mais longo e se destina a publicações especializadas de literatura. A crítica, não, esta é de natureza jornalística, deve sair com freqüência, de forma a manter a discussão de que falava há pouco. Acontece que desde 1948, mais ou menos, as duas espécies se confundiram, particularmente por causa da campanha feita por aqueles que trouxeram dos Estados Unidos a idéia da "nova crítica". E o que se disse no Brasil, a partir desse momento, é que a crítica literária jornalística não tinha o menor sentido, que a verdadeira crítica era a universitária, a ser exercida nas cátedras e nas publicações especializadas. O outro desvio a que me referi é o fato de que os críticos brasileiros perderam por assim dizer a sua autonomia de pensamento, justamente porque a crítica começou a se esvaziar pouco a pouco de sua substância. Começaram a se deixar fascinar pelas metodologias e idéias que surgiram em outras literaturas e até em épocas muito diferentes da nossa. Nós estamos encarando aqui como últimas novidades as teorias dos formalistas russos, que foram formuladas há mais de cinqüenta, sessenta anos, numa contexto completamente diverso do nosso. Importamos também a "nova crítica" e, mais recentemente, os estruturalistas, semióticos, e assim por diante. Além disso, a crítica universitária, na maioria dos casos, não é feita pelos grandes professores, mas pelos jovens que estão concluindo o seu mestrado, e que escrevem trabalhos quase sempre secundários, de 80 ou 120 páginas, logo impressas como se fossem grandes obras.

Um censor pode ser débil mental

VEJA — *O apogeu do estruturalismo no Brasil correspondeu a um período de grande fechamento cultural e político. Trata-se de uma coincidência?*

MARTINS — Não acredito que haja uma relação de causa e efeito entre determinados regimes políticos e determinadas conseqüências literárias. Em outras palavras: não creio que certos regimes favoreçam a criação literária e outros a perturbem. Penso que o criador sempre encontrará a maneira de se afirmar, apesar dos regimes políticos mais ou menos repressivos e mesmo por causa deles. Na verdade, o estruturalismo é uma moda européia um pouco anterior ao regime de 1964. Seu desgaste atual é apenas simultâneo e paralelo ao do regime. É só uma coincidência no tempo. É difícil perceber qualquer ligação dessa tendência com a situação política reinante.

VEJA — *Mas o senhor não acha que a repressão se fez sentir pelo menos no terreno da criação propriamente dita — o teatro, o romance, a poesia?*

MARTINS — Acho. Agora: em que medida? É a minha grande pergunta. Eu tenho insistido muito sobre esse ponto para sugerir alguma pesquisa mais intensa, mais deliberada. Precisamos saber até que ponto a censura realmente prejudicou o desenvolvimento da criatividade no Brasil, e até onde ela foi apenas alegada como desculpa para que muitos escritores simplesmente se dispensassem de cumprir suas tarefas. Neste momento, é uma pergunta que ainda não se pode responder. É muito citado em todo o mundo o exemplo de Portugal, onde, segundo se dizia, grandes obras literárias estavam sendo reprimidas durante o período salazarista. Ora, acontece que depois do 25 de abril nenhuma dessas grandes obras apareceu, e hoje já existe a convicção de que se tratava de simples desculpa.

VEJA — *O senhor tem colocado na mesa, como elemento de discussão, um argumento de Sainte-Beuve, para quem a censura seria útil aos autores.*

MARTINS — De fato, Sainte-Beuve defendia com certa satisfação íntima a idéia de que a censura ajudaria os escritores a refinar seus meios de expressão. E é possível que realmente nos regimes repressivos a parte literária que se salva seja essa de um aprimoramento do estilo.

VEJA — *Mas uma obra de arte se destina primeiramente a seu tempo, e sobre ele, muitas vezes, exerce uma função geradora. Chico Buarque diz que não vê sentido em gravar músicas feitas há anos e só agora liberadas.*

MARTINS — Eu também acho. Esse é outro aspecto que precisa ser estudado, através da análise dessas diversas obras que foram censuradas. Não podemos esquecer em toda essa discussão o fato de que a censura pode ser simplesmente uma manifestação de debilidade mental. Nós partimos do pressuposto de que ela poda coisas que do seu ponto de vista deveriam ser podadas. Mas há casos como o balé Bolshoi, censurado em vídeo-teipe mas não ao vivo. Ou peças de teatro premiadas por um organismo oficial e censuradas por outro: evidentemente, um desses organismos está errado.

O momento permite esperanças

VEJA — *Nesta viagem ao Brasil, o senhor sentiu alguma modificação na universidade, em termos de maior ou menor vitalidade?*

MARTINS — Nesses últimos anos tenho tido a infelicidade de encontrar a universidade brasileira numa fase de transição, de metamorfose, representada pelas famosas reformas universitárias. Reformas que no meu entender foram inspiradas no modelo americano, mas sem ter aqui o correspondente espírito, que, evidentemente, deve condicioná-las. A universidade brasileira, a meu ver, perdeu o caráter que tinha, e ainda não ganhou o seu novo caráter, seja ele resultante dessa reforma, seja resultante da reforma da reforma, que deve vir em seguida — porque, por uma singularidade curiosa, a universidade americana não está satisfeita com esse modelo seu que o Brasil adotou. A partir deste ano, a Universidade de Harvard, que sempre tem a iniciativa dessas modificações mais profundas, decidiu compensar o sistema eletivo, que é predominante nas universidades americanas, por uma espécie de curso propedêutico, ou de formação única para todos os estudantes antes que eles se encaminhem para as respectivas especializações. De forma que a universidade americana, a partir de agora, vai tentar formar realmente o especialista, mas integrando-o num campo de cultura geral.

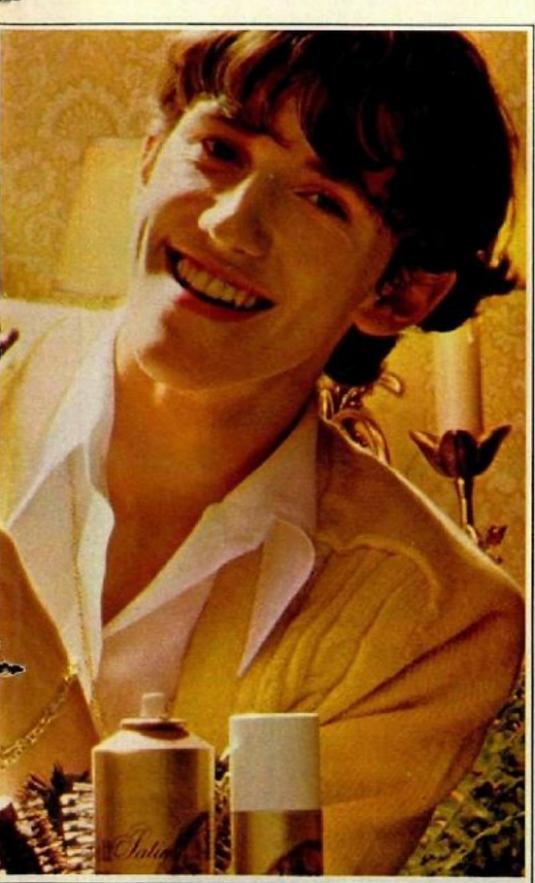
VEJA — *E do país em geral, que impressão o senhor leva desta vez?*

MARTINS — A de um país que está passando por uma fase abrupta, violenta, de transição política, que eu encaro num sentido otimista, positivo. Acho que é uma transformação que está se encaminhando num sentido saudável das instituições políticas e da vida nacional. Se este momento especificamente considerado não apresenta nada de grande, oferece ao menos a esperança, a certeza quase, de que alguma coisa boa surgirá dessa transformação. ●

O sucesso está mais perto de quem usa Jeans Staroup.

Jeans Staroup. Para quem pode.

Enquanto isso, o
dela conserta a c
pronto-socorro.

marido
abeça no

Tomara que ele tenha um seguro de acidentes pessoais da Itaú Seguradora.

Essa é a melhor proteção que alguém pode ter contra qualquer tipo de acidente em qualquer lugar do mundo.

Ele paga diárias hospitalares, assistência médica e despesas suplementares.

Pode ser abatido do imposto de renda e garante para a família a segurança de não ter a sua renda mensal alterada por causa de despesas inesperadas.

O seguro de acidentes pessoais vem com a segurança de quem há mais de 50 anos se especializou em proteger as pessoas: a Itaú Seguradora.

Uma empresa sólida, ágil, que paga rápido e trabalha pela sua tranqüilidade.

Fale com o seu corretor sobre o seguro de acidentes pessoais da Itaú.

Quem tem um marido no seguro nunca perde a cabeça por causa de despesas inesperadas de um acidente.

Faça seguro de tudo o que você tem.

Enquanto você tem.

Itaú Seguradora

Décimo aniversário

Sr. diretor: No momento em que VEJA completa dez anos e começa a aviar esta importante receita de Brasil, renovo os meus parabéns pelo sucesso já alcançado e a minha certeza de que VEJA terá daqui para frente um papel ainda mais importante a desempenhar informando e formando a opinião pública brasileira.
Mauro Salles
São Paulo, SP

Sr. diretor: Ao ensejo do décimo aniversário de VEJA, colhemos a feliz oportunidade para saudar um dos mais ativos e influentes órgãos da imprensa brasileira, e, especialmente, para cumprimentar seu diretor pela luta que soube travar e vencer, insistindo em dar ao Brasil uma revista de leitura responsável, independente e de profundidade. Seu triunfo, representado pelos dez anos de VEJA e a crescente tiragem da revista, recebe as nossas melhores felicitações, que pedimos sejam estendidas a seus dinâmicos companheiros de direção editorial e a todos os profissionais que produzem a revista.
Jorge Wolney Atalla
São Paulo, SP

Sr. diretor: Como leitor semanal de VEJA, envio-lhe os meus entusiásticos cumprimentos pelo seu editorial dos dez anos, cujos termos representam com exatidão meu pensamento, pelo que o subscreveria.
Afrânio Coutinho
Rio de Janeiro, RJ

Sr. diretor: É bom ver que uma publicação como VEJA chega vigorosa aos dez anos de idade, apesar do que sofreu durante o longo tempo em que esteve submetida à censura. É bom para nós leitores, é bom para nós jornalistas, é bom para o país.
Audálio Dantas
São Paulo, SP

Sr. diretor: Meus parabéns a VEJA — indiscutivelmente a mais importante revista do Brasil — pelos seus dez anos.
Oscar Cipriano da Costa
Rio de Janeiro, RJ

Sr. diretor: Nossos votos de crescente êxito por mais um aniversário de fundação da revista VEJA.
Célia R. Cardadeiro Paiva/Haste
São Paulo, SP

Sr. diretor: No editorial de VEJA n.º 523, assinado por seu editor, Victor Civita, pudemos constatar a briosidade e o alto calão de uma pessoa que merece o nosso maior respeito e admiração.
Herculano Rodrigues
Brasília, DF

Sr. diretor: Na condição de presidente do diretório da Arena nesta cidade, permito-me expressar o regozijo de nossa família política pelo transcurso do décimo aniversário de fundação e profícuas realizações desta já tradicional revista brasileira.
Walter Lemes Soares
Presidente Prudente, SP

Dom Hélder

Sr. diretor: Inteligente e santa a opinião de dom Hélder Câmara (VEJA n.º 523). É uma enorme pena que tenham que marginalizar esse homem.
Marcos Lins Maciel
Belo Horizonte, MG

Guerrilhas

Sr. diretor: VEJA n.º 522 publica informações errôneas e conceitos tendenciosos sobre a guerrilha do Araguaia. Não vou aqui rebater a adjetivação tendenciosa usada na matéria nem referir-me a todas as informações inverídicas, apresentadas com ar de mistério. Mas de onde VEJA tirou a informação de que "o início da luta armada poderia ser a explosão de uma das torres da Embratel na Amazônia"? Primeiro, a Amazônia é muito grande e, segundo, na época não existia no sul do Pará e proximidades nenhuma torre da Embratel. A versão da morte de "Pedro Mineiro" é, no mínimo, controvertida. Dizer que vivíamos "disfarçados de lavradores" não é verdade. Como todos os moradores da região, nossa sobrevivência era tirada da roça, com nosso trabalho. Éramos pessoas do povo. Vivíamos e lutávamos com o conjunto da população. Com que elementos VEJA formou a convicção de que "todos" os guerrilheiros eram membros do PC do Brasil? Baseada em que VEJA informa que o Programa dos 27 pontos nem chegou a ser manuseado? Não é verdade que toda a população da região seja analfabeta e, além disso, analfabeto sabe ouvir e falar. Vivi lá durante dois anos e posso afirmar nunca ter passado pela cabeça das pessoas com quem convivi que seria através de ações espetaculares que iríamos contribuir para a luta da população pobre e explorada do interior. O Programa dos 27 pontos é resultado dessa compreensão. Foi elaborado durante anos e após longas experiências e observações, juntamente com os moradores mais antigos da região, e não como quer a revista, que, não podendo atacar seu conteúdo, o apresenta como sendo fruto de "desesperada tentativa de conseguir apoio entre a população". Sobre fatos que dizem respeito a mim, pessoalmente, há erros e distorções primárias: não é verdade que, no ato da minha prisão, os "bate-paus" não atiraram, ao contrário; não é verdade que "nós não sabíamos como cada um reagiria às torturas". Sim, era consensual, entre os guerrilheiros, que deveriam resistir à prisão, por ser esta, no caso, a forma mais elementar de autodefesa. Além disso, repilo frontalmente o indevido uso do meu nome na frase: "Em maio, de volta a Xambioá, ele seria confrontado ainda mais cruamente com as conseqüências da aventura", mesmo porque não considero aquele movimento uma aventura. Recuso o favor dos que, com a falsa pretensão de atacar o algoz, se voltam contra a vítima. É esse o tratamento de VEJA às pessoas que se dispõem a dar declarações a seus repórteres e que correm riscos ao prestar tais declarações? A minha postura em relação à luta no Araguaia está claramente exposta em meu depoimento à 1.ª Auditoria Militar e ao jornal *Movimento*. Por último, que VEJA se engaje ao lado da "distensão gradual, lenta e segura" é um direito seu. Impróprio é usar os feitos de pessoas que, na hora mais difícil, pagaram com a vida o preço de sua audácia e coerência, para justificar tal engajamento.
José Genoino Neto
São Paulo, SP

Deixando de lado as apreciações subjetivas da carta, sobram cinco pontos concretos onde, segundo o missivista, VEJA publicou informações errôneas. Em relação a eles, temos a dizer o seguinte: 1) VEJA afirmou haver indícios de que uma ação armada espetaculosa poderia ser a explosão da torre, e mantém o que disse; 2) VEJA afirmou que a maioria da população não manuseou o programa de "27 pontos", e mantém o que disse; 3) VEJA não afirmou que toda a população da região seja analfabeta; 4) VEJA não afirmou que todos os militantes envolvidos na guerrilha pertencessem ao PC do Brasil; 5) Lamentamos o erro quanto aos tiros disparados no momento da prisão do missivista.

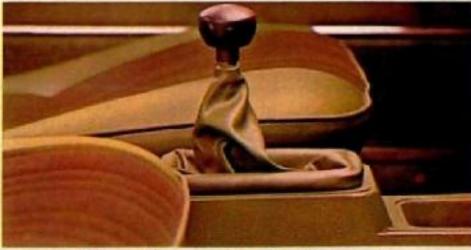
Sr. diretor: Só uma publicação do porte de VEJA poderia trazer a seus leitores uma reportagem como "As guerras secretas".
Bráulio Carneiro Silva
Itajubá, MG

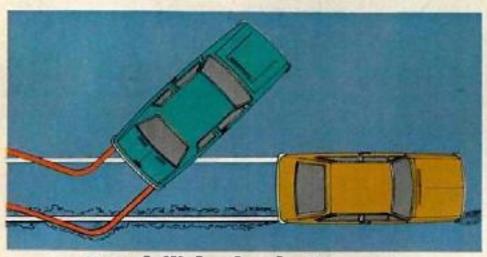
Sr. diretor: Considero da mais alta qualidade a reportagem sobre "As guerras secretas". Eu, particularmente, não tinha conhecimento desse movimento guerrilheiro em nosso Estado.
Antônio Quaresma
Monte Dourado, PA

Sr. diretor: Com referência à notícia publicada em VEJA n.º 522, pedimos registrar que, por ocasião da compra feita no município de Santana do Araguaia, no sul do Pará, não havia qualquer posseiro nas terras mencionadas no artigo publicado. Com a abertura de uma estrada pelo governo do Pará é que houve a invasão da área ▶

Para um carro ser perfeito só precisa ser Passat.

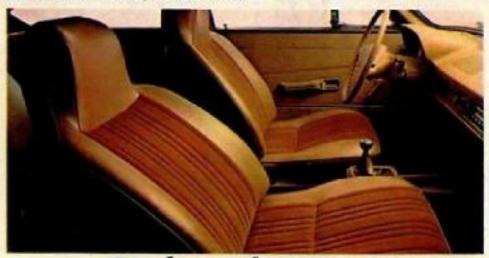
Desempenho de Passat

Motor potente, econômico e durável. Exportado até para a Alemanha. Esse, ninguém troca.

Rendimento de Passat

Câmbio com perfeita relação de marchas, para aproveitar integralmente a aceleração e a potência do motor. Esse, rende.

Estabilidade de Passat

Suspensão com raio negativo de rolagem. Mantém o carro sem desvio de trajetória, em qualquer condição de tráfego ou de terreno. Nessa, você confia.

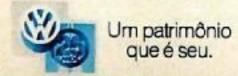
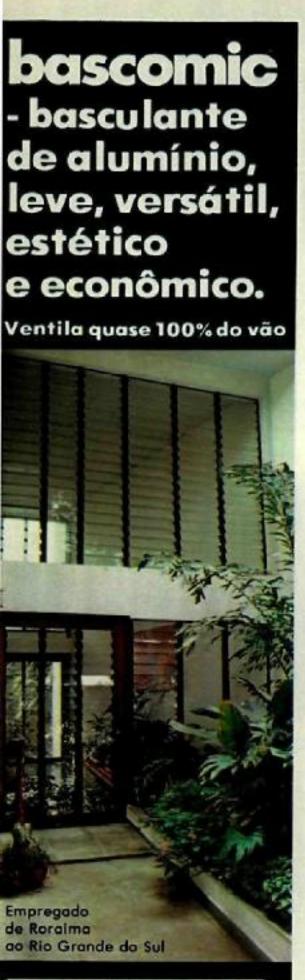
Segurança de Passat

Único carro brasileiro em sua classe com freios de duplo circuito que atuam em diagonal. Se um circuito falhar o outro continua freando. Esse, pára.

Conforto de Passat

A sensação de dirigir um carro realmente avançado. Muita comodidade para 5 passageiros, com espaço de sobra para bagagem. Esse, não aperta.

Economia de Passat

Um carro projetado por inteiro teria que ser melhor em tudo: o Passat é o mais econômico em sua categoria. No consumo e na manutenção. Nesse, não falta nada.

Passat. Tudo o que você precisa para ter um carro perfeito.

Um patrimônio que é seu.

por pessoas interessadas apenas em retirar a madeira existente no local. Não houve, até agora, a prática de qualquer violência contra os invasores, mas apenas o recurso a medidas de natureza legal.
Francisco Florence/Nixdorf Ind. Com. e Representações Ltda.
São Paulo, SP

Sr. diretor: É de se lamentar o fato de que a censura brasileira dê ampla liberdade para a abordagem de temas, como "Primavera de Praga" e guerrilhas na Nicarágua, e, por outro lado, obrigue, por quase dez anos, a omissão de fatos de amplo interesse nacional, como as guerrilhas no Pará e em São Paulo.
Paulo Eduardo Almeida Baldin
São Paulo, SP

Direitas

Sr. diretor: O simples fato de ser um conservador, democrata, defensor dos valores do mundo ocidental e cristão e combater o comunismo, de um lado, e a ação estatizante dos tecnocratas que tomaram de assalto a Revolução que eu fiz e da qual eles apenas se apossaram, não significa que eu seja direitista ou que tenha pertencido a organização extremista como o MAC, conforme VEJA (n.º 518) registrou. A tentativa de pintar os conservadores de direitistas radicais é manobra dirigida, em todo o mundo, pelos comunistas que nos sabem a maioria silenciosa, vitoriosa nas democracias ocidentais da Europa. Peço que o erro seja corrigido de vez que, sendo esta revista a de maior circulação no país, deve respeitar a posição de um homem público, jornalista que já sofreu, como os colegas de VEJA, a ação da censura em mais de uma centena de artigos, que deveriam ter sido publicados na *Tribuna de Imprensa*, onde tenho a honra de colaborar.
Aristóteles Drummond
Rio de Janeiro, RJ

Sr. diretor: Que fique sabendo o senhor João Flaquer: sua "fonte de informações", Alfa 66, carece do mínimo de idoneidade. Com algumas exceções, cubanos refugiados nos Estados Unidos vivem em condições marginais, envolvidos em crimes e atentados, como o "caso Letelier", muito bem retratado na reportagem de capa do mesmo número de VEJA.
Joaquim P. Martins
Miami, EUA

João Paulo I

Sr. diretor: Seja-me permitido, do interior de Mato Grosso, congratular-me com esta revista pela rápida reportagem extra de quatro páginas sobre o papa João Paulo I. Esse caderno demonstra o apreço em que a revista considera o fato da eleição do novo papa e o desejo de satisfazer aos anseios dos leitores.
Santo Cornélio Faresin
Guiratinga, MT

Sr. diretor: As reportagens de VEJA sobre a sucessão papal mostram-nos a figura humilde e já tão querida do papa João Paulo I, que cremos será o grande mediador da paz e fraternidade entre os homens.
Manoel Lacerda Neto
Juazeiro do Norte, CE

Imposto de renda

Sr. diretor: Com referência à nota publicada em VEJA n.º 523 ("Calote"), tenho a acrescentar a informação que se segue. Deveria ser um dos milhares que têm imposto a restituir, entretanto, há algumas semanas, recebi minha notificação junto a um talão de cobrança. De credor, passei a devedor. Ao reclamar na Receita Federal, fizeram-me preencher um requerimento e, em reposta à minha pergunta sobre o prazo em que a correção seria efetuada, o funcionário respondeu: "Olha, eu só sei que demora". Bom, perguntei, mas o dinheiro vem corrigido. E ele: "Que nada, vem esse dinheirinho aí mesmo".
É ou não é um golpe?
Reinaldo de Andrade
São Paulo, SP

Houaiss

Sr. diretor: Lendo a entrevista com o professor Antônio Houaiss (VEJA n.º 521), na qual se afirma que "a ABL não é quadrada", fortifica-se-me a esperança de que, no embalo do progresso de redemocratização, a língua volte a ser considerada propriedade dos que a usam e não de um seleto círculo de tutores que, com proteção oficial, tornou norma legal aquilo que às vezes é meramente sua preferência.
João Carlos de Rezende Martins
Rio de Janeiro, RJ

Sr. diretor: A tradução de "Ulisses", de James Joyce, segundo VEJA, é a mais perfeita, fascinante, etc. Eis como se formam os mitos! A verdade é esta: tradução infiel e arrevesada, calcada em tradução espanhola de que até reproduz termo, como *hamaca*, em vez de rede. Em todo caso, nada se perde, porque "Ulisses" é um cartapácio para o qual são precisas duas redes (hamacas?): uma para o leitor e outra para o livro.
Oscar Arruda
São Paulo, SP

Cartas para: Diretor de Redação, VEJA. Caixa Postal 2372, São Paulo, Capital. Por razões de espaço ou clareza, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.

Ainda tem gente que deix
de comprar Gradiente porqu
se assusta com tantos botõe
tantos recursos. E acab
levando outras marcas ma
baratas, mais simplesinha
Mas não devia. Porque cad
recurso de um equipament
Gradiente foi exaustivament
estudado e colocado lá p
dois motivos: melhorar o so
e facilitar a sua vida. No mund
inteiro equipamento sério é feit
assim.Veja o caso do CD-3500
do CD-2500 Gradiente. São do
Cassette-Decks Stereo, Fron
Load, que fazem o que tod
cassette-deck deveria fazer: grav
e reproduzir com perfeiçã
Para isso, as cabeças de gravaçã
e reprodução são Sen-Allo
a estabilidade da rotação é consegui
através de um motor elétric
especial com governad
eletrônico, têm uma distorçã
que praticamente não cont
wow and flutter de 0.09%
E tudo isso acontece
funciona sem a su
interferência. Mas ele
também têm equalizador d
fitas, tecla de paus
contador de fitas, contro
de níveis de gravação, a
sistema Dolby você v
encontrar no CD-3500. Sã
recursos muito importante
que você só usa se quise
Do contrário, basta ligar n
tomada, apertar o botão
deixar andar. Você vai ter o so
puro, limpo, perfeito, do jeito qu
a verdade exige. Como você v
ter o melhor som é mais do qu
gostoso, é muit
simple
Gradiente
é difícil de fazer, não de usar.
CD-3500 STEREO CASSETE DECK
CD-2500 STEREO CASSETE DECK
gradiente
bricado na Zona Franca de Manaus

O cara da extrema esquerda já está um pouco na direita. (A recíproca não é verdadeira.)

SUPERSTIÇÕES CARIOCAS

Em São Conrado, é considerado de muito mau agouro ser estuprada por marginais — ocasionalmente prestando sua colaboração à PM — numa sexta-feira. A imprensa dá isso em detalhes, você fica difamada e ainda pode ser processada por atentado ao pudor.

Em certas partes da Gávea, avisar à polícia do roubo de qualquer propriedade — automóvel, objetos de uso pessoal, jóias — traz fatalmente um corolário de outros infortúnios: chantagem policial, obrigatoriedade de subornar testemunhas e agressões de jornalistas envolvidos no *processo*.

Em Ipanema, jamais salte do ônibus com o pé esquerdo — quase diariamente alguém tem o pé esquerdo arrancado por motocicletas que passam entre o ônibus e o meio-fio.

No Leme, quando um apartamento é assaltado no primeiro dia da semana isso é sinal de que vai ser assaltado todos os outros dias da semana. A polícia — por precaução — passa a evitar esse local azarado.

No Arpoador, ouvir assobios partidos do escuro, altas horas da noite, é indício de estranhas aventuras com senhoras de má vida, protegidas pelos tiras da ronda.

No Jardim Botânico — diz a crença —, ter uma perna ferida num desastre de automóvel num sábado de madrugada é triste presságio de que você vai tê-la amputada por um *residente* inexperiente, único médico de plantão no hospital de emergência do Estado.

Na Av. Niemeyer, tomar drogas e participar de bacanais, seguidas de violências e morte, é tido como excelente augúrio: a pessoa acaba famosa e vivendo maravilhosamente na Suíça.

Reflexões sem dor

Absolutamente justas todas as reivindicações femininas e feministas. Afinal, pelo que leio, as mulheres têm provado exaustivamente que são quase tão incapazes quanto os homens.

Quando vejo, na televisão, novelas, *especiais* e noticiários, tudo precedido, intercalado e acompanhado por anúncios, sou obrigado a concordar com que televisão também é, realmente, cultura. A parte dos anúncios, claro.

O homem é o único animal que tem, ou adquiriu, a suprema dádiva da palavra. Quanto a nós, brasileiros, o negócio é ir com cuidado. Não falamos nem a língua de Dante, nem a de Goethe, nem a de Shakespeare. Pior, não falamos nem mesmo a de Camões.

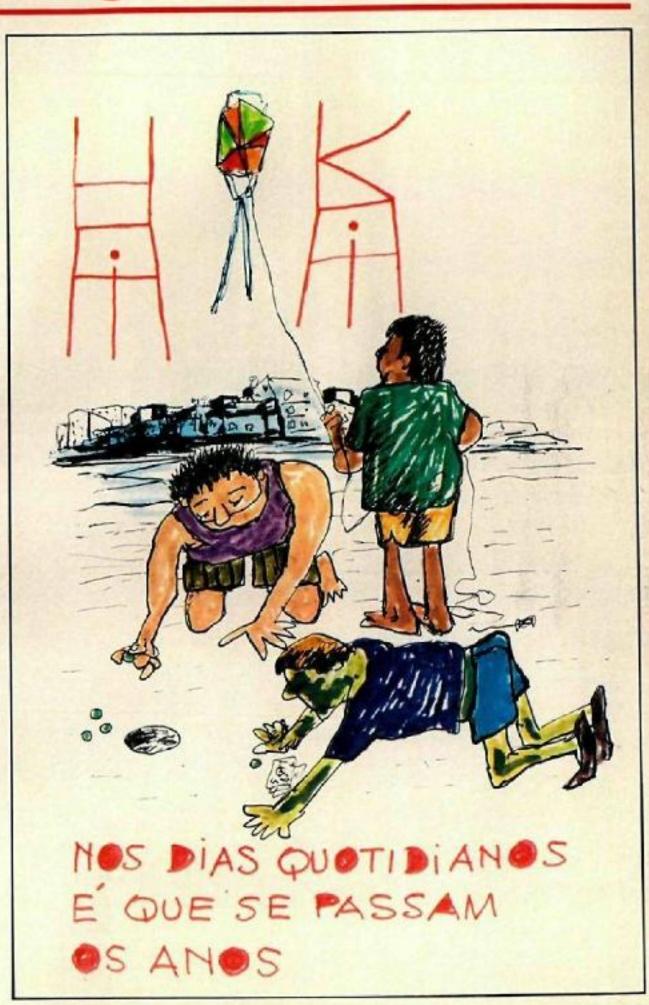
Aviso a nossos clientes semanais: Substituímos gratuitamente todas as nossas idéias destruídas ou capturadas pelo inimigo.

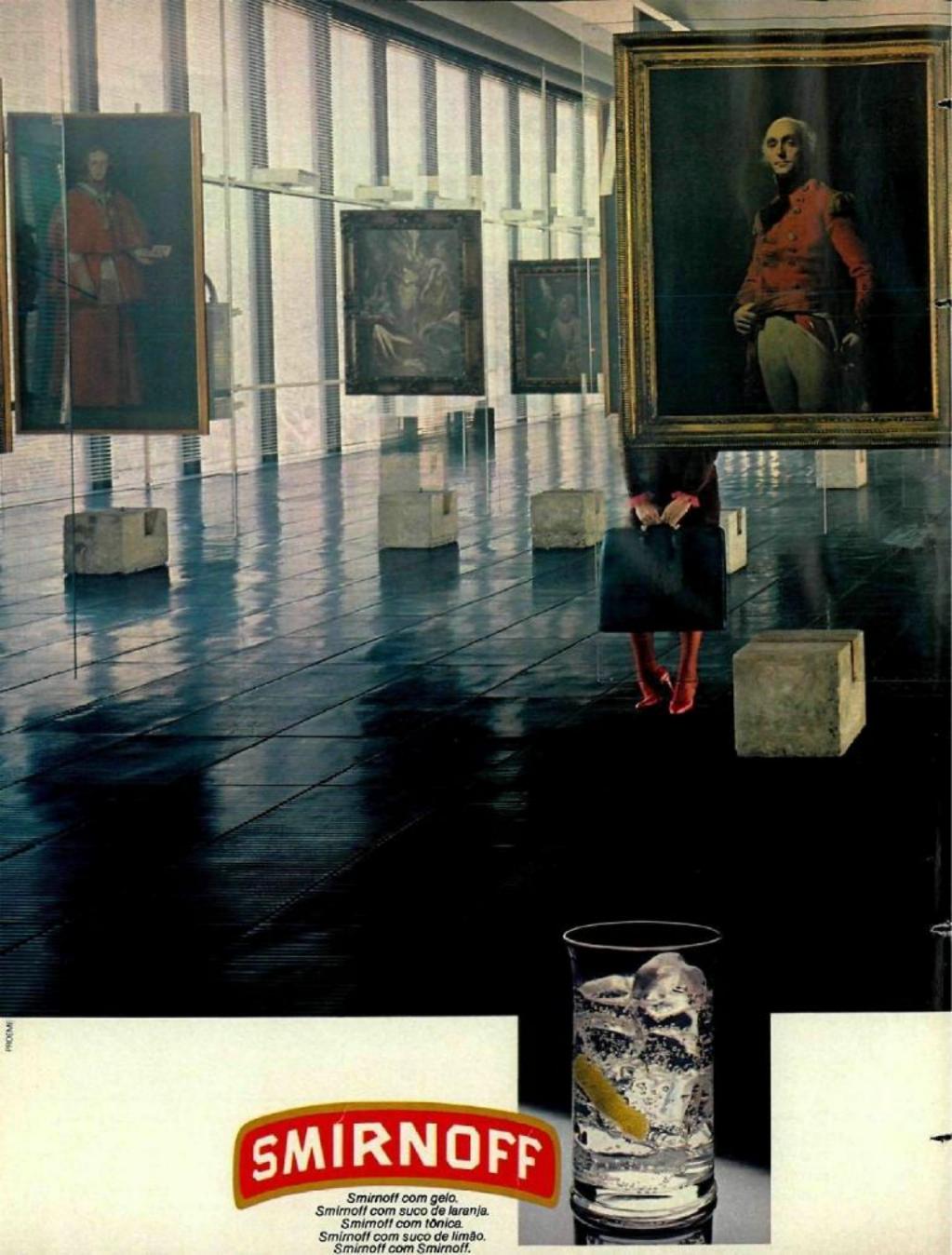
Enquanto isso, no Prontocór da esquina...

Quem me pede pra contar toda a verdade já está me exigindo uma mentira.

BIO-GRAFIA

Noutro dia levei um susto. A primeira página do caderno B do *Jornal do Brasil* era toda dedicada a mim. E, como essa primeira página do famoso matutino comumente é dedicada a mortos ilustres, pensei, com toda razão, que tivesse morrido. Logo, porém, me reassegurei: não sendo ilustre, mesmo que estivesse morto, o fato deveria sair lá na 23.ª página do jornal, onde estão os pequenos quadrados dedicados aos que, em boa ou má hora, esticaram as canelas, fecharam o paletó, se meteram num pijama de madeira e foram comer capim pela raiz. Lendo o texto, logo compreendi o porquê do destaque; o jovem repórter Luís Henrique Romagnoli, revelando-se um excelente biógrafo, melhorou muito a minha biografia, me fazendo mais jovem e me dando apenas 35 anos de imprensa, quando a verdade é que minha carteira de trabalho está registrada em 28 de março de 1938. Para escarmento de meus inimigos que me esperavam fora da raia mais cedo e vêem, desagradados, que não estou nem mesmo no meio do caminho (na verdade ainda estou em Pirapora). Meu primeiro pensamento, todo dia, ao levantar, é: "O que é que eu vou ser quando crescer?"

Mas, meu bom Romagnoli, o caminho é mesmo esse. Uma coisa é certa (se é que alguma coisa é certa): biografia, e sobretudo autobiografia, não tem nenhum compromisso com a verdade. O que tem compromisso com a verdade é a ficção. Está aí o Pedro Nava que não me deixa (ou deixa, Nava?) mentir. Mestre na matéria, o seu é um excelente exemplo de autobiografia — quente, brilhante, divertida, insinuante. Quanto tem — ou não tem — a ver com o (auto) biografado são outros quinhentos (anos). Também não farei por menos. Vou começar de olho azul, palácio em volta, muita precocidade, muita mulher bonita. Quem viver lerá.

Quando um intelectual pára de falar parece que está desempregado.

SMIRNOFF
Smirnoff com gelo.
Smirnoff com suco de laranja.
Smirnoff com tônica.
Smirnoff com suco de limão.
Smirnoff com Smirnoff.

Ela me diz que hiper-realismo retrata tudo isso que faz parte do nosso dia-a-dia.

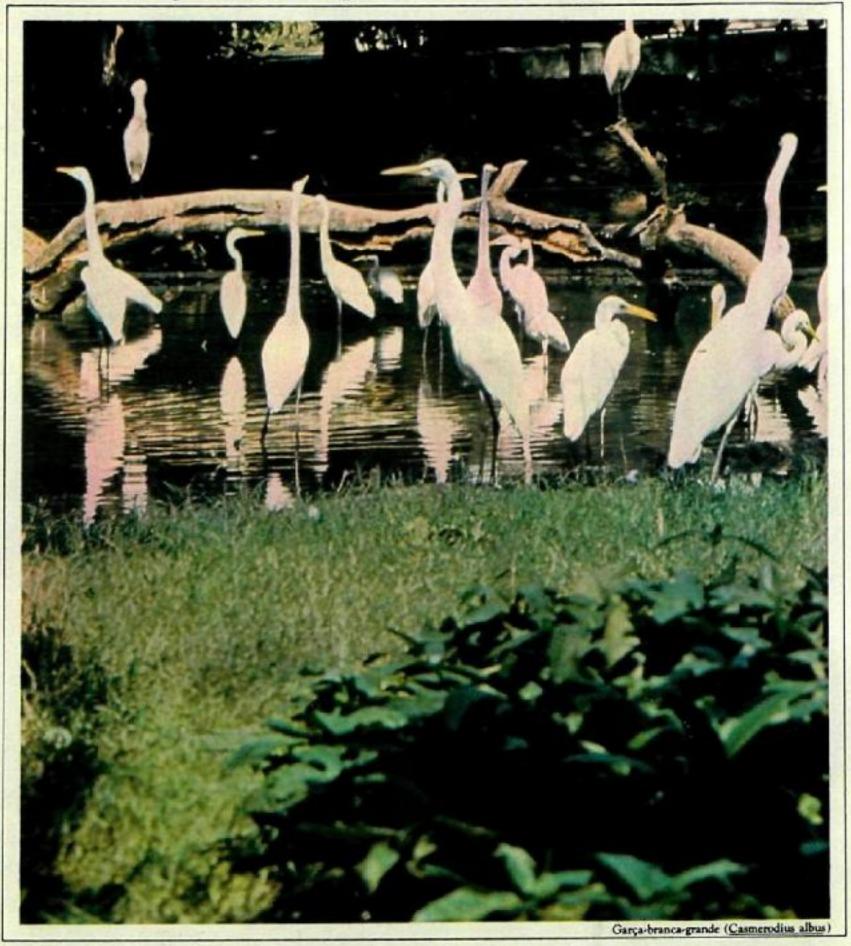
Quer dizer, Vermeer pintava uma mulher fazendo pão, porque era essa a realidade que cercava Vermeer.

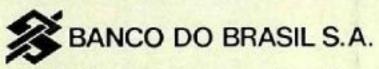
A realidade do artista contemporâneo é uma lata de sopa, uma lanchonete, uma garrafa de Smirnoff.

Eu digo a ela: vamos ao bar do Museu tomar alguma coisa?

Você é o que você vive.

A Natureza já fez muito por você. Faça alguma coisa por ela.

Garça-branca-grande (Casmerodius albus)

Seu filho merece que a Natureza seja preservada.

De 26 a 29 de setembro - 1º Simpósio Nacional de Ecologia. Curitiba.

Ao lado da Natureza por uma vida melhor.

Premium

Diretores: Edgard de Silvio Faria, Richard Civita, Roberto Civita, Rubens Vaz da Costa

Revista Semanal de Informação

REDAÇÃO

Diretor de Redação: José Roberto Guzzo
Diretor Adjunto: Sérgio Pompeu
Redator-chefe: Carmo Chagas
Editores: Alexandre de Faria Machado, Emílio K. Matsumoto, Geraldo Mayrink, Mário de Almeida, Roberto Pompeu de Toledo
Editores Assistentes: Alfio Beccari, Antônio C. Augusto, Augusto Nunes, Claudio Ceni, Decio Bar, Humberto Werneck, Jairo Arco e Flexa, Jorge Escosteguy, J. A. Dias Lopes, José Paulo Kupfer, Luiz Henrique Fruet, Luis Nassif, Luiz Weis, Paulo Moreira Leite, Paulo Sotero, Regina Echeverria, Renato Pompeu, Ricardo A. Setti, Selma Santa Cruz, Sergio Sister, Tales Alvarenga, Victor Hugo Sperb
Projetos especiais: Almyr Gajardoni
Tradutor: Hersch Schechter
Assistente Administrativo: David Rodrigues Mendonça

Departamento de Informações

SÃO PAULO - Repórteres: Antônio Carlos Fon, Antônio Carlos Guida, Carlos Maranhão, Carmem Cagno, Francisco J. Maffitani, Len Berg, Lígia Martins de Almeida, Lucila Camargo, Maria Helena Passos, Suzana Verissimo, Tânia Maria Mendes, Sônia Santos (produção); Sebastião Magalhães de Almeida (Analista de Investimentos)
RIO DE JANEIRO - Chefe: Zuenir Ventura. **Assistente da chefia:** Claudio Bojunga. **Editores Assistentes:** Carlos Alberto de Oliveira, Flavio Pinheiro. **Repórteres:** Antônio Chrysostomo, Eva Spitz, Franklin Campos, Joaquim F. dos Santos, Lúcia Rito, Miriam F. Lage, Octavio Barata Costa, Regina Barcelos, Roberto Lopes - r. do Passeio, 56, 11.º andar, fone 244-2022, telex 021-22674 — **BRASÍLIA - Repórteres:** Ângela Ziroldo, Carlos Alberto Sardenberg, Eliane Cantanhede, Hélio Marcos Doyle, Jaime Sautchuk, José de Ribamar Oliveira Jr., Márcio Varella, Moacir de Oliveira Filho, Oswaldo Amorim, Ricardo Pedreira - Ed. Central, salas 1301 a 1303 - Setor Comercial Sul, fone: 224-9200, telex (061) 1464 — **BELO HORIZONTE - Chefe:** Carlos Lindenberg Spinola. **Repórteres:** Gleisor Naves, Mário Lara Leite - r. Álvares Cabral, 908, fone 335-4139, telex (031) 1086 — **CURITIBA - Chefe:** Hélio Teixeira. **Repórteres:** Pedro Franco Cruz e Teresa Furtado - r. Fernandes de Barros, 481 - 1.º andar, fone 62-8942, telex (041) 5278 — **PORTO ALEGRE - Chefe:** Luis Cláudio Cunha. **Repórteres:** Adélia Porto da Silva e Pedro Maciel - r. Vieira de Castro, 285, fones: 23-9502 e 23-0446, telex (051) 092 — **RECIFE - Chefe:** José Maria Andrade. **Repórteres:** Luiz Ricardo Leitão e Terezinha Nunes - r. Siqueira Campos, 45, sala 204 - telex (081) 1184 — **SALVADOR - Chefe:** Ricardo Noblat. **Repórteres:** Nadja Miranda e Paulo Marconi - r. Itabuna, 204 - Rio Vermelho, fone: 247 0580, telex (071) 1180 — **PARIS** - Pedro Cavalcanti — **LONDRES** - Jader de Oliveira — **BONN** - Carlos Struwe — **GENEBRA** - Claudius Ceccon — **ROMA** - Marco Antônio de Rezende — **WASHINGTON** - Roberto Garcia — **NOVA YORK** - Judith Patarra, Odilio Licetti — **MADRI** - Eric Nepomuceno — **MÉXICO** - Wladir Dupont — **TELAVIVE** - Alessandro Porro

Correspondentes: Montgomery Hollanda (Teresina), Aldo Grangeiro (Florianópolis), Ciro Pinheiro (Porto Velho), Guilherme Augusto de Souza (Belém), Jô Amado (Vitória), João Silva (Macapá), José Chalub Leite (Rio Branco), Luís Pedro de Oliveira (São Luís), Paulo F. Morais (Aracaju), Mário Arrôbio (Manaus), Tancredo Carvalho (Fortaleza)
Colaboradores: Geraldo Galvão Ferraz, Hélio Pólvora, José Augusto Suyama, Millôr Fernandes, Olívio Tavares de Araújo, Paulo Perdigão, Roberto Marinho de Azevedo, Tarik de Souza

Fotografia

Editor: Sergio Sade
Chefe: Clodomir Bezerra
Fotógrafos: Pedro Martinelli (São Paulo); Chico Nelson, Walter Firmo (Rio); Carlos Namba, Salomon Cytrynowicz (Brasília); Célio Apolinário (Belo Horizonte); Ricardo Chaves (Porto Alegre); Antônio Andrade (Salvador); Amilton Vieira (Recife)

Arte e Produção

Editor: Pedro de Oliveira
Chefe: Américo Ietto Filho
Diagramadores: Alfredo Nastari, Eduardo N. R. Brito, Laércio D'Angelo Ribeiro, Milton Rodrigues Alves, Pindaro Camarinha Sobrinho, Roberto Barbato / João Marcos Coelho, José Gustavo Vasconcellos (preparadores) / Carlito Nucci e José Batista de Carvalho (produção gráfica)

SERVIÇOS EDITORIAIS

Documentação: Marilia S. J. França (gerente), Abrahão Lincoln Baraccat, Antônio A. Ferreira, Isney Savoy, Jany C. Roschkovsky, Júlio Cezar Garcia, Lauro Augusto C. M. Coelho, Lilian Baroni, Marcia Mendes de Almeida, Maria Angela Noronha Serpa, Maria Aparecida S. Marzo, Maria Inês Zanchetta, Marlene A. Frank, Paulo R. Ribeiro, Roberto Benedito de Oliveira, Rosaria P. Santos, Roy Ubiratan R. B. Vidal, Sheila Ribeiro, Suzana C. Khouri, Ubirajara Forte, Valdirene Mendes da Costa, Vani Rezende, Vicente Roig. **Abril Press: São Paulo:** Judith Baroni (gerente) — **Sucursais: Nova York** - Odilio Licetti (gerente), 444 Madison Avenue, Room 2201, New York, N.Y. 10022 — Telex: EDABRIL 423-083, Phone (212)688-0631 — **Paris** — Pedro de Souza — 214, Rue de la Convention, Phone 250-9277 — França — **Milão** — Lycia Strafurini — via Settembrini, 48 — 20124, Milano — Phone 278-459 — Telex: 34070 — Itália
Laboratório Fotográfico: Josal Leiko (gerente)

Serviços Internacionais: Newsweek/Associated Press/Latin-Reuters/France Press/Matérias internacionais via Varig, Air France, Aerolineas Argentinas

DEPARTAMENTO COMERCIAL

Diretor de Publicidade: Persio Brait Pisani
Gerente Comercial: Valter Richetti
Gerente de Publicidade: Fabio Albamonte Amaral
Gerente de Assinaturas: José A. Soler
Gerente Administrativo: Antônio F. Charnnas
Representantes: Horácio V. N. de Andrade, José L. Decourt Rizzi, Sergio Tercerolli
Coordenador de Produção e Publicidade: João Carlos de Oliveira
Belém, gerente: José Maurício Alves Fernandes; **Belo Horizonte, gerente:** Marize Tavares Pereira; **Brasília, gerente:** Luís Edgard P. Tostes; **Curitiba, gerente:** Aldo Schrocher; **Florianópolis, gerente:** Geraldo Nilson de Azevedo; **Porto Alegre, gerente:** Eloenho Engel; **Recife, gerente:** Edmundo Moraes; **Rio, gerente:** Kleber Vieira Bahr; **Representantes:** Antonio Aylor Fernesi, Paulo Roberto Avril; **Salvador, gerente:** Juracy Costa

Diretor do Depto. Central de Publicidade: Oswaldo de Almeida Filho
Diretor do Rio e Escritórios Regionais: Sebastião Martins
Assessor do Diretor Responsável: J. R. Franco da Fonseca

Diretor Responsável: Edgard de Silvio Faria

VEJA é uma publicação da Editora Abril Ltda. / Redação, Publicidade, Administração e Correspondência: [illegible]

Carta ao Leitor

Pela primeira vez, desde 1964 — descontada a lírica e à sua época ousada anticandidatura do deputado Ulysses Guimarães, em 1973 —, dois candidatos formalmente registrados por seus partidos disputam a Presidência da República. Em tese, qualquer um deles pode vencer, a 15 de outubro, e ser empossado para governar a partir de 15 de março. Na prática, porém, todos os dados disponíveis indicam larga e imbatível vantagem do candidato apoiado pelo partido do governo, general João Baptista Figueiredo. Ao candidato da oposição, general Euler Bentes Monteiro, os mesmos dados disponíveis indicam apenas o conforto de estar participando, a seu modo e dentro de suas possibilidades, de um esforço coletivo para redemocratizar o país. E esta também é, segundo tem repetidamente prometido, a preocupação maior de Figueiredo. Outras importantes questões nacionais, do mesmo modo, compõem as declarações que um e outro têm feito nas últimas semanas. A rigor, um confronto de idéias e propósitos dos dois candidatos já fora estabelecido pelas incontáveis entrevistas concedidas por ambos. Faltava, no entanto, organizar para o leitor essas idéias, esses propósitos, colocando lado a lado as verdades dos candidatos a presidente. Foi o que VEJA se propôs ao encaminhar o mesmo questionário para as respostas de Figueiredo e Euler Bentes, no último dia 5. Na quinta-feira da semana passada, as respostas já se encontravam na redação da revista, sem mais retoques a acrescentar e sem que um tivesse conhecimento anterior dos argumentos e raciocínios do outro. O resultado encontra-se a partir da página 30, precedido da cobertura do que os dois candidatos fizeram e disseram durante a semana passada.

"Já não sei mais. Será que sou correspondente no México ou na Nicarágua?" A pergunta, em tom exausto, ao final de mais uma massacrante semana de trabalho, vinha, na madrugada do último sábado, de Wladir Dupont, correspondente de VEJA — a propósito, no México ou na Nicarágua? Dupont, na verdade, normalmente é baseado no México. Mas já faz quase um mês, desde o dia 22 de agosto passado, quando foi ocupado o Congresso nicaragüense por um grupo de guerrilheiros sandinistas e se iniciou a crise atual, os acontecimentos o forçam a acompanhar as evoluções do ditador Anastasio Somoza e seu povo. Dupont viu tudo de perto — a ousada operação dos guerrilheiros no palácio, as greves e protestos que se seguiram. Nada se compara, porém, com os fatos da semana passada. Agora a Nicarágua está em guerra. Uma guerra civil aberta, franca. E, ao correr da semana, eram comuns as análises que tentavam procurar no passado do continente paralelismos para a situação nicaragüense. Estaríamos em face de uma nova Cuba? Ou de uma nova República Dominicana? As impressões e constatações de Dupont estão na reportagem que começa na página 38.

S.P.

P.S. — José Roberto Guzzo, diretor de redação de VEJA, está em férias.

Índice

CAPA: radiofoto UPI

Tiragem desta edição: 297 800 exemplares

Populatria

Uma reportagem do semanário americano Time *de três semanas atrás, sobre a condição dos menores pobres no Brasil, provocou reações tempestuosas e desencontradas das pessoas que deveriam cuidar da questão social do país. Diz a revista que há 2 milhões de crianças brasileiras abandonadas e outros 14 milhões que vivem em condições tão miseráveis que é "quase preferível" que também estivessem abandonados. O problema existe, todos sabemos; e os números citados são verossímeis. Todavia, esse espectro desenganador não parece bastante grave para aproximar as discussões de um importante aspecto da questão: o coeficiente de natalidade brasileiro seria excessivo?*

A bem da verdade, o tamanho de uma população não é exclusivamente responsável pelo grau de pobreza da sociedade. Mas não há dúvidas de que a ausência de uma política de disciplina populacional só contribui para tornar as coisas mais difíceis. Ainda mais quando não se conhece a dimensão do problema. Por exemplo, o ministro Paulo de Almeida Machado, da Saúde, informou nos últimos dias que não se entusiasma pelo princípio do controle da natalidade porque, neste caso, "dentro de trinta ou quarenta anos a população de aposentados seria maior do que a população ativa, e quem vai trabalhar para dar assistência médica à população envelhecida?" O ministro erra na conta, porque, segundo a última edição do próprio anuário estatístico do governo, o Brasil terá no ano 2000 aproximadamente 120 milhões de pessoas na faixa de 15 a 64 anos — onde se encontra quase todo o grupo que trabalha — e apenas 9 milhões com mais de 65 anos.

E haveria ainda 70 milhões de crianças menores de 14 anos. De acordo com essa estimativa oficial, o verdadeiro problema seria, isso sim, o de como atender adequadamente a fatia mais jovem da população — pois os velhos não iriam representar mais que 5% do total de brasileiros vivos. Assim, o desafio nacional no campo da vida social continua a se concentrar no atendimento aos jovens. Acenar com o fantasma do excesso de aposentados é a forma menos inteligente de fugir ao exame do problema real: temos ou não condições de tratar adequadamente os milhões de menores que agora vivem em condições subumanas? A resposta não está, por certo, na manipulação apressada de números equivocados.

Marco Maciel com os dirigentes sindicais no Congresso Nacional: um mero

Operários e política

As tensões do primeiro confronto institucional entre os sindicatos e o governo

Durante umas poucas horas, no início da semana passada, parecia que uma pequena mas expressiva força-tarefa sindical, determinada a opinar em Brasília sobre as reformas políticas que começavam a tramitar no Congresso *(ver a página 22)*, marchava para um delicado confronto com o governo. Pois, pela primeira vez nos últimos catorze anos, desenhava-se a formação de um grupo intersindical autônomo, sem ligações com o poder ou com os partidos, disposto a apresentar reivindicações muito claras e definidas no plenário e nos gabinetes do Congresso Nacional.

O primeiro objetivo da expedição era pressionar os parlamentares para que não aprovassem o decreto-lei que proíbe a greve nos setores considerados essenciais. Para isso, dezesseis líderes sindicais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro resolveram ignorar as rigorosas normas em contrário ditadas por uma portaria do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto — que reforçaria a proibição num pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão transmitido às 8 horas da noite de domingo, dia 10 —, e desembarcaram na última segunda-feira em Brasília. Sua missão, explicada num comunicado divulgado naquela mesma tarde, era a de praticar um exercício reivindicatório, feito através do canal que julgavam adequado — o Legislativo. Na ótica oficial, contudo, essa movimentação começava a ser interpretada por um ângulo menos simplista. Atrás dessa viagem não se avistaria o embrião de um partido de trabalhadores? Pior ainda, ao juízo do Palácio do Planalto: além do sonho de um partido, de classe, não haveria em torno de tudo isso um cuidadoso ensaio para se relançar, num prazo incerto mas sem dúvida não muito distante, algo semelhante ao extinto Comando Geral dos Trabalhadores?

ORIGENS — Essas preocupações devem ser compreendidas a partir dos cuidados que o governo dedica à preserva-

SALOMON CYTRYNOWICZ

exercício de formalidade

ção do cerimonial gradualista para a abertura do espaço político interno. Na verdade, o Palácio do Planalto começou a prestar atenção ao movimento dos líderes operários desde o último dia 2, um sábado, quando 100 delegados de 28 sindicatos de diversas categorias se reuniram no Rio de Janeiro para redigir o documento "O Trabalhador e a Reforma Constitucional", em que se adotaram teses como a Constituinte, anistia, revogação dos atos de exceção e amplas liberdades políticas — além de manifestar solidariedade às greves em andamento. No dia seguinte, apesar do fim de semana, o Ministério do Trabalho anunciou, sintomaticamente, que a greve dos bancários de São Paulo seria tratada como um movimento ilegal — e que o governo não admitiria que dirigentes dos sindicatos ligados a atividades não classificadas como essenciais a apoiassem publicamente. No entanto, o ministro Arnaldo Prieto recusou-se a anunciar a posição oficial em relação à já prometida viagem dos dirigentes sindicais a Brasília.

Nada mais explicável. A essa altura, sucediam-se reuniões de avaliação da equipe de Prieto, denunciadas pela pouco rotineira agitação nos corredores do Ministério. Esses encontros reuniam os assessores mais próximos de Prieto e os delegados regionais do Trabalho do Rio e de São Paulo. Finalmente, na tarde de sexta-feira, dia 8, Prieto conferenciaria no Palácio do Planalto, durante nada menos do que três horas, com o chefe do Serviço Nacional de Informações, general Otávio Aguiar de Medeiros. Os resultados dessa maratona surgiram nos jornais de domingo, dia 10, com a publicação da portaria que, ao pé da letra, impedia a ida dos dirigentes sindicais a Brasília. E a advertência tornou-se ainda mais grave com a transmissão, naquela mesma noite, da mensagem de Prieto pelo rádio e TV.

E as conseqüências desse arrefecimento foram imediatas: enquanto os sindicatos, num ambiente nervoso, juntavam os dirigentes ainda dispostos a embarcar, o governo passava a vislumbrar no horizonte um ambiente mais desanuviado. De fato, quando se descobriu que apenas pouco mais de uma dúzia de dirigentes dos trabalhadores estavam em Brasília, o próprio ministro Arnaldo Prieto moveu-se para desmanchar a tensão que havia instituído na véspera, quando chamou a atenção dos sindicatos para que "não se deixem conduzir por movimentos que alguns poucos tentam empreender, utilizando as agremiações para objetivos fora de suas atividades". Em outras palavras: o governo temia que a revoada servisse de ponto de partida para atividades políticas, como a reconstrução de um CGT — "e isso nós não permitiremos", lembrou para VEJA na semana passada uma alta fonte do Palácio do Planalto.

AGÊNCIA FOLHAS

Prieto na TV: tentando esvaziar o movimento

Assustadas, as diretorias dos sindicatos ligados ao documento apressaram-se em discutir se, apesar de tudo, confirmariam suas passagens. Em São Bernardo do Campo, na região da Grande São Paulo, o telefone do Sindicato dos Metalúrgicos tocou várias vezes: eram dirigentes de outros Estados insistindo com seu presidente, Luís Inácio da Silva, o "Lula", para que não viajasse, pois achavam que ele, em virtude de sua imagem de liderança política, precisaria ser reservado. O argumento mais utilizado naquela noite de domingo — e que provocaria várias desistências na comitiva — foi o de que, no momento em que os sindicatos começavam a se fortalecer, seria imprudente "pôr tudo a perder". Essa dose de prudência contribuiu, sem dúvida, para esvaziar as dimensões do movimento que, temia-se no Planalto, poderia reunir até uma centena de trabalhadores no recinto do Congresso.

APREENSÕES DESFEITAS — De qualquer modo, a seqüência dos fatos tranqüilizou os setores oficiais. Assim, na segunda-feira passada, depois de anunciar a existência de "um embrião do CGT" em São Paulo, Prieto contornou sua declaração e prometeu "não agir precipitadamente". Para essa nova posição, tornou-se decisivo o discreto comportamento dos sindicalistas — que eram na verdade dezesseis. Na sua peregrinação pelo Congresso, eles foram recebidos pelos notáveis da Arena e do MDB e o nível dos diálogos esteve quase sempre aceitável. Dos oposicionistas, como se esperava, ganharam apoio e simpatia — e seu documento seria incorporado à declaração de voto do MDB sobre o projeto das reformas políticas do governo. Os arenistas receberam as reivindicações numa atitude formal, mas cortês, como aconteceu com o presidente do Congresso, senador Petrônio Portella, e o presidente da Câmara, deputado Marco Antônio Maciel. Houve exceções, é certo, como ocorreu no encontro com o senador José Lindoso (Arena-AM), a quem os sindicalistas igualmente externaram sua posição contrária ao decreto-lei que estabelece as proibições de greves nos setores chamados essenciais. "A reforma foi definida", afirmou Lindoso. "Mas como, se ela não foi votada?", insistiu Lula. Nesse momento, Lindoso descontrolou-se e, já aos berros, encerrou a conversa: "Há o regimento. Isto aqui não é a casa da sogra".

Foi, em todo o caso, uma posição isolada, pois até o deputado Sinval

Boaventura, conhecido por sua posição pouco liberal, definiu os líderes sindicais como "moderados e honestos" — e de resto não era de outra forma que vários setores do país os viam na semana passada. "As posições dos líderes sindicais são coerentes", observava o presidente da Indústria de Refrigeração de São Paulo, Paulo Francini. E a possibilidade de que esse movimento possa representar a semente de um novo partido? Nem isso parecia assustar os políticos. "Na medida em que os partidos passarem a se assentar sobre uma verdadeira base popular", interpretava o deputado José Roberto Faria Lima (Arena-SP), "a democracia será fortalecida." Ou, como lembrava o deputado estadual paulista Paulo Kobayashi, também da Arena: "No mínimo os trabalhadores estão ganhando um alto poder de composição para entrarem num futuro partido político". Seja como for, na última quinta-feira, com as tensões desfeitas — ou pelo menos adiadas até o próximo confronto —, o ministro Arnaldo Prieto embarcava sem maiores sobressaltos para uma viagem de rotina a Santa Catarina, enquanto os líderes sindicais deixavam Brasília sem estar inteiramente decepcionados com os resultados. "Podemos não ganhar nada com esta vinda, já que nossas reivindicações não foram levadas em consideração", dizia à reporter Ângela Ziroldo, de VEJA, o presidente do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves. "Mas haverá um momento em que isso irá ocorrer." •

Sarney e Vieira na comissão mista:

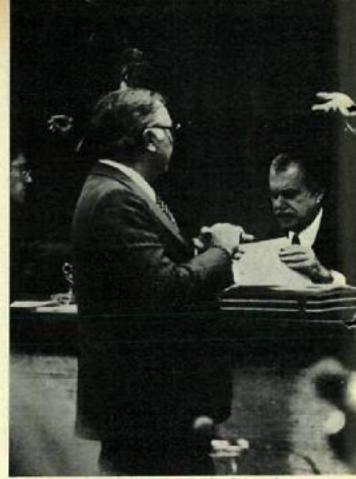
REFORMAS

O país começa a mudar

Sem emendas da oposição, o projeto do governo será aprovado pelo Congresso nesta semana

Emocionado, lágrimas nos olhos, o senador Daniel Krieger, da Arena gaúcha, admitiu na quarta-feira passada, durante a reunião da comissão mista do Congresso encarregada de examinar o projeto de reformas políticas do governo, que algumas queixas do MDB — desgostoso com o parecer do relator, senador José Sarney — eram procedentes. "Mas votarei favoravelmente ao projeto", ressalvou Krieger, "por considerá-lo a porta do estado de direito." À beira da aposentadoria política, o velho senador parece ter encontrado na votação do projeto do governo a grande oportunidade para uma digna despedida da vida parlamentar. "Esta é a etapa mais completa já surgida durante os governos revolucionários rumo à democracia", sentenciou.

Pensam como Krieger, com certeza, o presidente Geisel e o general Figueiredo. Exatamente por isso, o relator Sarney, solidamente escorado pela maioria arenista na comissão mista, rebateu com energia em seu parecer as emendas que pudessem provocar alterações de substância no texto original. O senador maranhense argumentou que tais emendas padeciam de "vício formal" — ou seja, nada tinham a ver com o projeto, quando não ultrapassava amplamente os limites fixados na proposta do Palácio do Planalto. No segundo caso, teria incorrido o "emendão" do MDB, um vasto substitutivo que incluía, entre outras sugestões, a decretação da anistia e a convocação de uma Constituinte. Segundo o relator, o "emendão" não poderia ser examinado por se exceder em relação à proposta que pretendia emendar.

VOTAÇÃO EM BLOCO — Na verdade, Sarney tem razão quando defende a qualidade das reformas redigidas sob a supervisão direta do presidente Ernesto Geisel — e também quando lembra que a oposição sempre pediu algumas das medidas que agora devem ser inscritas na Constituição, como a volta do habeas-corpus, a extinção do Ato Institutional n.º 5 e a restauração da Independência do Legislativo. Contudo, os congressistas da oposição estavam, na semana passada, muito mais preocupados com a tarefa de protestar contra o modo de realizar a votação. "Mais uma vez procurei mostrar a Sarney que as lideranças dos partidos precisavam entender-se acerca da discussão e tramitação das reformas", disse a VEJA o deputado Laerte Vieira (MDB-SC), presidente da comissão mista. "Mas o relator tratou do assunto exclusivamente no Planalto e no Hotel Aracoara." Intransigência do senador maranhense? Não é bem assim. Sucede que o presidente Geisel decidiu que não competia à Arena negociar com o MDB o conteúdo do projeto. Coube a Sarney, dessa forma, desincumbir-se da missão com a eficácia possível. No entanto, se o MDB exagerou quando, na prática, passou a reclamar uma Constituinte num momento em que Geisel esforça-se para consolidar objetivos mais limitados, é igualmente verdadeiro que o governo preferiu oferecer à oposição um projeto pronto e acabado.

E essa estratégia foi evidenciada na reunião da comissão mista, na quarta-feira, que aprovou por 14 votos a 5 o parecer de Sarney. Um a um, foram rejeitados os pedidos de "destaque", que permitiriam a votação em separado de determinados itens do projeto. Nesta terça-feira, quando as reformas serão votadas pelo plenário do Congresso, os pedidos de destaque serão novamente rechaçados pela maioria da Arena. Assim, restará ao MDB aprová-las — ou não — em bloco. "Se fosse um assunto só", queixa-se o deputado Ulysses Guimarães, presidente do MDB, "ainda se poderia exigir a votação em bloco. Mas as emendas versam sobre assuntos específicos: o restabelecimento pleno do habeas-corpus, por exemplo, é uma coisa; a criação de medidas de emergência, outra."

PRIMEIRA ETAPA — Na tumultuada reunião de quarta-feira passada, as propostas insistentemente reiteradas pelos emedebistas esbarraram numa curta frase do relator: "Mantenho o parecer",

CARLOS NAMBA

não houve espaço para negociações

repetia Sarney. Da inflexibilidade do relator não escapou sequer seu correligionário Antônio Mariz, da Arena paraibana, autor de uma emenda que versava sobre a reformulação partidária. Segundo o texto de Sarney, o partido que não alcançar 3% dos votos em pelo menos nove Estados terá sua votação anulada. E Mariz propunha que os parlamentares eleitos por partidos que não alcançassem tais limites mínimos tivessem o direito de filiar-se a um outro partido, ou permanecer independentes.

Rejeitada a emenda, teme o deputado paraibano que acabem ocorrendo "cassações brancas". "Um senador eleito com 5 milhões de votos em São Paulo poderá não ser diplomado porque sua legenda não alcançou os percentuais exigidos nos outros Estados", exemplifica Mariz. Para prevenir tais riscos, sua emenda também estipulava que um partido teria direito à representação caso elegesse 10% dos deputados e senadores — sem levar em conta a distribuição geográfica dos votos.

A exemplo da proposta de Mariz, outras emendas, se aprovadas, poderiam ter contribuído para aperfeiçoar o projeto do governo. De todo modo, o texto esculpido por Sarney já configura um notável avanço — e, como reconhece o próprio presidente Geisel, as reformas representam apenas a primeira etapa na caminhada rumo à democracia. Apesar dos compreensíveis ressentimentos, o MDB não deverá fechar questão contra o projeto. "Ele é muito eclético, heterogêneo, e acho que cada um deve votar de acordo com a sua consciência", adiantou na quinta-feira o deputado Ulysses Guimarães. No futuro, o MDB certamente poderá submeter ao Congresso as emendas ora rejeitadas. E será mais fácil debatê-las num país livre do AI-5 e de cassações sumárias, fulminadas justamente pelo projeto de reformas do governo. •

O desabafo do presidente em Uruguaiana

A inauguração de um centro social na cidade gaúcha de Uruguaiana levou o presidente Ernesto Geisel, na quinta-feira passada, à fronteira do Brasil com a Argentina — mas não desviou sua atenção dos temas políticos que preocupam o Planalto. Num discurso de improviso, Geisel aludiu ao projeto de reformas, manifestando o desejo de vê-lo aprovado "com o possível apoio, senão de todos, de parte da oposição". De início prevista para o dia 20, a visita presidencial foi antecipada justamente para que Geisel pudesse estar em Brasília no momento da aprovação das reformas.

No mesmo pronunciamento, Geisel admitiu que as reformas irão prosseguir. "Espero que o governo que vai me suceder prossiga nesta obra (. . .), tendo em vista darmos uma democracia cada vez melhor", afirmou. Bem mais vigoroso foi o desabafo que Geisel deixou escapar, logo depois do comício, durante uma reunião com líderes arenistas da região, um tradicional reduto do ex-PTB. "O Brasil está voltado ao mito de Brizola", reclamou o presidente na primeira referência pública em quase cinco anos de mandato ao ex-governador Leonel Brizola. "Será possível que tenhamos tão pouca capacidade e imaginação que vamos trazê-lo de volta?", indagou.

Geisel explicou que o nome de Brizola fora citado apenas como um exemplo. "São tantos outros, são Almino Affonso, Doutel de Andrade, são beltranos", esclareceu. A inusitada reclamação presidencial, de qualquer forma, não ficaria restrita à movimentação de políticos cassados. "Vamos entregar o poder a uma oposição que usa de todos os artifícios e que não busca uma realidade?", perguntou o presidente. Ele mesmo deu a resposta: para alívio de alguns dos políticos locais, Geisel somente recomendou que a Arena vencesse as eleições de novembro — e encerrou a reunião.

ELEIÇÕES

Feudo arenista

Na Bahia, o MDB não tem chances de vitória

No mapa das inquietações eleitorais do Palácio do Planalto figuram todos os principais Estados do país — menos a Bahia. Convencida de que controla a esmagadora maioria dos 3,7 milhões de eleitores espalhados por 336 municípios, a Arena baiana promete eleger "com 500 000 votos de diferença" seu candidato ao Senado, o ex-governador Lomanto Júnior. E, de quebra, abiscoitar 25 dos 32 lugares reservados à Bahia na Câmara Federal e 42 das 56 cadeiras da Assembléia Legislativa. Tais prognósticos podem soar excessivamente retumbantes. Mas nem os mais otimistas militantes do MDB se mostram dispostos a apostar na vitória do partido no pleito de novembro.

"A Bahia é a trincheira da Arena no país", proclama o ex e futuro governador Antônio Carlos Magalhães. Que fa-

AGÊNCIA ESTADO

Geisel no comício: defesa das reformas

tores teriam contribuído para que fosse cavada tão sólida trincheira no nordeste? O senador Luiz Viana Filho, que governou o Estado entre 1966 e 1970, acredita que a tendência arenista do eleitorado baiano repousa em "causas econômicas e sociológicas profundas". Segundo Viana Filho, a sociedade baiana sempre foi conservadora, fechada. O ex-governador menciona, enfim, a vocação agrícola do Estado, que mantém os trabalhadores "mais dispersos e menos organizados".

TRAÇO DE IMOBILISMO — Segundo a professora de História Consuelo Novais Sampaio, da Universidade Federal da Bahia, os atuais partidos políticos exibem numerosos pontos de contato com os que atuaram no Estado na primeira metade do século. "Os agrupamentos políticos assemelhavam-se a claques organizadas, prontas a aplaudir as decisões dos chefes", afirma Consuelo, autora de um livro sobre o tema. "Os programas partidários eram elementos acessórios e perfeitamente dispensáveis, e a renovação dos quadros políticos era mais de cunho biológico que de caráter ideológico", ressalta a professora. "O que mudou?"

Pouca coisa — conforme atesta a presença em cena de poderosas clãs regionais. O futuro vice-governador, deputado federal Luiz Viana Neto, por exemplo, é filho e neto de ex-governadores — uma frondosa árvore genealógica com raízes no período imperial. E o futuro biônico Jutahy Magalhães é filho do também ex-governador Juracy Magalhães. Segundo líderes da oposição, esses exemplos de transmissão hereditária do poder tornam-se ainda mais sólidos por efeito de certas características baianas — como a altíssima taxa de analfabetismo, que corresponde a cerca de 50% da população adulta. Segundo recente levantamento da Justiça Eleitoral, 60% dos jovens baianos que alcançaram a maioridade neste ano não puderam obter títulos de eleitor porque não sabiam ler nem escrever.

SEM LIDERANÇAS — O deputado estadual Roque Aras, presidente do MDB da Bahia, prefere lamentar "a falta de uma consciência operária e sindicalista no Estado". Também por isso, interpreta Aras, o MDB não tem logrado enfrentar "o terrível processo de achatamento, aliciamento e corrupção movidos pelos últimos governadores, sobretudo por Antônio Carlos Magalhães". Magalhães, por sinal, parece firmemente postado na alça de mira de alguns oposicionistas. O economista Rômulo Almeida, um dos dois candidatos do MDB ao Senado, afirma que certas regiões baianas são propícias à implantação de "currais eleitorais, que se tornam mais efetivos por força das pressões, violências, intimidações e dos pequenos favores que por algum tempo beneficiam os vaqueiros do gado eleitoral".

ALDEMAR VICTOR

Magalhães em campanha: a liderança na trincheira do nordeste

E para Almeida, ele próprio um político e empresário da velha estirpe populista, que foi chefe dos assessores econômicos da Presidedência durante o segundo governo de Getúlio Vargas, nos anos 50, "Antônio Carlos Magalhães alia as condições de um vaqueiro-chefe às de um político populista".

De qualquer forma, as eventuais virtudes da oposição baiana certamente não incluem a combatividade. Com as cassações de janeiro de 1969, que ceifaram preciosas cabeças nas bancadas federal e estadual, o partido passou ao domínio de uma ala — considerada "adesista" por seus adversários domésticos — comandada pelo deputado Ney Ferreira, genro e herdeiro político do ex-governador e cacique pessedista Antônio Balbino. De lá para cá, a dócil direção do MDB quase não tem causado dores de cabeça ao bloco arenista. E hoje, com exceção do ex-deputado federal Francisco Pinto, novamente candidato a uma vaga no Congresso, o MDB baiano não dispõe de lideranças populares.

Compreensivelmente confiante, o futuro governador Magalhães sustenta que, na Bahia, os partidos não se prendem a ideologias — e, sim, a lideranças. Há, também, o fascínio do poder. "E aqui, como em todo o nordeste, o poder é a Arena", informa Magalhães. Não é estranho, assim, que todas as facções da Arena — além de algumas fatias do MDB — se tenham unido a Magalhães imediatamente após sua unção, em maio deste ano. "Ontem como hoje", compara a professora Consuelo, "os grupos políticos que surgem na Bahia estranham-se a princípio, mas logo reconhecem-se, reconciliam-se, acomodam-se e entre si acabam repartindo os novos postos de comando da sociedade." Então, tudo continua rigorosamente igual? "Naquele tempo", responde Consuelo, "pelo menos havia uma espécie de pudor que hoje parece já não existir." PAOLO MARCONI

Longe das urnas

40 000 eleitores de Itaipu não votarão em novembro

No próximo dia 15 de novembro, quase 40 000 eleitores deverão atulhar um pequeno prédio no centro de Foz do Iguaçu, na fronteira do Brasil com o Paraguai, para cumprir a lei. Trata-se de um contingente de votos numerosos o suficiente para eleger pelo menos um deputado federal e dois estaduais — apenas, no prédio em questão, o dos Correios, não haverá urnas. Ali se concentrarão os trabalhadores da usina hidrelétrica de Itaipu e seus fami-

Maria Quitéria: como os peões, alheia à política

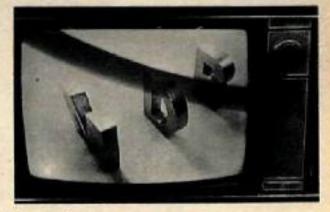
FOTOS IRMO CELSO

liares, obrigados a informar por via postal que não poderão votar no pleito parlamentar dêste ano. Todos são forasteiros, vindos de diferentes pontos do país em busca de trabalho. E nenhum deles cuidou de transferir seu título de eleitor para a 46.ª zona, que abrange a comarca de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do Paraná.

Se esse expressivo contingente ocioso tivesse sido incorporado ao eleitorado do lugar — hoje com 47 000 eleitores, duas vezes mais que em 1976 —, Foz do Iguaçu reuniria cerca de 90 000 cidadãos com direito a voto, mais que o colégio do Acre. Só em julho passado, todavia, um juiz-preparador deslocou-se para o canteiro de obras, à cata de gente interessada em transferência de títulos. "Quase todos os que se interessaram pertenciam aos quadros administrativos da Itaipu Binacional", conta o juiz Roberto Sampaio da Costa Barros. E a esmagadora maioria de peões? Para o juiz, o desinteresse do grupo é culpa da "falta de publicidade dos atos normativos do Tribunal Eleitoral".

QUEM ERA? — Todavia, a formação desse grande contingente de "eleitores em trânsito" não é apenas um testemunho da ineficiência burocrática. O próprio juiz Costa Barros ressalva que "uma população flutuante, exercendo cargos temporários, não vai arriscar uma transferência de título que, mais tarde, somente lhe trará novos aborrecimentos". Como Foz do Iguaçu é considerada área de segurança nacional, os novos eleitores nem sequer poderiam escolher seu prefeito. Além do mais, o regime de trabalho nos canteiros não costuma reservar aos peões horas de folga — nem energias — para conversas políticas. "Tenho o título só porque preciso do documento", depõe Maria Quitéria Soares, 25 anos. "Esse caso de política não me interessa." Nascida em Goiás, Maria Quitéria se apresenta como "mulher de barrageiro" e informa ter votado uma única vez na vida. Também a onipresente guarda particular da Binacional cuida de manter os trabalhadores ocupados em tarefas estritamente profissionais.

"O governo dormiu no ponto, porque este é o maior curral eleitoral do Brasil", lamenta um funcionário da empresa. "Se fosse feita uma campanha para qualificação de eleitores ou transferência de títulos, bastaria orientar os chefes de turma quanto ao candidato desejado e eles fariam o resto."

É possível. Isolados nesse peculiar microcosmo fronteiriço, milhares de brasileiros praticamente ignoram a movimentação de candidatos no resto do país. E revelam um constrangedor desconhecimento mesmo dos rostos e vozes hoje localizados no primeiro plano do cenário político. Em agosto passado, por exemplo, o canteiro de Itaipu foi visitado por um homem de óculos claros e cabelos lisos, acompanhado por uma pequena multidão de altos funcionários da Binacional, parlamentares e jornalistas. Saudado pelo visitante, que lhe dirigiu algumas palavras e seguiu adiante, um trabalhador postado no caminho da comitiva foi imediatamente cercado por jornalistas que desejavam saber o que ele achara do curto diálogo. "Quem era aquele sujeito?" indagou o peão. Era o general João Baptista Figueiredo. •

A "lei Falcão" entra no ar

Os 42 milhões de brasileiros aptos a votar começaram a ser informados na quinta-feira da semana passada que, a 15 de novembro próximo, haverá eleições para o Senado, Câmara e Assembléia. Para que possam escolher seus candidatos, eles estão sendo bombardeados diariamente, ao longo de duas horas divididas em lotes de cinco minutos, com o programa de maior número de personagens já levado ao ar pelas emissoras de rádio e televisão do país — o chamado horário de propaganda eleitoral gratuito, com duração de sessenta dias. Graças aos rigores da "lei Falcão", que pela primeira vez é aplicada numa campanha parlamentar — antes, ela fora empregada nas eleições municipais de 1976 —, cada candidato tem direito de apresentar, pela voz neutra de um locutor comercial, um brevíssimo currículo de 25 segundos, tempo que alguns aproveitam para lembrar que concluíram o curso ginasial ou que participaram da comissão de festejos do aniversário de sua cidade. De posse desses dados, os eleitores deverão escolher os homens que irão representá-los politicamente nos próximos quatro anos.

Planalto, quarta-feira: após a negociação, o grupo vai ao palácio

CUSTO DE VIDA

Ao presidente

As assinaturas chegaram ao Planalto. Sob protesto

Às 3 horas da tarde de quarta-feira da semana passada, travou-se em plena praça dos Três Poderes, em Brasília, uma longa, penosa e às vezes engraçada negociação. De um lado, carregando gordos 21 pacotes, cada qual contendo cerca de 200 000 assinaturas, 21 representantes do Movimento do Custo de Vida, de São Paulo, lutavam para atravessar a ampla avenida que os separava do Palácio do Planalto, onde seriam recebidos em audiência na Assessoria Jurídica do Gabinete Civil da Presidência. Do outro, dois oficiais do Exército, membros da segurança do Palácio, não permitiam que o pequeno batalhão avançasse com seus 120 quilos de protestos contra as altas taxas de inflação. "Os homens disseram que apenas cinco pessoas podem subir", disse o sargento Mário Luís, o primeiro emissário destacado para interromper o cortejo, ainda do outro lado da avenida. "Fomos escolhidos por uma assembléia de 21 000 pessoas e recebemos a garantia do senador Petrônio Portella de que todos poderiam vir", disse uma voz, no meio do grupo.

Constrangido, o sargento voltou à base, para consultas. Dez minutos se passaram até que um novo negociador atravessou a avenida. Desta vez, era um capitão. "Que falem os líderes", sentenciou o oficial. "Não temos líderes", respondeu o grupo, em coro. "Bom, se forem só cinco, serão recebidos", disse o capitão — e retirou-se para o Palácio. Perplexo, o grupo começou a discutir qual a melhor forma de fazer com que seus pacotes chegassem à Presidência da República. Um sugeriu que os pacotes fossem abandonados ali mesmo, na praça. Outro propôs queimar toda a papelada. Finalmente, alguém achou mais sensato escolher as cinco pessoas — só que elas não subiriam para a audiência. Como protesto, deixariam os pacotes no protocolo do Palácio.

E assim aconteceu. Recusando a ajuda dos agentes de segurança, a comissão transportou a encomenda em duas viagens. Na praça, os outros abriram uma faixa, o que despertou a corrida e os gritos de um agente de segurança. "Fecha isso aí", berrou ele. A faixa foi embrulhada e todos se retiraram.

PROFESSORES

Classe cheia

A greve dos 120 000 mestres paulistas terminou

Foram quatro semanas de agitada e por vezes tensa mobilização. Os professores paulistas das escolas públicas de primeiro e segundo graus decretaram uma greve por aumento de salários ao anoitecer de 15 de agosto passado — e só decidiram voltar ao trabalho na quarta-feira da semana passada, durante uma assembléia que reuniu 5 000 pessoas num colégio particular da capital. O movimento acabou sem que a principal reivindicação, um aumento imediato de 27%, fosse atendida pelo governo do Estado e Prefeitura de São Paulo, que ocupam no conjunto mais de 260 000 professores. Mas a paralisação não deixou de assinalar alguns detalhes inéditos, pois o número de adesões aproximou-se de 120 000 professores, antes que a administração decretasse um período extraordinário de férias, a 2 de setembro passado.

Ainda no final da semana passada, quando o ambiente caminhava para a normalização, quase um quarto dos alunos não foi à escola. E os grevistas ameaçavam retornar à mobilização caso o governo não apressasse o estudo de uma reclassificação mais generosa que a originalmente anunciada como resposta ao movimento. É verdade que essa disposição já não representa mais que o desejo de um grupo minoritário. Contudo, o balanço da greve indica que as velhas fórmulas de organização dos professores paulistas, apoiadas sempre em obras assistenciais e de recreação, tornaram-se incapazes de conter as aspirações da categoria. •

DIREITOS HUMANOS

Prisão no exílio

Uma estudante brasileira condenada no Uruguai

Uma das 500 presas políticas confinadas na penitenciária de Punta Rieles, a 20 quilômetros de Montevidéu, a brasileira Flávia Schilling, estudante de Medicina de 24 anos, enfrenta sérios problemas de saúde e a perspectiva de completar seis anos de permanência nos cárceres do Uruguai em situação de completo abandono — não pode receber visitas de sua família, de amigos ou mesmo de um advogado.

Presa no final do ano de 1972, sob a acusação de pertencer aos quadros da organização esquerdista Tupamaros, Flávia Schilling foi condenada em 1976 a dez anos de prisão por atividades subversivas — e mais cinco anos como medida de segurança. Em vão, ao longo da semana passada, o advogado gaúcho Décio Freitas, amigo da família Schilling, e a pedido dela, tentou conseguir acesso pelo menos ao texto do processo que a condenou. "Tive todos os meus passos cerceados", disse ele no final da semana passada em Montevidéu, à procura de alguém que o ajudasse.

Flávia

Todos os advogados com quem esteve disseram-lhe que só poderiam aceitar a causa depois de uma consulta formal aos órgãos de segurança. Junto ao defensor de ofício de Flávia, coronel Mario Rodrigues, designado pelo Tribunal Militar para defendê-la, Freitas teve uma desagradável surpresa. "Procurei-o solicitando informações", contou ele, "mas ele declarou-se impossibilitado de me atender uma vez que não só desconhece ó processo como sequer sabe quais são as acusações e qual a condenação imposta."

QUASE SEM VOZ — Na verdade, os dissabores provados na semana passada por seu advogado são apenas mais um dos incidentes e violências que Flávia Schilling vem sofrendo desde que está presa. Ela foi para Montevidéu em 1964 quando sua família viu-se forçada a sair do Brasil. O pai, Paulo Schilling, ex-assessor de Leonel Brizola, pediu asilo à embaixada uruguaia no Rio de Janeiro logo após a queda do governo João Goulart. Mais tarde, sua esposa e as quatro filhas tentaram juntar-se a ele no Uruguai mas não conseguiram autorização para viajar.

"Tivemos que entrar clandestinamente no Uruguai", conta Ingeborg Maria Wesp Schilling, mãe de Flávia, atualmente residindo em Buenos Aires *(veja o quadro abaixo)*. "Foi, evidentemente, um trauma sério para a família. Durante catorze anos os consulados nos negaram passaporte. Só conseguimos documentação regular, agora, em 1978." Flávia tinha 11 anos quando chegou a Montevidéu. Ela continuou os estudos e, em 1972, era primeiranista de Medicina. No dia 24 de novembro, quando conversava com o namorado no pátio da faculdade, recebeu voz de prisão. Assustada, tentou fugir mas foi alvejada pelas costas com um tiro que entrou no pescoço, atravessou a faringe, a laringe e o epiglote. Foram necessárias cinco horas de cirurgia e dois meses de tratamento médico para que ela sobrevivesse.

Ainda em recuperação, Flávia — então com 18 anos — foi transferida para o 6.º Regimento de Cavalaria num subúrbio de Montevidéu, onde começou a ser interrogada. Pesava 40 quilos, 12 abaixo do normal, e sua voz ficara reduzida a apenas 20% de seu volume. Além dos interrogatórios, outras adversidades a esperavam. Perseguida pela polícia, sua advogada fugiu do país e não houve condições de substituí-la. Finalmente, em 1975, Paulo Schilling foi expulso do Uruguai, indo morar com a família em Buenos Aires.

Desde então, Flávia ficou praticamente abandonada. Vítima de forte depressão nervosa, acabou contraindo uma úlcera. Para seu novo advogado, o brasileiro Décio Freitas, o isolamento da estudante tem como objetivo transformar a versão oficial das autoridades militares uruguaias sobre o caso — que procura apresentar Flávia como uma perigosa subversiva — na única informação válida sobre a situação jurídica de sua cliente.

RICARDO CHAVES

Freitas: uma viagem quase inútil

Freitas acredita que a única esperança de salvar Flávia, agora, é uma intervenção do governo brasileiro por meio de seu consulado em Montevidéu. "Conversei umas três horas com o cônsul Agenor Soares dos Santos", afirmou o advogado, "e ele prometeu visitar a moça na penitenciária e consultar Brasília sobre o caso." •

"É um milagre Flávia estar viva"

A mãe de Flávia, Ingeborg Maria Wesp Schilling, vive atualmente em Buenos Aires, onde recebeu a correspondente de VEJA, Cecilia Galli, para uma rápida entrevista.

VEJA — *Por que Flávia foi presa?*

SRA. SCHILLING — A agitação social no Uruguai, em 1972, era intensa, especialmente a nível estudantil. Foi praticamente uma fatalidade que Flávia fosse envolvida nesse processo. Quando a prenderam, foi horrível. Somente quatro ou cinco dias depois nos informaram que estava gravemente ferida no hospital militar, onde a submeteram a uma desesperada intervenção cirúrgica. Foi um milagre, pois, quando chegou ao hospital, estava a um passo da morte, praticamente exangüe.

VEJA — *Conseguiram vê-la de imediato?*

SRA. SCHILLING — Não, nem mesmo durante as cinco semanas em que esteve hospitalizada. Nem ao menos no dia de Natal. Finalmente, num estágio mínimo de recuperação, com seu peso rebaixado de 52 para 40 quilos, sem poder ainda alimentar-se normalmente e quase sem poder falar, foi levada a um quartel e submetida a quase dois meses de intensos interrogatórios. É verdade que não se verificaram torturas nesse caso. Somente conseguimos vê-la, três meses depois, quando foi levada ao presídio de Punta Rieles.

VEJA — *Ela ficou lá todo esse tempo?*

SRA. SCHILLING — Não. Flávia e outras oito meninas que haviam sido feridas, e classificadas como "perigosas", foram consideradas como reféns e transferidas para quartéis do Exército. De quartel a quartel, incomunicáveis em calabouços, passaram mais de três anos.

VEJA — *E as visitas?*

SRA. SCHILLING — Ocorriam a cada quinze dias, durante meia hora, porém em condições muito duras. Em alguns quartéis separavam-nos com uma mesa de 3 metros, impedindo qualquer contato físico, um beijo que fosse. A 2 metros de distância, escutando atentamente tudo o que se dizia, dois soldados com metralhadoras. E, como se isso não fosse suficiente, um enorme cão de guarda especialmente treinado para qualquer eventualidade. Era uma forma adicional de tortura psicológica.

SALOMON CYTRYNOWICZ

O candidato do MDB com os chefes do partido: depois da feijoada, acordo

OS CANDIDATOS

As grandes manobras

Euler Bentes reúne-se com militares em Brasília e Magalhães faz elogios a Figueiredo

A operação teve lances de filme de aventuras — não tivesse sido ela planejada por oficiais pára-quedistas treinados nesse tipo de atividade. Pouco antes das 22 horas de quarta-feira passada, em Brasília, onde se encontrava desde o dia anterior entregue a contatos políticos, o general Euler Bentes Monteiro despediu-se dos participantes de um debate sobre economia brasileira, organizado por seus assessores, na associação comercial, e partiu de automóvel. O carro o levou à garagem de um edifício numa superquadra da Asa Sul, onde outro veículo já o aguardava. Minutos depois, em outra garagem, repetiu-se a manobra. Finalmente, numa terceira garagem, o general desembarcou de vez e tomou o elevador que o deixaria no apartamento de um coronel da reserva da Aeronáutica.

Para que tanto mistério? É que nesse apartamento, segundo relatos confiáveis, esperavam pelo candidato do MDB precisamente 43 coronéis e tenentes-coronéis — quase todos do Exército, uns poucos da Força Aérea —, e cinco oficiais-generais, um deles de quatro estrelas. Seriam eles os soldados da candidatura Euler Bentes em Brasília, os representantes da oposição que se afirma existir nas Forças Armadas à indicação do general João Baptista Figueiredo para presidente da República. Mas que influência teriam eles junto aos companheiros de farda, principalmente nos mais altos escalões militares? E como poderia esse encontro repercutir entre os políticos qualificados a votar no Colégio Eleitoral de 15 de outubro?

PARA A HISTÓRIA — Falta um dado essencial para que tais perguntas comecem a ser respondidas — os nomes dos interlocutores do general Euler Bentes naquela noite. Essa informação, porém, é tratada como um grave segredo pelos assessores do candidato. Sabe-se apenas que um dos cinco generais presentes era Hugo Andrade Abreu — mas isso não chega a ser propriamente uma surpresa. O encontro, que acabou se transformando no tema de maior curiosidade nas conversas políticas de Brasília na semana passada, durou pouco mais de duas horas e foi documentado — um dos participantes comparecera armado de máquina fotográfica. "É para a História", diria ele depois a VEJA, prometendo com imoderado otimismo que "o filme só será revelado no dia da vitória".

Feitas as apresentações formais, um oficial dissertou sobre o "desengajamento do Exército" da sucessão presidencial e sobre a campanha de persuasão que se pretende promover junto aos membros do Colégio Eleitoral para que votem com a convicção de que "quem ganhar, leva". A campanha já teria até um slogan, na forma de um versinho — "O Exército não é seu tutor, você é o único eleitor" —, e alcançaria o ponto culminante dias antes do 15 de outubro, quando "pronunciamentos de chefes militares de prestígio", como sugere vagamente um oficial eulerista, reforçariam a tese de que "as Forças Armadas não têm candidato à Presidência". A propaganda escrita produzida pelos simpatizantes militares do general Bentes é, por sinal, variada e abundante. Há poucas semanas, eles remeteram aos quartéis um texto de sessenta linhas intitulado "Eleições 78 — Início de uma Nova Era", que condena o pacote de abril e afirma ser objetivo da candidatura alternativa "devolver ao povo o direito de pensar".

Nesta semana, deve ser distribuída uma carta assinada por um número ainda não revelado de veteranos da FEB, provavelmente sob inspiração do general Hugo Abreu, ele próprio um ex-combatente. Nela, lembra-se que na eleição presidencial de 1945 venceu o candidato militar (general Eurico Gaspar Dutra) que detinha menos prestígio nos meios militares que seu oponente, o brigadeiro Eduardo Gomes — e "o Exército de então continuou no seu papel de mantenedor da ordem e do regime democrático". A carta termina com uma exortação: "Mantenhamos nosso Exército em seu verdadeiro lugar, os quartéis". De outros escritos também se falou na reunião noturna de quarta-feira. Discutiu-se, de modo especial, o documento enviado oficialmente pelo Centro de Informações do Exército (CIEx) aos generais em postos de comando, no dia 1.º deste mês, encaminhando uma reprodução de um artigo do jornalista Adirson de Barros, publicado na *Última Hora* do Rio de Janeiro, a 21 de agosto.

"DIFAMAÇÃO" — O colunista escreveu então que as teses do general Euler Bentes "são as teses do MDB radical" e que os principais aliados políticos do candidato são os que desejam "uma democracia popular onde cabem todos os demagogos e socializantes que perderam o controle do poder em 1964". A

iniciativa de reproduzir o artigo numa "circular-informação", cujo recebimento foi confirmado na última sexta-feira pelo general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, foi criticada mesmo por chefes militares não alinhados com a candidatura Euler Bentes e também por fontes do Palácio do Planalto.

Segundo informações qualificadas, houve quem falasse em "impertinência" ou, mais irritadamente ainda, em "campanha de difamação de um general-de-exército". Nem o chefe do CIEx, general Edson Boscacci Guedes, nem o ministro do Exército, general Fernando Belfort Bethlem, a cujo gabinete o Centro está diretamente subordinado, divulgaram qualquer esclarecimento sobre o assunto. Soube-se, em todo caso, que os destinatários da circular, que não trazia a assinatura do general Guedes, receberam outro comunicado oficial, desta vez subscrito pelo ministro, pedindo que devolvessem o documento — uma providência que torna nula a primeira remessa.

O último item da reunião do general Bentes com os militares em Brasília foi mais ameno: o candidato da oposição fez um relato de outra reunião que tivera naquela mesma quarta-feira, durante nada menos de seis horas, com a cúpula do MDB. A conversa, no apartamento do senador Roberto Saturnino, correu com extrema franqueza e sem interrupções, primeiro na sala de estar, depois ao redor da mesa de almoço, enquanto era servida uma extenuante feijoada. À noite, o general relataria aos oficiais que o encontro com os dirigentes emedebistas havia deixado "tudo esclarecido". Por exemplo, ele teria recebido a garantia expressa do presidente Ulysses Guimarães de que, doravante, o MDB se empenhará com mais determinação na campanha presidencial. Da mesma forma, o general Bentes comprometeu-se a continuar engajado no partido depois de 15 de outubro.

PRESSÕES VIGOROSAS — Segundo uma testemunha, a reunião do estado-maior oposicionista serviu para concluir que "o processo de abertura será, por exigência da nação, bem mais rápido do que desejam Geisel e Figueiredo". Em conseqüência, conta a mesma fonte, a candidatura Euler Bentes, mesmo derrotada no Colégio Eleitoral, "não só ajudará o MDB no pleito de 15 de novembro como ampliará o espaço político da oposição em 1979, permitindo o exercício de pressões vigorosas sobre o governo Figueiredo no sentido de ampliar as reformas democráticas". Mas o general Bentes não descartou a possibilidade de ser ele, afinal, o próximo presidente. "Caso eu vença no Colégio Eleitoral", garantiu aos emedebistas, "é certo que o Exército respeitará o resultado."

Estimulada pelo entendimento com o general, a direção partidária decidiu dar alguns passos práticos. Já nesta semana, por exemplo, os diretórios regionais e municipais do MDB deverão receber a nova palavra de ordem — colocar a candidatura à Presidência como o carro-chefe de suas campanhas eleitorais. Além disso, ficou resolvido em Brasília que o programa de comícios de Euler Bentes será ampliado — na semana de 7 a 14 de outubro far-se-ão concentrações em praça pública, provavelmente em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Não há nada de novo nessa estratégia. Afinal, ela já estava esboçada quando a própria candidatura do general Bentes tornou-se oficial, em fins de agosto. E o que pode haver de novo aí — as promessas de empenho que ele ouviu dos chefes emedebistas — ainda não é suficiente para introduzir qualquer dúvida séria sobre o comportamento dos políticos arenistas a 15 de outubro, vale dizer sobre quem será o sucessor do presidente Ernesto Geisel. Na própria semana passada, por sinal, pareciam dissipar-se as últimas esperanças eleristas em relação ao senador José de Magalhães Pinto — dono de apreciável contingente de votos em qualquer eleição, direta ou indireta, que se faça hoje no país.

MAIS PRÓXIMO — Não que os adeptos do general, pelo menos os mais lúcidos, acreditassem que o ainda auto-intitulado candidato civil à Presidência da República votaria na oposição a 15 de outubro e, em conseqüência, contemplaria o MDB também com a adesão talvez decisiva de uma robusta dissidência arenista. Eles apenas confiavam em que Magalhães se mantivesse numa postura eqüidistante entre os dois candidatos militares. Mas, na última quinta-feira, o senador formalizou numa nota de 21 linhas a decisão tomada na semana anterior de candidatar-se a deputado federal pela Arena mineira — e encontrou-se pela segunda vez em três semanas com o general João Baptista Figueiredo. Após a conversa, como a outra na residência do brigadeiro Délio Jardim de Mattos, ministro do STM e citado como possível ministro da Aeronáutica no governo Figueiredo, general e senador posaram para os fotógrafos, sorridentes e abraçados.

Na entrevista que se seguiu, Magalhães não chegou a anunciar que apoiará Figueiredo no Colégio Eleitoral. É provável até que se abstenha a 15 de outubro. Mas, a julgar por suas declarações, está mais próximo do que nunca do sucessor escolhido pelo presidente Geisel. "Não seria normal eu apoiar o general Euler, que é candidato do MDB", afirmou, "mas poderia ser normal eu apoiar o general Figueiredo, que é candidato da Arena." E acrescentou: "O programa de redemocratização do general Figueiredo realmente me agrada". ●

ABRIL PRESS

O candidato da Arena com o senador dissidente: o programa agrada

EXCLUSIVO

A verdade de cada um

Figueiredo e Euler Bentes expoêm a VEJA, com exclusividade, suas idéias sobre o quadro político brasileiro e a construção da democracia

Falta pouco menos de um mês para que se reúnam em Brasília os 590 cidadãos incumbidos pelo pacote de abril de 1977 de apontar o próximo presidente da República — em nome dos 42 milhões de eleitores registrados no país. Nesse modelo muito peculiar de pleito indireto, os 359 políticos indicados ao colégio eleitoral de 15 de outubro pela Arena, o partido majoritário, estão de antemão obrigados a votar no sucessor escolhido pelo presidente Ernesto Geisel. Do contrário, poderão ver-se despojados, por infringir os rigores da fidelidade partidária, dos mandatos de senador, deputado federal ou estadual que exerçam. Por isso, em termos de estrita catequese eleitoral, o candidato arenista, general João Baptista Figueiredo, nem precisaria dar-se ao trabalho de percorrer o país para afirmar o que pretende fazer depois de vitorioso. Mas ele preferiu agir de outro modo, como se dependesse efetivamente do voto popular. Assim, mesmo antes que lhe aparecesse pela frente um competidor, o general Euler Bentes Monteiro, candidato lançado pelo MDB, Figueiredo tem apresentado à opinião pública pelo menos uma amostra de suas convicções políticas — e, certamente, mais do que uma amostra de seu estilo pessoal. Sabe-se, em conseqüência, que ele promete continuar as reformas iniciadas no atual governo — e manter o ritmo gradual adotado pelo presidente Ernesto Geisel.

desenho de MARCHI

A plataforma essencial do general Euler Bentes não é menos conhecida. Ele acena com o fim imediato de todos os atos de exceção, a anistia, o restabelecimento da Constituição de 1967 e a convocação de uma Assembléia Constituinte. E espera que tais bandeiras consigam arregimentar em favor de sua candidatura um movimento popular a que não poderiam ficar indiferentes nem os eleitores arenistas de outubro.

Sem dúvida, o programa da oposição é mais ousado. Contudo, é preciso reconhecer que o general Figueiredo arrisca em cada definição a sua condição de favoritismo no pleito indireto — pois suas promessas são compromisso da maioria parlamentar. Por isso mesmo, muita coisa, além da questão do ritmo e do alcance das mudanças a serem feitas, diferencia os candidatos. Sim, ambos são a favor de que o país seja ouvido no processo de tomada de decisões. Mas, enquanto Figueiredo prega a participação de todos os brasileiros "de boa vontade e intenção reta", Euler Bentes afirma que "quaisquer segmentos da sociedade devem ter o direito de expressar suas idéias e opiniões". Outras diferenças, de tom e de substância, emergem nas respostas que os candidatos oferecem, por escrito, a um questionário de VEJA. A seguir, a verdade de cada um:

De que serve 15 de outubro?

VEJA — Qual é, a seu ver, a importância do pleito indireto de 15 de outubro no calendário do aperfeiçoamento institucional?

FIGUEIREDO — Em primeiro lugar, a eleição presidencial de 15 de outubro comprova a sinceridade dos revolucionários de 1964, no sentido da transitoriedade dos mandatos e do propósito de conduzir o Brasil à democracia. Porque às vezes parecemos ter memória curta, convém re-

lembrar que o clima de agitação de 1963/64, se triunfante, conduziria o Brasil a um regime totalitário, cuja primeira característica, em todo o mundo, é a perpetuação no poder dos que cavalgam a crista da onda. A transmissão do poder, depois de 1964, foi sempre pacífica. Com exceção do episódio Pedro Aleixo — lamentado por todos —, foi também rotineira.

Em segundo lugar, a primeira delimitação dos mandatos presidenciais tem concorrido para desencorajar e desmoralizar os eternos prorrogacionistas, que não deixam de ensaiar manobras continuístas. Como eles pensam sempre no interesse próprio, e não no do país, suas pretensões têm sido rechaçadas por todos os presidentes revolucionários.

Em terceiro lugar, é a própria sucessão de presidentes que tem permitido a notável continuidade que se verifica no processo revolucionário. Falo em continuidade não meramente administrativa, mas sobretudo política. A unidade de pensamento e a fidelidade aos compromissos da Revolução de Março é que permitiram que cada presidente se esforçasse, nas circunstâncias de sua época, pelo aperfeiçoamento democrático. É isso mesmo que me permite dizer com segurança que as reformas iniciadas pelo presidente Ernesto Geisel serão continuadas por mim.

EULER BENTES — O pleito de 15 de outubro contém um pecado original: processa-se sob a égide do pacote de abril. Embora o pleito seja de legitimidade mais que duvidosa, admiti candidatar-me para promover ampla campanha de esclarecimento e de convocação popular, visando à democratização do país e à pacificação dos brasileiros.

Só tenho perante a nação um compromisso: contribuir para redemocratizá-la, através da imediata revogação de todos os atos de exceção, da concessão da anistia política, da reformulação partidária e da convocação, o mais breve possível, de uma Assembléia Constituinte. Que fique claro: através da realização efetiva desse programa poderá o pleito de 15 de outubro lavar-se de seu vício de origem e concorrer para o aperfeiçoamento institucional.

Melhor haver dois candidatos?

VEJA — A presença de uma candidatura ativa da oposição na batalha presidencial é um fator que acelera a concretização desse aperfeiçoamento institucional?

FIGUEIREDO — Não. O aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras e o cronograma de sua execução já haviam sido decididos antes de se presumir que haveria uma candidatura presidencial pela legenda da Oposição. Trata-se de um compromisso de Revolução, que está sendo cumprido. O presidente iniciou o processo com absoluta sinceridade. Ele estava cônscio da necessidade de fazer o aperfeiçoamento institucional, e, por isso, desencadeou o processo.

De outra parte, só os que não querem ver a realidade brasileira, como ela de fato é, imaginam que seria possível ir além do que o presidente propôs. Mais ainda, a forma gradualista é a única que permite avançar com segurança, consolidar cada etapa, antes de empreender a seguinte. Isso, para não ter de recuar. Sob esse aspecto, uma candidatura oposicionista é, na melhor das hipóteses, indiferente para acelerar ou retardar o processo.

Do meu ponto de vista pessoal, uma candidatura oposicionista é uma vantagem evidente.

EULER BENTES — Certamente, porque restitui ao povo a confiança no exercício de seus direitos, reintroduz a prática democrática do debate político e conscientiza a nação de que existe um projeto alternativo ao projeto do poder: um projeto que é consistente, sério e democrático, capaz de harmonizar justiça social com pacificação e desenvolvimento com liberdade, fundamentos essenciais à integração de um país de mais de 100 milhões de habitantes.

A abertura é lenta demais?

VEJA — Quais deveriam ser, na sua opinião, os critérios para se avaliar a qualidade e o ritmo da abertura democrática? Estamos indo muito devagar, ou seria necessário apressar as medidas para incorporar os sinais de inquietação social na arena política partidária?

FIGUEIREDO — Acho que estamos indo no ritmo certo. É evidente que estamos indo certo, também, na questão da qualidade das reformas. Quero dizer: o restabelecimento das franquias cívicas que se achavam suspensas — habeas-corpus, garantias da magistratura, inviolabilidade parlamentar, liberdade de opinião e informação e tantas outras — constitui a base da democracia representativa.

É claro que ainda resta muito a fazer. O Brasil tem diante de si muitas opções a tomar, por exemplo, no campo da representação partidária; na forma das eleições (diretas ou indiretas; proporcionais, majoritárias ou mistas); na maneira de assegurar a representatividade do voto, para diminuir e eventualmente eliminar a preponderância do poder econômico sobre as questões políticas, que ainda se nota nos resultados eleitorais, em certas áreas. Entretanto, as reformas de que o Brasil precisa não se esgotam aí. Tenho dito muitas vezes que precisamos de uma profunda reordenação jurídica, para atualizar, consolidar e simplificar campos inteiros do direito.

Cada etapa, entretanto, tem de vir a seu tempo. A própria hierarquia das leis exige que, em primeiro lugar, se defina o quadro institucional em que vamos viver. Em seguida, que se estabeleçam, em forma duradoura, os direitos da sociedade e os das pessoas, para que se criem instrumentos permanentes para sua proteção e gozo efetivo. Sobre essas fundações é que se edificará o Direito e a Lei. A tarefa é grande, exige reflexão e, sobretudo, coordenação. Não pode ser feita de um golpe.

EULER BENTES — Democracia significa ampla participação popular no processo de elaboração das decisões que interessam à nação. Democracia não comporta qualificativos: ou existe ou não existe. Em conseqüência, o único critério aceitável para avaliar o processo de abertura democrática é o pleno respeito da própria prática da democracia — o que exclui, de saída, a ameaça e a intimidação política. Inquietação social só pode preocupar na medida em que não existam canais institucionais para a expressão e a resolução de conflitos inerentes à sociedade moderna. Uma candidatura oposicionista já constitui, em si mesma, um desses canais.

Que mudará após novembro?

VEJA — Acredita que os resultados das eleições de 15 de novembro podem indicar essa velocidade adequada? Por quê?

FIGUEIREDO — Sim. Na medida em que se forme uma base parlamentar sólida e confiável, de apoio aos princípios da Revolução, será mais fácil, e, portanto, mais rápido chegar ao aperfeiçoamento que todos desejamos. Nós, os revolucionários de 1964, não queremos unanimidades — sempre suspeitas. Mas também não aceitamos a radicalização das posições, por definição, contrária ao princípio democrático da conciliação e da busca, em comum, das melhores soluções. Tenho dito que espero que a oposição se comporte como oposição. Isto é, fiscalizando o governo, denunciando irregularidades, emendando os projetos, apresentando os seus. Em uma palavra, procurando o bem comum, segundo sua ótica.

A antítese disso é a oposição sistemática, cega, que nega sua colaboração ao aperfeiçoamento das instituições, em nome de objetivos com forte laivo demagógico. Que apresenta projetos sabidamente inviáveis, só pelo gosto de vê-los rejeitados, esperando tirar dividendos a curtíssimo prazo, na próxima eleição, ou hoje mesmo. Naturalmente, se das urnas de 15 de novembro sair uma oposição dominada pelos radicais, disposta a pôr tudo a perder, em nome de um ideal atingível a médio prazo, mas não imediatamente, então penso que o aperfeiçoamento das instituições sofrerá retardamentos, para não dizer retrocessos. Esta é uma análise realista e fria das perspectivas, feita por quem espera ter a reponsabilidade de enfrentá-las.

EULER BENTES — Consciente do julgamento da nação, o governo não vacilou em armar-se de instrumentos para tentar conter a vontade política da maioria através de restrições à propaganda eleitoral, da eleição indireta dos governadores e da nomeação dos senadores biônicos, como forma de falsear a representação política e de impor seu controle sobre o processo legislativo.

Apesar de todas essas limitações, as eleições de 15 de novembro deverão traduzir a grande insatisfação nacional quanto ao ritmo e ao conteúdo do projeto político do governo, contribuindo, assim, para acelerar o processo de democratização.

A condição militar influirá?

VEJA — Na sua opinião, a origem militar dos dois candidatos influenciará a votação dos membros do colégio de 15 de outubro?

FIGUEIREDO — Não.

EULER BENTES — Minha candidatura não resulta de uma imposição a um partido político, mas de uma conquista política. Não me apresento ao colégio eleitoral na condição de militar, mas na de um candidato livre e democraticamente escolhido por um partido político; de um candidato que propõe um projeto concreto e sério de restauração democrática e de pacificação nacional. Não é a origem militar comum aos dois candidatos que deve influenciar o colégio eleitoral, mas aquilo que os diferencia politicamente. Essa, sim, é que é a verdadeira escolha. Nesse sentido, confio plenamente no discernimento do colégio eleitoral.

Pode haver um retrocesso?

VEJA — Por que se acenam nos últimos dias com tanta freqüência para os riscos de um retrocesso político? Há algo objetivamente diferente na política brasileira que determina cuidados nesse sentido? Greves em serviços públicos? Discussões entre militares?

FIGUEIREDO — Não sei se tem havido maior ou menor freqüência nas menções aos riscos de um retrocesso político. Esse risco é inerente a todo período de transição. É por isso mesmo que temos de ir no ritmo assentado pelo presidente Geisel. De mim, é público e notório que pretendo continuar as reformas políticas e o aperfeiçoamento do regime. Tal processo só é compatível, no entender dos revolucionários de 1964, com um clima de ordem, trabalho, respeito do cidadão pela sociedade e respeito do Estado pelo cidadão. Ora, em 1968 estávamos em plena primavera de aplicação da Constituição castellista do ano anterior. As agitações que então se verificaram levaram ao AI-5 e a toda a legislação de exceção. Só agora, dez anos depois, é possível — e ainda assim, de forma gradual, para ser segura▶

Uma calcula o que a outra economiza

Máquina de Escrever Facit, elétrica, modelo 1820. Com tabulador programável e controlador de cópias. Escrita perfeita.

Pegue sua Calculadora Facit. Com a precisão que ela tem, fica fácil calcular o quanto você ganha possuindo as Máquinas de Escrever Facit, as mais modernas e resistentes à venda no mercado.

A Máquina de Escrever Facit, elétrica ou manual, parece custar um pouquinho mais no início, mas em pouco tempo ela se paga. Calcule conosco:

1.º) A Facit tem vantagens exclusivas que poupam dinheiro: o tabulador de memória, que economiza tempo; o controle de cópias, que garante um número maior de vias, com a mesma nitidez do original; o duplo sistema de fitas (comum e carbonada), comutadas por simples mudança do seletor.

2.º) Outras características que aumentam o rendimento de todo o trabalho: 3 marginadores, meio espaço para correções e o ângulo anatômico do teclado, que proporciona uma postura descansada para quem escreve.

3.º) É a máquina de escrever mais durável, garantindo anos de trabalho perfeito com um mínimo de manutenção. E, quando esta se fizer necessária, o Serviço de Assistência Técnica Facit é rápido e seguro, oferecendo inclusive planos inéditos de inspeções periódicas, independentes de qualquer chamado.

Agora, somando tudo isto, você vai obter um único resultado: Máquina de Escrever Facit é o melhor e mais seguro investimento para a sua empresa.

Peça uma demonstração das Máquinas de Escrever Facit, manuais ou elétricas, a um Revendedor ou às nossas filiais.

PRECISÃO DE CÁLCULO - PERFEIÇÃO DE ESCRITA

MATRIZ - São Paulo - Rua 13 de Maio, 812 tel. 284-0133

FILIAIS - Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santo André e Santos.

Revendedores em todo o Brasil.

tempo

— revogar essa legislação. Um clima semelhante, dez anos depois, pode levar, de fato, a um retrocesso igual, ou pior. Daí decorre a responsabilidade clara das lideranças políticas, empresariais, de trabalhadores, de estudantes, de todas as categorias sociais, em ajudar a conduzir o processo para a frente, e não para trás. Quanto à greve, é um direito reconhecido na Constituição. Como tal, e dentro dos limites da Lei, será exercido e respeitado. Assim, a greve legal não prejudica o processo de abertura: é parte dele. Agora, a greve de fundo político, com finalidade de agitação, pode conturbar o processo.

Não sei a que "discussões entre militares" a pergunta se refere. A discussão de problemas e questões de interesse nacional faz parte do cotidiano, na vida dos militares. Não creio que esteja havendo alguma "rodada" especial, fora da rotina. Por isso, não vejo nas conversas entre militares qualquer fator de retrocesso, por si. Lembro, porém, a esse respeito, o que disse antes.

EULER BENTES — A campanha da oposição se realiza na mais perfeita normalidade e dentro das regras, aliás injustas, impostas pelo próprio governo. Se receio existe, do risco de um retrocesso, tal receio é fruto exclusivo da intranqüilidade gerada pelas tentativas de ameaça e coação à campanha oposicionista.

Todos devem participar?

VEJA — A seu ver, os segmentos de esquerda e de direita da nossa sociedade devem participar das deliberações sobre o futuro político brasileiro? Quando e de que maneira isso poderia ser feito?

FIGUEIREDO — Direita, esquerda, centro, centro-esquerda, direita do centro, essas expressões representam muito pouco, e sobretudo variam de lugar a lugar, de tempo a tempo. Certamente, como é próprio da democracia, todas as parcelas representativas do pensamento político da sociedade participam e continuarão a participar das deliberações sobre o futuro político brasileiro. Apenas lembro que a democracia é o governo da maioria, e não da minoria, por mais aguerrida e agressiva que esta seja. No Brasil, o exercício do voto tem conduzido ao Congresso Nacional um imensa maioria — independentemente da respectiva filiação partidária, atual ou passada — de representantes do que se poderia denominar o centro conservador progressista. O pensamento da grande maioria do povo tem sido expresso no desejo de mudanças graduais, prudentes, na direção de mais justiça social, melhor distribuição da renda, repartição mais equânime dos frutos do trabalho, acesso de todos aos bens sociais, como a educação, a saúde, a previdência, o trabalho, a qualidade de vida. Ora, os governos revolucionários se identificam perfeitamente com esses ideais, que são, aliás, os meus compromissos. Por isso, não tenho dúvida em acolher o debate e a participação, nas deliberações, de todos os brasileiros de boa vontade e intenção reta, que se interessem pela promoção do bem-estar e das melhorias políticas, sociais e econômicas que o Brasil reclama. Naturalmente, o lugar certo para essa participação é o Congresso Nacional, foro onde as discussões tomam a forma de instrumentos de ação do Estado.

EULER BENTES — A resposta só pode ser uma: dentro da concepção democrática, quaisquer segmentos da sociedade devem ter o direito de expressar suas idéias e opiniões.

E as tensões sociais?

VEJA — O País está pronto para construir instituições políticas sólidas, capazes de absorver as tensões provenientes do entrechoque político das diversas forças sociais que agora se manifestam com maior entusiasmo?

FIGUEIREDO — Penso que sim. Acho o uso do verbo "construir", na pergunta, perfeitamente adequado. As instituições políticas sólidas e duradouras são como os edifícios. Primeiro, sonda-se o terreno, para nele lançar as fundações. Depois é que se erguem as estruturas e, por fim, o teto. É o que o presidente vem procurando fazer. É o que pretendo continuar. O equilíbrio e a harmonia entre regiões, ou entre a área rural e a urbana, dependem em primeiro lugar, de um ato de vontade: é preciso reconhecer que os desequilíbrios não podem continuar. Que é preciso acelerar o desenvolvimento das regiões mais pobres, sem abandonar as mais dinâmicas, capazes de auto-sustentação.

Em segundo lugar, dependem de um esforço das pessoas diretamente interessadas, que devem fazer sua parte, e não, simplesmente, esperar por um governo paternalista e supridor de todos os bens. Geralmente acontece o contrário: as burocracias pesadas ocupam-se dos mapas e dos gráficos, sem se dar conta de que por trás dos números frios existe gente, pessoas que nascem, vivem, sofrem e morrem.

Em terceiro lugar, dependem dos recursos humanos e materiais disponíveis. Penso que, embora estes últimos sejam limitados, podem ser orientados para as aplicações que produzam os melhores resultados em termos de paz, progresso e justiça. Penso, também, que a maior riqueza do Brasil está na sua gente, nos recursos humanos que temos. Por isso, a valorização do homem, através da educação, da saúde, da assistência social, são pontos tão importantes nas minhas preocupaçõs.

Por fim, penso que é a combinação de tudo isso que fará instituições estáveis. Infelizmente, no Brasil, muitos dos que reclamam o estado de direito não vão além de um epidérmico interesse por algumas faixas da população urbana. Mal conhecem o povo, com o qual pouco ou nada convivem, no bem-bom das partes mais nobres das grandes cidades, onde vivem.

EULER BENTES — Certamente. A construção de tais instituições políticas é não apenas urgente como a única forma de resolver democraticamente tensões oriundas de desequilíbrios regionais e inerentes à própria dinâmica da vida social.

Os programas estão prontos?

VEJA — Já que os dois candidatos assumiram compromissos formais com a travessia do país até a plenitude democrática, por que não fazer a campanha para o 15 de outubro com base no confronto de programas mais detalhados nos campos político, econômico e social? No seu caso particular, já esboçou os traços gerais desse programa? Quais seriam eles?

O desenvolvimento acontece em Minas

DESENVOLVIMENTO

O expressivo desempenho do BDMG na economia de Minas:

18 BILHÕES

Via BDMG, 60.000 novas oportunidades de melhores condições de vida.

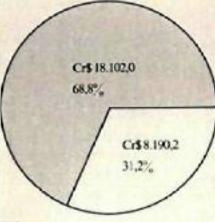
Atuando nos diversos setores da economia, o BDMG gerou nada menos que 60 mil novos empregos, ao tornar viáveis novos empreendimentos e dando amplo apoio às empresas existentes. Isto significa a oportunidade de melhores condições de vida para aproximadamente 300.000 pessoas. O BDMG procurou cumprir integralmente as diretrizes do Governo do Estado, no seu esforço pelo desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais.

Criar condições para crescer.

A melhoria da qualidade e a extensão dos serviços prestados, através da utilização de novas estratégias gerenciais e da implantação de uma estrutura moderna, permitiram ao BDMG apresentar expressivos resultados. Com um excepcional crescimento no volume de suas operações.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais injetou 18 bilhões na economia de Minas, medidos por suas liberações no período 75/78.

Um número histórico.

LIBERAÇÕES
Em Cr$ Milhões (Preços Constantes)*

O elevado volume de liberações - 18 bilhões - simplesmente representa 68,8% do total liberado pelo BDMG, em toda a sua história.

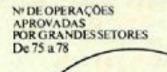
De 1963 a 1974
De 1975 a 1978

* Preços de junho/78, com base na coluna 2 "Conjuntura Econômica" F.G.V. (Estimativa)

Investimentos de 50 bilhões.

O grande número de operações aprovadas pelo BDMG - ao todo foram 3.228 - resultou em investimentos da ordem de 50 bilhões, atestando assim a destacada participação do Banco no crescimento de Minas.

Mais um número forte: 32,2 bilhões.

A curto e a médio prazos, irão surgir os demais resultados das 3.228 operações aprovadas pelo BDMG no período 75/78, que totalizaram cerca de 32,2 bilhões de cruzeiros.
E representam, em valores reais, 63,7% de todas as operações aprovadas desde o início das atividades do BDMG.

Rural e Agroindustrial
1.311 oper.
40,6%

Mineral e Industrial
1.503 oper.
46,6%

Infraestrutura e Serviços
414 oper.
12,8%

JMM

BDMG BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS

Rua da Bahia, 1.600 - Belo Horizonte - MG

FIGUEIREDO — Na eleição indireta não há, propriamente, uma "campanha". A lei veda, mesmo, a propaganda dos candidatos a essas eleições. Existem, também, dúvidas respeitáveis quanto à latitude de que dispõem os delegados eleitores do colégio eleitoral. Há quem sustente até a nulidade do voto dado a candidato do outro partido. Por essas razões, não teria cabimento o confronto de programas. O que tenho feito é, em respeito ao eleitor, frustrado na sua aspiração de escolher diretamente seu presidente, levar a todo o país a minha mensagem, os meus propósitos. Não pode haver muita dúvida sobre os traços básicos de um programa de governo, adequado ao Brasil de hoje. Apresentarei alguns, a seguir.

Temos de manter os princípios de uma economia de mercado, baseada na livre iniciativa. O Estado só deve ocupar os campos que lhe são prescritos pela Constituição, especialmente naquelas iniciativas pioneiras, ou que exigem investimentos de vulto e são de longa maturação. Quem, senão o Estado, poderia ocupar-se dos programas de energia, telecomunicações e outros tantos? Temos de dar, a quem trabalha, melhores condições de vida: melhor salário, participação mais justa nos frutos do trabalho, educação para o trabalho e para a vida na sociedade, saúde, assistência, enfim, aqueles "direitos sociais", que são parte integrante dos direitos humanos. Temos de dar ao cidadão condições de respeito integral à sua pessoa, abrangendo a liberdade de pensamento, de crença, de associação para fins pacíficos, de locomoção e as demais liberdades individuais inscritas na Constituição.

Temos de procurar assegurar condições para que o Brasil se desenvolva harmonicamente, para pôr fim, no menor prazo possível, às desigualdades entre áreas e regiões. Temos de mudar a estrutura fundiária, para dar acesso à terra a quem precisa e a quem a pode trabalhar. Mas sem desconhecer as realidades das culturas extensivas. Temos de fazer com que o dinheiro, como fator de produção e comercialização, se torne um instrumento de promoção do bem-estar, e não de superconcentração de renda e de riqueza. Temos de encontrar meios para limitar nosso endividamento no exterior. Não tenho medo de reconhecer e dizer que o Brasil ainda precisará, durante muitos anos, de forte participação de poupança externa, para poder continuar a desenvolver-se satisfatoriamente. Acredito, porém, que no próprio interesse das empresas multinacionais e estrangeiras que aqui operam é necessário que a poupança externa venha sob a forma de capital de risco e não de empréstimo. O financiamento encarece o produto e prejudica sua capacidade de concorrer nos mercados mundiais. Isso pode ser bom para preservar os mercados das matrizes. Mas é ruim, do ponto de vista do comércio internacional. Para um país em desenvolvimento, como o Brasil, cria obrigações e pressões — quase insuportáveis — no balanço de pagamentos.

Temos de reconhecer que o processo de urbanização é irreversível. E que a concentração de pessoas e problemas, nas cidades e regiões metropolitanas, exige soluções ousadas e oportunas, em matéria de transporte, de saneamento, de proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais renováveis. A manutenção de níveis satisfatórios de qualidade de vida, nas cidades, exige a descentralização das atividades econômicas — o que, além do mais, funciona como elemento de desconcentração da renda. Temos de parar a espiral inflacionária. Desde que me entendo por gente, vejo os preços subirem em ritmo, esse sim, acelerado. Nenhum país pode resistir a pressões inflacionárias, como as que o Brasil vem sofrendo nos últimos quarenta anos. Não há ânimo que agüente, diante da corrosão diária dos salários. Não há previsão possível, quando os orçamentos — domésticos, empresariais ou públicos — se deterioram e desfiguram de uma semana para outra. Não há quem consiga entender — e pagar — a correção monetária, que sufoca indivíduos e empresas.

Por isso mesmo, pretendo disciplinar os gastos públicos e melhorar substancialmente a eficiência da máquina administrativa, a fim de que o Poder Público deixe de ser um fator de agravamento da inflação. Temos de produzir mais alimentos. O desenvolvimento da agropecuária é uma das poucas opções capazes de — a curto prazo, e com investimentos suportáveis — produzir excedentes exportáveis, de que nossa balança comercial tanto necessita. Mais alimentos significarão, também, preços mais acessíveis para o povo. Temos de desenvolver, concomitantemente, a tecnologia de cultivo, colheita, armazenamento, transporte, conservação e comercialização dos produtos da terra. Temos de perseverar no combate às grandes endemias, que cortam vidas e reduzem a capacidade do homem para viver, progredir e gozar dos bens a que tem direito. Precisamos atender à fome dos brasileiros pela educação e pela cultura. Precisamos criar uma sociedade fundada nos princípios cristãos de igualdade de todos, fruto da origem divina da Criação; da dignidade essencial, intrínseca à condição humana; do acesso de todos aos elementos exigidos para o "progresso dos povos", a que se referiu o papa Paulo VI.

Precisamos, enfim, preparar uma nação de 110 milhões de habitantes, para ocupar seu lugar num mundo em transição. O Brasil pode ser, para muitos países em desenvolvimento, o parceiro ideal: suficientemente desenvolvido para participar e ajudar, mas sem ambições expansionistas ou veleidades imperialistas. O que acabo de dizer não é um plano de governo. Este está em elaboração e se completará nas primeiras semanas de 1979. É só o esboço de minhas preocupações e uma idéia do que pretendo fazer.

EULER BENTES — Minha campanha se tem caracterizado, justamente, pela apresentação de um projeto político global, claramente definido, pela avaliação crítica dos problemas econômicos e sociais existentes, pelo debate sobre possíveis soluções e pela advertência sobre a urgência de uma proposta efetiva de pacificação social. Não se trata, portanto, de detalhar, autoritariamente, programas de governo. O que proponho é, precisamente, restituir à nação o direito, que é seu, de expressar as aspirações existentes nos campos político, econômico, social e cultural; e o direito de, através da prática democrática, ter a possibilidade de transformar tais aspirações em reivindicações políticas. O que me proponho é contribuir para criar mecanismos institucionais que possibilitem que a consulta à nação sobre seu destino seja feita de forma constante. Só a partir do mandato conferido por esta consulta é que as elites políticas e administrativas podem legitimamente detalhar projetos específicos de governo. •

Celsius 22 custa menos por km rodado.
Os ternos Celsius 22 da Vila Romana excedem as especificações das roupas que você conhece. Na economia e na elegância. Só os ternos Celsius 22 - e nenhum outro - podem ser usados mais de 300 dias por ano. Isso é possível, porque somente os ternos Celsius 22 da Vila Romana são confeccionados com um tecido climatizado. Isto é: um tecido que não deixa você passar frio quando a temperatura desce até 10ºC, nem deixa você morrer de calor quando o termômetro sobe até os 34ºC. Celsius 22 da Vila Romana prova na ponta do lápis que elegância e economia podem andar juntas. Faça as contas. Some os custos dos ternos que você costuma usar no inverno e no verão, e divida pelo número de dias que você pode usar cada um. Depois faça o mesmo com um terno Celsius 22 e compare. Tem comparação?
VILA
ROMANA
Os ternos confeccionados com Celsius 22 são uma exclusividade da Vila Romana.

Nicarágua, 1978: um país hoje tomado de ira contra o herdeiro de uma dinastia que vem de 1933

Agora, a guerra civil

Sete meses de crise, três semanas de desafio nacional, dez dias de combates — até onde resistirá a ditadura que há 40 anos domina a Nicarágua?

Nestes dias, as ruas de Manágua, capital da Nicarágua, estão quase desertas. As pistas se oferecem livres aos poucos motoristas com disposição e provisão de gasolina suficientes para circular pela cidade, e pelo menos um problema não existe: o do trânsito. Por que não aproveitar e desenvolver uma boa velocidade? Era justamente o que fazia, na última quarta-feira, um motorista de táxi que vinha do aeroporto de Las Mercedes, nos arredores da cidade, para o Hotel Intercontinental. A certa altura, ele vislumbrou à sua frente um jipe da Guarda Nacional — nada mais natural, nestes dias. Nada mais natural, também, que o motorista aumentasse velocidade e ultrapassasse o jipe. Foi um erro, porém. Furioso, o motorista do jipe arrancou em direção ao táxi, ultrapassou-o de novo e o fechou. Desceram seis soldados, rifles apontados. "Como você pode ser irresponsável, ultrapassando um jipe da Guarda en misión?" *Seguiram-se ameaças, revistas de documentos. Quando se viu livre dos soldados, o motorista comentou com seu passageiro:* "Misión, sí, claro. Misión de matar a la gente inocente".

Não se tratava mais de pequenas e localizadas rebeliões. Não se tratava mais de conter uma agitação aqui, uma operação guerrilheira ali. A Nicarágua, na semana passada, sete meses depois do assassínio do jornalista e líder oposicionista Pedro Joaquín Chamorro — episódio que, em janeiro passado, inaugurou o atual ciclo de crises —, e transcorridas apenas pouco mais de três semanas da espetacular tomada do edifício do Congresso Nacional por um comando de guerrilheiros sandinistas — fato que, a 22 de agosto último, foi o estopim para a situação crescentemente deteriorada que veio a seguir —, era um país tomado de funda, incontida ira contra seu ditador, Anastasio Somoza Debayle. Do motorista de táxi ao comerciante, dos camponeses aos garçons ou *barmen* dos restaurantes turísticos, corria solta a indignação contra o regime. E nem sempre se manifestava de forma apenas verbal, como no episódio do motorista de táxi, presenciado pelo enviado especial de VEJA, Wladir Dupont.

Não, havia luta também. Se, até a madrugada de sábado, o governo ainda conseguia conter a situação em Manágua à custa da lei marcial e de um toque de recolher em vigor das 8 da noite às 6 da manhã, em outras partes do país não ocorria o mesmo. León, a segunda cidade da Nicarágua, com 100 000 habitantes, estava nas mãos dos guerrilheiros sandinistas e dos populares que a eles se uniram na rebelião. O mesmo ocorria com duas outras cidades do noroeste do país, Esteli e Chinandega, e com Diriamba, um pouco mais ao sul. Em Masaya, cidade que também se insurgira no início da semana, a Guarda Nacional, depois de reocupar as ruas a duras penas, ainda se via às voltas com franco-atiradores *(veja quadro na página 42)*. E todo esse panorama, agora, configurava a guerra — a guerra civil aberta contra Somoza e seus agentes representados pelos contingentes da Guarda Nacional.

UPI

Soldado da Guarda Nacional: o que resta de apoio ao ditador

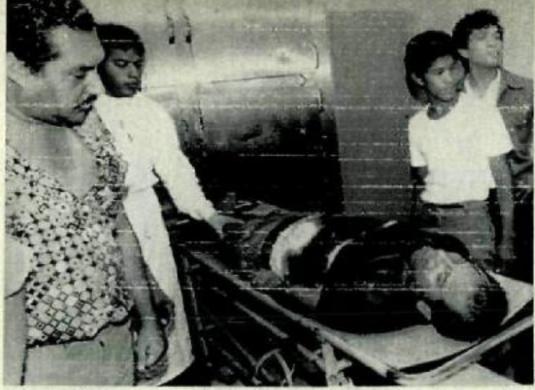
SUSPEITA — Estaria a Nicarágua prestes a se transformar numa nova Cuba — um país da América Central que reeditasse a experiência de passar direto de uma ditadura corrupta e cansada, como era a de Fulgencio Batista em Cuba e como é a de Somoza, para um regime socialista? Essa suspeita, na semana passada, perpassava mais de uma mente — de observadores em diferentes capitais latino-americanas até funcionários do Departamento de Estado americano. E isso porque, dos acontecimentos da semana, havia um dado cristalino a destacar: o comando da rebelião nicaragüense estava nas mãos dos guerrilheiros esquerdistas da Frente Sandinista de Libertação Nacional — um movimento surgido em 1960 e cujo nome é uma homenagem ao general Augusto Cesar Sandino, líder da resistência nacional contra a intervenção americana de 1927 a 1933.

Não mais, como ocorreu de outras vezes, ao longo da crise que se estende desde janeiro, a vanguarda da resistência anti-somozista estava nas mãos de movimentos moderados como a Frente Ampla de Oposição — um conjunto de partidos políticos, sindicatos e organizações estudantis. E não mais a tática central de luta consistia em ações pacíficas como as greves gerais periodicamente decretadas por empregados e empregadores. Por sinal, a última dessas greves, deflagrada logo após a tomada do Congresso pelas guerrilhas, ainda estava em vigor na semana passada. Mas quem se importava com greve? A vez era dos sandinistas, com um importante detalhe a ser levado em conta: eles contavam com apoio maciço das populações das cidades sublevadas. A tal ponto que, se é verdade que foram eles que desencadearam as rebeliões e se foram eles que se colocaram em seu comando e coordenação, também é verdade que já não tinham um controle total sobre os impulsos dos populares.

PIAS CHEIAS — Restava a Somoza a fidelidade dos 7 500 homens de sua Guarda Nacional — uma mistura de Forças Armadas e polícia, criada na década de 30 por Anastasio Somoza García, fundador da dinastia e pai do atual ditador, e até hoje moldada para servir estritamente os interesses da família. Enviada de um lado a outro do país, reforçada aqui, deslocada ali, a Guarda atacou como nunca — a ordem, em certos lugares, era atirar em tudo o que se movesse. Quantos foram os mortos da semana passada era algo que ninguém podia dizer com certeza. Alguns arriscavam o número de 400, outros o faziam subir para mais de 1 000. E onde não havia propriamente combate reinava a tensão — como era o caso de Manágua. Pode-se ter uma idéia do clima reinante na capital nicaragüense por um dos relatos elaborados na semana passada pelo enviado especial de VEJA:

Desde ontem, terça-feira, o Hotel Intercontinental, onde estou hospedado junto com todos os demais jornalistas estrangeiros, está cercado pela Guarda Nacional. Há soldados cobrindo todos os lados do edifício e, de quebra, ficam mais alguns nos parapeitos do segundo e do nono andares. Explica-se. O hotel fica bem ao lado do Quartel-General da Guarda Nacional. E é exatamente nesse local que hoje em dia está instalado, num compartimento extremamente protegido, chamado por todos de bunker, *o presidente Somoza. A Guarda teme que, qualquer hora dessas, os sandinistas possam vir a tomar nosso hotel para, daqui, atirar contra o* bunker *de Somoza.*

As alamedas que dão acesso ao hotel estão bloqueadas e qualquer pessoa que chegue tem de apresentar identificação e submeter-se a revista. Isso quanto ao lado de fora. Do lado de dentro, a situação é ainda mais curiosa. Desde ontem, o gerente do hotel recomendou aos hóspedes — quase todos jornalistas — que mantenham as banheiras e pias cheias de água. "Em caso de o hotel ser tomado ou atacado, a água será cortada", advertiu ele. Outra recomendação aos hóspedes é de que acendam as luzes do quarto só depois de correr as cortinas. À noite, visto de fora, o hotel fica às escuras e os serviços de restaurante

AP · UPI

Em Manágua, o corpo de um desconhecido morto a tiro; em Masaya, guerrilheiros em luta . . .

são reduzidos — dos três que normalmente ficam abertos, só um funciona. As garçonetes ficam apenas até 3 da tarde, e vão embora. A partir daí entra pessoal masculino, que dorme no hotel e vai embora de manhã. O lobby *do Intercontinental está sempre cheio de "orelhas" — agentes de Somoza, com a missão de ouvir e vigiar. Eles tentam passar despercebidos, mas é fácil identificá-los. São figuras sinistras.*

ATÉ QUANDO? — A atual rebelião nicaragüense começou com uma ação sincronizada da Frente Sandinista de Libertação Nacional, ao cair da tarde do sábado, dia 8. A essa hora, simultaneamente, grupos de guerrilheiros se materializaram em frente a quartéis, delegacias e outras instalações da Guarda Nacional em cinco cidades — Manágua, León, Masaya, Chinandega e Esteli. Em Manágua, o tiroteio aberto pelos guerrilheiros foi dominado em poucas horas. Em compensação, nas outras cidades, a rebelião não só durou como logo extravasaria para largas camadas da população. E se Masaya, no meio da semana, foi ocupada pela Guarda Nacional, em compensação uma outra cidade se levantou — Diriamba. "Agora ninguém tem dúvidas", dizia um observador em Manágua. "Terminou em Masaya, vai estourar em León. Terminou em León, vai estourar em outro lado."

No final da semana, a partida mais alta da guerra civil nicaragüense era jogada em León. Na quinta-feira, uma coluna motorizada da Guarda Nacional, composta de 36 caminhões e jipes, com perto de 400 soldados equipados de metralhadoras e fuzis, conseguiu, depois de uma árdua preparação, penetrar na cidade. O que se seguiu foi um combate furioso. Até a madrugada de sábado, lutava-se rua por rua, casa por casa. Mas os guerrilheiros, segundo o relato das poucas pessoas que conseguiram sair de León, ainda tinham o controle da maior parte das áreas. Os sandinistas e seus aliados improvisados nos combates — estudantes ou jovens trabalhadores — contavam com a vantagem da retaguarda oferecida pela população. "Quem não participa dos combates contribui com comida, esconderijos ou até armas", contou uma fonte da cidade.

Exatamente onde os rebeldes foram buscar suas armas é um ponto que permanece obscuro. Presume-se que a maior parte tenha vindo dos estoques fornecidos nos últimos anos aos sandinistas no exterior — ao que consta, no Panamá, na Costa Rica e em Cuba. Mas também sem dúvida deviam desempenhar papel importante, na semana passada, as armas capturadas à própria Guarda Nacional, nos ataques iniciais às suas instalações — muitas delas foram inteiramente tomadas. De qualquer forma, por mais fortes que fossem os guerrilheiros, perguntava-se até quando eles teriam munição para sustentar o fogo. Assim como se perguntava até quando a Guarda, comba-

LAERCIO D'ANGELO/CARLOS MENDES

. . .em León, barricadas e destruição na rua; em Esteli, os sandinistas combatem na periferia

lida por incontáveis baixas, vilipendiada pela população, poderia, ela também, agüentar. Em todo caso, a ferocidade das tropas de Somoza continuava um fator a se levar em conta. Na sexta-feira, um helicóptero da Guarda metralhou, em León, até mesmo três funcionários da Cruz Vermelha — provocando indignados protestos em várias capitais do mundo. Ainda na sexta-feira, e também em León, por pouco não se dá outro acontecimento de proporções semelhantes. Para afastar um grupo de jornalistas estrangeiros que tentava entrar na cidade, soldados da Guarda chegaram a empunhar suas armas.

"REDADAS" — *Não foi a única provação sofrida pelos jornalistas* — relata o enviado de VEJA. *O velho edifício dos Correios, no centro de Manágua, onde funcionam os telex públicos, foi ocupado pela Guarda no começo da semana. Havia rumores de que os sandinistas poderiam atacar também esse prédio — e então se estabeleceu a ordem militar. Nervosos, os guardas tocam os rifles no rosto dos repórteres. Depois, atrapalham-se quando lêem as credenciais. É uma luta chegar até o capitão. Este, por sua vez, faz tempo o quanto pode, até decidir que realmente se trata de material jornalístico e que pode ser transmitido. De qualquer forma, estamos dispensados dessa luta desde quinta-feira. Nesse dia, entrou em vigor um dos maiores castigos que se pode impor a um jornalista — foram cortados todos os serviços de telex do país. Resta-nos o recurso de ditar as reportagens por telefone.*

Para os nicaragüenses, seja como for, é óbvio que tudo é muito pior. Aqui em Manágua continuam as "redadas" — prisões em massa. E quando a Guarda, ao invadir uma determinada casa, não encontra a pessoa procurada, leva a mulher, a mãe, os filhos, ou quem estiver por perto. O que aconteceu com o engenheiro Frondisio Mariko é um exemplo. Como ele não estava em casa, levaram sua sogra. Outro membro da oposição, Ernesto Leal, do Movimento Democrático Nicaragüense, nem por ser casado com a filha de um general da Guarda teve melhor sorte. Como não estava em casa, foi presa sua mulher, grávida de oito meses. E depois que uma pessoa é presa, como saber em que estado voltará, ou se voltará? O administrador de empresa Gustavo Adolfo Arguello foi preso no início da semana. Dois dias depois, era devolvido morto para a família — com sinais de tortura pelo corpo. "Estamos preocupados com os companheiros presos, pois qualquer coisa pode acontecer", disse-me um dirigente da oposição na sede do jornal independente La Prensa *— por sinal impedido de circular por imposição da Censura. Há pouco estive no Quartel General da polícia de Manágua. Ali, desde o início da rebelião, no sábado, há uma multidão de mulheres à espera de notícias do marido, do filho ou do noivo. Elas contam um rosário de histórias horrorosas. Depois agarram nos braços dos jornalistas, como se pudéssemos fazer alguma coisa.*

NA JANELA — Somoza resistirá? Ao longo de toda a semana, sucederam-se os boatos e especulações. O presidente estaria prestes a renunciar. Em seu lugar, assumiria seu primo e vice-presidente da Câmara de Deputados, Luis Pallais Debayle. Não, em seu lugar seria formada uma junta de oficiais da Guarda Nacional. De sua parte, contudo, Somoza, que continuou recebendo a imprensa em seu *bunker* para periódicas entrevistas coletivas, insistia, como o vem fazendo desde o início do ano, em que tem mandato até 1981 — e que vai cumpri-lo. Em seus contatos com a imprensa, Somoza deu várias vezes sinais de tensão e cansaço. Nem por isso, porém, perdeu o autocontrole ou a frieza de argumentação que é sua característica. No começo da semana, o ditador adotava a estratégia de minimizar os acontecimentos. Os rebeldes, segundo ele, não seriam mais do que 200 ou 250 guerrilheiros. "Mas, se é assim, por que tantos soldados da Guarda Nacional estão sendo mobilizados para a luta?", perguntou um repórter. Resposta de Somoza: "Você sabe. Quando um indivíduo aparece numa janela e começa a atirar, é preciso muita gente para contê-lo".

O ESPECTRO DE CUBA — À medida que passavam os dias, porém, a tática de menosprezar os fatos foi se tornando mais e mais difícil de sustentar. "O senhor agora reconhece que há uma rebelião?", perguntou, numa outra entrevista, um jornalista. "Sim", foi a lacônica resposta de Somoza. Na verdade, a ditadura, por mais fôlego que tenha revelado, nos últimos meses, para superar sucessivas ondas de crise, parecia em farrapos. E não seriam soluções de tipo continuísta — como a sucessão de Somoza por seu primo ou por oficiais da Guarda — que estariam no horizonte. Dificilmente, segundo amplo consenso entre os analistas, haveria, depois de uma guerra civil como a caracterizada na semana passada, lugar para alguma espécie de "somozismo sem Somoza".

O lugar seria de outras forças, portanto. Mas quais? Esta é a questão. No final da semana passada, corriam rumores de que a oposição moderada, reunida na Frente Ampla de Oposição, estaria prestes a anunciar à formação de um "governo provisório". Os nomes que comporiam esse governo, segundo algumas fontes, já estariam escolhidos. Eles só não seriam anunciados, por enquanto, porque correriam o risco de ser assassinados. Claro que a Frente Almpla, articulada arduamente ao longo dos movimentos grevistas dos últimos meses, tentava apressar-se em apresentar-se como alternativa contra Somoza. Mas não era só contra Somoza, com toda certeza, que se movimentavam as lideranças moderadas. Sem dúvida, a corrida que se esboçava, na semana passada, era também contra a Frente Sandinista — que, depois do sucesso da rebelião nas cidades, teria aumentado consideravelmente seu cacife para tentar o poder.

Aqui, voltava o espectro da nova Cuba. Não era Cuba, de qualquer forma, a única evocação do passado disponível, na semana passada. Fantasma por fantasma, havia também o da República Dominicana. E se a guerra civil da Nicarágua, como a ocorrida entre os dominicanos em 1965, acabasse sufocada por uma intervenção estrangeira? Movimentações não faltaram, na semana passada, a sugerir essa possibilidade.

REUNIÕES E REUNIÕES — A Venezuela foi a primeira a tomar a iniciativa. Ainda antes da rebelião da semana passada, Caracas já vinha lançando a idéia de uma intervenção continental para pôr fim à ditadura na Nicarágua e estabelecer a democracia. A Venezuela era pela convocação de uma reunião da Organização dos Estados Americanos para tratar do assunto — idéia que acabou sendo congelada durante um certo tempo porque a Costa Rica, vizinho sulista da Nicarágua e único país democrático da América Central, pediu para, antes, tentar alguma espécie de mediação entre Somoza e a oposição nicaragüense. Na semana passada, porém, a Costa Rica mudou de posição. Em seguida a um incidente fronteiriço, em que tropas de Somoza chegaram a penetrar 8 quilômetros em território do vizinho do sul na perseguição de guerrilheiros, a Costa Rica julgou que não era mais hora de contemplação. E, ao mesmo tempo que denunciava Somoza pela violação de seu território, passou a apoiar a proposta venezuelana de convocação da OEA.

Na última sexta-feira, reuniu-se o Conselho Permanente da OEA para tratar da questão nicaragüense. Nessa reunião, porém, só se discutiu — inconclusivamente — o incidente fronteiriço entre a Nicarágua e Costa Rica. Uma outra reunião foi marcada para esta segunda-feira. Nessa, o Conselho Permanente julgará a conveniência ou não de

UPI

O Mercado Central de Masaya: "como Londres na II Guerra"

Uma viagem ao inferno chamado Masaya

Na quarta-feira da semana passada, o enviado especial de VEJA, Wladir Dupont, esteve na cidade de Masaya, dominada pelos guerrilheiros e sob ataque da Guarda Nacional desde o sábado anterior. Seu relato:

Um dia antes da viagem a Masaya, uma amiga da Comissão de Direitos Humanos local me alertou, por telefone: "Se você conseguir entrar, vai ver uma cidade arrasada, algo como Londres depois dos bombardeios na II Guerra". Era quase isso. Na verdade, a parte arrasada de Masaya se concentra onde está o Mercado Central. O resto da cidade está de pé, embora existam furos de bala por todas as partes. Mais que a destruição, o que se vê é uma cidade suja, coberta de papéis, vidros estilhaçados, móveis e veículos queimados, usados como barricadas. Os telefones funcionavam, as torneiras tinham água, mas a eletricidade continuava cortada. As pessoas, na quarta-feira, quase não saíam à rua. Permaneciam fechadas em casa, ou prudentemente não ultrapassavam o primeiro degrau da porta.

Apesar de o jornal oficialista *novedad* ter garantido que Masaya era uma cidade sob controle, o fato é que franco-atiradores ainda davam muito trabalho à Guarda, cujos jipes varriam as ruas de minuto a minuto, disparando em qualquer direção. Munidos de uma bandeira branca, eu e um companheiro da *Folha de S. Paulo,* Paulo Rocha, entramos lentamente em Masaya, a pé, por uma rua central, até chegarmos ao mercado. Fomos caminhando devagar, parando somente para conversar com pessoas que nos chamavam de dentro de suas casas. De repente, numa esquina, a primeira visão impressionante: um soldado da Guarda, morto há vários dias (há cinco, precisamente, nos disseram depois), totalmente queimado.

TIROS, BOMBAS — Mais adiante, encontramos uma dona-de-casa rodeada dos filhos, todos jovens e visivelmente excitados. Ela contou que a população realmente saqueou o que pôde, para comer, e também um banco, para roubar dinheiro. Outro cidadão nos puxou para dentro de casa, para que ouvíssemos a grava-

convocar uma reunião de chanceleres — foro em que poderia ser tratada a questão da possível intervenção continental.

PARECE SAIGON — Ninguém poderia deixar de recordar que foi por meio de uma força organizada no âmbito da OEA que se deu a intervenção na República Dominicana em 1965. Desta vez, porém, era manifesta a intenção dos países do continente de protelar as coisas — ir marcando reuniões sobre reuniões antes de tomar qualquer decisão. É compreensível. Hoje, os tempos são outros. São outros, principalmente para os Estados Unidos — os verdadeiros interventores na República Dominicana, sob a capa da OEA. Nem a estratégia política de Washington recomenda atualmente intervenções diretas em outros países, nem a estratégia militar. Dificilmente, nesta era pós-Vietnã, os EUA enviariam seus *marines* a seja lá onde for.

Somoza em seu "bunker", com um assessor militar: proteção total

Sem uma participação mais efetiva dos EUA, fica difícil imaginar uma operação continental. Em todo caso, ainda que remotas, estavam no ar, na semana passada, outras possibilidades de intervenção estrangeira. A Venezuela continuava inquieta. Na sexta-feira, foi anunciado em San José da Costa Rica um surpreendente acordo entre os governos costa-riquenho e venezuelano, pelo qual ambos se comprometiam a "prestar assistência e cooperação para manter sua soberania e integridade territorial". Ao mesmo tempo, a Venezuela anunciava o envio de uma frota de bombardeiros e caças-bombardeiros de sua Força Aérea para a Costa Rica, numa operação que foi descrita como "visita de cortesia".

Estaria a Venezuela preparando sua entrada na cena militar? Até que se pode imaginar razões para isso. Afinal, Caracas é ferrenha inimiga de Somoza e outros regimes ditatoriais do continente. Mas também não lhe é agradável a lembrança de guerrilheiros de tipo castrista, como os que já teve inclusive de combater em seu território, no início dos anos 60. Uma operação na Nicarágua poderia ser um tiro em dois sentidos: um em Somoza, e o outro uma espécie de golpe preventivo contra os sandinistas. Estas eram especulações, de qualquer forma. De concreto, concretíssimo, sobrava o cenário de guerra na Nicarágua — o fogo cerrado em León e o ambiente de tensão e medo em Manágua.

ção em fita do tiroteio sofrido por Masaya. Segundo ele, "começou às 6h45 do sábado, aqui na porta da casa". Todos, então, se deitaram no chão e durante muito tempo "ninguém mais se levantou, pois as balas de rifle, de metralhadora e as bombas voavam por perto". No dizer de um outro cidadão, "isto aqui foi um inferno". Esse homem, aliás, de repente se viu obrigado a nos recolher em sua casa. Estávamos saindo, quando um oficial da Guarda, gritando histericamente, ordenou que buscássemos um lugar seguro.

Começava então um pesado tiroteio entre a Guarda e franco-atiradores. Entramos na casa e o dono nos levou imediatamente para os fundos, num dormitório onde estava toda a família, aterrada. A mulher se lamentava continuamente de que não agüentava mais "essa situação de ficar no chão esperando que as balas entrem pela janela". Na geladeira, por falta de eletricidade, apodreciam os poucos alimentos que restavam à família. Lá fora, o intenso tiroteio. Eu e Paulo Rocha também nos esticamos no chão, atrás de um muro de concreto que o cidadão construiu no quarto, junto da janela. Meu receio era que algum guerrilheiro se refugiasse no quintal da casa. Aí, sem dúvida, a Guarda entraria e acabaria com todos — como fizera no Hotel Sossa, de Massagualta, há duas semanas.

Atrás de mim, a mulher continuava se lamentando. As crianças, com um ar fatalista, não diziam palavra alguma. O pai tentava consolar a família. "É sempre assim, na guerra. Sempre costumam morrer os inocentes", dizia ele. Depois de uns vinte minutos, cessou o tiroteio na vizinhança. A Guarda, atraída pelos guerrilheiros, deslocou-se para uma outra área. Da rua onde estávamos até o posto de gasolina onde deixamos o táxi, são uns 500 metros. Percorremos esse trecho rapidamente, mas tomando o cuidado de não correr. Quando chegamos ao táxi, o motorista, sorridente, perguntou: "Se assustaram, *muchachos?*"

Os boatos aumentam — contava o enviado de VEJA, na sexta-feira. *Dizem que a rebelião pode estourar a qualquer momento em Manágua. A cidade parece uma praça de guerra, praticamente só tomada por soldados e carros militares. A circulação de veículos diminuiu muito. Mesmo porque, para se conseguir gasolina, só indo a determinados postos, que mesmo assim apenas ficam abertos algumas poucas horas pela manhã, bem cedo. O Banco Central tomou medidas para limitar o envio de divisas ao exterior: nos últimos dias, a descapitalização do país vinha sendo notável. Também foi decretado o "estado de emergência econômica", para evitar o descalabro nos preços dos gêneros alimentícios, que vinham aumentando vertiginosamente. Nos poucos depósitos abertos ao público, controlados pelo governo, há filas infindáveis de gente pobre para comprar arroz e feijão. No aeroporto de Las Mercedes, outra cena patética: uma multidão que dorme nos saguões ou corredores, esperando uma improvável vaga para deixar o país. Na cidade há muito sofrimento. Um colega estrangeiro me diz: "Parece Saigon, nos últimos dias".* ●

Begin: pausa para o xadrez com Zbigniew Brzezinski, assessor de Carter

ORIENTE MÉDIO

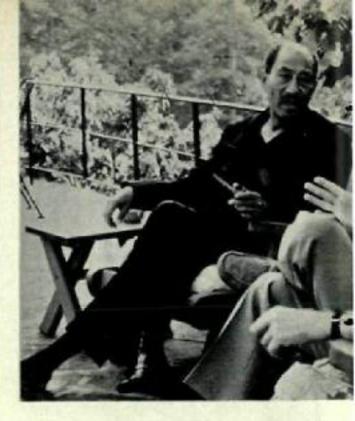
Otimismo e cautela

Alguns sinais positivos entre Egito e Israel em Camp David, mas os problemas ainda são muitos

No sábado passado deveria haver um baile, animado por um conjunto de *country music*, no salão do clube da Legião Americana em Thurmont, Maryland, cidadezinha a 96 quilômetros de Washington e a poucos minutos de Camp David, a residência oficial de verão do presidente Jimmy Carter. Mas o programa teve que ser cancelado. Sexta-feira, num telefonema à direção local da Legião — entidade que congrega veteranos de guerra —, a assessoria do secretário de Imprensa de Carter, Jody Powell, pediu que o salão continuasse cedido à Casa Branca durante o fim de semana. A Casa Branca, prometeram os assessores de Powell, indenizaria os músicos já contratados para as quadrilhas.

O cancelado baile caipira de Thurmont acabava de adquirir uma singular importância internacional. O salão onde ele se realizaria, de fato, vinha sendo utilizado já há onze dias — desde o dia 5 passado — como local dos encontros de 300 jornalistas de todo o mundo com Powell, o porta-voz da conferência trilateral de cúpula sobre a paz no Oriente Médio, em Camp David, reunindo Carter com o presidente egípcio Anuar Sadat e o primeiro-ministro israelense Menahem Begin. Assim, o pedido da Casa Branca era um claro indício de que a conferência se estenderia para além do fim de semana. Em meio ao denso pessimismo com que a reunião vinha sendo acompanhada e à quase completa falta de informações sobre a exata dimensão de seus progressos e dificuldades, esse foi considerado um sinal positivo. Afinal, raciocinaram os observadores, se as conversações continuavam, era porque as partes estavam convencidas de que podiam chegar a algum tipo de progresso.

"SÓ DEUS SABE" — O próprio Jody Powell, mais tarde, viria a confirmar que a reunião prosseguiria, mas não soube dizer por quanto tempo. "Só Deus sabe quando isso vai terminar", chegou a admitir uma alta fonte da Casa Branca. Mas, embora houvesse uma generalizada preocupação de evitar otimismo, podiam-se detectar sinais positivos adicionais, relata o enviado especial de VEJA a Camp David, Roberto Garcia. Em primeiro lugar, conforme Powell mesmo confirmou, egípcios e israelenses continuavam conversando por julgar que a reunião estava sendo "proveitosa".

Além disso, esses encontros estavam, finalmente, se tornando cada vez mais naturais porque começava a emergir um mínimo de ligações pessoais entre membros de governos arquiinimigos há décadas. E o próprio Carter, que virtualmente abandonou as tarefas rotineiras do governo americano ao vice Walter Mondale, estava jogando todo o peso de sua influência na tentativa de chegar ao objetivo maior da conferência: a obtenção de uma declaração de princípios e procedimentos para a elaboração de um futuro tratado de paz.

PONTOS FUNDAMENTAIS — Na semana passada, Carter reuniu-se pessoalmente, por um total de doze horas, com os especialistas jurídicos das duas delegações, Osama Al-Baz, do Egito, e Aharon Barak, de Israel, na tentativa de esboçar um documento. Os dois são vistos como pragmáticos e não-dogmáticos, funcionários que "buscam o que existe de real atrás das palavras", segundo uma fonte americana. Assim, eles se dedicam à árdua tarefa de definir o que significam conceitos como retirada e soberania, "em vez de ater-se apenas às palavras".

Sadat não estava se reunindo — diretamente, ou com a intermediação de Carter — com Begin porque os americanos parecem ter achado que nesse estágio sensível das conversações não seria útil colocá-los frente a frente. As reuniões chamadas "trilaterais" — a última das quais ocorrera no domingo, dia 10 — estariam sendo reservadas para superar obstáculos que os níveis mais baixos das delegações não conseguiam eliminar. Segundo a receita de Carter, os dois líderes, Sadat e Begin, não deveriam "desenvolver tensões" por causa de discussão de detalhes. Mas, naturalmente, as divergências não estão apenas nos detalhes.

Sabe-se que na reunião entre os dois em Ismaília, no Natal do ano passado, houve um acordo genérico entre Sadat

FOTOS AP

Sadat com Carter: por um consenso

e Begin a respeito de conceitos e princípios que constariam do futuro tratado de paz. Mas quando as delegações dos dois países começaram a passar o acordo para o papel, descobriram que ainda havia desacordos substanciais — e, daí por diante, as negociações bilaterais não progrediram.

Jody Powell tem deixado claro nos últimos dias que há intensa consulta a respeito de "textos", mas não se sabe claramente qual o seu teor, ou qual a natureza específica das dificuldades surgidas até o fim da semana e que requerem, como disse Powell à imprensa, "maior flexibilidade dos dois lados". Em geral, as grandes dificuldades giram em torno da devolução dos territórios ocupados e do tipo e grau de organização com que os palestinos habitantes da Cisjordânia vão administrar o território. Para Sadat, a única forma de se justificar diante dos demais governos árabes é conseguir um compromisso de uma futura devolução completa dos territórios árabes, em especial a Cisjordânia e a faixa de Gaza — já que parece haver poucos problemas em relação ao deserto do Sinai.

Begin limita-se a admitir que as funções da polícia na Cisjordânia voltem à Jordânia, mantendo contudo o Exército israelense em bases na margem ocidental do Jordão.

TENSÕES ELEVADAS — Esse emaranhado de desencontros parece justificar a preocupação manifestada antes da reunião de Camp David pela precipitação com que ela teria sido convocada. Realmente, quando Carter decidiu no mês passado convidar Sadat e Begin para tentar superar o impasse no Oriente Médio, alguns de seus assessores consideraram que seria necessário mais tempo para preparar o encontro. Mas o presidente americano decidiu não esperar, convicto de que mais delongas levariam a um deterioramento da situação, ameaçando até os fornecimentos de petróleo árabe aos EUA.

Essa é mais uma razão para que Carter dê o máximo de si na tentativa de conciliar egípcios e israelenses — e a ela se soma um nutrido contingente de outros motivos. Enquanto prossegue o *summit* de Camp David, o Oriente Médio torna-se mais instável em virtude da crescente violência dos conflitos no Irã *(veja a página 46)* e no Líbano. Sem um acordo de paz, todos os países da região poderiam reconsiderar suas relações com os Estados Unidos, afetando interesses fundamentais americanos, como os suprimentos de petróleo e o valor do dólar, sem contar as oportunidades que seriam abertas para a URSS se os esforços de Carter fracassarem.

Nesse quadro, causa grande preocupação na Casa Branca a instabilidade no Irã. Mesmo que o xá sobreviva no poder, ele poderá — segundo se pensa — perder sua capacidade de influenciar tanto quanto antes na vital região do golfo Pérsico. Há temores também de que os problemas do xá levem a Arábia Saudita a diminuir a confiança nos Estados Unidos e a buscar uma acomodação com forças radicais que operam na área, o que igualmente teria enormes conseqüências para as iniciativas pacificadoras e os interesses econômicos de Washington. A falta de progressos significativos em Camp David também agravaria as tensões no Líbano. Se acontecer um novo ataque israelense a posições sírias no Líbano, outros países poderiam entrar no conflito — como o Iraque, cujas tropas têm-se movimentado na direção da fronteira da Síria.

Um acordo em Camp David teria um óbvio efeito tranqüilizador. O fracasso, por outro lado, aumentaria as tensões já elaboradas e suscitaria incômodas dúvidas sobre a utilidade de os países árabes seguirem a liderança de Washington. Além do mais, os Estados Unidos teriam sua posição enfraquecida num momento em que a *détente* com a URSS não caminha bem. Por tudo isso, compreende-se a preocupação manifestada no final da semana por assessores da Casa Branca em ressaltar pelo menos um saldo da conferência: o estabelecimento de um "espírito de Camp David", o mesmo conseguido no passado entre Eisenhower e Kruschev e entre Nixon e Brejnev — e que decididamente favorece a negociação contra a confrontação. •

PORTUGAL

Sem governo

Cai o gabinete e Lisboa retorna à incerteza

Indicado pelo presidente Ramalho Eanes para assumir a chefia do governo português, o engenheiro Alfredo Nobre da Costa surpreendeu até os habitantes de Lisboa, onde seu nome não era conhecido senão em círculos restritos. Outras surpresas viriam depois. Falando à imprensa, por exemplo, Nobre da Costa, um engenheiro mecânico de 55 anos, ligado à indústria do cimento e material eletrônico, confessou com simplicidade não entender de política. Também sem qualquer escrúpulo, diria em seguida não estar acostumado a falar ou a escrever o português, pois sua experiência era com números e administração de empresas. E mais: admitia não ter nenhuma idéia do que poderia fazer no setor da educação.

Quando enfim apresentou seu programa de governo à Assembléia da República, na quinta-feira, dia 7, ressaltou que o gabinete por ele formado "não pediu, não desejou o poder e não lutava para exercê-lo". O solitário e combativo representante na Assembléia da República da União Democrática Portuguesa, partido à esquerda dos comunistas, Acácio Barreiros, não perdeu a oportunidade. Ao assumir a tribuna, comentou com ironia: "Uma vez que estes novos ministros declaram não ter

Nobre da Costa: só 16 dias

pedido nem desejado exercer o poder, o maior favor que nós poderíamos fazer-lhes será mandá-los de volta para casa".

VAZIO DO PODER — Na quinta-feira passada, após quatro horas de debates, e por 141 votos contra 71 e 40 abstenções, os parlamentares terminaram consumando tal desígnio. Com isso, cinqüenta dias após a queda do governo liderado pelo ex-primeiro-ministro socialista Mário Soares, Portugal fica novamente na perspectiva de viver outro prolongado período de vazio de poder. Nobre da Costa continuará interinamente no governo até que Ramalho Eanes complete novo período de consultas aos partidos. Sua queda, na opinião das várias correntes, foi provocada por razões diferentes. Para os socialistas, seu governo "apartidário", que durou dezesseis dias, representava um retorno aos métodos do salazarismo. Os comunistas viam nele o perigo de abertura "à recuperação capitalista". E os direitistas do Centro Democrático e Social não lhe perdoaram por ter colocado no gabinete três ministros considerados esquerdistas.

Quem saiu ganhando com a queda de Nobre da Costa? Aparentemente, Mário Soares, desde o início contrário à decisão de Eanes de indicar um nome de sua confiança passando por cima dos partidos. "A votação demonstrou que, se não é fácil governar contra a vontade do presidente, é praticamente impossível manter-se no poder contra a vontade dos partidos", disse Soares, que propôs a formação de um governo pluripartidário para se evitar a convocação de novas eleições. Constitucionalmente, porém, Eanes poderá ainda indicar dois outros nomes, antes de convocar eleições gerais. E, desta vez, tudo indica que ouvirá atentamente os partidos.

É bom que assim seja. Enfrentando grave crise econômica e com necessidade de prosseguir suas negociações com o Fundo Monetário Internacional, o país não pode permitir-se a um permanente vazio de poder. E, além disso, são cada vez mais evidentes a apatia e a descrença popular. Em recente eleição para a Prefeitura de Mirandela, cidade ao norte do país, por exemplo, houve 60% de abstenções. E pouco antes, uma pesquisa do jornal *A Luta*, sobre o vazio de poder, revelou que a maioria dos consultados considerou os trinta dias sem governo "iguais" ou até "melhores" que os anteriores. Pelo menos, no período, não saiu nenhum decreto de aumento de preços. •

AP

Manifestação em Teerã: uma surpresa que já dura nove meses

IRÃ

"Morte ao xá"

Nas ruas, sob tiroteio, a multidão protesta

A multidão, tendo à frente estudantes e mulheres usando o *chador*, o tradicional manto que cobre seus corpos dos pés à cabeça, despontou na praça Jaleh, no centro de Teerã, uma cidade pouco acostumada a manifestações de protesto. À sua espera já havia uma muralha de soldados armados de metralhadoras — e de nada adiantaram os apelos de dirigentes oposicionistas mais moderados para que os manifestantes se detivessem. Enfurecidos pela decretação, na sexta-feira, dia 8, da lei marcial no Irã, com toque de recolher das 10 da noite às 5 horas da manhã, os manifestantes avançaram. Os soldados, inicialmente, lançaram bombas de gás lacrimogêneo. Quando as nuvens se dissiparam, porém, verificou-se que a marcha não se detinha. Então, foram feitos disparos para o ar — para, finalmente, os soldados dirigirem suas metralhadoras em direção aos manifestantes.

Quando o tiroteio terminou, estavam estendidos na praça pelo menos 86 mortos, em sua maioria mulheres e crianças, e 205 feridos, segundo a versão oficial. Funcionários da embaixada americana, contudo disseram que um número mais realista iria de 300 a 500 mortos. Foi o mais sangrento choque na tumultuada, incessante onda de protestos contra o governo do xá do Irã, Mohammed Reza Pahlevi, desencadeada nove meses atrás — e que, na semana passada, colocava o despótico regime do monarca iraniano à beira do desastre.

JURAS — O massacre da praça Jaleh, agora rebatizada praça dos Mártires, comprometeu a tentativa de conciliação feita por Reza Pahlevi para aplacar seus opositores, sobretudo os muçulmanos conservadores, insatisfeitos com a forma assumida pelo projeto do dirigente iraniano de modernizar as estruturas feudais de seus país. Tentando neutralizar a onda de protestos, o xá anunciou, semanas atrás, a reforma de seu gabinete, de 22 membros, decretou o fechamento dos cassinos e ordenou o combate à corrupção e à pornografia — males apontados pelos muçulmanos conservadores como indícios da degradação dos costumes do país. O primeiro-ministro Amir Abbas Hoveyda, um experiente tecnocrata, no poder há treze anos, foi substituído por Djaafar Charif Emani, durante quinze anos presidente do Senado, e um dos raros políticos com acesso à corte e alguma audiência entre os muçulmanos moderados.

Enquanto Charif Emani apresentava ao Parlamento seu programa de governo, porém, prometendo "castigar o luxo e os aproveitadores" — e, mais ainda, levantando a proibição para a formação de partidos políticos, com exceção do Comunista —, a 15 quilômetros de Teerã as vítimas do massacre de Jaleh eram sepultadas no cemitério de Behechte-Zahra. Houve cenas lancinantes e juras de vingança, que logo se transformaram em novos encontros com as tropas do xá, responsáveis por

mais cinco mortos, pelo menos. E, em todo o país, os 48 000 agentes da Savak, a temida polícia do xá, intensificavam a repressão. Até a semana passada, mais de 100 oposicionistas já estavam presos, entre eles vinte *mullahs,* líderes religiosos muçulmanos, intelectuais, jornalistas e, mesmo membros da comissão iraniana de defesa dos direitos humanos.

"MARG BAR SHAH" — "Os agentes estão comendo e dormindo na minha casa, à minha espera e mantendo minha esposa e filhos como reféns", queixou-se na semana passada um dirigente do comitê, agora na clandestinidade. São duvidosos, porém, os resultados da campanha de repressão. Pois a ação sistemática da Savak — uma sinistra entidade que, segundo relatório da Anistia Internacional em 1975, bateu o recorde mundial em violação dos direitos humanos — não impediu a escalada dos protestos, iniciada após o Ramadã, o mês sagrado de orações e jejum.

Tão logo terminaram as orações do final do Ramadã, no dia 1.º, desta vez realizadas ao ar livre, mais de meio milhão de muçulmanos ocuparam as ruas em onze cidades — distribuindo rosas aos soldados e convidando-os a dançar. Logo, no entanto, os slogans de confraternização foram trocados por palavras de ordem como *Marg bar Shah* (morte ao xá), ou *Shah Tura Mikoshin* (xá, nós o mataremos). E os manifestantes ergueram barricadas nas ruas, incendiaram carros, lojas e prédios governamentais. Pahlevi achou que as coisas tinham ido longe demais, decretou a lei marcial e designou o general Gholam Ali Oveisi, um "duro", para a execução das novas medidas em Teerã.

O problema, porém, é que os protestos já não correspondem a um setor político, como a esquerda, ou a um grupo cultural, como os muçulmanos conservadores. Reza Pahlevi não parece contar senão com as Forças Armadas, cujos oficiais, parte da elite beneficiada com a quadruplicação dos preços do petróleo, desde 1974, até agora deram provas de lealdade irrestrita à monarquia. Mas não se sabe até que ponto os soldados conseguirão resistir à tensão de embates prolongados com o povo. Num dos choques, após a decretação da lei marcial, por exemplo, um soldado, desesperado, atirou num oficial, suicidando-se em seguida.

"SATÂNICO PODER" — Talvez por isso, o xá, em entrevista dias atrás, não apenas reafirmou seu respeito às tradições islâmicas do país, cuja população tem 93% de muçulmanos, como acenou com a possibilidade de diálogo com os dirigentes da ala muçulmana majoritária, os chiitas, e garantiu a realização de eleições em julho próximo. Como conciliar, porém, a liberalização política com a lei marcial?

Em resposta ao xá, o líder máximo dos muçulmanos chiitas, Ruholleh Khomeini, de seu exílio no Iraque, limitou-se a dizer azedamente: "Enquanto o satânico poder do xá prevalecer, não haverá eleições livres". E na cidade sagrada de Qom, o líder muçulmano no Irã, Shariat Madari, considerado mais moderado, comentou que não haverá negociações "enquanto só forem propostas meias medidas". Shariat proclamou luto nacional pelas vítimas do massacre dos últimos dias e citou um verso do Corão, o livro sagrado muçulmano, só utilizado em relação ao *Jidah,* a guerra santa: "Os que são injustos saberão para que destino se dirigem". ●

Teerã sob lei marcial: e ainda assim, os protestos continuam

ARGENTINA

Pelas armas?

Parece próximo o recurso à guerra no caso Beagle

Nas províncias argentinas fronteiriças com o Chile, já foi pintada a cruz vermelha nos tetos dos hospitais. Os reservistas de 1959, que seriam liberados agora, receberam na semana passada a má notícia da prorrogação por mais alguns meses de seu serviço militar. E a indústria nacional de armamentos já estaria trabalhando 24 horas por dia. Na semana passada, enquanto persistia o impasse em suas negociações com o Chile, em torno da soberania das ilhas Nueva, Picton e Lennox, na desembocadura atlântica do canal de Beagle, a Argentina se mostrava mais perto da realidade, outrora remota, de uma guerra com seu país vizinho. Aparentemente cético quando a um acordo, e confiante em sua superioridade militar, o comando militar argentino já teria tomado a decisão de criar algum tipo de fato consumado. É uma perspectiva sombria, mas em pleno desenvolvimento, segundo advertência de comunicado conjunto dos cardeais de Santiago e Buenos Aires — a menos que ocorra, até 2 de novembro, data do encerramento das negociações, uma solução providencial. ●

Sem a farda

Passa para a reserva o chefe da Marinha

Dias atrás, na base naval de Azopardo, 300 quilômetros ao sul de Buenos Aires, um jornalista perguntou ao então comandante-chefe da Marinha argentina, almirante Emílio Massera, se algum dia ele voltaria a visitar a unidade. "Claro que sim", respondeu o almirante. E acrescentou, maliciosamente: "Só não sei em qual chalé vão me hospedar. . ." De fato, Massera podia ter certeza apenas de que não mais se hospedaria nas dependências destinadas ao comandante-chefe — pois, sendo transferido para a reserva na sexta-feira passada, ele no mesmo dia transmitiu o posto ao novo titular, almirante Armando Lambruschini, que o substituirá também na junta militar de governo.

Mas o ar irônico do almirante ao dar a segunda parte da resposta foi imedia-

tamente interpretado como referência à possibilidade de que ele, algum dia, fique alojado num local ainda mais privilegiado da base naval — as instalações destinadas a certos visitantes VIP, como, por exemplo, presidente da República. Exagero de interpretação? Se a personagem do episódio fosse qualquer outra pessoa na Argentina, certamente sim. Mas não em se tratando do ambicioso, tenaz Massera, cujo menor movimento, hoje em dia, é carregado de conotação política. O almirante, à custa de um intenso trabalho desenvolvido desde a última tomada do poder pelos militares, em março de 1976, conquistou um amplo terreno próprio na política argentina, que inclui desde boas relações com o peronismo até a existência de um jornal que o apóia — o matutino *Convicción*, com uma tiragem de 30 000 exemplares. E conseguiu, assim, a rara proeza de, mesmo despindo a farda, tornar-se uma figura que não pode ser perdida de vista daqui para a frente.

Massera: agora, a difícil luta para firmar-se como alternativa

"MASSERITA" — Muitos crêem que Massera pretende colocar-se como uma alternativa *caudillesca* para o impasse que vive o país — algo como uma reedição reformulada do próprio Juan Domingo Perón. Significativamente, por sinal, os peronistas se beneficiaram de diversos gestos de Massera, nas últimas semanas. Foi Massera o responsável pelo abrandamento nas condições da prisão da ex-presidente Isabelita Perón e do máximo dirigente sindical peronista, Lorenzo Miguel, ambos agora apenas sob prisão domiciliar. O almirante também conseguiu a libertação de várias personalidades peronistas punidas pela Acta de Responsabilidad Nacional, espécie de versão argentina do AI-5, a começar pelo ex-ministro do Interior, Antonio Benítez. A rigor, Massera não é um estranho ao movimento peronista. Foi o próprio Perón, que o chamava de "Masserita", quem guindou o almirante, então com 48 anos, ao comando da Marinha, dois meses depois de sua volta à Casa Rosada, em outubro de 1973 — e, para tanto, preteriu seis almirantes mais graduados.

Desde o início do atual regime militar, o almirante manteve contatos permanentes com os peronistas, e até com a liderança exilada na Espanha e na França. Além do mais, angariou simpatias nas fileiras do movimento ao se opor frontalmente à austera política econômica do ministro da Economia, José Martínez de Hoz. Mesmo de sua imagem no exterior Massera não descuidou: foi recebido oficialmente em países como a Romênia, a França, a Inglaterra e a Venezuela, e conseguiu um certo trânsito em Washington, onde se chegou a reconhecer, meses atrás, que a Marinha era a Arma argentina "mais receptiva à política de direitos humanos" do presidente Jimmy Carter.

Mas entre as ambições do almirante e a realização de seu sonho de chegar à presidência vai, certamente, uma longa distância. Até 1981, quando termina o mandato do presidente Jorge Rafael Videla, Massera vai ter que fazer uma difícil travessia do deserto — uma empreitada nada fácil na Argentina de hoje, especialmente para quem já não dispõe de comando militar efetivo, e cujas origens estão numa arma secundária, com relação ao esmagador peso do Exército, como a Marinha. ●

O caco de garrafa

Vez por outra, ainda se ouve falar em Kozo Okamoto, único sobrevivente entre os três terroristas japoneses que, em maio de 1972, desembarcaram no aeroporto de Lod, em Israel, e começaram a disparar a esmo, matando 26 pessoas e ferindo oitenta. Assim, por exemplo, em meio à onda de boatos alarmistas que percorreu Israel, nos primeiros dias da conferência de Camp David, dizia-se que uma organização terrorista japonesa estaria prestes a praticar um massacre semelhante ao de Lod, caso Okamoto não fosse libertado. A verdade, porém, é que o próprio Okamoto parece hoje em dia muito distante de qualquer preocupação política. Condenado inicialmente à morte, ele teve sua sentença comutada para prisão perpétua — e atualmente o estado de suas faculdades mentais é motivo de preocupação para os responsáveis pelo presídio de Ramle, onde cumpre sua pena. Recentemente, Okamoto quis converter-se ao judaísmo. E, não tendo obtido a assistência de um rabino, como pretendia, acabou praticando sua própria circuncisão, com um caco de Coca-Cola. Por causa disso, teve de passar um mês e dez dias na enfermaria da prisão.

À espera de Giscard

No dia 8 deste mês, o principado de Andorra, minúsculo Estado encravado entre a Espanha e a França, nos Pireneus, completou sete séculos desde que, por vontade soberana do imperador Carlos Magno, transformou-se em nação independente. Pouca gente, contudo, com exceção de seus 18 000 habitantes e dos 3 000 turistas que diariamente conseguem encontrar o principado, graças a detalhados mapas da fronteira franco-espanhola, parece ter-se apercebido do fato. E nem houve comemorações, por causa da manifesta falta de entusiasmo dos dois soberanos constitucionais do país — o bispo de Urgel, pelo lado espanhol, e o presidente Valéry Giscard d'Estaing, pela França. Nos últimos anos, o bispo de Urgel tem simplesmente devolvido o tributo de vassalagem que lhe é enviado a cada 24 meses pelos andorranos: 460 pesetas, 12 porcos, 12 galinhas e 24 queijos. O presidente Giscard d'Estaing, por seu lado, fez saber a seus súditos que sua agenda não lhe permitiria assistir às comemorações do sétimo centenário. Por isso, decidiu-se adiar as celebrações até que o presidente francês tenha um momento livre.

NESTE PROGRAMA, A MANEIRA MAIS RÁPIDA E OBJETIVA DE VALORIZAR O SEU CURRICULUM PROFISSIONAL.

Seja qual for a sua área, IOB tem o Curso certo para que V. faça a sua reciclagem e se aperfeiçoe com rapidez e baixo custo. Escolha o seu. Ao final, V. receberá um certificado de freqüência que vai valorizar muito o seu curriculum. Temos Cursos em todo o Brasil. Faça a sua inscrição hoje mesmo.

VEJA O PROGRAMA DE OUTUBRO PARA SÃO PAULO:

CORREÇÃO DE BALANÇO

Curso prático sobre o DL. 1598/77, e preparação para fechamento de balanço, em uma semana.
Datas: de 02 a 05 e de 16 à 19 - Noturnos - das 19:00 às 21:30 h.
de 09 a 12 e de 23 a 26 - Diurnos - das 08:00 às 10:00 h.

CASH-FLOW (PLANEJAMENTO DE CAIXA)

Apresentação prática das melhores técnicas de planejamento financeiro, dirigido principalmente a Contadores e Gerentes Financeiros em geral.
Data: de 02 a 06 - das 19:00 às 21:30 h.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Dirigido aos profissionais da área trabalhista em geral, visa atualizar e desenvolver conhecimentos pertinentes à área, em nível de execução prática.
Data: de 04 a 17 (10 reuniões) - das 19:00 às 21:00 h.

ATUALIZAÇÃO DAS TÉCNICAS SECRETARIAIS

Programa de atualização de Secretárias em técnicas de relacionamento, comunicação e rotinas secretariais.
Data: de 04 a 17 (10 reuniões) - das 19:00 às 21:30 h.

CUSTO INDUSTRIAL

Tradicional programa dirigido a Contabilistas, Economistas, Auditores e Empresários visando atualização na moderna Sistemática de Custos.
Data: de 09 a 19 (8 reuniões) - de 2.ª a 5.ª das 19:00 às 21:30 h.

NOVAS TÉCNICAS CONTÁBEIS PARA AS S/A E LTDA^{S}

Estudo das Demonstrações Financeiras na Lei 6.404/76 e no DL. 1.598/77.
Data: de 09 a 13 - das 19:00 às 21:30 h.

DEPARTAMENTO PESSOAL "MODELO"

Programa fundamentalmente prático sobre as rotinas de um Departamento de Pessoal, com exercícios ao vivo.
Data: de 09 a 17 (7 reuniões) das 19:00 às 21:30 h.

GERÊNCIA DE VENDAS

Atualização dos profissionais responsáveis pela força de vendas da Empresa.
Data: de 18 a 27 (8 reuniões) das 19:00 às 21:30 h.

CRÉDITO E COBRANÇA

A abordagem dos problemas e soluções apresentadas facilitarão a função dos responsáveis pelo Dept.º de Crédito e Cobrança.
Data: de 23 a 27 - das 19:00 às 21:30 h.

INOVAÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA

Atualização a todos os interessados nas alterações introduzidas pelo DL. n.º 1598 e demais normas recentes do I.R.
Data: de 23 a 27 (5 reuniões) das 19:00 às 21:30 h.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS NAS EMPRESAS

Programa que aborda as funções de O & M nas empresas para formação e atualização dos profissionais da área.
Data: de 18 a 31 (10 reuniões) das 19:00 às 21:30 h.

SEMINÁRIO ESPECIAL DE AUDITORIA INTERNA

Seminário Diurno sob a coordenação e apresentação do Dr. Victor Colella visando o treinamento intensivo dos profissionais da área.
Dias: 25, 26 e 27 - Horário: das 8:30 às 17:30 h.
(Número Limitado de Participantes)

IMPORTANTE

Certificado de Freqüência - será concedido ao participante que comparecer, no mínimo, a 80% das aulas.
Descontos - será concedido desconto de 10% à empresa que inscrever três ou mais funcionários no mesmo curso.
Os custos dos Cursos IOB dão direito à dedução em dobro para os efeitos do Imposto de Renda. Lei 6297.

Consulte-nos sem compromisso

cursos de legislação empresarial

uma página importante no seu curriculum de homem de empresa

Informações e Inscrições: Praça da Liberdade, 262 - 3.º and.
Tel.: 278-8166, 278-3629, 278-3722 - CEP 01503 - São Paulo, SP

ATENDEMOS TAMBÉM A CURSOS FECHADOS NAS EMPRESAS

Drogas homeopáticas à venda . . .

. . . um estímulo à automedicação

Nova homeopatia

A velha terapêutica agora atrai a juventude

Bronquite? O melhor remédio é o arsênico. Hepatite? Tome veneno de cobra surucucu. Essas são receitas da homeopatia, desprestigiada corrente médica que há quase dois séculos, com 2 000 substâncias naturais, entre plantas, minerais e venenos de animais, tenta curar os males da humanidade. Desde o início deste século, implacavelmente combatida pela medicina tradicional ou alopática — e também pela grande indústria farmacêutica —, a homeopatia crescentemente perdia terreno. Mas, nos últimos anos, vem refazendo suas forças e conseguindo novos adeptos. Cansadas dos efeitos colaterais dos remédios alopatas que dominam o mercado, e irritadas também com seus preços altos, levadas ainda pela voga do naturalismo, cada vez mais pessoas recorrem aos remédios homeopáticos, agora industrializados.

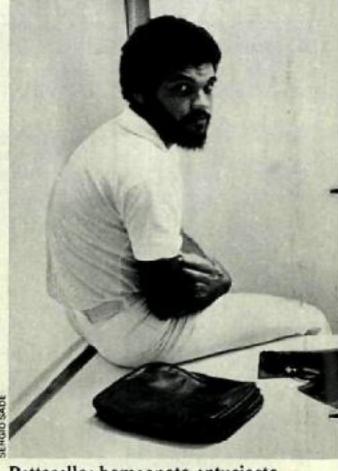
O interesse redespertado pela homeopatia reflete-se em números: o 14.º Congresso Brasileiro de Homeopatia, realizado na primeira semana de setembro em São Paulo, reuniu 400 participantes; o curso de pós-graduação da Associação Paulista de Homeopatia tem setenta alunos, o dobro de 1976. Dois encontros nacionais de estudantes de Medicina interessados em homeopatia, efetuados em abril e novembro do ano passado, contaram com 600 participantes.

QUININO E ENXOFRE — A Farmácia e Laboratório Homeopático Almeida Prado, uma das maiores empresas do ramo homeopático no país, vende mensalmente 300 000 unidades, 50% a mais que no ano passado. E — importante — a maioria dos convertidos à homeopatia são jovens.

Tudo começou nos fins do século XVIII. Um médico alemão, Samuel Hahnemann tomou quinino — droga usada no tratamento da malária — para ver o que acontecia. Verificou que os sintomas causados pelo quinino eram semelhantes aos da malária. Depois, Hahnemann experimentou enxofre, provocando em si próprio a mesma erupção cutânea curável por enxofre. Dessas primeiras experiências, Hahnemann derivou dois princípios: a "experiência no homem são" e a "lei dos semelhantes". Dizem os preceitos homeopáticos que, se um remédio for usado em um doente, seus efeitos se confundirão com os efeitos da doença. A medicina tradicional experimenta o efeito de suas drogas em animais, mas isso não é suficiente, sustentam os homeopatas, porque não se sabe o que o animal sente, já que ele não fala. Portanto, a homeopatia recorre à experiência com o homem são.

Já a "lei dos semelhantes", segundo a qual "o semelhante cura o semelhante", baseia-se num princípio idêntico ao das vacinas — ingerindo-se uma substância que provoca determinados sintomas cria-se uma reação do organismo exatamente a esses mesmos sintomas, que são então combatidos.

Quando surgiu — e até hoje — a homeopatia sofreu combate, em especial por não poderem seus resultados ser explicados quimicamente. Mas, como deu certo na prática, a homeopatia foi crescendo até que nos fins do século passado dividia em todo o mundo as forças com a alopatia. Só nos Estados Unidos, por volta de 1900, havia sete faculdades e seis hospitais com mais de 600 leitos cada um, que aplicavam exclusivamente a homeopatia. Mas — segundo o médico homeopata Luís Carlos Bettarello, paulista de 32 anos — a então nascente indústria farmacêutica, que vinha substituir as receitas aviadas em farmácia por medicamentos pré-fabricados em massa, não se interessou pela homeopatia, cujos preços eram muito baratos, e ▸

SÉRGIO SADE

Bettarello: homeopata entusiasta

o cálculo elevado à sua máxima potência
O mundo está nas mãos dos homer
ou melhor dizendo, na pon
de seus dedo
As calculadoras eletrônicas Sha
existem para facilit
este trabalh
SHARP
Calculadoras eletrônica
Produtos da Zona Franca de Mana
Ziraldo

PEDRO MARTINELLI

O alopata Ribeiro do Valle: a homeopatia não tem bases científicas

passaria a combatê-la, por exemplo, por meio da sonegação de verbas a universidades onde ela era ensinada. Data daí o recuo da homeopatia — cujos remédios são vendidos hoje no máximo a 30 cruzeiros o vidro — em relação à alopatia.

ÍNDIA E MÉXICO — Apesar de tudo, a homeopatia manteve alguns redutos. Na Alemanha Federal, 40% dos médicos receitam medicamentos homeopáticos. Na Índia, há 10 000 médicos homeopatas, o maior contingente num só país. E, no México, 60% da população são atendidos pela homeopatia. Para José Luís Romero Estrada, diretor da Escola Nacional de Medicina Homeopática do México, presente ao 14.º Congresso Brasileiro, a homeopatia seria particularmente indicada em nações subdesenvolvidas.

No Brasil existem apenas 300 médicos homeopatas e diz-se, entre eles, que isso se deve a se ter seguido no país o modelo dos Estados Unidos, onde a homeopatia foi derrotada. Das 76 escolas médicas do Brasil, apenas uma, a de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, tem a homeopatia entre seus cursos. Existem além disso instituições mantidas pelos entusiastas da homeopatia que ministram cursos em nível de pós-graduação.

Mas o diminuto número de médicos homeopatas não está de acordo com o crescente uso da homeopatia pelos pacientes. Mais de 2 000 farmácias em todo o país vendem drogas homeopáticas de fácil — e, segundo os próprios médicos homeopatas, enganosa — automedicação. Pois soou também a hora da industrialização em massa dos remédios homeopáticos — um fenômeno encarado com reservas pelos médicos homeopatas. Afinal, a homeopatia prescreve que cada paciente é um caso diferente e o mesmo remédio que cura bronquite, por exemplo, num doente não cura forçosamente a mesma doença em outro. Cada doente requer uma medicação personalizada. O médico homeopata chega a perguntar, em sua consulta, coisas, como em que estação do ano o paciente se sente melhor ou pormenores de seu temperamento, e vai juntando os dados de sua vida para formular o quadro clínico. Por isso uma consulta com um médico homeopata nunca dura menos de 50 minutos.

Estão praticamente fora da homeopatia os 60 milhões de beneficiários do INAMPS, já que os poucos homeopatas credenciados não são substituídos por novos ao se aposentar.

E os alopatas, como o professor de Farmacologia da Escola Paulista de Medicina, José Ribeiro do Valle, continuam insistindo em que a homeopatia não tem a menor base científica: "Contudo, se ela não cura, pelo menos distrai o doente. Provoca a fé. E, muitas vezes, a fé do doente em um determinado medicamento acaba fazendo com que ele fique curado. Aí está a força da homeopatia". Os homeopatas, entretanto, alegam que, se a homeopatia não pode ver comprovados seus resultados por meios químicos, recentes pesquisas indicam que eles podem ter bases físicas. E o próprio Ribeiro do Valle reconhece: "Pelo menos a homeopatia não tem os perigos dos efeitos colaterais dos remédios da medicina tradicional. Se não cura, a homeopatia não provoca outras doenças". Ou seja, se não faz bem, a homeopatia também não faz mal. •

Compare e escolha.

As canetas a nanquim comuns você conhece. E suas características também: a pena presa por rosca, vazamentos, entupimentos, a pena travada devido ao ressecamento da tinta na rosca. Como decorrência, os dedos sujos, falhas no traçado e uma série de pequenos incidentes acabam com a disposição do melhor desenhista.
Os engenheiros da Faber-Castell encontraram para estes problemas uma solução técnica que é um verdadeiro "Ovo de Colombo" - eliminaram a rosca, prendendo a pena, sob pressão, dentro de um cone. O espaço adicional obtido é ocupado por um canal de compensação com 80% a mais da capacidade, comparado com o das canetas a nanquim comuns. A pena transparente - outra exclusividade da Castell TG - permite observar o fluxo da tinta e constatar sua total remoção após a limpeza. O resultado é um trabalho limpo, seguro e mais econômico. Compare e escolha a melhor:

Castell TG

Solicite informações mais detalhadas sobre todas as inovações e vantagens da caneta Castell TG.

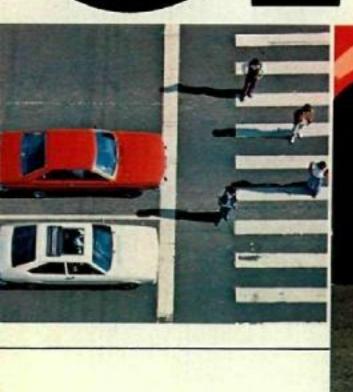
Nome: .... Endereço: ....

Cidade: .... Estado: .... CEP: ....

LAPIS JOHANN FABER S.A. Rua Dr. Cândido Espinheiro n.º 372 - 05004 - São Paulo - SP.

ARRANCA, CORRE,
DESVIA, CURVA FECHADA,
BARBEIRO, SIN
PEDESTRE. É PRECI
PRA ENFRENTA

O RADIAL D

BRECA, BURACO,
REDUZ, CHUVA, OLHA O
AL FECHADO,
SO MUITA GARRA
R O DIA-A-DIA.

D PRIX

E GARRA

Para enfrentar tudo isso, você precisa de mais do qu
um bom pneu. Você precisa do melhor: radial Grand Prix.

O radial Grand Prix foi criado pela avançada tecnolog
Goodyear, para que você consiga o máximo de garra,
em qualquer situação.

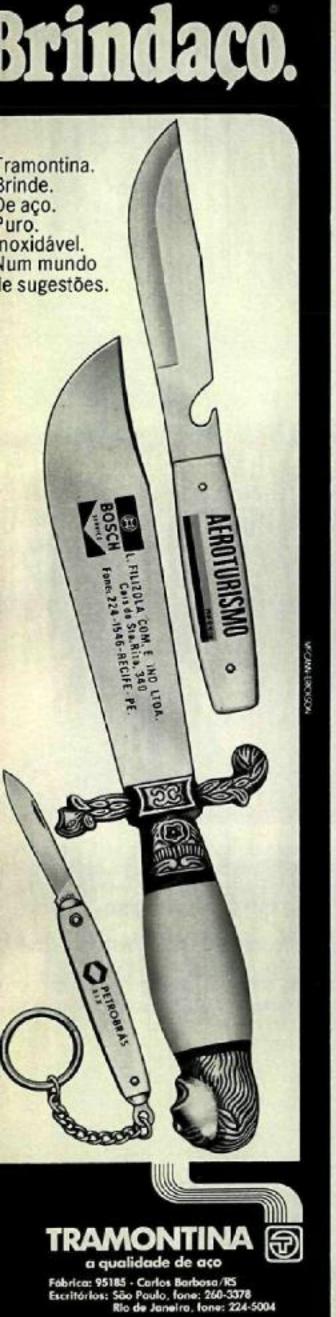
Mais garra na chuva. Mais garra na hora de parar.

Mais segurança e estabilidade nas curvas.

E mais economia, com muita garra por quilômetro rodad

Troque os pneus do seu carro pela escolha dos
campeões. Troque pela garra do radial Grand Prix. No se
revendedor Goodyear.

GOODYEAR

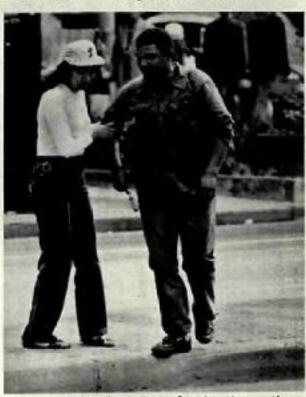
A escolha dos campeões

Pela faixa

Estudantes ensinam como atravessar a rua

Na cidade de São Paulo ocorrem diariamente cerca de 500 acidentes de trânsito, com noventa vítimas pessoais — oito vezes mais que em Nova York, dezessete mais que em Tóquio. Mais da metade dessas vítimas — em média, cinqüenta por dia — são causadas por atropelamentos. E, segundo as autoridades, grande parte da culpa por tantos acidentes pode ser atribuída aos pedestres, que atravessam ruas e avenidas sem observar as faixas de segurança. Justamente para despertar a atenção da população para o perigo dessa conduta, o Departamento de Operações do Sistema Viário (DSV) lançou, na semana passada, uma nova campanha: em cinco dos mais movimentados cruzamentos da cidade, 82 universitários do Projeto Rondon estão tentando persuadir os passantes a atravessarem as ruas nas faixas de segurança.

"Os estudantes já trabalhavam nas selvas", argumenta o diretor do DSV, Roberto Scaringella, "então, por que não usá-los para trabalhar na selva do trânsito?" O convênio entre o DSV e o Projeto Rondon prevê ainda o aproveitamento de universitários no treinamento de professores do ensino oficial para que estes orientem seus alunos sobre as regras básicas do trânsito. A parte mais árdua da missão, contudo, está mesmo no trabalho de campo. "A maioria das pessoas aceita nossos apelos e acaba atravessando nas faixas de segurança", explica Nancy Mincauscaste, estudante de Biologia, que, ao lado de mais dez colegas — todas uniformizadas com camisetas brancas e bonés amarelos —, orienta os pedestres na tumultuada esquina da rua Augusta com a avenida Paulista. "Ainda há muita gente, porém", acrescenta Nancy, "que não quer saber de conversa e atravessa a rua em qualquer lugar."

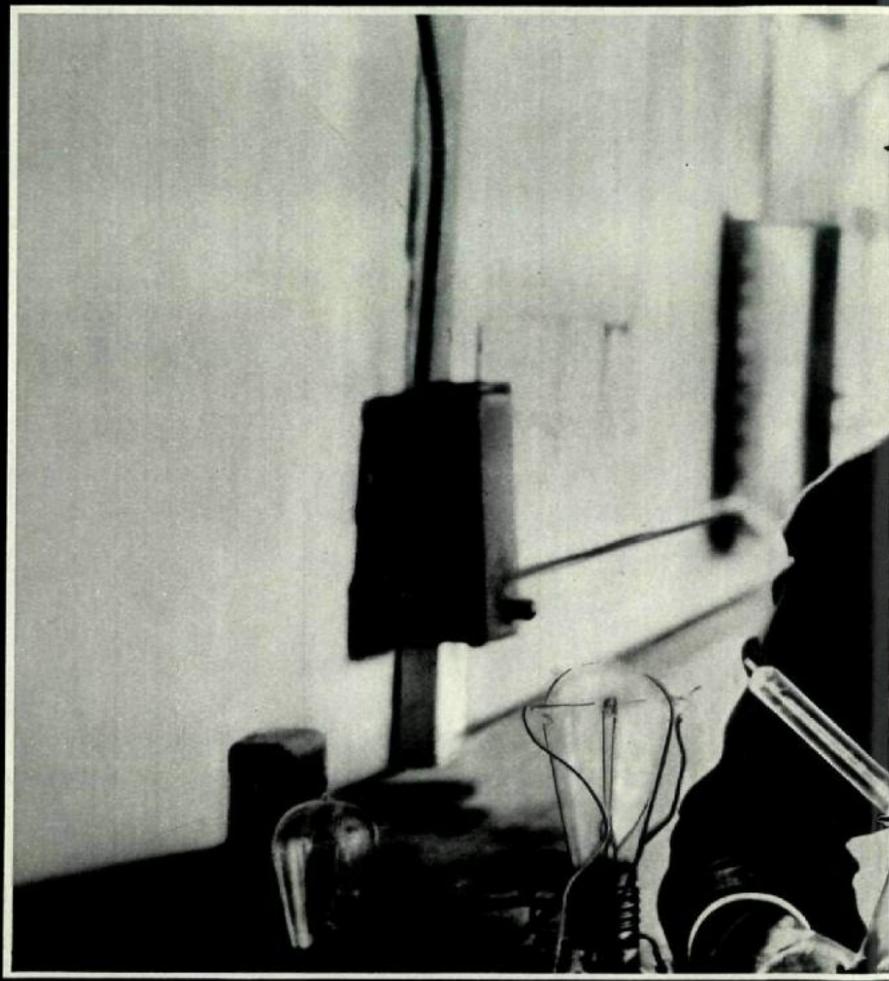
Entre estas pessoas, Nancy e suas colegas já detectaram um tipo peculiarmente insensível a qualquer argumento: as senhoras de idade. "Uma delas", conta Nancy, "respondeu a meus apelos com este argumento: 'Atravesso fora da faixa há cinqüenta anos e nunca fui atropelada. Por que iria mudar agora?'" •

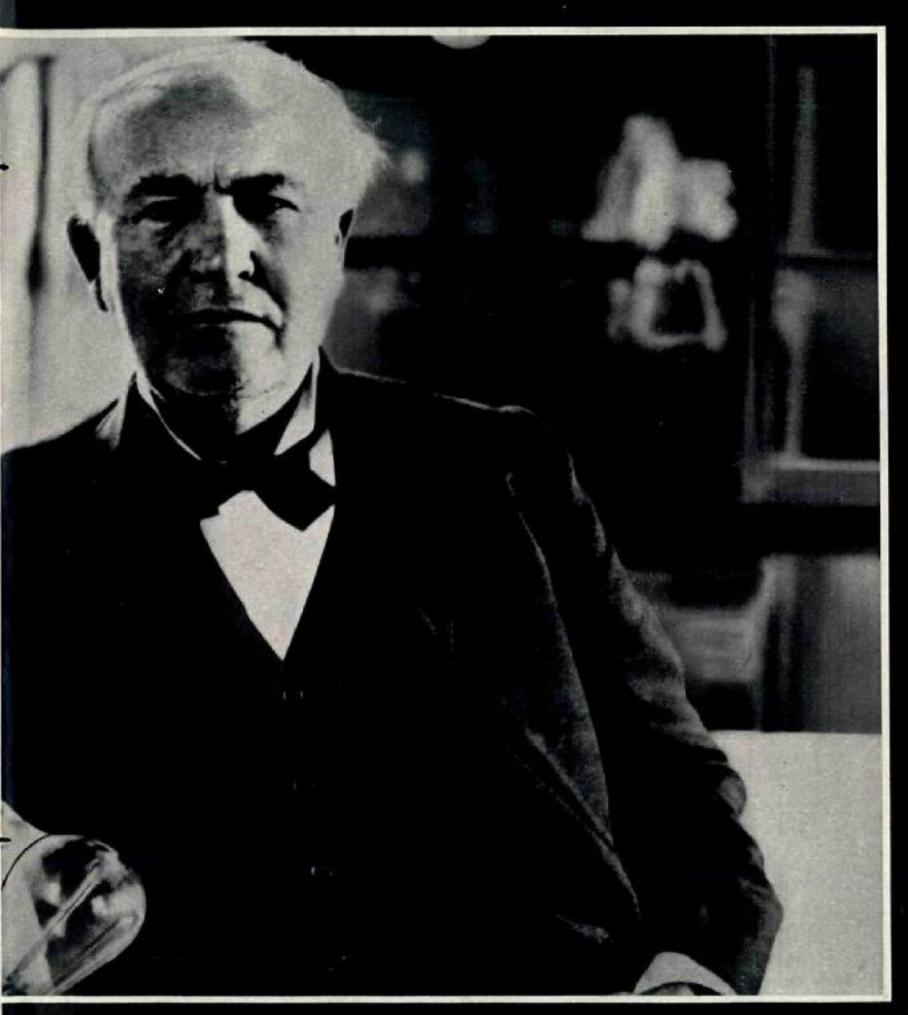
Um trabalho de persuasão . . .

. . . na "selva do trânsito" paulista

FOTOS JUGO KOYAMA

Futuro. Uma tradiçã

m pequeno
boratório.
ma grande
mbição. Assim
homas Edison
ventava a
mpada
candescente.
ra o primeiro passo
ara a criação da
eneral Electric
ompany.
ma empresa que
nascia com uma
rande idéia.
avia um mundo
ovo a descobrir.
ais dinâmico.
ais humano.
om mais recursos
ara progredir. E a
E foi descobrindo:
primeira turbina
eradora a vapor do
undo, o primeiro
boratório de
esquisa industrial,
s primeiras
ransmissões
adiofônicas,
aparecimento
as lâmpadas
uorescentes.
m cada conquista,
ais do que
ntusiasmo.
certeza de estar
ontribuindo para
ma vida melhor,
reparando novos
aminhos para que
utros também
ossam criar.
orque, para a GE,
futuro
ode acontecer
qualquer
omento.

E - 100 anos
e tecnologia
qualidade.

o da General Electric.

GENERAL ELECTRIC

Carros de coleção

Os automóveis das últimas décadas estão ganhando status e preço de peças raras

O industrial paulista Arnold Steinkopff, 43 anos, diretor-presidente da Linhas Centauro, ouviu num café que determinada senhora mantinha um velho Buick sobre cavaletes na garagem do seu edifício, sem saber que destino dar ao automóvel. Abordou imediatamente o desconhecido que naquele momento contava a história ao garçom do bar, mas foi olhado com desconfiança. O homem desconversou, fazendo entretanto uma vaga referência à 13 de Maio, a conhecida rua das cantinas italianas em São Paulo. Steinkopff, um irrecuperável amante de carros antigos, não se deu por vencido. Noite após noite, percorreu um a um os prédios da 13 de Maio, com receio de que alguém chegasse antes dele. Enfim, quatro dias mais tarde, achou o carro — um Buick 1940, verde, parado há doze anos e com apenas 29 000 quilômetros rodados. "A proprietária não sabia o que tinha e me vendeu por 600 cruzeiros", conta ele satisfeito, pois mesmo em 1973, quando se deu a compra, o preço era simbólico. "Sem paixão ou exagero, não vendo nem por 100 000."

O diretor financeiro do Automóvel Clube do Brasil no Rio, Júlio Lopes Christiano — colecionador de carros (possui 37), relógios e eletrodomésticos antigos — já precisou até comprar uma plantação inteira de abacaxis para conseguir um Chevrolet 1942 que cobiçava. O carro repousava há anos num celeiro, ao lado da plantação, no interior fluminense. O proprietário queria mesmo ficar livre do automóvel, mas percebeu o incontrolável entusiasmo de Christiano. E, ranzinza, exigiu: "Só leva o carro se levar também os abacaxis". Outro colecionador do Rio, Roberto Assaf Cerqueira Daltro — dezoito automóveis — sempre apreciou o Cadillac cupê De Ville, um automóvel luxuoso que consagrava o playboy brasileiro da década de 50. No ano passado, Daltro teve a oportunidade de conseguir um, através de um negócio mirabolante. Recebeu o Cadillac 1957, dando em troca nada menos que sete dos carros menos cotados de sua coleção — um Oldsmobile, um Dodge, dois Plymouth, um Buick e dois Ford. "Mas era um modelo De Ville", justifica ele.

COM RESPEITO — Essa caça febril aos carros das últimas décadas pode parecer apenas um modismo, mas nunca ilógico. Trata-se, basicamente, de resultado da velha regra de mercado que torna valiosos e procurados os objetos que começam a ficar difíceis de serem encontrados. Como as máquinas históricas do princípio do século já estão em sua maioria imobilizadas em coleções, não faltam apreciadores de automóveis em busca dos carros de gerações mais recentes. Dessa forma, veículos das décadas de 30, 40, 50 e até de 60 vão ganhando espaço nas garagens dos cerca de 500 colecionadores brasileiros, quase todos concentrados em São Paulo.

WALTER FIRMO

Christiano: um Jaguar 51 entre 37 carros

Para essa legião de caçadores de velharias, qualquer carro relativamente antigo e razoavelmente raro merece o status daquilo que os do ramo designam como "peça de coleção". A Romi-Isetta, por exemplo, fabricada em São Paulo de 1956 a 1961, já é uma peça de coleção porque existiria hoje, no Brasil, não mais que uma dezena desses minúsculos veículos para duas pessoas, porta única na frente e motor capaz de fazer 25 quilômetros por litro de gasolina. Restaurado por mão habilidosa, com todas as suas peças originais, perfeito na lataria e mecânica, esse carro alcança o valor médio de 60 000 cruzeiros — mais do que a maioria dos veículos brasileiros com apenas dois ou três anos de uso.

CARRO DE INTERVENTOR — Quanto vale um carro antigo? Como as obras de arte, vale tanto quanto o aficionado está disposto a pagar, ou mais se o proprietário reluta. E relutar faz parte dos hábitos de um colecionador. Og Pozzoli, empresário de 47 anos que mantém em São Paulo uma das maiores e melhores coleções do Brasil — oitenta carros, a metade deles esperando restauração —, se orgulha, por exemplo, de nunca ter vendido uma só de suas peças. Da mais antiga, um ônibus Fiat 1914, à mais recente, um Cadillac 1953, elas foram descobertas com dificuldade e recompostas milímetro a milímetro pelos mecânicos que trabalham para Pozzoli, em sua chácara nas vizinhanças de São Paulo. Seus carros restaurados, postos em dois imensos galpões, praticamente em nada diferem do modelo zero quilômetro saído há décadas da fábrica.

Que preço dar, por exemplo, a um raríssimo Chrysler Imperial 1937, conversível, que foi importado pelo interventor em Minas, Benedito Valadares, para receber Getúlio Vargas em Belo Horizonte naquele mesmo ano? Pozzoli foi encontrar esse automóvel num posto de gasolina de Belo Horizonte, em 1968, deixado ao relento e oferecido à venda por 600 cruzeiros. Estava semidestruído. Cada pedaço de lataria enferrujada foi substituído por uma nova placa de aço, pintada com tinta especial, semelhante à usada na época da fabricação do automóvel. Cada friso, lanterna, botão ou cromado teve de ser fabricado ou caçado entre os montões dos ferros velhos. E cada uma dessas partes, muitas vezes envelhecidas, en-

ferrujadas, sujas, precisou por sua vez passar por um minucioso trabalho artesanal, de forma a ficar exatamente como a peça original. Quanto vale esse carro?

"O mercado no Brasil é relativamente novo e para o Imperial 1937 não há cotação entre nós", responde Pozzoli. "Mas, nos Estados Unidos, que em muitos casos nos servem de parâmetro, esse automóvel está na faixa dos 30 000

Pozzoli: com o Cadillac cupê De Ville 1953

Steinkopff: a caçada ao valioso Buick 1940

Lazzaro: o Ford 1947 que andou pela Itália

FOTOS SÉRGIO SADE

Siciliano: a Romi-Isetta, agora em coleção

dólares, uns 600 000 cruzeiros." Quer dizer, a peça restaurada valeria atualmente 1 000 vezes mais do que Pozzoli pagou por ela há dez anos, quando o carro estava semidestruído.

OS DOADORES — Mas o mercado brasileiro também possui alguns parâmetros próprios para suas preciosidades — "bibelôs", dizem os colecionadores — das últimas décadas. Um Cadillac De Ville de princípios dos anos 50, mesmo maltratado, custa de 15 000 a 50 000 cruzeiros. Restaurado, o valor sobe para a faixa dos 200 000 cruzeiros. Daí para cima estão cotados os carros de luxo, como o britânico Jaguar e o enorme Lincoln Continental, da Ford americana. Tais automóveis se desvalorizavam muito depressa porque os endinheirados sempre os trocavam por carros do ano e os sonhadores sem posses não se arriscavam a comprar um veículo cheio de equipamentos delicados e caros. O conserto de qualquer desses equipamentos — um câmbio hidramático por exemplo — ficava mais caro que o próprio preço pago pelo automóvel.

Agora reabilitados, ocupam posto de honra nas coleções. Pozzoli avalia seu Lincoln 1948 em cerca de 400 000 cruzeiros. O que não chega a representar um preço estratosférico quando se leva em conta que uma restauração demora em média um ano e meio e muitas vezes consome altas somas de paciência e dinheiro. A ponto de os colecionadores chegarem a comprar dois ou três carros iguais, caindo aos pedaços, para juntar suas partes em bom estado e criar um só automóvel. Os carros que perecem nessa montagem são chamados de "doadores".

O paulista Arnold Steinkopff, dono de seis carros, chegou a mandar fazer uma peça de casimira de lã, conforme o figurino da época, para restaurar o estofamento de seu coruscante Buick 1940. No mês passado, esteve passeando em Buenos Aires, em parte para vasculhar os bem-fornidos ferros velhos do bairro de Guarnes, uma espécie de jardim do paraíso para os colecionadores brasileiros. Ali, entre outras coisas, procurou em vão uma plaqueta plástica com a marca Buick para substituir peça idêntica, mas um pouco desbotada, que está fixada na traseira do seu automóvel. Depois de tanto trabalho, o colecionador certamente terá orgulho em exibir sua obra acabada no acontecimento máximo do ano: o "concurso de elegância", promovido pelo Veteran Car

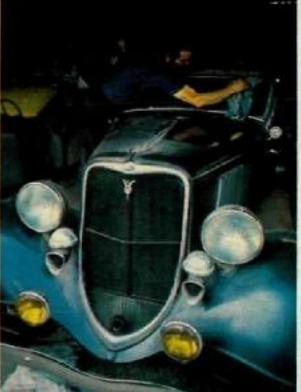
Club, entidade internacional com algumas centenas de sócios em várias capitais brasileiras. Os critérios para julgamento, nesses certames, são justamente a originalidade do automóvel e a qualidade da restauração. Enfim, é compreensível também que o colecionador se afeiçoe de tal forma a sua obra que evite vendê-la, apelando até para o expediente de fixar-lhe um preço exorbitante.

O VELHO MÉDICO — Comprar é o verbo que realmente emociona o colecionador. O cabeleireiro Mário dos Santos Pereira, 42 anos, proprietário de uma rede de salões em São Paulo, já encomendou a compra de um Chevrolet 1940 no Paraná só para tirar o rádio desse automóvel. É que um de seus dois carros antigos — justamente um Chevrolet 1940 — não tem rádio e ele pretende passar o equipamento de um para outro.

Aos domingos, Pereira veste macacão e vai para a garagem de casa mexer nos seus automóveis. Com isso, afirma ele, consegue se relaxar como em nenhuma outra atividade. Extremamente devotado à manutenção de suas preciosidades, ele não faz segredo: "Tenho uma Mercedes 71, mas gosto mesmo é do meu Chevrolet 40". Por isso, quando precisa de mecânico prefere entregá-lo aos cuidados de Gaetano Lazzaro, de 83 anos, também um homem afeiçoado aos automóveis antigos.

Italiano de nascimento, Lazzaro foi trabalhar na Ford dos Estados Unidos em 1919 e anos depois mudou-se para São Paulo. Estabeleceu uma oficina no bairro de Santo Amaro e se autodenominou "o médico dos carros Ford". Recebe na oficina os carros alheios, mas nunca tira de lá, para conseguir mais espaço, o seu velho Ford 1947 que comprou novo em folha. Com esse carro, aliás, Lazzaro embarcou num navio em 1955 e visitou motorizado os parentes que deixara na Itália ao emigrar.

CHAMANDO A ATENÇÃO — Para alguns, os carros antigos acabam retribuindo os cruzeiros gastos na recuperação. É o caso de Romeu Siciliano, ex-vendedor de peixes que se uniu ao ex-sapateiro Anielo Antônio Avolio, para investir no ramo dos automóveis. Pouco a pouco, os dois conseguiram montar o Museu do Automóvel Interlagos Old Car, à margem da represa de Interlagos, em São Paulo, onde mantêm 28 peças raríssimas. Paralelamente, criaram a Promoções e Propaganda Antiques Car, um misto de oficina restauradora, depósito, vendedora e locadora de automóveis antigos. "Sou um colecionador pobre, mas gosto de ter esse hobby de lorde", diz Siciliano, em parte desmentido por seu acervo.

FOTOS SÉRGIO SADE

A restauração: grades e mostradores do painel devem ser originais; antes do trabalho, os carros são quase ferro velho; um defeito no plástico opaco do emblema

Quando ainda tinha poucos automóveis, sem pensar que poderiam lhe dar lucro, costumava emprestá-los para comerciais de televisão só pelo prazer de vê-los filmados. Hoje, aluga tanto os carros mais recentes, muito requisitados para propaganda, quanto os calhambeques históricos, como os cinco que estão participando das filmagens da novela "Direito de Nascer" da TV Tupi.

Aliás, Siciliano fez questão de também participar da novela. Com roupas da década de 20, ele atua como motorista de um Packard 1926, que transporta as personagens da novela em algumas cenas. "Mas não cobro cachê, é só pelo prazer de curtir o automóvel naquela hora." Por que acha que as pessoas estão colecionando carros das últimas décadas? "Esses dão para andar na rua e chamam a atenção. Muitos colecionadores gostam de chamar a atenção", ele procura explicar.

A tentativa de mesclar o hobby com o comércio falhou, porém, no caso da dupla de colecionadores cariocas Roberto Diekman e Paulo Drolshagen, que há dois anos montaram a Dois Tons, locadora de seus cinco automóveis. "Até que éramos muito procurados, principalmente para casamentos, mas ninguém queria pagar os 3 500 a 6 000 cruzeiros por dia que cobrávamos", afirma Diekman. A empresa durou seis meses e hoje o malogrado locador desabafa: "Todo mundo diz que colecionador é maluco, mas no fundo nós somos uns sofredores abnegados". ●

Só quem faz um Tape Deck de primeira classe pode fazer uma fita de primeira classe.
Para a sua roupa ter um caimento perfeito, seu alfaiate precisa conhecer muito bem as suas medidas.
O mesmo acontece para fazer a fita, o acessório mais importante de um Tape Deck. A Sony, que há trinta anos fabrica os mais famosos Tape Decks do mundo, tem a experiência necessária para fazer as melhores fitas, as únicas capazes de captar e reproduzir o som com toda a fidelidade.
Hoje, isso é possível para a Sony por todas as descobertas e inovações que ela tem feito durante todos esses anos, como por exemplo a fita com revestimento duplo, que reuniu as melhores qualidades do bióxido de cromo com o óxido de ferro e reduziu as distorções ao mínimo. Mas isto é apenas um exemplo. Em qualquer fita Sony que você escolher, uma coisa é certa: você sempre vai ter um excelente desempenho, porque a Sony põe nas fitas que fabrica tudo o que sabe sobre som. O que não é pouco. É o melhor que você pode ter.
A fita feita por especialistas em som.
SONY
SONY
90 MINUTES
FERRI CHROME CASSETTE
DOUBLE COATED
C-90FeCr
THE ULTIMATE IN HIGH FIDELITY (MUSIC REPRODUCTION)
SONY
SONY
515

Lá em Redenção a gente vive. E vence.

Vila Redenção fica a 1.200 km de Belém, em pleno sertão do Pará. Subdistrito de Conceição do Araguaia, distante a mais de 100 km, Vila Redenção tem 12 mil habitantes, 3 escolas, 2 hospitais, 1 posto de saúde, gráfica, várias lojas no comércio, delegacia.

Apesar de ter apenas 8 anos e contar com energia elétrica somente das 18 às 23 h, chegando a Redenção, sente-se que ali o progresso está a todo vapor.

No aeroporto da cidade estão sediados cerca de 40 táxis aéreos, usados pelos fazendeiros e madeireiros para tratar de negócios, com a mesma naturalidade que nas grandes cidades se toma um táxi para ir ao cinema ou ao trabalho.

E é ali, em Vila Redenção, que o Bradesco tem uma de suas agências pioneiras. Pioneira porque foi a primeira agência de banco a se instalar na região e ainda é a única lá existente.

A um passo da emancipação.

Vila Redenção tem 4.800 hectares de superfície e fazia parte da Fazenda Vila Redenção, de propriedade de Luís Vargas Dumont, fundador da cidade.

No início, Luís Vargas ia até lá em lombo de burro, pois era o único jeito de chegar. Ajudado entre outros pelo irmão Benedito Vargas Dumont, começou a construir a cidade, abrindo ruas e vendendo lotes aos que chegavam.

A economia de Redenção baseia-se principalmente em madeira e agropecuária. As madeireiras são em número de 12, algumas delas exportando mogno para EUA, Inglaterra e Alemanha, e nas cinco principais fazendas estão cerca de 35 mil cabeças de gado Nelore.

Em menor escala produz banana e está iniciando o cultivo de cacau e café.

Segundo o Dr. Gerson Carra Franco Bueno Fº, natural do interior de São

Paulo, que vive ali há 6 anos, dono de uma fazenda e um dos sócios do Hospital N. Sra. da Conceição, Vila Redenção só precisa de três coisas, para alcançar seu pleno desenvolvimento: "Romper os grilhões que a ligam a Conceição do Araguaia; construir uma ponte sobre o rio Araguaia, ligando Goiás ao Pará; e melhorar o nível de suas escolas".

Os dois primeiros problemas estão perto da solução. Comenta-se na cidade que, no ano que vem, não só Redenção se emancipa, como também fica pronta a ponte sobre o Araguaia.

Dois artistas e muitas mentiras.

Vila Redenção não é só negócios. Vivendo ali há 6 meses e prometendo ficar para sempre - "apesar da falta de boates e vida noturna", Luís Carlos Palmeroi, 22 anos, carioca do Catumbi, faz esculturas em madeira. "A madeira é o que me interessa e o que mais quero é fazer móveis".

Apesar de não viver da arte, o Sr.Benedito Vargas Dumont, irmão do fundador da cidade e popularmente conhecido por Sr. Bené, construiu na Fazenda São Gerônimo, de sua propriedade, uma casa que é uma verdadeira obra de arte. A casa - ou rancho, como ele prefere - chama-se Curichão da Saudade: "É uma homenagem a um livro de um amigo, que gosta muito da natureza". Coberta com folhas de piaçava, a casa é todinha em madeira da região, tem bancos de troncos e até de pedras aproveitadas no próprio lugar em que a natureza as colocou. Não tem portas nem fechaduras. "Pra quê? Aqui no mato não vem ninguém perturbar".

E quem em Redenção não conhece o Chocolate? Depois de 22 anos como garçom, tendo inclusive servido a Juscelino Kubitschek na construção de Brasília, José Luís Teodoro veio para Redenção, onde tem hoje uma padaria. Gosta muito de tocar sanfona "pra turma do quentão em junho" e é conhecido como grande contador de mentiras.

"Mas não sou tão mentiroso assim. Fizemos um concurso pra descobrir o maior mentiroso daqui e peguei só o 6º lugar. Mas vou me esforçar pra pegar o 1º no próximo".

Ser pioneiro é participar do desenvolvimento.

A agência Bradesco de Redenção foi inaugurada a 5 de março de 1976 e tem como gerente Ismael Neves Gamurim, 35 anos, 11 de Bradesco.

Para o Dr. Gerson Carra Franco Bueno Fº, "o Bradesco veio facilitar tudo. Veio dinamizar o processo moroso das nossas transações comerciais. Solucionou o problema do movimento de dinheiro e trouxe uma total transformação. Sei disso porque fui um dos primeiros a chegar aqui. No começo era só casa de palha, quase não havia comércio. E olha hoje. Diversas madeireiras, um bom hotel, financiado inclusive pelo Bradesco, fazendas, comércio atuante, 2 hospitais, em breve a instalação de uma indústria de laminados e da fábrica de palmitos A Caiçara. O Bradesco ajudou tudo isso".

O Dr. Mário Silmo de Queirós, subprefeito, concorda: "O Bradesco significou muito para a indústria e comércio de Redenção

E Caleb dos Santos Oliveira, um dos sócios da Indústria Madeireira Pau D'Arco, complementa: "Devido às dificuldades da nossa região, tudo muito longe, problemas de estradas, a agência Bradesco veio facilitar tudo: transferência de dinheiro, pagamentos, cheque... Se não fosse o Bradesco, teríamos que usar bancos a 150 km de distância".

A tecnologia japonesa rompe a barreira do convencional e antecipa o futuro: Minicalculadora C. Itoh LC-2500 com visor de cristal líquido.

Sem favor algum, esta é a mais avançada calculadora eletrônica de 8 dígitos que o cérebro humano já conseguiu desenvolver.

Os laboratórios de pesquisa da C. Itoh japonesa foram capazes de inovar alguns detalhes que pareciam definitivos no mercado de calculadoras.

Como o seu próprio nome diz, a LC-2500 opera 2.500 horas de cálculos sem troca de baterias. Usando-a duas horas diárias, por exemplo, você só trocará as baterias depois de quatro anos. Nenhuma outra calculadora oferece custo operacional tão baixo.

Essa é uma das grandes conquistas do visor de cristal líquido: consumo de energia aproximadamente 1.000 vezes menor que o dos visores convencionais.

Agora observe o tamanho real da LC-2500 na foto maior deste anúncio. 65 x 115 x 7 milímetros são dimensões que só os japoneses poderiam imaginar, não?

É por essas inovações e pelas demais que você pode ver abaixo, que a C. Itoh pode deixar a modéstia de lado e afirmar que antecipa o futuro.

Calculadoras C. Itoh.
Qualidade incalculável.

Novo visor de cristal líquido com filtro especial, visível mesmo com incidência direta de luz.

Efetua com precisão os mesmos cálculos que uma calculadora de mesa lhe proporciona.

Tamanho real

Novo teclado "Soft-Touch", exclusivo, que utiliza borracha condutora e opera ao mais leve toque.

É apresentada em fino estojo de couro com agenda para anotações.

Apenas 7 milímetros de espessura! Ocupa um mínimo de espaço no seu bolso.

Opera 2.500 horas de cálculos sem troca de baterias. Isto significa um custo operacional baixíssimo.

Produzidas na Zona Franca de Manaus pela

igasa

Indústrias Gerais da Amazônia S.A.
Apoio Sudam, Suframa, Codeama e BEA

Telefones: • Manaus: 232-4601 • São Paulo: 260-5046/35-7827 • Rio de Janeiro: 231-1445/246-0875 • Belo Horizonte: 224-6475 • Recife: 326-4182 • Brasília: 23-5677 • Porto Alegre: 24-8272 • Caxias do Sul: 21-3922 • Curitiba: 33-7512 • Blumenau: 22-4662 • Salvador: 226-2026 • Fortaleza: 224-8348 • São Luiz: 222-4955

"Iolanda" (Joana Fomm): com capital para financiar muitas ambições

Televisão

As emoções da noite

As três telenovelas do momento terminam seu primeiro mês de vida. E daí?

Os sonhos estão à mesa, com fantasias e emoções para todos os apetites. Das 6 da tarde às 11 da noite, sete novelas se sucedem diante dos telespectadores, três na Tupi e quatro na Globo. VEJA analisa três delas.

Os admiráveis

De Janete Clair, a novela DANCIN' DAYS (Rede Globo, de segunda-feira a sábado, 20 horas) emprestou não só a idéia inicial — a reintegração de uma ex-presidiária ao convívio social — mas o gosto pelas intrigas surpreendentes e apimentadas. Diretamente de "Saramandaia", de Dias Gomes, mandou vir o adorável "Lobisomem", maluco sem coragem para olhar uma mulher pela frente — que o mesmo Ary Fontoura revive como "Ubirajara", dono de uma academia de sauna e ginástica, bastante moderno em sua solidão sexual, compensada apenas pela companhia de mulheres nuas de revistas masculinas.

Mas Gilberto Braga, o autor, retribui com juros a seus credores: bem articulada em sua trama, carregada de nuanças psicológicas na montagem de suas personagens, "Dancin' Days" consegue ser a mais empolgante novela em cartaz em nossas emissoras, atingindo 80% no Ibope carioca, numa das noites de maior emoção.

Tudo começa e termina em Copacabana, bairro que é uma salada democrática, onde convivem ex-habitantes do subúrbio com milionários em decadência, funcionários de escritórios com os últimos sobreviventes dos velhos e bons tempos em que a região era o paraíso na Terra da classe média brasileira. São pessoas que sentem o mundo desabando sobre velhas e douradas ilusões, brutalmente atingidas pelo fracasso em seus casamentos e/ou profissões, procurando no brilho fascinante das novas roupas, gestos da moda e ambientes finamente decorados uma última esperança de serem felizes — isto é, admiráveis.

MARIDO ASSASSINO — As personagens de "Dancin' Days" passeiam por lojas e vitrinas na esperança de comprar remédios infalíveis para o corpo e o espírito. Fazendo sauna, ginástica e fisioterapia, querem ficar belos e readquirir a perdida liberdade de movimentos. Freqüentando o Club 17, discoteca que a Globo montou com um equipamento mais avançado que o de suas concorrentes reais, misturam muito barulho e suor para não sentir a aflição de ouvir suas próprias vozes, e muito menos a de suas companhias. "Franklin" (Cláudio Corrêa e Castro), advogado e bem-sucedido, já ameaçou assassinar a mulher "Celina" (Beatriz Segall), senhora de família tradicional e aprisionada por um excessivo refinamento. Antes que o faça, porém, um providencial acidente de automóvel livrou Celina de sua vida e da novela, podendo avançar para os braços de "Carminha" (Pepita Rodrigues), a professora de fisioterapia. "Iolanda" (Joana Fomm), a moça de subúrbio que foge do passado para ser uma dama da alta sociedade, reclama dos roncos do marido "Horácio" (José Lewgoy), dono do Club 17, enquanto prepara um golpe traiçoeiro nesta união de ambição com o capital.

PSICANÁLISE NO AR — O velho "Alberico" (Mário Lago), saudoso dos ambientes requintados que só freqüentou como um dos últimos na lista de convidados, pretende terminar a vida como um aristocrata, respeitável ao menos diante do bairro — e para isso resolveu montar uma anacrônica escola de copeiragem, para permitir que as domésticas de hoje aprendam a servir como as criadas de antigamente. Por uma dessas ironias que só a ânsia de boa etiqueta explica, o negócio até que está dando certo.

Mas uma consciência viva e atenta caminha entre personagens e ambientes destroçados, a grã-finagem de segunda mão: é "Cacá" (Antônio Fagundes), o candidato certeiro aos amores de "Júlia" (Sônia Braga). Se o drama de Júlia — acusada de atropelar e matar um guarda noturno, por isso pagando uma pena de onze anos na prisão — é o fio que conduz os segredos de toda novela, a consciência de Cacá é a chave para decifrá-los.

Recusando-se a acreditar em próprias ilusões, Cacá parece ensinar às personagens que é necessário acreditar nas próprias verdades e sentimentos — mesmo quando isso implica aceitar as vontades de um objeto tão estranho como o próprio corpo. Pode-se até discordar dos pensamentos de tal personagem, lembrar que eles não resolvem os grandes males da humanidade. Mas é indiscutível que Gilberto Braga consegue defendê-los com bons argumentos, fazendo Cacá passar inclusive por uma longa temporada no divã de um psicanalista. PAULO MOREIRA LEITE

Ex-campeã

A "Mamãe Dolores" original, num hipotético concurso de lágrimas, soluços e olhos vermelhos entre todas as personagens das telenovelas já apresentadas no país, certamente conquistaria um merecido primeiro lugar, além das medalhas disponíveis de honra ao mérito. Mas Mamãe Dolores já não é mais a mesma. Depois da "atualização" pretendida para O DIREITO DE NASCER (Rede Tupi, de segunda-feira a sábado, às 19h30), a chorosa e amantíssima mãe-preta vê seu lugar seriamente ameaçado por uma ex-presidiária, de vida não menos desgraçada que a sua, prestes a bater seu recorde lacrimal em outra emissora, em outro horário e com um outro Ibope: "Júlia", de "Dancin' Days", na Globo.

KEIJU KOBAYASHI

"Mamãe Dolores" (Clea Simões): com vergonha das velhas lágrimas

Mau para a Tupi. Quando os *outdoors* de São Paulo davam o cognome de "a novela de verdade" para "O Direito de Nascer", garantiam ao telespectador todo o dramalhão e o melodrama encontráveis nas novelas radiofônicas de antigamente. Uma novela de verdade: choros, juramentos, pactos, filhos ilegítimos, segredos e alcovas. Mas o novo "O Direito de Nascer" só conseguiu expor o inevitável que até lhe garantiria um outro *slogan:* "Novela que tem vergonha de si mesma".

Teixeira Filho, o responsável pela adaptação do original de Félix Caignet, tentou suavizar as cenas excessivamente melodramáticas, modernizar os vozeirões patriarcais de suas personagens, estimular uma rebeldia das personagens submissas e estancar a copiosa torrente de lágrimas de Mamãe Dolores. Até a exacerbação maniqueísta foi contornada. Em seus scripts, o vilão não é só mau: também apresenta um perfil paranóico identificado até pelas outras personagens. O herói não é somente bom: certamente sua ficha registra qualquer pecadilho, mesmo dos veniais.

PROGRESSO E RETROCESSO — Até certo ponto, é um progresso. E também uma excelente maneira para "O Direito de Nascer" perder todo o sentido. Não se pode tentar uma aproximação com a realidade, não se pode descentralizar o ponto principal da história — a perseguição a "Albertinho Limonta" — porque as desgraças de um filho ilegítimo estão fora de moda. Não se pode abrandar o tom folhetinesco de "O Direito de Nascer" porque aí está a sua essência. "O Direito. . ." é um vasto e arrastado dramalhão. Tirando isso, não é absolutamente nada.

Restava, então, corajosamente, assumi-lo. Algo que os atores principais não fizeram. Carlos Augusto Strazzer ("Albertinho") e Beth Goulart ("Isabel Cristina"), por exemplo, lutam para dar um pouco de profundidade a personagens bastante superficiais. Os outros, como Aldo César ("Don Rafael") ou Clea Simões ("Mamãe Dolores"), perseguem as antigas interpretações do velho "O Direito. . ." na televisão, passando pelo mesmo ridículo. Eva Wilma ("Sóror Helena") é uma pálida figura no elenco mas é a única a não ceder aos caprichos de uma direção que induz os atores a caricaturarem suas personagens.

Antonino Seabra, o diretor, antes ligado ao departamento de shows humorísticos da emissora, rege o elenco exatamente como quem supervisiona as piadas de Ary Leite ou Tutuca. Não há lugar para sutilezas, delicadezas ou subentendidos. Tudo é grotescamente óbvio e infeliz. Mas Antonino Seabra, apesar de impor um exagero de contornos às personagens, sabe exatamente como fisgar um público resistente a novas propostas de linguagem, conseguindo uma média de 22% no Ibope em São Paulo. Algo significativo para a alta direção da Rede Tupi, mas ainda muito pouco para quem via "O Direito de Nascer" com os olhos de um afogado à procura de uma tábua onde pudesse se agarrar. LIANE C. A. ALVES

Pouco fôlego

Em certos setores deste país, criou-se a lenda de que existiria, com traços e contornos previamente definidos, uma entidade chamada Realidade Brasileira, extremamente poderosa para enfrentar os invasores estrangeiros mas intocável como os heróis das tribos primitivas. Ela funcionaria como uma Bolsa de Valores Ideológicos de nossa cultura e nossa arte, protegendo-a das especulações alienígenas e fortalecendo as ações nominais e intransferíveis do interesse popular e nacional.

Depois de passar pelas lojinhas e armazéns de nossa inteligência, como os palcos de teatro e a literatura de baixa tiragem, tal entidade acaba de chegar ao supermercado das diversões populares embrulhada no pacote de conflitos que Dias Gomes apresenta em sua novela "SINAL DE ALERTA" (Rede Globo, de segunda a sexta-feira, 22 horas).

Trata-se de uma história rigorosamente dividida ao meio, pelo enredo e pela linguagem. Equilibrando a denúncia social com candentes casos de amor, as cores vivas da alta sociedade com a atmosfera cinzenta de um subúrbio operário, Dias Gomes tentou fazer mais que uma denúncia da poluição. Na verdade, "Sinal de Alerta" se propõe a contar uma história sobre todas as fumaças que incomodam a vida dos homens — tanto as que entram no pulmão e não deixam ninguém respirar, como as que envolvem a realidade pela espessa penumbra das ambições individuais e da ascensão social, confundindo a consciência das pessoas.

TOMADA DE POSIÇÃO — Não se trata, portanto, de mais uma novela de muita ação. E, ao contrário da maioria dos quitutes oferecidos pela televisão

"Nilo" (Eduardo Conde) e família: com mau humor dos grandes heróis?

brasileira, quase enjoativos de tão açucarados, "Sinal de Alerta" abandonaria o simples relato de intrigas emocionantes para chegar à demonstração de uma idéia. Mas, embora oportuna e realista em seu tema, ela cresce e se desenvolve graças a doses exageradas de idealismo em seu método de contar as tramas e apresentar as personagens. O resultado, passados os primeiros trinta capítulos, é uma espécie de agridoce, onde se misturam um conteúdo progressista preso a uma forma conservadora, problemas reais vividos por personagens quase imaginárias.

Simbolizada pela fumaça da Fertilit, fábrica de fertilizantes responsável pela riqueza de alguns e pela doença de muitos outros, a realidade social se impõe sobre os problemas individuais das personagens, exigindo uma tomada de posição. De um lado, fica a classe dominante e toda a sua mitologia, sob o comando da personagem central, "Tião Borges" (Paulo Gracindo), o empresário das lendas, aquele que subiu na vida às próprias custas, vendendo laranjada na praia de Copacabana e que hoje possui um vasto império que inclui a Fertilit e muitas outras indústrias, uma casa com piscina, uma fiel criadagem e belas mulheres.

NOVELA TOTAL? — De outro lado, vive a população de um subúrbio carioca. Ao contrário da gente de bem que mora em paisagens alegres e se comporta com gestos naturais, enfrentando divertidas contradições e ambigüidades próprias dos seres humanos, o povo explorado também se viu reduzido a uma categoria mitológica: "sério e trabalhador", com gestos e pensamentos esquemáticos. Nem "Nilo" (Eduardo Conde), o eterno rebelde com sua situação, consegue escapar de tal destino.

Sempre desempregado, incompreendido por todos e dono daquele mau humor que parece ser característico das personagens destinadas a cumprir graves missões históricas, Nilo só consegue esboçar um leve sorriso quando imagina que, "um dia", haverá um não menos vago "mundo melhor". "Consuelo" (Isabel Ribeiro), a professora que lidera as passeatas e a luta contra a poluição, também é um tipo popular — mais ao gosto das elites. Assim, nas faixas e cartazes de suas manifestações, ela nem se preocupa em corrigir os erros de português que o povo parece obrigado a cometer quando escreve suas reivindicações.

Fluente contador de histórias, notável por suas preocupações políticas e sociais num ambiente mais freqüentado pelas variadas formas de alienação, Dias Gomes empreendeu, com "Sinal de Alerta", um dos projetos mais ambiciosos da televisão brasileira: a novela totalizante, que iria costurar os diversos fios e pontas de uma sociedade, sem se perder por histórias paralelas ou casos sensacionais. Contudo, terminada a seqüência fulminante dos cinco primeiros capítulos, exibidos no ritmo de um documentário, raramente a novela consegue apreender o real em toda sua vitalidade. Quando o faz, é justamente naquelas horas em que Dias Gomes resolve entregar-se, com bom humor e sabedoria, a uma velha obsessão: o empresário pouco escrupuloso mas divertido, que já foi o nordestino "Odorico Paraguassu", em "O Bem-Amado", e que ressurge agora na figura urbanizada de "Tião", sempre com o rosto e os gestos de Paulo Gracindo. **P.M.L.**

Umbria fica no centro da Itália. E no interior de cada um de nós.

Na região de Umbria nada existe isoladamente.

As ruínas de um velho teatro romano são apenas ruínas se você não estiver lá para sentir as emoções que seu palco ainda desperta.

Os antigos castelos da Idade Média e do Renascimento ganham vida nos festivais que se repetem quase todos os meses do ano, em toda a região.

E que fazem renascer os cavaleiros, suas lutas, sua coragem, suas vitórias e suas lendas.

Um passado que não passou, apenas adormeceu.

Que ainda está lá, em cidades como Perugia, Spoleto, Castiglione del Lago, Gubbio, Assisi, Cascia, Terni, Orvieto, Umbertide, Foligno, Todi, Norcia. Um passado que revive quando você passa por ele. No artesanato, no teatro encenado nas praças, na música, nas igrejas, nas histórias das cidades.

E nos imensos e acolhedores bosques que abraçam carinhosamente toda a região de Umbria. O coração verde da Itália.

Um coração que é muito mais belo e grandioso quando pulsa junto com o seu.

Venha conhecer de perto a região de Umbria, o coração verde da Itália. São três vôos semanais nos confortáveis DC-10 da Alitalia, na única ligação direta Rio-Roma. Consulte seu agente de viagens ou peça um folheto enviando este cupom.

Alitalia

O mundo para você

Rio: Av. Rio Branco, 50-A
São Paulo: Av. São Luiz, 87
B. Horizonte: Rua Sergipe, 1034

Nome: . . . .

. . . .

Endereço: . . . .

. . . .

Cidade: . . . .

Estado: . . . . *CEP:* . . . .

ME BATE.

OLIVETTI LINEA 98. A SOLUÇÃO PARA OS SEUS PROBLEMAS DE ESCRITA MANUAL.

A Olivetti Linea 98 é que nem mulher de malandro: adora apanhar.
Ela tem uma carroceria de alumínio pressofundido que agüenta qualquer tranco.

Só que a Olivetti Linea 98 tem uma coisa diferente de mulher de malandro: nunca perde a classe. Ela tem aquele design Olivetti que vive ganhando prêmios em concursos internacionais.

A Olivetti Linea 98 é uma prova de que beleza e resistência são duas coisas que podem andar perfeitamente juntas.

E uma prova também de que uma máquina de escrever mecânica pode ter praticamente os mesmos requintes de uma elétrica.

Por exemplo: a Linea 98 tem uma tecla de espaçamento contínuo. Você não pensava que essa tecla era um privilégio exclusivo das elétricas?

Moral da estória: se você tem um banco, um escritório, uma pequena empresa, uma empresa grande, uma firma de prestação de serviços, uma repartição pública ou qualquer outro tipo de negócio onde o trabalho de escrita não é mole, você precisa ter uma Linea 98.

Quem bate nela, gama.

Religião

Benefícios da fé

No Paraná, esmola poderá ser abatida da renda

A idéia de restaurar o pagamento à Igreja do bíblico dízimo — uma contribuição outrora equivalente à décima parte dos frutos das terras dos fiéis — não chega a ser original. Mesmo porque, nos últimos anos, como fruto de uma providencial redescoberta do cristianismo primitivo, outras dioceses brasileiras tomaram essa iniciativa antes que a da capital paranaense. Dois detalhes adicionais, no entanto, conferem-lhe ineditismo: o dízimo não importará necessariamente a décima parte dos rendimentos dos contribuintes nem será exigido de desconhecidas pessoas físicas, mas, isso sim, de bem-sucedidas empresas de católicos. E, com sua ajuda, o autor da idéia, dom Pedro Fedalto, arcebispo de Curitiba, espera finalmente equilibrar os crônicos balanços deficitários apresentados pelas entidades assistenciais sob sua eclesiástica jurisdição. Duas semanas atrás, dom Pedro convocou a imprensa para anunciar que instituiu esse dízimo a conselho de um grupo de nove empresários, todos ligados ao movimento Cursilhos da Cristandade, e que ele será recolhido pela Fundação Assistencial e Educacional Nossa Senhora da Luz (Fundaluz), "especialmente criada e registrada em cartório como uma entidade de direito privado dotada de personalidade jurídica".

Embora o arcebispo de Curitiba permaneça nominalmente à frente da Fundaluz, na condição de seu presidente, todos os demais cargos na diretoria foram confiados a leigos. Assim, a eles caberá administrar as contribuições, cujo piso está fixado em 500 cruzeiros mensais. A intenção é formar um fundo mínimo de 1,2 milhão de cruzeiros e logo depois aplicá-lo no mercado financeiro, tendo seus lucros divididos entre as entidades assistenciais (70%) e novas incorporações ao capital (30%). E o empresário João Alfredo Bley Zornig Filho, diretor-presidente de uma corretora de valores e tesoureiro da Fundaluz, acredita que essa meta será alcan-

çada antes mesmo do prazo previsto de doze meses.

ABATENDO O IMPOSTO — Efetivamente, a julgar por sua boa receptividade inicial, pode-se prever uma bem-aventurada rentabilidade à campanha do "dízimo empresarial". Até sexta-feira da semana passada, dia 15, quando os bancos de Curitiba começaram a descontar as primeiras notas promissórias a favor da Fundaluz, cerca de 200 empresários já haviam se comprometido a contribuir com importâncias que iam de 500 a 4 000 cruzeiros mensais. Mas Zornig Filho espera um número ainda mais expressivo de adesões quando os empresários puderem abater do imposto de renda o valor dessas contribuições. Para isso, segundo revelou a VEJA, acaba de ser encaminhado à Câmara Municipal de Curitiba um requerimento pedindo a declaração da Fundaluz como entidade de utilidade pública, ao mesmo tempo que é providenciada junto à Receita Federal a documentação exigida pela legislação tributária.

Por outro lado, a fim de melhor catequizar os empresários contribuintes, a Fundaluz contratou os serviços — obviamente gratuitos — de uma agência

JOSÉ EUGÊNIO

Dom Pedro: mudando os ricos?

de propaganda que, além de empreender todo o trabalho de divulgação da campanha, realizou um filme especial de 15 minutos de duração. Destinado à exibição em reuniões com pequenos grupos de participantes, esse curta-metragem mostra o trabalho de diversas obras assistenciais da arquidiocese de Curitiba, detendo-se sobretudo em um leprosário por ela assistido. "Depois de vê-lo", garante o publicitário Renato Schaitza, seu autor, "raros empresários não abrem o coração — e o bolso."

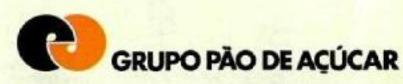
DEVER DE AJUDAR — Atualmente, o número de entidades assistenciais mantidas pela arquidiocese de Curitiba é igual ao de paróquias — 108 ao todo — existentes nos 23 municípios sob a jurisdição de dom Pedro. Destacam-se, pela importância e também pelo fato de ser as mais deficitárias, a Casa do Pequeno Cotolengo, que acolhe 120 crianças deficientes físicas e mentais, o Asilo São Luiz, com 120 órfãos, o Albergue São João Batista, que agasalha 300 pessoas por noite, além de uma instituição destinada à orientação profissional de domésticas e favelados, e diversas creches. Só a Cúria Metropolitana distribui anualmente mais de 1 milhão de cruzeiros a todas essas entidades, arrecadados nas missas das paróquias.

Mais que um alívio financeiro à arquidiocese de Curitiba, no entanto, dom Pedro deseja que a instituição do dízimo produza um "enriquecimento pessoal" nos próprios empresários. "Não queremos que os donativos venham só como esmola", diz ele. "Nosso propósito é fazer os ricos e poderosos percebe-rem o dever de ajudar os menos favorecidos, algo que pode começar com o pagamento de melhores salários aos empregados." •

Foto Peter Scheier

Quando a primeira TV Brasileira foi inaugurada, o Pão de Açúca já servia o consumidor há 2 anos.

No dia 18 de setembro de 1950, às 21 horas, a TV-Tupi - Canal 3 foi para o ar. Era a primeira emissora de televisão do Brasil e da América Latina que passava a fazer, com imagens, o rádio da época.
Apenas uma minoria e seus vizinhos assistiram o grande acontecimento. Pouca gente possuía um daqueles caixotes chamados aparelhos de televisão.
Dois anos antes, precisamente no dia 7 de setembro de 1948, tinha sido inaugurada a Doceira Pão de Açúcar. Empregando cerca de 50 pessoas, dentre elas os mais competentes profissionais do ramo, surgia a Doceira Pão de Açúcar já com estrutura de uma empresa.
Como a televisão brasileira, o Pão de Açúcar também se desenvolveu, também se aprimorou.
A televisão procurando melhorar - e melhorando - a sua programação com vistas ao telespectador.
E o Pão de Açúcar procurando sempre prestar serviços com vistas ao consumidor.

E foi prestando serviços que o Pão de Açúcar chega aos seus 30 anos de vida.
E chega seguro de que o seu slogan "Lugar de Gente Feliz" nunca foi um mero slogan. Mas, sim, uma realidade.

a serviço do consumidor

PAP/403

QUANTO MAIS MAIS FORTE O SE

Ser forte é qualidade essencial para um caminhão de frota. Porque o caminhão forte não pára. E todo frotista sabe que caminhão parado é dinheiro que deixa de entrar.

Caminhão forte tem chassi forte.

Quem entende de caminhão sabe que o chassi mais forte deste país é Ford. O único que dispensa reforços e adaptações.

Em cima de um chassi forte, um forte por inteiro.

Por trás de cada peça, de cada detalhe de um caminhão Ford, você encontra a força da tecnologia Ford, somada a anos de experiência em estradas brasileiras. Por isso, além de mais robustos, são os mais evoluídos e modernos. Compare ponto por ponto. Você vai descobrir por que, quando se fala em transporte de carga, não há argumento contra a força do caminhão Ford.

Suspensão forte para agüentar qualquer tipo de tranco.

Além de ganhar na robustez e eficiência, na suspensão dianteira e traseira, só os caminhões Ford com 3.º eixo saem da fábrica com a suspensão Tandem Hendrickson, muito superior às suspensões convencionais.

Um conjunto motriz forte para cada tipo de trabalho.

A Ford oferece agora a mais racional alternativa de força motriz: durabilidade, economia, capacidade de vencer rampas e flexibilidade de operações. Você sabe muito bem quanto isso é

para um frotista. Imagine as vantagens de ter diversas combinações motor-câmbio-diferencial à escolha. Assim como no que significa ter um diferencial com 2 velocidades, com reduzida a ar, com nova relação de marchas, que aumentam o rendimento do motor.

Segurança é ponto forte do caminhão Ford.

Os freios do caminhão Ford são perfeitamente dimensionados. Além dos novos sistemas dos freios de serviço totalmente a ar,

FORTE A FROTA, U FATURAMENTO.

a engenharia da Ford desenvolveu para seus caminhões o freio de estacionamento com molas acumuladoras "Spring Set", muito mais eficiente e seguro, inclusive nas emergências.

Cabine confortável também torna uma frota mais forte.

As cabines Ford são mais fortes e mais seguras. Deixando o motor lá fora, compensam a dureza do trabalho dando mais espaço e conforto ao motorista, isolado do calor, gases e ruídos. Melhores condições de trabalho proporcionam menos cansaço e, logo, maior rentabilidade.

Outro lado forte do caminhão Ford é a economia.

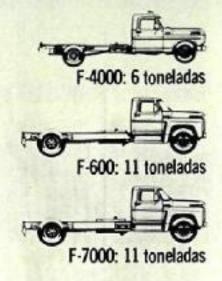
Com alternativas mais fortes de motor-câmbio-diferencial-chassi, você tem a certeza de obter sempre a melhor média operacional para sua frota.
E o caminhão forte roda mais, fatura mais, dá menos oficina.

O caminhão forte nasceu para trabalhar em frota.

A Ford pensou em todos os tipos de carga e trabalhos que um frotista pode enfrentar. Por isso tem a mais versátil linha de caminhões: caminhões fortes para trabalhar na cidade, no campo, nas estradas e fora delas.

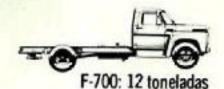
F-4000: 6 toneladas

F-600: 11 toneladas

F-7000: 11 toneladas

Uma linha que carrega de 6 a 30,5 toneladas brutas, solucionando qualquer tipo de transporte de carga.

Não é só o caminhão que torna uma frota mais forte.

Uma rede de Revendedores espalhada por todo o país também faz uma frota ir mais longe, durar mais. E o melhor é que todos eles têm equipes treinadas pela fábrica e um adequado estoque de peças, para dar o atendimento que sua frota precisa. Além disso, a Ford oferece condições especiais para venda de caminhões a frotistas.
Fale com seu Revendedor.
Ponha os fortes em sua frota e você vai ver como o faturamento cresce.

F-700: 12 toneladas

F-8000: 13 toneladas

FT-7000: 19 toneladas

FT-8000: 20,5 toneladas

F-8500: 30,5 toneladas

CAMINHÕES FORD

PENSE FORTE PENSE FORD

SÉRGIO SADE

Etta James: a primeira grande vibração de um festival pleno de momentos de alta voltagem e muita dança

Música

Sob o império do som

O I Festival de Jazz de São Paulo explode em festa para os ouvidos, olhos e corpos: todas as tendências de hoje subiram ao palco

Será que Louis Armstrong, sentado numa das 3 500 poltronas do Palácio das Convenções do Anhembi, torceria o nariz para os meneios sensuais da gordona Etta James, rebolando a um som quase roqueiro? Ou, então, que diriam os participantes das remotas jam-sessions — que os negros de New Orleans costumavam organizar no início do século — das harmonias, ritmos e melodias que estão agrupados hoje, amigavelmente, sob o rótulo de jazz? Porque, durante o I Festival Internacional de Jazz de São Paulo (uma réplica de Montreux, Suíça, realizado em julho), iniciado dia 11 e encerrado nesta segunda-feira, aconteceu realmente de tudo.

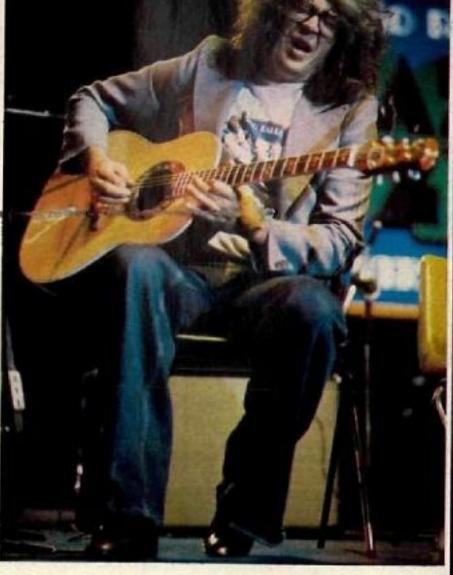
O argentino Astor Piazzola, por exemplo, de bandoneón em punho e levantando a bandeira de fazer "a contemporânea música da província de Buenos Aires", foi a primeira grande atração da noite de abertura, segunda-feira passada. No final, aplaudidíssimo por um público que ele costuma freqüentar há vários anos e sem enveredar por grandes inovações, Piazzola se perguntava: "Não sei por que estou aqui. De qualquer maneira, foi ótimo". Talvez o cantor americano Al Jarreau estivesse exatamente no extremo oposto. Praticamente novato no show business — gravou seu primeiro disco em 1975 —, ele conseguiu hipnotizar a platéia, confirmando o chavão que seus releases nunca deixam de frisar: "Este homem tem uma orquestra na garganta".

DE TUDO UM POUCO — Na quinta-feira, não houve quem resistisse ao pique de George Duke e sua banda, misturando gospels, soul e rock dos anos 70. A euforia chegou a tanto que um incógnito espectador, embalado pelos passos de dança que os cantores improvisavam no palco, foi sumariamente retirado do recinto, já que ninguém suportava mais suas cotoveladas. Na verdade, o que ficou provado, principalmente ao público brasileiro, pouco acostumado a presenciar espetáculos de música deste tipo, é que o jazz se transformou em rótulo de música de qualidade, independente de ritmos, harmonizações e improvisações, sejam elas quais forem.

O curioso, dentro dessa nova visão

FOTOS SÉRGIO SADE

Momentos de euforia no Anhembi: Com os cantores-bailarinos de George Duke (e seu piano portátil) e com a suavidade magnética de Al Jarreau

FOTOS SÉRGIO SADE

Ray Brown (contrabaixo), Larry Coryell (violão), Milton Nascimento (voz), Dizzy Gillespie (pistão) e Benny Carter (sax-alto): uma mistura de muitos estilos, num festival que mostrou todas as riquezas do abrangente jazz moderno, onde o que importa é a qualidade

musical do jazz, é a tendência que se desenvolve paralelamente no gosto do público brasileiro. Embora a Jazz at the Philharmonic — que reúne nomes dos mais respeitáveis, como Jimmy Rowls, Harry Edison, Mickey Rocker, Roy Eldridge, Zoot Sims, Milt Jackson e Ray Brown — tenha provocado aplausos reverentes, o Anhembi quase não suportou a lotação e os cambistas nunca faturaram tanto, vendendo antecipadamente, como nos dias em que se apresentaram o violonista Larry Coryell e o guitarrista John McLaughlin. Enfim, mesmo com inevitáveis oscilações de qualidade e de receptividade, este I Festival de Jazz teve o indiscutível mérito de mostrar um pouco de tudo — de Dizzy Gillespie e Benny Carter a Taj Mahal e a Banda de Frevo do Recife, de José Menezes.

E os méritos não pararam aí. Organizado com a mesma infra-estrutura que Claude Nobs põe em prática há doze anos nas amenas noites de julho, na Suíça, os oito dias em que os 120 músicos se apresentaram mostraram uma coordenação tão boa quanto a da experiente equipe de Montreux — os recitais, tanto no horário da tarde quanto no da noite, mantiveram uma pontualidade quase suíça. César Castanho, paulista de 32 anos, esteve em Montreux como representante do Festival de São Paulo, para várias missões: observar o funcionamento geral, da troca de equipamentos de um conjunto para o outro, a operação da aparelhagem de som, à contratação de artistas. Foi ele quem colocou no Anhembi uma equipe de cerca de 200 pessoas que trabalhou em horário mais que integral — das 9h30 até as 2 da madrugada — com a fatigante incumbência de, terminado o espetáculo, limpar o palco para o ensaio da manhã seguinte.

PESADO MESMO — A escolha de cada um dos profissionais que conseguiram manter o bom nível acústico no Anhembi — um espaço reconhecidamente ingrato — obedeceu a um critério quase de seleção nacional, ou seja, os melhores de cada posição estavam lá: entre outros, os técnicos de som Marcus Vinicius (estúdios Eldorado e Vice-versa) e Peninha (produtor dos Mutantes). Utilizando as duas únicas unidades Aphex — as mais precisas hoje em amplificação — existentes no Brasil, o palco foi loteado entre os vários responsáveis pelo som.

A direção de *back-stage* — cena e bastidores — ficou a cargo do escocês Alexandre Higgins, importado diretamente de Montreux. Para que se tenha uma idéia da complexidade da operação, basta lembrar que depois da aparelhagem relativamente leve do Raul de Souza (na quinta-feira) foram necessários apenas 18 minutos para que as 2 toneladas em 28 volumes do grupo de George Duke estivessem prontas e afiadas. Na verdade, a potência total de som concentrada no Anhembi chegou a 5 000 watts, um volume capaz de fazer João Gilberto audível ao público do Maracanã lotado.

Esse gasto de energia, tanto musical quanto elétrica, beneficiou não apenas o público que lotou o auditório em todas as apresentações mas também chegou aos espectadores da rede de TVs educativas que transmitiu todos os espetáculos noturnos, ao vivo. A televisão, é bem verdade, entrou no Festival como parte integrante dele, como uma atração a mais. Para tanto, o produtor e diretor das emissões, Antônio Carlos Rebesco, o "Pipoca", 30 anos, estagiou durante o Festival de Montreux com Jean Beauvon, diretor da TV suíça. Pôde então absorver as técnicas mais apropriadas para a transmissão de um espetáculo musical.

SERGIO SADE

Ahmad Jamal e seu conjunto: cumprindo o expediente com dignidade

NOTAS DE BANCO — Um evento perfeito, então? Nem tanto. Apesar da cuidadosa escolha de profissionais, da fluência das apresentações no palco, do excelente nível das transmissões pela TV e da abrangência de critérios de escolha dos artistas que se apresentaram, alguns músicos paulistas iniciaram uma espécie de movimento "dissidente", já que se sentiam injustamente desprezados pela organização. Na cabeça dessa pequena insurreição apareceram nomes como Dick Farney, Zimbo Trio, Héctor Costita e o Traditional Jazz Band; alguns deles já haviam até participado das prévias do Festival, na Estação São Bento do metrô.

Ao longo da semana, no entanto, provou-se que o fato de esses músicos terem ficado de fora do Festival não foi propriamente uma discriminação artística. O Zimbo Trio, por exemplo, acabou sendo incluído, na última hora, na programação de sábado ("Tudo não passou de um grande mal-entendido", esclareceu José Eduardo Homem de Mello, o "Zuza", coordenador dos eventos paralelos). Já com Dick Farney, o desarranjo foi especificamente de notas, mas não as musicais: "Pedi 90 000 cruzeiros de cachê, eles recusaram", informou ele. "Cheguei a 60 000 cruzeiros porque sabia que os outros iriam ganhar isso. Mas a Secretaria queria dar só 40 000. Assim também não dava." Na verdade, o cachê para todos os músicos nacionais foi realmente de 40 000 cruzeiros, complementado por algumas gravadoras, como a Odeon (a mesma de Dick Farney), que pagou 20 000 a Milton Nascimento.

O fato que permanece, porém, é que os empresários Otto Bendix e Décio Fischetti, donos das casas noturnas L'Absinthe (ponto de milionários) e Opus 2004 (onde estaciona o jazz paulistano), estão firmemente empenhados em realizar um festival — só com músicos paulistas — que já têm um or-

çamento na base dos 500 000 cruzeiros e, inclusive, o Teatro de Cultura Artística reservado para outubro, quando eles pretendem que aconteça o I Festival Paulista de Jazz.

OLHOS E OUVIDOS — E o que ouvirão os espectadores deste minifestival paulista? Dificilmente algo semelhante do que se ouviu, em contradições sonoras, durante toda a semana passada no Anhembi. Basicamente, essas contradições estão presentes no jazz que se faz hoje em todo o mundo. De um lado, o caminho da eletrificação, incrementada pelos fartos recursos do *show business*, subordinando a própria música a uma apresentação quase teatral. E, de outro, a tradição acústica, onde predomina a improvisação. Neste segundo caso, a música está em primeiro plano, ao passo que numa apresentação de Etta James ou George Duke, por exemplo, prevaleceram os atrativos visuais. É inegável que toda a *mise-en-scène* criada pela ala eletrificada quase levou o Anhembi ao delírio. Mas, ao mesmo tempo, sentados comportadamente em seus banquinhos, armados apenas de dois violões desligados de qualquer tomada elétrica, o americano Larry Coryell e o belga Phillipe Catherine causaram tanto — ou até maior — impacto.

Episódio semelhante aconteceu na tarde de sexta-feira com o tecladista americano Ahmad Jamal. Terno branco, seríssimo, ele entrou no palco, pendurou o paletó num suporte de microfone, como quem chega numa repartição pública, e cumpriu seu expediente, aliás com a maior dignidade. Uma dignidade que acompanhou também a apresentação do Jazz At The Philharmonic, onde seus venerandos componentes não se valeram de qualquer recurso extramusical para estimular aplausos. O que prova que, embora a turma da parafernália gere uma empatia mais imediata, nem por isso, para agradar, o músico seja obrigado a utilizar recursos cênicos.

FOTOS SERGIO SADE

Egberto Gismonti: "Ouriçados, hein"

ENTRE PARÊNTESES — Assim, Egberto Gismonti, armado de grande quantidade de instrumentos exóticos, entrou fazendo um concerto quase clássico. Sentado ao piano, de costas para a platéia, ele enveredou por fugas e variações sobre o mesmo tema, como se estivesse de fraque no Teatro Municipal. O delicadíssimo final de sua apresentação não desanimou o público, que o aplaudiu ainda mais e obteve do pianista a seguinte declaração: "Mas vocês estão num ouriço danado, hein? Tudo bem". Nos quatro números seguintes, já com o resto do grupo — três músicos — em cena, tocou de tudo e do palco saíram todos os sons imagináveis e imaginários — dos grunhidos do baterista, que bate gemendo coisas incompreensíveis, ao zumbido de um sopro de garrafa ou

O que dizem os mestres do improviso

■ Não foi por mero recurso de aproximação com a platéia que o tecladista George Duke lembrou ao público sua primeira apresentação no Brasil, em 1971, "com o grande Cannonball Aderley". Já está acertada sua volta em janeiro para gravar um LP com instrumentistas brasileiros. E mais: pretende utilizar cantores nativos já que serão realizados dois registros do disco, um em português, outro em inglês. Na lista de discos, encomendada à filial de sua gravadora CBS, uma idéia de suas preferências: Elis Regina, Maria Bethânia, Simone e o LP de estréia da cantora Olívia.

■ Acusada de ter escandalizado o secretário da Cultura de São Paulo, Max Feffer, com seu comportamento quase libidinoso no palco, a rotunda Etta James foi defendida por seu prudente *manager:* "É tudo uma brincadeira, ela não tem a intenção de *épater les bourgeois*". Ao que a cantora comentou com brincalhona ironia: "Isso não foi uma explicação burguesa?" E, mudando subitamente de tom, fulminou: "Entendam, eu não sou *hippy*, mas realmente não tolero a burguesia. É tudo gente falsa e arrogante".

■ Uma das figuras mais bem-humoradas do Festival, Benny Carter não perdeu uma chance sequer de fazer piadas. Convocado no bar dos artistas para conceder uma entrevista para a TV, armou-se de uma garrafa de refrigerante que fez questão de colocar em posição de destaque perante as câmaras. "É bom que as pessoas me vejam tomando limonada", explicou, "isso pode contribuir para a melhoria da minha imagem." Mas, antes que os repórteres iniciassem seu trabalho, Carter tomou o cuidado de arrancar o rótulo da garrafa: "Propaganda grátis também não".

■ Dizzy Gillespie só tinha uma preocupação durante a semana passada, em São Paulo: encontrar um percussionista nacional para uma jam-session. Na verdade, a grande meta de Dizzy, no momento, é montar uma banda só de percussionistas, onde ele mesmo tocaria congas e bongô — instrumentos que, na atual fase mística, lhe parecem mais expressivos e transcendentais que seu característico pistão entortado para cima.

■ O melífluo Al Jarreau, 38 anos, em conversa informal com a imprensa, no hotel, na seqüência de uma exposição sobre o que chamava "o primitivismo exagerado do rock", revelou também sua preocupação com a facilidade da penetração desse ritmo no mundo todo. "É o que acaba acontecendo com tudo que é americano", admitiu Jarreau. E, não sem antes frisar que não é homem ligado em política, vaticinou: "É inevitável que, com o tempo, as pessoas tendam a tomar consciência e a reagir a esse tipo de imposição cultural e comercial".

o badalar de um sino de igreja. Esses são os extremos — restam portanto, o centro e o que não cabe em nenhum desses lugares. No primeiro caso, o espaço do Anhembi foi preenchido pelo velho e hoje nostálgico som dos grandes nomes, como o saxofonista Benny Carter de 71 anos (que tocou acompanhado pelo pianista brasileiro Nelson Ayres), ou pelo já revitalizado som africano de Dizzy Gillespie, que aos 60 anos ainda se anima a ir além do seu consagrado pistão — cantando e tocando tambores. Seria, ainda, o caso dos instrumentistas brasileiros como Wagner Tiso ou a Rio Jazz Orquestra, comandada pelo saxofonista Paulo Moura, que dispuseram de vasta audiência para mostrar seu quase secreto trabalho. O espaço não ocupado, enfim, ficou também por conta de gente da casa.

Sem cair nos extremos da feira de amostras sonoras de Egberto Gismonti, nem comportar-se formalmente como Ahmad Jamal, Milton Nascimento abriu uma espécie de parêntese no Festival. Ele não pertencia nem à ala esfuziante, nem tampouco à chamada tradicional. Em cena, Milton entrou com a platéia inflamada pela exibição estonteante de George Duke. Encontrou a cama pronta e arrumada — mas preferiu dormir no cimento. Se, contrariando seu comedimento, ele caminhou pelo palco com um sorriso nos lábios, improvisou desajeitados passos de dança e até apresentou seus músicos com certa desenvoltura, mesmo assim acabou quebrando as óbvias expectativas do público. Cantando um repertório desconhecido, completamente desentrosado dos músicos, Milton deixou quase apática a platéia que o aplaudiu muito no final, talvez mais porque quem estava ali era o Milton Nascimento, velho conhecido de todos — e não seu fantasma que se apresentou na quinta-feira.

ACERTO DE CONTAS — Sem fazer nenhum vôo de futurologia, é fácil perceber que apresentações tipo George Duke, Etta James, Raul de Souza, tendem a ocupar cada vez mais o cenário do jazz. Afinal, mais e mais artistas e público vêm se rendendo ao fato de pertencerem a uma cultura dominada pelo visual. Saindo do camarim depois de sua esfuziante apresentação, na terça-feira, Etta James resumiu com perfeição: "Sou um palhaço, um intérprete, uma cantora". Não foi por acaso, portanto, que o cineasta Neville d'Almeida ("A Dama do Lotação") gastou mais de trinta horas filmando os oito dias do Festival de São Paulo. O documentário — um longa-metragem rodado em 16 milímetros a ser ampliado para 35 — pretende ser exibido comercialmente, inclusive no exterior. A produção é paulista — D. Guper/Sépia —, foi gravada com som direto do palco e registrou flagrantes dos artistas passeando por São Paulo e dando entrevistas.

No saguão do Anhembi: atrações extras

A grande festa do Anhembi não se limitou ao grande auditório. Em outras três salas apresentaram-se variadíssimos grupos de jazz — do Original Jazz Band, ao jazz-rock do guitarrista Lanny Gordin — exibiram-se filmes históricos — como "On the Road with Duke Ellington" — e pronunciaram-se conferências. No domingo, o mais conhecido jornalista e crítico de jazz, Leonard Feather, travou um curioso debate com os adoradores de Duke Ellington no Brasil, um grupo de seis pessoas que desde 1974 se reúnem, periodicamente, todas as sextas-feiras, para ouvir discos, conversar e, enfim, adorar seu grande e desaparecido ídolo.

Fora das salas fechadas, o Anhembi parecia, enfim, um colorido bazar, reunindo duas fábricas de equipamentos de som e três gravadoras que venderam, em média, 130 discos por dia.

Em termos de resultados financeiros, ainda é grande a distância que separa o Festival de Montreux de sua réplica paulistana. A verba do evento suíço, por exemplo, gira em torno de 12 milhões de cruzeiros. Desse total, a cidade contribui com apenas 500 000 cruzeiros, ficando o restante por conta das empresas interessadas na aquisição da exclusividade para a venda de seus produtos — cigarro, refrigerantes, discos. Quanto a este último item, é substancial a presença da Warner: afinal, Claude Nobs, fundador do Festival de Montreux — quando era o secretário de Turismo da cidade —, hoje é funcionário dessa gravadora, trabalhando como seu diretor de espetáculos para a Europa. Apesar do vulto do investimento, o retorno em Montreux é cinco vezes maior, se computada a arrecadação da cidade —, que recebe, durante os quinze dias do festival, cerca de 5 000 visitantes. Por outro lado, São Paulo ganha da cidade suíça em número de espectadores (em oito dias, o Anhembi recebeu perto de 48 000 pessoas), sem contar o fato de que a pequena cidade de Montreux (20 000 habitantes) fica dentro da rota de festivais semelhantes que se realizam durante o verão europeu. Já São Paulo fica completamente fora do circuito, onde nenhum outro evento musical vizinho poderia compensar o deslocamento de grande número de músicos. O investimento de 8 milhões de cruzeiros da Secretaria de Cultura — apesar da grande afluência de público — não tem previsão de retorno. Pelo contrário. Os organizadores prevêem um prejuízo de 3 milhões.

Mas seria mesmo um prejuízo? Claude Nobs, em sua primeira experiência, só conseguiu reunir um número pequeno de músicos nativos —, mas, já no ano seguinte, nomes como Bill Evans, Kenny Clarke e Nina Simone avalizavam o ponto, que se tornou obrigatório para qualquer jazzista importante e ao qual só em 1971 os brasileiros tiveram acesso. Além disso, o Festival derrubou um dos mais entranhados mitos das gravadoras brasileiras — o de que só cantores conseguem vender discos e lotar as casas, restando aos instrumentistas o velho papel de coadjuvantes. Como quinto mercado mundial de discos, o Brasil tem tudo para ter um festival deste tipo no próximo e em todos os anos, independente da mudança de governo — seja lá que festival for. O jazz é uma eterna surpresa.

DECIO BAR/REGINA ECHEVERRIA/
TÁRIK DE SOUZA

Datas

PRESO: no apartamento que alugara, o mais procurado terrorista italiano, **CORRADO ALUNNI**, 31 anos; acusado de ser o atual chefe das Brigadas Vermelhas, e dos assassínios do magistrado genovês Francesco Coco, do jornalista Carlo Casalegno, de Turim, do presidente da Ordem dos Advogados de Gênova, Fulvio Croce, e sobretudo pelo seqüestro e morte do ex-primeiro-ministro Aldo Moro; no apartamento, a polícia apreendeu catorze pistolas, duas metralhadoras, sete fuzis, duas granadas, milhares de cartuchos, explosivos de vários tipos, uniformes de oficial do Exército italiano e de carteiro, além de documentos e panfletos das Brigadas; será inicialmente processado por porte de armas de guerra; em Milão; dia 13.

ELEITO: o Brasil como o país que mais viola os direitos dos parlamentares em todo o mundo; pela União Interparlamentar Mundial; em Bonn; dia 13.

ARQUIVADA: pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, representação feita pelo ex-advogado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Walter Amaral, argüindo a inelegibilidade de **PAULO SALIM MALUF**, recentemente eleito governador paulista; em São Paulo; dia 13.

DENOMINADA: ALEXANDRE VANNUCHI LEME a praça situada na avenida Afonso Vergueiro esquina com rua Amazonas, em homenagem ao "Líder Universitário" (como constará das placas) morto em 1973 em circunstâncias misteriosas depois de preso pelos órgãos de segurança; por decreto baixado pelo prefeito Theodoro Mendes; em Sorocaba (SP); dia 12.

ABSOLVIDO: o jornalista **LOURENÇO DIAFÉRIA**, processado pelo ex-ministro do Exército, Sylvio Frota, que considerou injurioso às Forças Armadas o artigo "Herói. Morto. Nós", publicado em setembro do ano passado na *Folha de S. Paulo;* pela 2.ª Auditoria Militar; por 4 votos a 1; em São Paulo; dia 14.

TRANSCORRIDO: o 30.º aniversário do Grupo Pão de Açúcar; sua primeira loja foi aberta em São Paulo e, na semana passada, com a aquisição da rede de supermercados São José, de Fortaleza, a cadeia passou a contar com 237 lojas em todo o país e na Espanha, Portugal e Angola; dia 7. •

HUGO KOYAMA

Cooperativa da Mercedes-Benz: é possível que estejam gastando mais, principalmente com alimentos

Efeitos da negociação

Já começam a ser avaliados os resultados dos acordos assinados por patrões e operários a partir das greves de maio em São Paulo

Decorridos quatro meses desde as primeiras negociações diretas entre empresários e trabalhadores — inauguradas pelas greves de maio último em São Bernardo do Campo (SP) —, o que já se poderia constatar de novo na organização sindical dos operários, na produtividade das indústrias e nas vendas do comércio? Departamentos de estatísticas de sindicatos de empregados e empregadores, assim como de entidades universitárias, com efeito, começam agora a se movimentar para colher os primeiros sinais e reflexos desse episódio na área de relações trabalhistas em São Paulo. Afinal, ele chegou a envolver, direta ou indiretamente, mais de 1 milhão de trabalhadores beneficiados com aumentos e antecipações salariais fixados pelos acordos.

E paralisou, por aproximadamente 6 000 horas, pelo menos 255 empresas de todo o Estado, com um efetivo calculado em torno de 280 000 operários *(veja "Os números da greve")*.

Seja como for, algumas conclusões, pelo menos em relação à organização sindical, já pareciam bastante óbvias a muitos dos pesquisadores. Além de quebrar um silêncio de praticamente catorze anos e colocar em xeque a aparente invencibilidade das proibições grevistas nas leis de greve, as paralisações de trabalho — cujo marco inicial foi a greve dos operários da Scania — confirmariam as teses de sociólogos, como Maria Hermínia Tavares de Almeida, da Universidade de Campinas. Pois vários estudos observaram o deslocamento do eixo principal do movimento operário, de setores mais tradicionais — indústrias de bens de consumo não-duráveis e transportes — para outros ligados à indústria de base e à produção de bens de consumo duráveis, que incluem, entre outras categorias sindicais, a dos metalúrgicos.

DE CIMA — A "nova classe operária" se constituiria, primordialmente, de trabalhadores de grandes empresas modernas, cuja importância vem crescendo no conjunto da economia. Seus salários médios seriam mais elevados que a média de outros setores e suas entidades representativas, mais fortes que as demais — alguns sindicatos de metalúrgicos arrecadam quantias bem superiores às receitas de milhares de municípios brasileiros.

Os dados mais recentes das últimas greves revelam, realmente, que a maior parte das paralisações ocorreu em indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico e químicas *(veja a tabela "Participação")*. Além disso, enquanto 44% da categoria metalúrgica e 20% da química se envolviam direta ou indiretamente no movimento, apenas 12,5% dos tecelões e 0,5% dos trabalhadores na alimentação cruzavam os braços.

Da mesma forma, esses dados mostram que, dentro da indústria metalúrgica, as regiões onde a empresa moderna prevalece — São Bernardo e Santo André, com os maiores índices de concentração de capital — são as que apresentaram o maior envolvimento de operários nas greves. Enquanto, por exemplo, 82% dos trabalhadores de Santo André e 72% dos de São Bernardo participaram direta ou indiretamente do movimento, apenas 26,5% dos de São Paulo — onde há milhares de pequenas empresas — paralisaram seus trabalhos.

As negociações diretas, de outro lado, teriam sido de execução mais simples — ou pelo menos mais rápidas — nas grandes empresas, ainda que se tenham registrado certas dificuldades na indústria automobilística, onde a Volkswagen e a Scania foram acusadas pelos operários de exercer pressão por meio dos guardas de segurança (caso da Volkswagen) ou de promover demissões (caso da Scania, que teria despedido 450 empregados). Não seria muito diferente, contudo, a diferença entre os reajustes salariais concedidos pelas empresas grandes ou pequenas: eles giraram sempre em torno dos 12%. "Aumentos muito modestos", comentaria Walter Barelli, diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), indicando que nem os 20%, inicialmente pretendidos pelos operários, permitiriam a recuperação do poder aquisitivo perdido pelos salários nos últimos quinze anos.

Participação por categoria

% dos que estiveram envolvidos (direta ou indiretamente) nas paralisações

Categoria	%
Metalúrgicos	44%
Quimicos	20%
Gráficos	13,5%
Fiação e Tecelagem	12,5%
Alimentação	0,5%

Os metalúrgicos por região

% dos que estiveram envolvidos (direta ou indiretamente) nas paralisações

Região	%
Santo André	82%
São Bernardo	72%
São Paulo	26,5%
Guarulhos	20,5%
São Caetano	14,5%

VELHOS PEDIDOS — As últimas greves, porém, não corresponderam ainda às previsões dos sociólogos, segundo as quais as reivindicações da "nova classe operária" deixariam de se limitar exclusivamente aos salários para entrar na esfera das também novas condições de produção — como, por exemplo, o ritmo e cadência do trabalho, o controle da política de emprego e da produtividade. Na verdade, além de pedirem elevações salariais, os operários queriam alimentação melhor e mais barata, condução e algumas mudanças consideradas básicas em suas condições de trabalho (lugares mais adequados para as refeições, sanitários limpos, entre outras).

Em alguns casos, pediram — e conseguiram — o reconhecimento de delegados sindicais, trabalhadores eleitos pelos colegas para representá-los junto aos patrões, com estabilidade no emprego. Os metalúrgicos de Osasco inauguraram essa prática colocando delegados em duas empresas, a Bardella-Borrielo e a Carpi Frigor. Em Guarulhos, o sindicato dos metalúrgicos obteria, por sua vez, a inclusão, no acordo firmado com a Mannesmann, de nada menos que quinze delegados sindicais, que não podem ser despedidos em um prazo de dois anos.

Questões como o ritmo e a cadência da produção, todavia, não estariam fora das cogitações dos sindicalistas, pelo menos em São Bernardo do Campo, onde, depois das greves, a produtividade dos operários teria aumentado consideravelmente. Segundo os dados levantados na Volkswagen, enquanto em abril, para produzir um automóvel, era preciso 0,99 homem, em junho esse índice caía para 0,82; e, em agosto, para 0,81. No mesmo agosto, como dava a conhecer a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), na segunda-feira da semana passada, a indústria automobilística atingiu "o maior recorde de produção de toda a sua história". Saíram das linhas de montagem das fábricas 100 143 veículos. Um incremento que, de resto, não veio acompanhado de um aumento de contratação de mão-de-obra.

Os números da greve

SINDICATOS	n.º de trabalhadores Categoria 1	n.º de sindicalizados	Empresas em greve	Grevistas (2)	Duração da greve (Horas)	Aumentos (3)	Antecipação (3)
Metalúrgicos (São Paulo, S.Bernardo, S.Caetano, Sto André, Guarulhos, Osasco)	536 000	155 000	187	235 278	4 407	12,6%	12%
Quimicos (São Paulo, Guarulhos, Sto.André)	95 000	41 300	15	10 800	342	13%	10%
Alimentacão (todo o Estado)	230 000	50 000	2	2 200	97	20%	20%
Fiacão e Tecelagem (S.Paulo, Barueri, Osasco)	100 000	25 000	4	12 650	158	9,5%	11%
Gráficos (S.Paulo)	25 000	13 000	2	3 370	48	12,5%	7,5%
Borracha (S.Paulo, Guarulhos, ABCD)	27 000	8 500	8	10 410	159	13%	10%
Outras	118 000	55 600	37	22 850	843	13%	13,5%
TOTAL	1 131 000	348 400	255	274 708	6 054	13%	12%

Obs.: (1) Nas bases territoriais dos sindicatos envolvidos
(2) Total dos trabalhadores das empresas onde houve paralisação
(3) Média aritmética dos maiores aumentos concedidos

FONTE: *Sindicatos de trabalhadores das indústrias indicadas*

REPASSE — Estariam mais produtivos os trabalhadores em decorrência dos aumentos recebidos? "Seria difícil avaliar alguma coisa a respeito", ponderou Barelli a VEJA. "Em todo caso", arrisca ele, "o trabalhador mais bem alimentado não sofre tantos acidentes e suporta mais a fadiga." Para Barelli, esse seria um bom ar-

Greve em São Bernardo: agora, um aumento no ritmo da produção

gumento em favor do aumento da produtividade. "Um ambiente de compreensão entre a empresa e seus funcionários produz reflexos positivos na produtividade e é nesse ambiente que vivemos hoje", acrescentaria Marcos Xavier da Silveira, diretor-superintendente da Cobrasma. Em sua opinião, no entanto, "não houve relação, senão aparente, entre os aumentos salariais e a melhoria da produção".

Melhoria que, a propósito, poderia ser conseqüência de fatores bem diferentes, segundo Severino Alves da Silva, dirigente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Baseado em algumas reclamações de trabalhadores, Alves da Silva revelou que "o aumento da produtividade se deve, na verdade, ao aumento da velocidade imprimido pelas indústrias nas linhas de montagem e à pressão para que os trabalhadores produzam mais peças por hora de trabalho". "Além disso", completa ele, "a palavra 'facão' *(demissão, na gíria metalúrgica)* vem sendo repetida com muita freqüência." César Concone, do DIEESE, garante que "o aumento da velocidade nas linhas de produção é um velho segredo das montadoras para neutralizar os aumentos salariais". Mas esse aumento de velocidade, de outro lado, parecia indicar também, em certos setores, alguma necessidade de apertar o passo para atender a um eventual aumento na demanda.

AVANÇOS — Embora difusa, a recuperação esboçada por alguns ramos industriais e confirmada pelo comércio é, de certa forma, surpreendente. De janeiro a julho deste ano, a produção industrial cresceu 6,5% em comparação com o mesmo período do ano passado. Houve, igualmente, um avanço em relação aos últimos doze meses, registrando-se, de julho a julho, um incremento de 4%. Aumentaram também as arrecadações do ICM e do IPI — respectivamente, 10% e 14% acima do valor recolhido ainda nos primeiros sete meses do ano passado. Ao mesmo tempo, as vendas do comércio varejista de São Paulo, por exemplo, mantêm-se, nos últimos três meses, sistematicamente 50% acima dos números registrados nos mesmos meses do ano passado.

Em termos absolutos, não se poderia dizer que sejam resultados excepcionais — afinal, a situação dos primeiros oito meses de 1977 indicou desempenhos bem modestos. Mas as variações percentuais estão mostrando que o ritmo dos negócios já abandonou o grande pessimismo do primeiro trimestre do ano.

Percebe-se no entanto, maior animação no setor de bens de consumo — tanto popular como durável. E, de fato, é ele que apresenta as melhores cifras. A indústria automobilística, que tem sido o suporte do crescimento industrial deste momento, poderá apresentar um crescimento anual de 13% sobre 1977.

De janeiro a julho deste ano, em relação a igual período do ano passado, foram vendidos mais de 45% de televisores em cores, 7,5% de aparelhos branco e preto e 17% de liquidificadores, de acordo com estimativas do boletim econômico *Análise*. Da mesma forma, a indústria têxtil vem superando de muito as expectativas do início do ano, com um crescimento de 5,7% até agora — quando não se esperava mais de 3% durante o ano. A indústria de máquinas, de outra parte, continua trabalhando em ritmo lento, com uma queda de 1,2% em sua produção global nos primeiros sete meses deste ano.

ORÇAMENTO DOMÉSTICO — Os reajustes salariais, negociados entre maio e junho, estariam por trás dessa tendência expansionista? Dificilmente eles poderiam explicar tudo. Mas, apesar das dificuldades em mensurar os efeitos, é provável que as antecipações e os aumentos, concedidos fora dos prazos e dos índices oficiais, estejam ajudando a empurrar o nível de atividades. Claro, há o dinheiro do PIS/Pasep — cerca de 18 bilhões de cruzeiros — e as devoluções do imposto de renda — até agora outros 15 bilhões. Mas também há só entre os trabalhadores atingidos pelas paralisações em São Paulo, por mês, 360 milhões de cruzeiros a mais no orçamento doméstico.

"Os aumentos de salário não se refletirão no consumo de automóveis. Deveriam, contudo, ter algum efeito sobre alimentação e vestuário", admite Barelli, do DIEESE. "É possível que tenha havido um aumento no consumo porque, afinal, uma massa de dinheiro adicional foi colocada na conta dos salários", completa Concone. Arnaldo Giorgis, gerente da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores da Volkswagen, com 32 000 funcionários cadastrados, dos quais 25 000 são clientes habituais, confirma essa impressão. "Com o aumento, aumentam diretamente os gastos dos cooperados", diz ele. "O pessoal realmente passou a gastar mais, principalmente na área de comestíveis."

A observação seria ratificada, em seguida, pela mulher de um operário da Mercedes-Benz, freguesa da cooperativa dos funcionários da empresa:

Silveira: reflexos positivos

"Acho que o aumento só deu para compensar o que nós já perdemos com o aumento das coisas. A diferença é que estou comprando carne dois dias por semana — em vez de só um — e menos ovo. Meu marido não agüentava mais tanto ovo". Frios, laticínios, frutas e legumes estão tendo maior saída — 20% a mais, por exemplo, no caso dos dois últimos —, verificando-se ainda razoável expansão nas vendas de material de limpeza. Um crescimento semelhante nas vendas de alimentos, sobretudo queijos e iogurtes, foi sentido por Palmiro Borges Ferreira, funcionário da cooperativa da Mercedes-Benz. "Os trabalhadores puderam adicionar alguma coisa à sua cesta de consumo", reconhece Ferreira. "Além da recuperação no grupo de frios e laticínios, houve um aumento nas vendas de confecções e eletrodomésticos", reconhece Ferreira. Para ele, no entanto, a maior procura por produtos de vestuário não seria uma surpresa, "se considerarmos que, no ano passado, não aconteceu, efetivamente, um inverno".

EXPECTATIVA — Ocorrências desse tipo impedem, sem dúvida, conclusões mais apressadas. O segundo semestre, por exemplo, é tradicionalmente melhor que o primeiro, para fabricantes e comerciantes de peças de vestuário. "No primeiro trimestre, as secas provocaram um sério impacto na demanda de bens de consumo popular mas, a partir de maio, recuperou-se o terreno perdido", informa Ivo de Miranda Reis, gerente de *marketing* da divisão calçados da Alpargatas, empresa que produz

Barelli: efeitos no consumo

Operários da Villares: no ABC, o novo eixo do movimento sindical

algo próximo da espantosa cifra de 100 milhões de pares anuais.

Reis não localiza, porém, qualquer reflexo dos reajustes na evidente melhoria das vendas. "No nosso caso, e falando especificamente da área de *jeans*, o aumento pode ser explicado também pelo incremento que tivemos na produção e pela oferta de novos produtos", acrescenta I. G. Johnston, gerente de *marketing* da divisão de manufaturados têxteis da mesma Alpargatas. De todo modo, Johnston admite que dificilmente a empresa, que lidera o mercado de roupas de consumo popular, sentiria tão rapidamente os reflexos de uma elevação salarial extra e localizada, como a ocorrida no segundo trimestre do ano.

Enquanto isso, os lojistas — pelo menos em São Paulo — se mostram satisfeitos com o comportamento dos negócios. "Eles têm aumentado consideravelmente nos últimos meses", assegura Marcel Domingos Solimeo, diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, órgão da Associação Comercial de São Paulo. Em sua opinião, isso se deve a dois fatores: o aumento real dos salários e a expectativa inflacionária. "Qualquer aumento de salário influencia o comércio até que os aumentos sejam consumidos pela inflação", conclui ele.

CONSULTAS — Um outro indicador que parece confirmar algum efeito dos aumentos sobre o consumo é o número de consultas ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC). Em relação a janeiro, os índices de maio, junho e julho tiveram acréscimos acumulados nunca inferiores a 10%, ao contrário do que aconteceu no ano passado, quando o volume de consultas, nos mesmos períodos, foi sempre negativo. Neste último mês de julho, por sinal, as consultas aumentaram 15% sobre o registrado em julho de 1977.

Alguns mercadólogos, contudo, questionam o fôlego desse eventual aumento de consumo. Recorrendo a determinados componentes psicológicos do consumidor, eles chamam a atenção para o fato de que qualquer pessoa, ao receber um aumento — seja qual for o montante — é induzida a aumentar seu consumo.

Passado o primeiro impulso, dar-se-ia um refluxo natural. Mas, ainda que se leve em conta tal característica, haveria, este ano, uma combinação de situações propícias a uma esticada na demanda. Além dos recursos do PIS/Pasep, do imposto de renda, dos reajustes extraordinários, deverá ocorrer a rotineira generosidade eleitoral. E mais: uma grande parte dos salários, nos dissídios de outubro e novembro — que abarcam enormes contingentes de trabalhadores —, terá uma nova recomposição de poder aquisitivo.

É certo que, como quer o publicitário Luís Celso Piratininga, presidente da Associação Paulista de Propaganda, "a situação do consumo, no Brasil, continua a mesma depois das greves e negociações diretas". Pois, segundo Piratininga, "apesar dos efeitos imediatos dos aumentos salariais, continua vigorando o quadro anterior, ou seja, continuamos empilhando renda". Existem, é verdade, mais de 70 milhões de pessoas, no país, marginalizados do mercado consumidor. Existe, sem dúvida, uma péssima distribuição de renda. Nem por isso, todavia, não se deve tentar avaliar os efeitos dos fatos novos. No Brasil de hoje, as negociações diretas são um fato novo. E a hipótese em questão é a de que elas têm sido benéficas para a economia.

JOSÉ PAULO KUPFER/SÉRGIO SISTER

HABITAÇÃO

Ano eleitoral

A Caixa lança um programa de habitação popular

Como se sentisse que nos últimos tempos tem tido poucas oportunidades para apresentar boas novas, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, na terça-feira da semana passada, ao se reunir com a imprensa em seu gabinete, fez questão de salientar: "Desta vez, vamos dar uma boa notícia". Qual delas? — perguntaram-se os jornalistas ao ouvir, na verdade, duas notícias. A primeira foi o anúncio da reabertura dos financiamentos da Caixa Econômica Federal para imóveis novos, feitos para pessoas jurídicas. A segunda foi o lançamento de um programa de "casas econômicas", destinado a atender pessoas de baixa renda.

A reabertura dos financiamentos, exatamente após 281 dias de paralisação nas principais modalidades de financiamento de imóveis novos e usados da CEF, veio acompanhada de uma novidade: a redução do teto máximo de financiamentos, de 3 500 UPCs para 2 500 UPCs (cerca de 740 000 cruzeiros). A intenção seria eliminar o supérfluo que reveste os lançamentos imobiliários — como piscinas, saunas, salões de festa —, elevando o preço da habitação. "A CEF está direcionando o mercado", explicou Leo Lynce de Araújo, diretor da carteira de hipoteca e habitação da CEF. "Estamos dizendo: o rumo agora é este, chie quem chiar." Em São Paulo, Francisco Luís de Souza Machado, diretor comercial da Júlio Bogoricin Imóveis, não "chiou". "A medida irá reativar o mercado", admitiu ele. Mas ressalvou que esse teto permitirá adquirir somente um imóvel de sala e dois quartos — desde que o comprador tenha renda familiar de 30 000 cruzeiros.

PARA O INTERIOR — A reabertura dos financiamentos teria sido possível graças a uma folga mensal de 500 milhões de cruzeiros em relação às previsões feitas no orçamento da Caixa, provocado pelo aumento dos depósitos de poupança. Um acréscimo de recursos que permitiu, também, destinar 1 bilhão de cruzeiros para o programa de "casas econômicas". Para essa faixa, o limite máximo de financiamento será de 300 UPCs (cerca de 103 500 cruzeiros), reservada especialmente às famílias com renda de até cinco salários mínimos e residentes nas cidades do interior do país. "A idéia básica do programa", explicou Lynce Araújo, seu autor, "é fixar o homem nas cidades menores do interior e evitar com isso alarmante surto migratório." Planos tão ambiciosos para a verba modesta acabaram deixando no ar algumas desconfianças quanto ao caráter do programa — inevitáveis, dada a proximidade das eleições.

Até agora, os programas de habitação popular eram implementados através de cooperativas habitacionais. "Eu não sei se a Caixa está com um organismo bem estruturado para poder atuar nessa faixa", explica José Celestino Bourrul, presidente da Cohab São Paulo. "As dificuldades são enormes, como, por exemplo, o problema dos lotes clandestinos." Um segundo ponto levantado foi quanto aos tetos do financiamento. Aos preços atuais da construção, pelo menos tomando São Paulo como referência, tais financiamentos permitiriam, quando muito, adquirir um terreno e construir uma casa de menos de 20 metros quadrados. Feita através de mutirão, a casa poderia ser um pouco maior. Mas teria uma durabilidade, sem dúvida, inferior aos prazos de amortização — 25 anos.

O programa, em todo caso, foi apoiado pelo secretário do Planejamento de São Paulo Jorge Wilheim. "Sempre defendi que se concedesse ao mutuário maior liberdade para escolher seu caminho", explicou ele. E absolveu o programa da acusação de ser "eleitoreiro": "Uma das vantagens marginais das eleições é despertar a sensibilidade do governo para causas populares". •

PEDRO MARTINELLI

Casa popular: como morar em uma área de 20 metros quadrados?

BANCÁRIOS

Acordo carioca

Os banqueiros deram menos que o prometido

"Nunca aprendi tanto em matéria sindical", informava Theophilo de Azeredo Santos, presidente do sindicato dos bancos do Rio de Janeiro, na última quarta-feira, depois de assinar um acordo salarial com os bancários cariocas, na sede da Delegacia Regional do Trabalho. "É o maior aumento alcançado pelos empregados desde 1964", acrescentaria Santos. Ele apontava como vantajosos os reajustes que variam entre 10% e 3,5%, conforme a faixa salarial do funcionário, e o anuênio de 200 cruzeiros, além dos índices oficiais, fixados pelo governo em 42% para este mês.

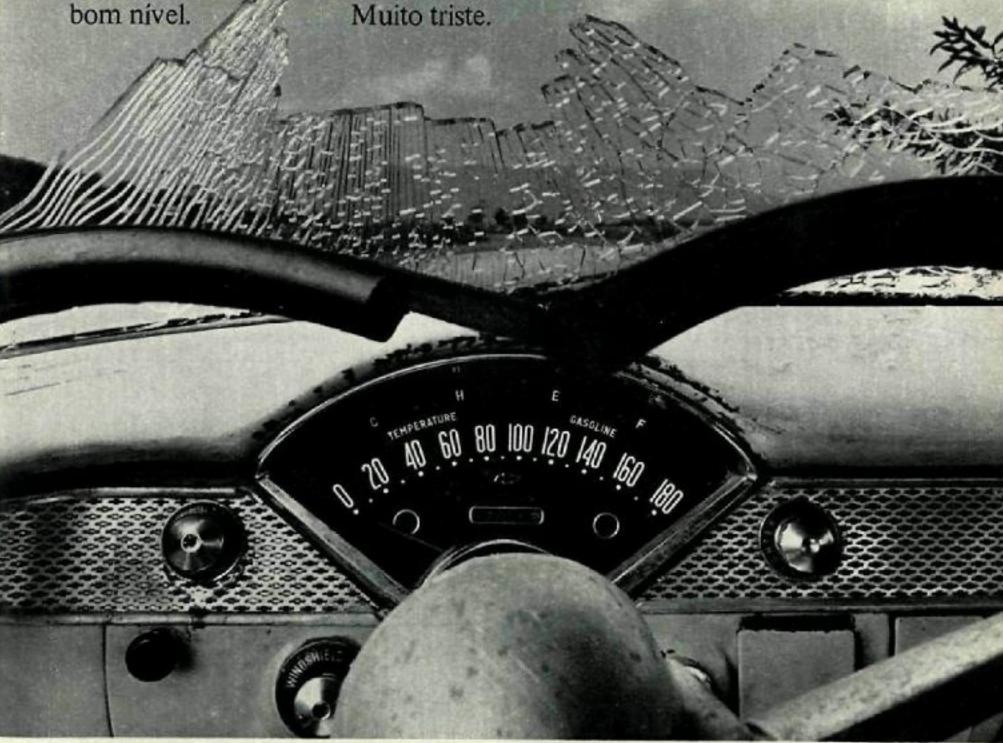
"Só o fato de termos conseguido um reajuste superior ao oficial já foi muito importante", admitiria, conformado, René Rennó, presidente do sindicato dos bancários do Rio. Ele acreditava que os banqueiros cariocas seguiriam seus colegas paulistas dando aumento entre 15% a 5%, conforme prometera o representante patronal em contatos anteriores. "Ao concordar com um aumento igual ao de São Paulo, eu não falava nos mesmos percentuais", justificou-se Santos. A surpresa maior, no entanto, foi a decisão do Tribunal Superior do Trabalho de reduzir de 10,40 cruzeiros — oferta dos banqueiros — para 2,40 cruzeiros o auxílio-alimentação, também conhecido como "panelão", a título de lanche, por ocasião do cumprimento de horas extras. •

Correr demais desperdiça gasolina que é uma tristeza.

Tem gente que não aprendeu ainda que limitando a velocidade a um máximo de 80, o consumo se mantém em bom nível.

Essas pessoas saem por aí correndo muito e jogando gasolina fora.

O desperdício de gasolina em nossas estradas chega a ser uma coisa triste.

Muito triste.

Quem é vivo respeita os 80. Economize gasolina.

Velloso: críticas não cabem ao governo e sim à oposição

DOCUMENTO

Fatos e versões

No balanço governamental só cabem vitórias?

Na última quarta-feira, um maçudo documento de 147 páginas mimeografadas, envoltas por uma capa de papelão verde, onde se lia "Brasil: 14 Anos de Revolução", começou a chegar logo pela manhã às redações dos principais jornais do país. Quase à mesma hora, esse relatório era debatido entre os ministros da área econômica e em mais uma das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), presidido pelo presidente Ernesto Geisel. Nada indicava, até esse momento, que o volumoso trabalho, elaborado pelos técnicos do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) — órgão diretamente ligado à Secretaria de Planejamento —, provocaria tanta celeuma.

Antes mesmo que os jornalistas tivessem tempo de concluir sua leitura, os próprios técnicos do IPEA cuidaram de traçar o perfil do documento. Divulgado a apenas dois meses das próximas eleições parlamentares, ele teria sido elaborado como uma sólida peça de propaganda governamental. Por isso, seria laudatório em se tratando das conquistas econômicas e sociais dos quatro últimos governos; e omisso diante dos aspectos mais polêmicos do "modelo econômico" — como, por exemplo, o da distribuição da renda, um aspecto sintetizado em poucas linhas. A própria história de sua elaboração envolve controvérsias. Confidencialmente, certos técnicos do IPEA traçariam um roteiro de idas e vindas, de rejeição e mudanças encomendadas pela Secretaria de Planejamento — nem sempre aceitas pacificamente dentro do Instituto. Procurado pelos jornalistas, o superintendente do órgão, Roberto Cavalcanti, negou-se a comentar o trabalho. "A reação dele é de vergonha", chegaram a interpretar alguns de seus assessores. "Ele sabe que um trabalho dessa espécie, sem nenhuma seriedade, serve apenas para denegrir a imagem do IPEA, principalmente frente à comunidade acadêmica."

OBRIGAÇÕES — Tais versões, no entanto, foram desmentidas de forma veemente pelo ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso — incomodamente situado na posição de alvo principal do descontentamento dos técnicos. Na manhã da última sexta-feira, em seu gabinete, no Palácio do Planalto, ele deu a Moacyr Oliveira Filho, de VEJA, a posição oficial sobre o assunto. "Em primeiro lugar", lembrou, "o IPEA é obrigado por decreto a realizar esses balanços periódicos — ele existe exatamente para isso." Sem procurar dissimular certa irritação com as repercussões negativas do trabalho, o ministro fez questão de sublinhar que sua finalidade era exatamente a de apresentar um balanço de realizações "e não fazer uma análise de problemas". E, para que não pairassem dúvidas, arrematou: "Atacar o governo é função da oposição e não do próprio governo".

Independente das implicações políticas, Velloso assegura que um aspecto positivo do documento não pode ser ignorado. Ele reuniria, em sua opinião, um dos mais completos levantamentos de dados sobre o país — "tão precisos que ninguém antes, nem eu, tinha tido acesso a eles". Entre esses números, o ministro destaca o crescimento de 201% do PIB, entre 1963 e 1977; a relação favorável entre o aumento de produção de alimentos e o da população, bem como entre esta última e o crescimento da população economicamente ativa. Finalmente, segundo Velloso, o índice de expectativa de vida no Brasil estaria próximo do de alguns países da Europa. O que, em sua opinião, levaria a concluir que o país não pode mais ser tomado como uma sociedade dualista, onde conviveriam Biafras e Suíças. "O Brasil é uma sociedade complexa com todos os estágios do desenvolvimento: acabou-se a história do médico e do monstro."

A VEZ DAS CRÍTICAS — Velloso negou também qualquer intuito eleitoreiro no trabalho. O documento, inclusive, sendo público, poderia ser utilizado até mesmo pela oposição. Da mesma forma, ele negou que tenha tido qualquer influência na condução dos trabalhos. E chegou a se mostrar surpreendido ao ser informado sobre a reação detectada entre técnicos do IPEA. "Nunca ouvi falar nisso; eles fizeram o trabalho com total liberdade", informou Velloso. "Só vi a versão final e fiz algumas correções."

Se houve ou não alteração, como sugerem alguns dos elaboradores do documento, o fato é que o balanço dos últimos catorze anos invoca aspectos sociais essencialmente positivos. Entre outros, de acordo com o levantamento, a porcentagem de brasileiros com renda até um salário mínimo teria diminuído de 60,5%, em 1970, para 37,4% em 1976. Além disso, entre 1972 e 1976, o número de domicílios com abastecimento de água teria crescido de 39% para 49%; de 53% para 63%, no caso de domicílios com fornecimento de luz elétrica; e de 25% para 27%, no que diz respeito aos domicílios com instalação sanitária. Finalmente, no delicado capítulo de distribuição de renda, o documento permite-se uma constatação parcialmente negativa. Mas, apesar de reconhecer que os objetivos antiinflacionários prevaleceram sobre a manutenção do poder de compra dos trabalhadores, entre 1963 e 1977, a perda do poder aquisitivo nesse período, segundo afirma, não teria ultrapassado 19%.

De acordo com Velloso, os dados reunidos até agora fariam parte da primeira fornada de uma série de documentos oficiais que deverão ser divulgados até março de 1979. Os próximos serão um balanço do governo Geisel e um outro com sugestões para o futuro presidente. "Nesse", ressalvou o ministro, "é provável que o governo faça alguma autocrítica." •

Perkinslize-se.

Todos sabem que o motor diesel leva inúmeras vantagens sobre o motor a gasolina. Mas tem muita gente inteligente descobrindo que há um motor diesel levando vantagens sobre os outros: o motor Perkins. É explicável, a Perkins trabalha para a perfeição. Treina rigorosamente todo funcionário para dar o melhor de si em sua função. Tem mais de 1.000 postos de assistência técnica por todo o Brasil, e mais de 10.000 técnicos e mecânicos credenciados através de seus cursos permanentes. A qualidade dos motores diesel Perkins está comprovada em todo o mundo. 900 dos líderes mundiais no setor de equipamentos originais, especificam motores diesel Perkins para seus produtos - destinados a montadoras de veiculos leves, médios e semi pesados, bem como a equipamentos industriais, de construção, agricolas e marítimos. Portanto, tenha você também todas estas vantagens, seja qual for o seu setor de atividade.
Perkinslize-se. Como a GM, Ford, Chrysler, Puma, Engesa, Massey-Ferguson, CBT, Sta. Matilde, Hercules, Nora, Vassalli, J.I.Case, Hyster, Atlas Copco, Clark, Ingersoll-Rand, Tema-Terra, Bambozzi, Maquigeral, Eaton-Yale, Villares, FNV, Muller, Cifalli, Marcoplan, Maquibras, Frankel, Barber-Greene.

motores Perkins

O domínio do diesel.

ACCG

Calazans na OIC: apenas uma declaração infeliz?

CAFÉ

Mal-entendido?

A dúvida deixada pelo presidente do IBC

Na tarde da última sexta-feira, antes de sair de Londres com destino ao Oriente Médio, onde negociará contratos de venda de café brasileiro, o presidente do IBC, Camilo Calazans de Magalhães, deu uma declaração um tanto inesperada. Disse que a faixa de variação das cotações para o funcionamento do acordo, que se discute na capital inglesa por estes dias, entre países produtores e consumidores, deveria incluir a cotação atual (em torno de 1,50 dólar a libra-peso — 453 gramas). A variação seria de 20 a 30 centavos de dólar para cima e para baixo. Isso indica que os produtores reduziram suas pretensões, afirmadas no mês passado, em Bogotá, de brigar por variações de 1,80 a 2,20 dólares? Não se sabe. Da parte de Calazans, maiores explicações só virão no dia 25, quando ele retornar a Londres para a reunião decisiva do Conselho da OIC (Organização Internacional do Café), que inclui sessenta países.

Certo é que os produtores, de fato, levaram um esbarrão dos países consumidores, na reunião da junta executiva da OIC, iniciada na quarta-feira da semana passada. A proposta apresentada pela Guatemala em nome dos produtores (os africanos aderiram ao acordo latino-americano de Bogotá) de se criar imediatamente um grupo de trabalho formado por quatro países produtores e quatro consumidores, para estudar a faixa de variação de preços necessária ao sistema de cotas de cada um, viu-se de pronto rejeitada pelos consumidores. Foi uma manobra protelatória, comentava-se nos bastidores. O delegado alemão ocidental Hugo Rorig dizia a VEJA que não via urgência na volta do sistema de cotas e na definição da variação de preços. "As recentes geadas no Brasil, além de elevarem os preços (da média de 1,20 para a de 1,50 dólar), tiveram efeito estabilizador sobre o mercado, não há razão para pressa."

A posição dos EUA, o principal consumidor, também seria de ganhar tempo. Sua representação não deseja assumir um compromisso que pode colocar as organizações de defesa do consumidor locais contra a administração do presidente Carter, cuja popularidade anda cada vez mais abalada. Antes da declaração de Calazans, os produtores haviam reagido coesa e decididamente. Falando em nome dos demais países, o próprio presidente do IBC comunicara o cancelamento de uma reunião para estudar formas de negociação com os consumidores. Eles já estavam ajustados — alegara — e o próximo passo teria que ser dado pelos países compradores. Ainda é cedo para se prever os resultados, mas, valendo o último pronunciamento de Calazans, os produtores perderam terreno rapidamente. •

FERROVIA DO AÇO

A longa espera

Em Minas, a ameaça de outra estrada "fantasma"

"Salvo problemas maiores e inesperados, tais como fenômenos meteorológicos incontroláveis, a Ferrovia do Aço será inaugurada em 1978." A previsão do ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, feita em abril de 1975 — quando ainda se inciavam as obras da ferrovia de 397 quilômetros para ligar Belo Horizonte—Itutinga—Volta Redonda —, na verdade, está longe de se ▶

Aguenta mau humor e maus tratos

Esta voltinha não dá mão-de-obra

A Facitinha é a calculadora mecânica de mais fibra, para suportar qualquer condição de trabalho. Escolha a Facitinha. Ela enfrenta com a mesma tranquilidade a mãozinha delicada da moça da caixa e a mão pesada do mestre de obras. Calcula sempre com absoluta precisão. Não dá mão-de-obra e nem problemas, só resultados.

Escolha a Facitinha em novas cores: bege e amarela.

PRECISÃO DE CÁLCULO - PERFEIÇÃO DE ESCRITA

MATRIZ - São Paulo - Rua 13 de Maio, 812 - tel. 284-0133
FILIAIS - Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santo André e Santos.

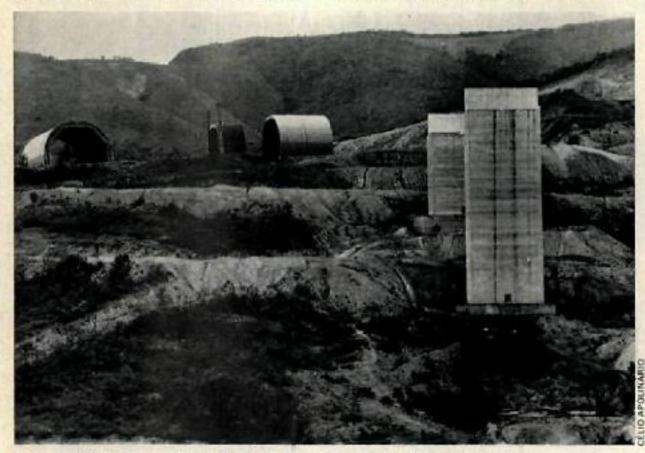
REVENDEDORES EM TODO O BRASIL

FACITINHA

COISA BOA NÃO MUDA

concretizar. Oito meses além do prazo de "1 000 dias" previsto pelo ministro para sua conclusão, a Ferrovia do Aço continua sendo apenas um esboço mal alinhavado daquele que pretendia ser um dos maiores projetos do governo do presidente Ernesto Geisel.

"A prevalecerem as dotações orçamentárias tão restritas como as que vêm sendo consagradas à ferrovia, pelo menos nos próximos dez anos ela não ficará pronta", afirmam os técnicos da Associação Comercial de Minas Gerais que têm se dedicado ao estudo da obra. Apenas para a conclusão dos serviços de infra-estrutura serão necessários ainda 20 bilhões de cruzeiros enquanto menos nos próximos vinte anos as obras da ferrovia não estariam prontas, caso o governo não resolva investir maciçamente no gigantesco empreendimento. E não é pouco o que ainda resta para ser feito. Dos 97 quilômetros de túneis previstos, apenas 18 foram perfurados até agora; e dos 42 quilômetros de pontes e viadutos, somente 4,1 foram executados. Além do mais, as desapropriações ainda não foram completadas nem se concluiu o projeto final de engenharia. E apenas dezoito, das 25 empreiteiras que trabalhavam no começo das obras, continuam em atividade — uma sangria que também atingiu o quadro da mão-de-obra contratada: dos

CÉLIO APOLINÁRIO

Nas obras: testemunhos da falta de recursos e de planejamento

os orçamentos destinados à ferrovia, para 1978 e 1979, limitam-se, respectivamente, a 2 bilhões e 2,6 bilhões de cruzeiros. E o presidente da Engenharia Ferroviária S.A. — a Engefer, empresa encarregada de articular o Programa Ferroviário Brasileiro —, coronel João Carlos Guedes, garantiu a VEJA que a conclusão da ferrovia depende basicamente dos recursos que lhe forem alocados.

ATRASO CARO — Um fato é indiscutível: a ambiciosa ferrovia acabou se transformando numa das mais caras aventuras do governo. Orçada de início em 9,4 bilhões de cruzeiros, até agora, segundo o coronel Guedes, já foram investidos 10,8 bilhões e seu custo final foi elevado para 41,5 bilhões de cruzeiros. Assim, a julgar pelas próprias afirmações do presidente da Engefer, pelo

17 000 operários incialmente empregados restam apenas 4 500 homens.

Para a economia brasileira, essa defasagem é significativa. Somente os projetos siderúrgicos mineiros deverão gerar, nos próximos anos, um volume da ordem de 70 a 80 milhões de toneladas de carga anualmente. Para transportá-lo, o Estado dispõe, basicamente, de apenas três ferrovias que, ampliadas, remodeladas e modernizadas, darão conta somente de 40 milhões de toneladas de carga/ano. Prevê-se, portanto, a partir de 1985, um déficit de 35 milhões de toneladas/ano.

Não se pode dizer que, pelo menos para os mineiros, o impasse em que se encontra a ferrovia constituía uma surpresa. Realmente, poucos empresários acreditavam que uma obra desse vulto, iniciada sem possuir sequer um projeto final de engenharia, pudesse ser concluída em prazo tão curto. Batizada inclusive de a "Ferrovia da Pressa", o que a Engefer pretendia, segundo esses empresários, era remediar em três anos a imprevidência de mais de uma década, já que a obra deveria ter sido feita em 1967. Outro erro, de acordo com eles, prende-se ao fato de a diretriz geral da ferrovia ter sido traçada com base em levantamentos aerofotogramétricos — ficando os detalhes para serem resolvidos *a posteriori*, numa região dificílima, tanto topográfica como geologicamente. A pressa teria sido responsável também por fantásticos desencontros. Determinados trechos apresentavam desníveis de até 10 metros de altura. Da mesma forma, a aflição da Engefer, e o improviso dos planos, levou as empreiteiras ao desespero uma vez que, constantemente, os projetos eram alterados e raras vezes uma construtora sabia, ao certo, quantos túneis, viadutos ou pontes deveria construir. Como resultado, diversas empresas abandonaram seus acampamentos, as oficinas foram transformadas em currais de bovinos e aterros estão sendo pouco a pouco danificados pelas chuvas.

DESCONFIANÇA MINEIRA — Mesmo levando-se em conta o atual estágio das obras, o coronel Guedes entende, no entanto, que o empreendimento ainda poderá ser concluído a curto prazo — uma vez que diversos obstáculos técnicos teriam sido superados, tudo dependendo agora de uma liberação acelerada de recursos. Com uma dívida declarada de 800 milhões de cruzeiros às empreiteiras — sete das quais não suportaram o ônus de autofinanciarem parte das obras, a Engefer mesmo assim mantém-se confiante quanto à viabilidade do projeto. E seu presidente afirma que não há nenhum fato novo "que modifique as conclusões a que chegaram os estudos de viabilidade econômico-financeira da Ferrovia do Aço".

Contudo, essa convicção inabalável ainda uma vez não é compartilhada pelos mineiros. Em parte, talvez, por sua célebre desconfiança. Mas, principalmente, porque eles guardam na memória frustrações antigas de velhas ferrovias "fantasmas" que não chegaram a penetrar a serra do Espinhaço — a mesma em que a Ferrovia do Aço vem esbarrando há mais de três anos. Como a que iria ligar Dom Silvério a Nova Era — e que está paralisada há cerca de 40 anos; ou a Belo Horizonte—Itabira, também abandonada há pelo menos três décadas.

MÁRIO LARA

NOSSA EMPRESA TEM NOME PRÓPRIO:

Não é um nome genial mas é bem brasileiro. RODOVIARIA. E nos orgulhamos dele.

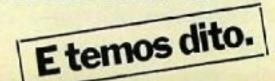
Para nós, a Rodoviária representa planos, pesquisas, e, basicamente, muito esforço. Afinal de contas, começamos numa oficinazinha lá no Bairro Santa Catarina, em Caxias do Sul.

Passados 30 anos, muita coisa mudou.

Nosso Parque Industrial tem 25.000m2, onde fabricamos uma diversificada linha de produtos para o transporte de cargas secas, líquidas e granéis, construídos dentro da tecnologia mais sofisticada, com inúmeros projetos desenvolvidos e aperfeiçoados por nós.

O número de clientes aumentou bastante, mas nós continuamos conhecendo o nome, os problemas e as necessidades de cada um deles, pois o nosso atendimento permanece tão sincero e personalizado como há três décadas atrás.

Hoje, depois de tudo o que alcançamos, temos a consciência de ter feito o melhor para os nossos clientes e vencido o desafio, o que nos dá coragem para enfrentar o que vem por aí.

Com o mesmo nome simples, brasileiro e fácil de falar. Rodoviária.

RODOVIÁRIA S.A.

Indústria de Implementos para o Transporte

Rua Matteo Gianella, 1442 - Bairro Santa Catarina
Fone: (054) 221-1166 - Telex: 0542125 - Cx. Postal 145
95100 - Caxias do Sul - RS

Coisas nossas

A mortadela e a feijoada com defensivo químico

"Nesse angu tem carne." A frase, culinário-filosófica, do presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, René Dubois, resume a opinião de muitos especialistas sobre o projeto de lei número 20, do governo federal, destinado a regulamentar a fiscalização sobre produtos de origem animal. "Primeiro queriam aprová-lo em regime de urgência", informa Dubois. "Depois vieram as denúncias de dupla redação — uma *fria*, para o presidente da República, e outra para ser votada; finalmente, na última terça-feira, o projeto foi retirado às pressas do Congresso para reexame, configurando-se o angu."

A desconfiança de Dubois é partilhada também por alguns parlamentares da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados. Eles acreditam que as pressões para a derrubada do projeto teriam partido de certos grupos do setor de frios, para os quais uma legislação mais tolerante, como a que estava em tramitação, significaria prolongar um indesejável — para eles — convívio com centenas de pequenos concorrentes no mercado. Uma hipótese naturalmente rejeitada pelo chefe do gabinete do Ministério da Agricultura, Miguel Afonso Neto, que atribuiu tudo a um simples mal-entendido. "Como havia conflito de atribuições na legislação atual, buscou-se um mecanismo para evidenciar as responsabilidades da Agricultura e da Saúde. Nada mais."

RETROCESSOS ILEGAIS? — Poucos, entretanto, defendem na íntegra o projeto de iniciativa do governo, que teria inúmeras lacunas. Entre outras, ele deixaria de enquadrar adequadamente a lei dos sucos, condenando-a desse modo praticamente ao desaparecimento. Mas o ponto central seria o perigo de o projeto encerrar em seu bojo a anulação da Lei 5.760, que federalizou a inspeção sanitária em abatedouros e frigoríficos, desde 1971. "Aí teríamos um retrocesso inequívoco", denuncia Calil Farid Saflat, subchefe do Serviço de Inspeção Federal de São Paulo, o Serpa, antigo DIPOA. Em sua opinião, transferir a fiscalização para a área da Saúde pode redundar num abrandamento das exigências. "Uma coisa é ser representante do Ministério da Agricultura", explica Saflat, "outra é ser funcionário municipal" — sugerindo assim a possibilidade de um retorno das pressões ilegais sobre a fiscalização.

Em que pesem todas as falhas, porém, haveria pelo menos um aspecto positivo na preocupação governamental de refundir o anárquico serviço de inspeção sanitária existente no país. Afinal, a produção hoje é parcialmente fiscalizada pelo Ministério da Agricultura; algumas análises — em geral, de alimentos destinados à exportação — são feitas por órgãos ligados ao Ministério da Saúde; e, quanto ao comércio, em boa parte, se encontra sob a responsabilidade municipal e estadual. Enfim, um emaranhado de normas, organismos e portarias dentro do qual quem sai perdendo, em última instância, é o consumidor.

EXCLUSIVIDADE NACIONAL — Em 1974, por exemplo, houve um curto-circuito nesse cipoal burocrático. Foi quando a inspeção sanitária paulista se retirou do mercado — antes que a fiscalização federal estivesse em condições de assumir esse trabalho. Em conseqüência disso, segundo Saflat, mais de 200 fábricas de embutidos do Estado e cerca de 300 abatedouros — hipótese otimista, onde não estão computados os estabelecimentos clandestinos — vêm operando sem nenhum controle. Dessa forma, o consumidor fica exposto a inúmeros perigos que poderiam ser evitados, uma vez que o próprio Serpa admite, por exemplo, a existência de "elevados índices de cisticercose ('solitá-

JUVENAL PEREIRA

Dubois: um angu muito suspeito

A SOMA E A TECNOLOGIA BRASILEIRA.

Em 1889 o Brasil contava com apenas uma pequena usina hidrelétrica, instalada próxima a Juiz de Fora. E em 1939 eram 738 usinas, produzindo um total de 884 570 kW. Entre elas, a Usina de Cubatão, construída pela Light para abastecer parte do Estado de São Paulo. Passos decisivos foram tomados para o desenvolvimento de um "know-how" brasileiro para o setor. Em 1948 começou a funcionar a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Depois vieram a Cemig, a Copel, Furnas, Cesp. E a Eletrobrás responsável pelo planejamento de energia no Brasil. Hoje as usinas de Ilha Solteira, Paulo Afonso, São Simão, Marimbondo, Água Vermelha, Jupiá e outras são provas indiscutíveis do desenvolvimento brasileiro. Sem falar em Itaipu, a maior usina hidrelétrica do mundo, em fase de construção. Todas projetadas e construídas por brasileiros, com equipamentos brasileiros.
A história da Soma é bem semelhante. Fundada em 1929 por Mariano Ferraz, a Soma entra na terceira geração sempre brasileira e sempre dirigida pelos mesmos homens e orientada por uma mesma filosofia. Diferentemente da maioria das empresas, a Soma sempre se preocupou em formar uma tecnologia avançada e própria, que vem acumulando ao longo dos últimos 49 anos. Hoje a Soma é dona de um considerável "know-how" sobre projeto e fabricação de vagões ferroviários especiais, equipamentos pesados para a indústria química e de cimento, ar comprimido, sistemas de transporte pneumático e uma série de outros equipamentos industriais. Poucas empresas no Brasil podem afirmar isso.

Equipamentos Industriais S.A.

ria") no Estado" — em torno de 4% do total dos abates fiscalizados.

No resto do país a situação não seria melhor. Para começar, mais de 30% da carne vendida no Brasil não passa por qualquer tipo de exame antes de chegar à mesa do consumidor. E, em 1977, cerca de 150 000 carcaças, só de bovinos, tiveram que ser eliminadas por não se prestarem ao consumo. Tudo isso, sem que tenham sido incluídos nesse total animais cuja carne eventualmente apresente contaminação química. Ocorre que o serviço federal não dispõe ainda de laboratórios em número suficiente para efetuar esse tipo de pesquisa.

Outra justificativa, segundo Saflat, estaria no fato de só nos últimos dois anos os países importadores de carne brasileira passarem a fazer exigências nesse sentido. O que, todavia, não chegou a beneficiar o consumidor nacional. Embora sejam conhecidos os índices internacionais de tolerância para a presença de defensivos agrícolas em alimentos, o Brasil não possui legislação sobre o assunto. "Por isso", admite o subchefe do Serpa, "a carne contaminada com defensivos torna-se imprestável para a exportação, mas continua sendo liberada normalmente para o mercado interno." •

AUTOMÓVEIS

A saída de luxo

A linha 79 da Chrysler, uma imposição da crise

Aparentemente, seria uma contradição: uma empresa com dificuldades para se manter no mercado automobilístico brasileiro e mundial investir de repente numa aventura ousada, que inclui o lançamento de dois novos modelos de carros grandes e luxuosos e uma despesa publicitária estimada este ano em torno de 2 milhões de dólares. No caso da Chrysler, porém, essa estratégia talvez constitua, mais do que uma opção, uma imposição do mercado. Com seus dois novos modelos — o Le Baron e o Magnum, de respectivamente 269 000 e 279 000 cruzeiros —, a empresa estaria, desse modo, concentrando esforços dentro da única faixa de consumidores que parece ter-lhe restado. Ou seja, aquele segmento restrito que corresponde a apenas 2% do setor e onde a concorrência das demais indústrias montadoras — quase todas empenhadas em vencer a corrida dos carros pequenos e médios — não se faz sentir com tanta intensidade.

Pelo menos, essa é a explicação mais imediata para os dois novos modelos incluídos no lançamento da linha 79 da Chrysler do Brasil, realizado no Rio na última quinta-feira. Muitos especialistas chegaram a pensar que o Le Baron e o Magnum fossem simplesmente uma resposta da Chrysler às notícias da venda de sua filial brasileira à Volkswagem AG. Mas essa versão foi sumariamente desmentida pelo presidente da Chrysler brasileira, Donald Dancey. Segundo ele, o desenvolvimento de novos estilos consome pelo menos dois anos de pesquisa. O que, se dissocia os rumores veiculados este ano dos estudos iniciados em 1976, constitui mais uma prova de que a decisão de investir no mercado de carros grandes foi bastante estimulada pela crise do petróleo que atingiu gravemente a empresa.

PISTA LIVRE — O Magnum e o Le Baron possuem as mesmas características mecânicas do Charger RT. O Magnum é um duas-portas cujos requintes — teto de vinil, rodas raiadas, ar condicionado, vidros *ray-ban* e antena elétrica — não são suficientes para equipará-lo ao Le Baron. Este se dirige fundamentalmente a uma faixa de "pista quase livre" — de acordo com técnicos do setor automobilístico, que apontam um único concorrente nesse nível: o tradicional Galaxie da Ford.

AMICCUCI GALLO

Le Baron: requinte para um mercado de elite

Americana sensível, fiel e desembaraçada procura gravadores para sério compromisso.

O que é uma fita de qualidade.

Uma boa fita tem que ter duas qualidades básicas: mecânicas e eletroacústicas.

Qualidade mecânica é a facilidade com que a fita desliza suavemente, sem risco de prender, emperrar ou embaraçar. É o que, em inglês, se chama "jamproof mechanics" ou seja, mecânica à prova de embaraçamento.

Graças às qualidades eletroacústicas, uma boa fita recebe todos os sons (sinais) que lhe são introduzidos na gravação (Recording), e os reproduz (Playback) com absoluta fidelidade sem qualquer perda e com o mínimo de distorção.

Resposta de freqüência.

A diferença entre o que se grava e o que se reproduz, em toda a gama de freqüência, é designada pelos técnicos de áudio como "Resposta de Freqüência".

Essa variação é registrada em gráficos que se chamam "Curvas de Resposta de Freqüência". Quanto menor a variação – como acontece com as fitas Ampex – maior é a fidelidade, isto é, a capacidade da fita de reproduzir precisamente o que foi gravado.

Além disso, a superfície super-brilhante das fitas Ampex permite um contato mais perfeito com as cabeças do gravador, mantendo, assim, uma contínua fidelidade sonora.

Isso tudo significa que as fitas Ampex reproduzem o que foi gravado, sem tirar nem pôr.

Mas, com uma fita Ampex, você não precisa ser um técnico para perceber a qualidade da gravação: ela é audível mesmo a um leigo. Porque a qualidade Ampex é superior à de qualquer outra fita produzida no Brasil.

A sensibilidade de uma boa fita.

Com uma fita comum, você é obrigado a gravar com volume (ganho) exagerado – ficando sujeito a distorções – para que, na reprodução em volume normal, o chiado (tape hiss) e os ruídos de fundo sejam mascarados.

A gravação numa fita de alta sensibilidade, como a Ampex, pode ser feita com menor volume e a reprodução normal é isenta daqueles ruídos indesejáveis.

Alta qualidade a preço razoável.

Na proxima vez que entrar numa loja de som, você vai ouvir uma boa notícia: chegaram as fitas cassette Ampex.

Elas foram criadas pela empresa de maior experiência no mundo em gravadores e fitas profissionais. Essa mesma tecnologia você encontra nas fitas cassette Ampex, para você gravar em sua casa.

A qualidade dessas fitas é continuamente controlada pelos laboratórios da Ampex Corporation, nos EUA. E nem por isso você paga mais.

Portanto, Ampex só exige de você uma coisa: um compromisso com a qualidade.

AMPEX

A marca da fita profissional.

Fabricada e distribuída por
APG ELETRÔNICA S.A.
Rua Funchal, 314 - São Paulo

Caio

Nos seus demais modelos — Dart, Charger RT e Polara —, sintomaticamente, a Chrysler conteve qualquer arroubo de inovação mais arrojado. Não promoveu nenhuma alteração substantiva nas características mecânicas, modificando apenas a suspensão para permitir o uso de pneus radiais. De resto, todas as alterações se concentraram na carroçaria. E os assessores da empresa confirmavam, para quem quisesse ouvir, que o principal objetivo agora é transformar os seus novos modelos numa opção para aquela elite de consumidores que, no passado, comprava carro importado. •

SALVADOR

Drama urbano

O crescimento mal planejado e suas conseqüências

Nos últimos anos, a Bahia passou a conviver com as vantagens e os inconvenientes da industrialização. Obras como o centro industrial de Aratu ou o complexo petroquímico de Camaçari elevaram acentuadamente sua população (só a de Salvador cresceu a uma taxa anual de 4,37% entre 1970 e 1974), a renda interna e os desníveis salariais. A atividade industrial acabou se sobrepondo à turística, sem que houvesse qualquer modernização no aparelhamento urbano e de abastecimento. Como conseqüência, Salvador pode ostentar, hoje em dia, o título de um dos três custos de vida mais altos entre as capitais brasileiras — ao lado de Belo Horizonte e Recife. Na semana passada, por exemplo, o Centro de Planejamento da Bahia (Ceplab), órgão da Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia do Estado, divulgou os índices de preços ao consumidor do mês de julho, revelando um crescimento de 5,2% no custo de vida — só inferior ao Recife.

Tais indicadores começam por assustar os próprios planejadores. "Esses índices refletem um prejuízo enorme à população de baixa renda, que despende a maior parte de seus rendimentos com alimentação", afirma Raimundo Moreira, secretário geral da Ceplab. "Enquanto nos últimos doze meses os itens de produtos não alimentares e serviços se elevaram 50%, os produtos de abastecimento aumentaram 78%."

Para agravar o quadro, a renda em Salvador também é bastante concentrada. "Apenas 6% das 240 547 famílias da cidade se apropriam de 41% da renda pessoal", revela José Pirajá Pinheiro Filho, economista responsável pelos aspectos econômico-sociais do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Plandurb), em fase final de implantação.

ALUGUÉIS ALTOS — No outro extremo — o das famílias de baixa renda —, a variação dos indicadores de saúde infantil aponta o acréscimo de doenças infecto-contagiosas e de mortalidade infantil — entre 1974 e 1976 o percentual de óbitos de menores de um ano registrou acréscimo de 14,2%. Além disso, o Plandurb constatou que em 1976 a renda interna da cidade foi de cerca de 11,8 bilhões de cruzeiros, enquanto a renda pessoal foi de 9,5 milhões de cruzeiros — a diferença corresponde à evasão de renda, por conta dos assalariados que vieram de fora.

Estes últimos, geralmente técnicos de alto nível — somente no complexo petroquímico existem mais de 6 700 funcionários —, passaram a disputar as moradias existentes, provocando um grave aumento nas faixas de aluguel. Do primeiro trimestre de 1976 ao primeiro trimestre de 1977 esse aumento ▶

Boa hora para lembrar que um seguro de vida em grup
custa bem menos do que você pensa.

Bem menos do que uma garrafa daquele whisky que você gosta de saborear no fim do expediente, com os amigos.
Chame o seu corretor. Lembre-se que, se você faltar, os problemas para a sua família não v
em doses. E vão custar muito, muito mais que uma garrafa de whisky.

VERA CRUZ
O seguro seguro

foi de 61,8%, e hoje em dia o valor médio do aluguel em Salvador é de 4 759 cruzeiros — o maior entre as capitais brasileiras. Ao lado do aumento da demanda por habitações, a situação se agravou mais em razão do pouco incremento dado às construções. Nos últimos doze meses, por exemplo, das 3 000 construções previstas para a cidade, só foram realizadas 1 500 unidades, pela razão óbvia da falta de financiamentos. •

SIMILARIDADE

Fim da briga

Importações da Nuclebrás são assunto do CDI

KEIJU KOBAYASHI

Calmon De Sá: "É só experiência"

CHICO NELSON

Simonsen: "mais que aceitável"

A disputa iniciada há algumas semanas entre o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), ligado ao Ministério da Indústria e do Comércio, e a Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil, sobre a competência para análise dos pedidos de importação de equipamentos para a Nuclebrás, parecia definitivamente encerrada no final da semana passada. O secretário geral do CDI, Guilherme Hatab, atribuía a polêmica ainda existente a "fofocas", porque, segundo ele, "o presidente da República delegou ao Conselho o exame de similaridade desses equipamentos no Decreto-lei 1 630 e não há mais o que discutir". De acordo com o decreto-lei, publicado no Diário Oficial da União a 1.º de julho último, "a Nuclebrás encaminhará ao CDI o respectivo projeto ou a relação dos bens a serem importados, que serão examinados pelo Grupo Setorial 1 — Indústrias de Bens de Capital — do CDI, respeitadas as normas de apuração de similaridade".

Mas esse era justamente o ponto de discordância. Segundo o diretor da Cacex, Benedito Fonseca Moreira, quem cuida das "normas de apuração de si- ➧

Fique do lado da lei. Fique com IOB.

Nos últimos 10 anos, IOB revolucionou o mercado de publicações jurídicas. Nosso começo: o Boletim IOB, o mais bem cuidado do país, que orienta a aplicação prática da legislação empresarial. Hoje IOB é um complexo de serviços indispensável a todo homem de empresa. Serviços como o Diário Legislativo IOB, o mais rápido órgão de divulgação da nossa legislação empresarial. Como os Guias IOB de Imposto de Renda e ICM/IPI, que sistematizam tudo o que se refere a cada imposto dessas áreas. Como os Cursos IOB, sempre com matérias do interesse direto do empresário. Como o Plantão Informativo IOB, um serviço permanente de consultas à sua disposição 24 horas por dia. Há mais: as livrarias IOB, uma autêntica biblioteca especializada para o homem de empresa, com uma linha exclusiva de impressos especiais nas áreas de legislação fiscal e trabalhista. Tudo isso é IOB - uma organização pioneira, dinâmica, renovadora. Uma organização que está sempre ao seu lado, sempre ao lado da lei.

Favor enviar maiores informações sobre o complexo de serviços IOB.

Nome ....

Empresa ....

Cargo ....

Endereço ....

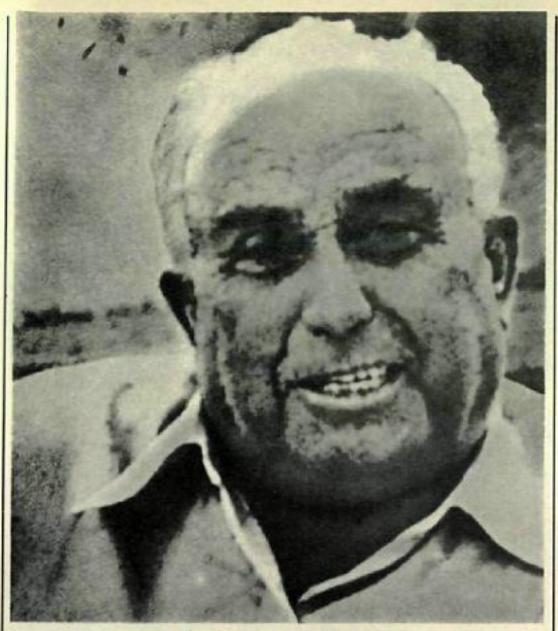
Cidade .... Estado ....

04004 - Av. Bernardino de Campos, 352
(Paraíso) São Paulo - SP

IOB
informações objetivas
por você, com a lei

milaridade" é o seu setor, que recebeu do Conselho de Política Aduaneira a incumbência de examinar a existência ou não de similar nacional e os respectivos pedidos de isenção de impostos para importar. Para o CDI, no entanto, essas "normas" representam apenas a avaliação das possibilidades de fornecimento das máquinas e equipamentos em questão pela indústria nacional, considerando-se os fatores preço, prazo e qualidade. Para colocar um ponto final na controvérsia, o Conselho aprovou a formação, duas semanas atrás, de um subgrupo especial para o caso Nuclebrás, dentro do Grupo Setorial 1.

QUESTÃO DE TEMPO — A medida desagradou o diretor da Cacex — embora, se dependesse de sua preferência, como disse aos jornalistas na ocasião, ele gostaria mesmo de se ver livre da atribuição. Afinal, revelou, os exames de similaridade tomam um terço do trabalho da Cacex e impedem, desse modo, que esta se dedique mais intensamente às exportações. Moreira, ao que parece, não aproveitou a chance política de livrar seu órgão do encargo. De qualquer maneira, isso seria apenas questão de tempo. O secretário geral do CDI explicou a VEJA na última sexta-feira que, do ponto de vista de execução da política industrial, o exame de similaridade já deveria estar sendo feito dentro do CDI há muito tempo. Pois, se compete ao Conselho fixar os índices de nacionalização dos produtos, "dizer se um produto é nacional ou não deveria ser atribuição nossa". Além do mais, o CDI disporia de informações dos ministérios e dos bancos Central e do Brasil e, ainda, do BNDE, mais as de representantes dos órgãos de classe, enquanto a Cacex se valeria apenas desses últimos.

O próprio ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, ainda na quinta-feira passada, informou que existe realmente no governo a idéia de passar para o âmbito do CDI a análise dos pedidos de importação sob o ponto de vista da similaridade. "É mais do que aceitável", disse ele. O único problema é de ordem prática. O Conselho não possui, no momento, uma equipe de técnicos qualificados para a tarefa. Opinião compartilhada, de resto, pelo ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, para quem falta ao CDI apenas a estrutura indispensável. O caso da Nuclebrás constituirá uma experiência, esclareceu Calmon de Sá, e a transferência definitiva será assunto do próximo governo. •

Ludovico di Raimo, italiano, conta uma história de amor e terra.

Meu nome é Ludovico di Raimo.
Só de Brasil, já tenho 64 anos.
Quando chegamos aqui, no início, tudo o que tínhamos era um pedacinho de terra, e muito trabalho para ser feito.
Terra boa. Terra forte.
Com meu pai plantamos cada palmo de chão com arroz, feijão e milho.
Era bom sentir o cheiro da terra molhada, ver crescer a plantação e depois colher a safra.
Também fui à escola.
Mais aprendia, mais gostava de ser parte deste mundo novo.
Depois vieram os meus filhos, e os filhos dos meus filhos, tudo nascido aqui.
Hoje sou tão brasileiro como eles.
Porque sou um pedaço desta terra que, com todo orgulho, trabalhei e vi crescer.

Como Ludovico di Raimo, a Shell tem 64 anos de Brasil. E se fosse contar sua história, não seria muito diferente.

INVESTIMENTOS

COTAÇÕES

Ações mais negociadas no Rio e São Paulo

Ação	Sexta-feira 8/9/78 Preço	Sexta-feira 8/9/78 P/L	Sexta-feira 15/9/78 Preço	Sexta-feira 15/9/78 P/L	Variação na semana %	Indicador
Acesita - op	0,98	12,5	0,96	12,0	− 2,0	SP
Aços Villares - pp	1,78	4,3	1,75	5,0	− 1,7	SP
Alpargatas - op	3,00	4,6	2,81	4,3	− 6,3	SP
Alpargatas - pp	2,80	4,3	2,68	4,1	− 4,3	SP
Anderson Clayton - op	2,10	4,3	2,24	4,6	+ 6,7	SP
Arno - pp	3,65	7,1	3,66	7,2	+ 0,3	SP
Bco. Brasil - on	1,62	3,0	1,58	2,9	− 2,5	RJ
Bco. Brasil - pp	1,86	3,4	1,82	3,4	− 2,1	RJ
Bco. Est. S. Paulo - on	1,40	2,5	1,40	2,6	—	SP
Bco. Est. S. Paulo - pp	1,60	2,8	1,64	2,9	+ 2,5	SP
Bco. Itaú - pp	—	—	—	—	—	SP
Bco. Nordeste - on	1,23	1,4	1,23	1,4	—	RJ
Bco. Nordeste - pp	—	—	1,45	1,7	—	RJ
Bco. Noroeste SP - pp	2,65	3,1	2,60	6,1	− 1,9	SP
Belgo - op	1,20	3,4	1,14	3,2	− 5,0	SP
Benzenex - pp	—	—	—	—	—	SP
Bradesco - on	2,00	3,8	2,07	3,9	+ 3,5	SP
Bradesco - pn	1,90	3,6	1,95	3,7	+ 2,6	SP
Bradesco Inv. - pn	1,65	2,3	1,72	2,4	+ 4,2	SP
Brasimet - op	1,09	—	1,00	—	− 8,2	SP
Brasmotor - op	—	—	—	—	—	SP
Brahma - op	2,07	5,4	2,06	5,4	− 0,5	RJ
Brahma - pp	2,13	5,6	2,11	5,5	− 0,9	RJ
Cacique - pp	2,90	4,0	2,85	3,9	− 1,7	SP
Casa Anglo - op	—	—	3,61	6,7	—	SP
Casa Anglo - pp	—	—	3,32	6,1	—	SP
Cemig - pp	0,66	—	0,65	—	− 1,5	SP
CESP - pp	0,72	6,0	0,74	6,2	+ 2,8	SP
Cica - pp	1,45	2,3	—	—	—	SP
Cimento Itaú - pp	3,36	8,4	3,01	7,5	−10,4	SP
Cobrasma - pp	2,11	9,6	2,13	9,7	+ 0,9	SP
Consul - ppB	—	—	—	—	—	SP
Copas - pp	1,04	—	1,02	—	− 1,9	SP
Docas - op	—	—	1,50	2,7	—	SP
Duratex - pp	1,45	3,6	1,45	3,6	—	SP
Eluma - pp	1,46	3,0	1,38	2,8	− 5,5	SP
Ericsson - op	1,19	4,2	1,24	4,4	+ 4,2	SP
Eternit - op	—	—	—	—	—	SP
Estrela - pp	3,91	7,1	4,00	7,3	+ 2,3	SP
FNV - ppA	—	—	1,88	2,7	—	SP
Ferr. Lam. Brasil - pp	1,20	—	1,20	—	—	SP
Fin. Bradesco - pn	1,40	2,4	1,42	2,4	+ 1,4	SP
Ford - op	—	—	—	—	—	SP
Fundição Tupy - op	0,93	2,9	0,92	2,9	− 1,1	SP
Fundição Tupy - pp	1,12	3,5	1,14	3,6	+ 1,8	SP
Heleno Fonseca - op	0,68	2,9	0,70	3,0	+ 2,9	SP
IAP - op	—	—	—	—	—	SP
Ind. Hering - ppA	1,18	—	1,08	—	− 8,5	SP
Ind. Villares - pp	2,10	4,6	2,02	4,4	− 3,8	SP
LTB - op	—	—	—	—	—	RJ
Light - op	0,80	7,3	0,82	7,4	+ 2,5	RJ
L. Americanas - op	3,60	—	3,60	—	—	SP
Magnesita - op	0,95	—	—	—	—	SP
Manah - op	—	—	2,08	—	—	SP
Mangels Indl. - op	1,26	7,9	1,22	7,6	− 3,2	SP
Mesbla - pp	3,48	4,8	—	—	—	SP
Metal Leve - pp	3,25	7,9	3,25	7,9	—	SP
Moinho Santista - op	1,42	—	1,41	—	− 0,7	SP
Paul. F. e Luz - op	0,82	4,5	—	—	—	SP
Pet. Ipiranga - pp	—	—	—	—	—	SP
Petrobrás - on	1,85	4,5	1,78	4,3	− 3,8	RJ
Petrobrás - pp	2,42	3,9	2,35	3,8	− 2,9	RJ
Pirelli - op	1,55	4,7	1,64	4,7	− 0,6	SP
Pirelli - pp	1,39	4,2	1,37	4,1	− 1,4	SP
Real - pn	0,80	1,4	0,78	1,4	− 2,5	SP
Samitri - op	0,83	—	0,82	—	− 1,2	RJ
Sharp - pp	2,90	6,6	2,86	6,5	− 1,4	SP
Servix - op	0,64	1,9	0,65	2,0	+ 1,6	SP
Sid. Aconorte - ppA	0,76	2,8	0,77	2,8	+ 1,3	SP
Sid. Guaíra - pp	0,85	—	0,80	—	− 5,9	SP
Sid. Mannesmann - op	2,04	—	1,98	—	− 2,9	RJ
Sid. Nacional - ppB	—	—	—	—	—	SP
Sid. Rio-grandense - op	—	—	0,85	2,6	—	SP
Sid. Rio-grandense - pp	1,12	3,5	—	—	—	SP
Souza Cruz - op	2,81	7,0	2,80	7,0	− 0,3	SP
Telerj - on	0,18	6,0	0,17	5,7	− 5,5	RJ
Telerj - pn	0,49	16,3	0,49	16,3	—	RJ
Transparanã - pp	0,92	1,8	0,93	1,8	+ 1,1	SP
Vale - pp	1,23	4,9	1,18	4,7	− 4,1	SP
Varig - pp	1,39	3,1	1,40	3,2	+ 0,7	SP
White Martins - op	3,21	—	3,43	—	+ 6,9	RJ

on — ordinária nominativa; op — ordinária ao portador;
pn — preferencial nominativa; pp — preferencial ao portador.
P/L em relação ao lucro por ação sobre o capital médio.
Fonte de uma parte dos dados: Bolsas do Rio e São Paulo.

A SEMANA / OPEN MARKET

Oscilação das cotações entre 8/9 e 15/9

Maiores altas da semana	%
White Martins — op	6,9
Anderson Clayton — op	6,7
Bradesco Inv. — pn	4,2
Ericsson — op	4,2
Bradesco — on	3,5

Maiores baixas da semana	%
Cimento Itaú — pp	10,4
Ind. Hering — ppA	8,5
Brasimet — op	8,2
Alpargatas — op	6,3
Sid. Guaíra — pp	5,9

Dia	Índice Bovespa	Variação %	Volume (milhões Cr$)
11	4,056	ESTÁVEL	59,5
12	4,036	− 0,4	82,7
13	4,015	− 0,5	88,8
14	3,983	− 0,7	81,3
15	3,979	− 0,1	98,9
8/15	− 77	− 1,9	411,2

Dia	Índice BV Rio	Variação %	Volume (milhões Cr$)
11	5,846	+ 0,2	88,1
12	5,842	− 0,1	91,0
13	5,793	− 0,8	127,6
14	5,762	− 0,5	104,1
15	5,719	− 0,7	77,9
8/15	−117	− 2,0	488,7

A maior taxa do ano

Nos últimos doze meses, o índice geral de preços, no conceito de disponibilidade interna, acumulou 40,2%. Pelo calendário gregoriano, de janeiro a agosto, a inflação já atingiu 28%. Curiosamente, na quinta-feira passada, o custo do dinheiro no *overnight* (financiamento por um dia) chegou a 11% ao mês — o mais alto do ano. Isso indicaria severa contenção dos meios de pagamento e do crédito — fatores normalmente incompatíveis com a elevação exagerada do nível de preços. Entretanto, para técnicos do *open market*, não há motivo para perplexidade, pois o custo das operações no *overnight* é um indicador de curtíssimo prazo.

Assim, os recordes das taxas de juro refletiram apenas um aperto momentâneo na liquidez do mercado financeiro. Deu-se, por exemplo, o recolhimento de tributos ao Banco do Brasil, que representou uma sangria de 7 bilhões de cruzeiros. Simultaneamente, alguns bancos tiveram que recompor suas posições de depósito compulsório. A liquidez, portanto, não se explica pela contenção dos meios de pagamento. Ao contrário, pelo terceiro ano consecutivo, após fixar uma meta inicial de 25%, o governo aproxima-se do final do ano com poucas possibilidades de impedir uma expansão dos haveres monetários da ordem de 40%. De agosto a agosto, o crescimento foi de 40,94%, quadro que dificilmente se alterará até dezembro, em face de obrigações tradicionais — como pagamento das obras públicas e do 13.º salário.

Os técnicos do mercado financeiro garantem que, "sem o *open*, a expansão seria muito maior". Para eles, a origem do mal é estrutural. "O Banco Central enxuga os meios de pagamento e deposita então no Banco do Brasil, que amplia seus créditos", explicam eles. ●

AUTOMOBILISMO

Fogo em Monza

Adianta saber quem matou Ronnie Peterson?

Na véspera da corrida, Gianni Restelli, diretor do Grande Prêmio da Itália de Fórmula 1 no circuito de Monza, chegou a pedir: "Se eu errar, não me crucifiquem". Nos dias seguintes, o que Restelli, obscuro dirigente do Automóvel Clube Italiano, imaginava como seu momento de glória transformou-se num pesadelo. Ele foi apontado como o grande responsável por um dos maiores desastres do automobilismo e corre o risco agora de responder processo por homicídio culposo. Além disso, contribuiu para apagar qualquer manifestação de alegria pelo título de campeão da temporada, conseguido na mesma tarde por Mario Andretti.

Restelli deu a partida quando apenas os carros das primeiras filas estavam parados, após a volta de reconhecimento — enquanto os de trás chegavam ainda em movimento. Com os motores rosnando entre 10 500 e 11 500 rotações por minuto, os nervosos corcéis mecânicos com seus 850 quilos levaram 8 segundos e 150 metros para ir de zero a 200 quilômetros por hora. Sem a necessidade de vencer a inércia, os carros das últimas filas lançaram-se para a frente com muito mais ímpeto. Duzentos metros adiante da largada, a onda de bólidos lutando emparelhada nos 22 metros de largura da pista encontrou o início de afunilamento do circuito que tem, dali em diante, 11 metros apenas.

TIRO DE CHUMBO — Dez carros pipocaram em choques diversos e um, a Lotus do sueco Ronnie Peterson, explodiu em chamas. Ele e o piloto italiano Vittorio Brambilla foram transportados inconscientes para o hospital de Nigarda, em Milão. Peterson morreu na madrugada de segunda-feira, vítima de embolia pulmonar e crise renal provocadas pela grande quantidade de gordura no sangue liberada pelas oito fraturas que sofrera nas pernas. Brambilla, de 39 anos, com fratura do crânio e suspeita de lesões cerebrais permanecia hospitalizado no fim da semana.

Como sempre acontece em tais ocasiões, o fogo de acusação dos pilotos abriu-se como um tiro de chumbo. Além do desastrado Restelli sobrou carga para os pilotos Ricardo Patrese e Jody Scheckter por manobras perigosas; para os médicos que operaram Peterson, por eventual imperícia; e para o presidente da Associação de Construtores de Fórmula 1, Bernie Ecclestone, por autorizar a corrida em Monza. Na sexta-feira, Peterson foi enterrado em Orebro, sua cidade natal.

O arrebatado sueco voador

Para a maioria dos fãs, ele era um dos últimos românticos de uma profissão em que a eficiência da máquina e da matemática há tempos ultrapassou a simples perícia e coragem dos pilotos. "Eu sempre soube que tinha um destino

RADIOFOTOS AP

Peterson foi retirado ainda com vida

a cumprir", costumava afirmar o sueco Bengt Ronnie Peterson: "E esse destino é tornar-me o homem mais veloz do meu tempo".

Antes de morrer em Monza, onde já havia conquistado antes três vitórias, ele sofrera nada menos de trinta acidentes, três particularmente sérios. O pior ocorrera em 1969, numa prova de Fórmula 3, no circuito francês de Monthlery, após o que ficou vários meses sem poder correr. Apesar dessas dramáticas lições, e da experiência de 123 grandes prêmios até o dia de sua morte (só inferior aos 176 de Graham Hill e aos 126 de Jack Brabham), aos 34 anos ele mantinha o estilo arrebatado com que estreara com um sétimo lugar na Fórmula 1 no Grande Prêmio de Mônaco de 1970. Nos oito anos seguintes, Peterson foi o "Sueco Voador", considerado o piloto mais veloz do mundo desde que tivesse um bom carro nas mãos.

FALTA DO PERIGO — Filho de um padeiro de Orebro, uma cidadezinha a 200 quilômetros de Estocolmo, Peterson começou a carreira ali mesmo, em provas de motocross e, depois, por imposição do pai, em kart. Em 1963, aos 19 anos, ganharia o campeonato nacional. Seria o primeiro de uma série de bons resultados e poucos títulos, que incluiriam nos quinze anos seguintes mais quatro campeonatos nacionais e um europeu de kart, um campeonato nacional e um europeu de F 3, um europeu de F 2 e um vice mundial de F 1, em 1971, correndo pela March.

Seu gosto pela velocidade às vezes se transformava nas pistas em manobras audaciosas demais para o gosto de seus adversários e para a tranqüilidade de Barbra, sua antes fiel acompanhante, que ultimamente preferia ficar em casa, na Inglaterra, com a filha do casal, Nina, de 3 anos.

CARRO VELHO — Peterson sabia correr mas lhe faltava a aptidão mecânica para detectar os desajustes milimétricos que roubam frações de segundos ao desempenho das poderosas e sensíveis máquinas da Fórmula 1. E essa é a diferença entre os campeões e os pilotos apenas empolgantes; por isso, apesar de participar de tantas corridas na F 1, ele não venceu mais que dez.

No fim do ano passado, para correr na Lotus, como segundo piloto, ele teve de levar um patrocínio de 50 000 libras, quase 1,8 milhão de cruzeiros, além de fornecer seis motores à equipe. Em troca, concordou em receber apenas os prêmios das corridas, sem salá-

Peterson em Monza: a última reta

rios nem luvas. Mas, com um carro acertado por Mario Andretti, o sueco mostrou que ainda podia ser o mais rápido. Mostrou também que havia aprendido a correr em equipe. Em 1973, também na Lotus, ele tirou a chance de Emerson Fittipaldi, o outro piloto da Lotus e seu amigo pessoal, tentar a disputa do bicampeonato. O brasileiro precisava dos pontos da vitória no Grande Prêmio de Monza para continuar na luta com Jackie Stewart, mas foi derrotado por Peterson. Este ano, apesar de vencer dois grandes prêmios (África do Sul e Áustria), Peterson passou o resto do campeonato correndo no vácuo de Andretti.

Seu esforço contudo já lhe rendera um contrato para correr pela McLaren no ano que vem, recebendo o equivalente a 10 milhões de cruzeiros pela temporada. Mas, durante os treinos de classificação em Monza, seu carro quebrou. Ele não recebeu o carro reserva, que tinha os pedais preparados para o 1,69 metro de altura de Andretti. Em vez disso, Peterson, de 1,82 de altura, ficou com um outro carro da equipe, velho e fora de uso — que, não se sabe ainda por que, explodiu.

O auge de um campeão feroz

Na abertura do Campeonato Mundial de Fórmula 1 de 1977, no Grande Prêmio da Argentina, o ítalo-americano Mario Gabrielle Andretti acidentalmente detonou o extintor de incêndio de seu carro e toda a frente da máquina foi pelos ares. Depois, seu carro pegou fogo no Brasil e sofreu problemas mecânicos na África do Sul. Mas a fé do ▸

pequeno e elétrico Andretti em si próprio e na máquina jamais diminuiu. De fato, depois de acertar a Lotus no ano passado, ele ganhou cinco grandes prêmios este ano (Argentina, Bélgica, Espanha, França e Alemanha) e garantiu o título mundial em Monza, apesar de marcar apenas 1 ponto com um sexto lugar e de faltar ainda as provas do Canadá e dos Estados Unidos para completar o campeonato. Assim, aos 38 anos, Andretti chegou ao ponto máximo de uma longa carreira.

Ele nasceu em Montona, na Itália, mas começou a correr nos Estados Unidos. Aos 25 anos, Andretti se converteu no mais jovem piloto a vencer o título nacional e, quatro anos depois, ganhou as temíveis 500 Milhas de Indianápolis.

ÉTICA DE FURACÃO — Nos Estados Unidos ele pilotou em todas as categorias, dos pequenos carros *midget* aos vigorosos Grupo 7 Can-An e das provas de velocidade às de resistência. Na F 1 venceu doze grandes prêmios em 79 corridas desde que estreou na categoria, em 1968. Poderiam ser mais. A questão é que só a partir de 1975 Andretti participou de temporadas completas na F 1 — extremamente independente, ele sempre preferiu correr onde não tivesse de se submeter às exigências dos donos das equipes. Para competir pela Lotus, ele obrigou o genial e autoritário Chapman a lhe prometer que seria sempre o primeiro piloto da equipe.

FILOSOFIA — Andretti não chega a ser exatamente um cavalheiro nas pistas. Os experts afirmam que ele é o mais rápido piloto de todos os tempos na largada. Se isso não é problema para os adversários na F 1, quando ele larga na primeira fila, passa a ser um tormento se ele sai de trás. Nessas ocasiões, Andretti literalmente empurra os carros de pilotos mais cautelosos para os lados e ele invariavelmente conquista alguns postos no início das provas. O novo campeão mundial é casado, tem três filhos adolescentes, duas casas, vários automóveis e uma renda anual de 1 milhão de dólares, incluindo o que ganha nas corridas. E uma espécie de curtida filosofia sobre as tragédias do automobilismo.

Na segunda-feira de manhã, ao chegar ao hospital de Nigarda para visitar Peterson, soube de sua morte antes de descer de seu Rolls-Royce. Abaixou os vidros e disse apenas: "Era um verdadeiro amigo. Que mais vocês querem que eu diga? As corridas são assim mesmo". •

PUGILISMO

É Ali, o rei

Campeão pela terceira vez. Será um "happy end"?

Agora Ali lança uma direita/ Que movimento bonito/ E o golpe atira Spinks para o alto/ Spinks continua subindo/ Mas o juiz franze o senho/ Porque não pode começar a contar até que Spinks caia de volta/ Agora Spinks desaparece, desaparece de vista/ O público enlouquece/ Mas nossas estações de radar conseguem localizá-lo/ Está em alguma parte do Atlântico/ Quem poderia sonhar, vendo a luta/ Que seria testemunha do lançamento de um satélite negro? (Declamado por Muhammad Ali antes da luta de sexta-feira)

Ali: "o primeiro satélite negro"

Afinal, Leon Spinks, o lutador desdentado que em fevereiro derrotara Ali em Las Vegas e em sua oitava luta profissional assombrara o mundo ganhando a coroa mundial dos pesos pesados não foi atirado aos céus. Nem sequer chegou a cair no ringue.

Durante quinze assaltos, nos 20 metros quadrados do Super Dome de Nova Orleans, para um público de 80 000 espectadores e uma cadeia de televisão enviando imagem direta para 31 países, Spinks tentou em desespero manter o título, com coragem e resistência. Seria muito pouco para superar a estupenda forma e inigualável experiência de Ali.

Desta vez, Ali subiu ao ringue disposto a lutar mais sério do que em qualquer outra fase de sua carreira — e só se concedeu uma ligeira brincadeira no início do último assalto, farejando já a vitória. Como havia prometido, Ali se preparou cuidadosamente para o que prometeu seria sua luta de despedida (talvez não seja, agora que ganhou): em três meses fez quase 250 *rounds* de luvas, duas horas diárias de *footing*, uma hora e meia de exercícios, halterofilismo e deixou que os *sparrings* castigassem duramente seu corpo.

REPERTÓRIO — Os que temiam um humilhado final para sua formidável carreira assistiram à sua ressurreição. Seus golpes sem dúvida já não têm a potência demolidora de antes. Mas Ali não cometeu os erros da luta anterior. Em vez de ficar nas cordas, passou a lutar girando como um pião em volta do estabanado Spinks. Domou a agressividade do adversário com certeiros cruzados de direita e com freqüentes clinches que fizeram do espaço próximo de seu corpo uma espécie de território inatingível para Spinks (Ali provocou a maioria dos 107 chinches da luta). Perdido, Spinks mais de uma vez esqueceu as aulas recebidas de Joe Frazier — talvez o mais duro adversário de Ali — e levantou o tronco em seu velho estilo olímpico, e em cada uma dessas vezes recebeu imediato castigo.

Mas, afinal, o que poderia fazer o limitado Spinks contra a fenomenal categoria de Muhammad Ali? Spinks, de 25 anos, com apenas nove lutas profissionais, não tem imaginação. Já Ali, aos 36 anos, possui um variadíssimo repertório de golpes, tão artísticos como a seqüência tripla de *hooks* que pincelou no 10.º assalto, um golpe que a maioria dos grandes pugilistas mal consegue articular duas vezes seguidas.

Assim, Ali venceu por pontos e se tornou o primeiro lutador a conquistar o título mundial pela terceira vez. E em lugar do lançamento de um satélite o mundo assistiu à glória da maior estrela da história do pugilismo. •

Se o teu Estado tem um Banco igual ao nosso, ele vai bem. Como o nosso.

Santa Catarina vai bem, obrigado.

Para que tenhas (aqui a gente fala na base do tu) uma ideia, o BESC - Banco do Estado de Santa Catarina - está inaugurando a 100ª agência, no município de Garuva.
De 75 a 78, o BESC quase duplicou seu número de agências.
O volume de depósitos cresceu de Cr$ 401 milhões para quase Cr$ 3 bilhões.
Mas não foram somente estes os milagres de Santa Catarina.
A CODESC - Companhia de Desenvolvimento de Santa Catarina, empresa que planeja, orienta, disciplina e dirige as empresas financeiras do Estado, no mesmo período, investiu mais de Cr$ 12 bilhões.
O BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e o BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - liberaram uma média diária de Cr$ 3,8 milhões em financiamentos.
O PROCAPE - Programa de Capitalização de Empresas, investiu Cr$ 425 milhões, o que gerou milhares de novos empregos.
A BESCREDI (Financeira) firmou 55.735 contratos de financiamentos e 414 operações de financiamento no valor de Cr$ 182 milhões para assistência às Prefeituras.
No setor de habitação, 4.481 novas residências foram financiadas pela Caixa Econômica Estadual.

Vamos bem na agricultura e eletrificação rural

Nossa agricultura recebeu um novo impulso, com os trabalhos realizados por 477 técnicos da ACARESC em nossos 197 municípios. 20.000 produtores rurais receberam assistência financeira aplicamos Cr$ 500 milhões através do sistema de crédito Rural Educativo.
Melhorando a qualidade de vida do homem do campo, dando-lhe melhores condições de trabalho, estendemos 11.000 quilômetros de redes de energia, num dos mais arrojados programas de eletrificação rural. São mais de 60.000 propriedades beneficiadas.

Vamos bem na educação e na Ação Comunitária

Aqui, entendemos que o nosso principal capital é a qualidade da mão-de-obra da gente catarinense; por isso cuidamos bem dela.
No ensino de 1º grau, estamos melhorando a qualidade, recuperando prédios, dando assistência aos estudantes; estamos concluindo 9 Centros Interescolares de Primeiro Grau (CIPs), 17 Escolas Integradas; criamos 166 novas Escolas Básicas. No ensino de 2º Grau, estamos buscando a efetivação do ensino profissionalizante; concluímos e equipamos, em convênio com o PREMEN, 3 Centros Interescolares de Segundo Grau (CIS); criamos mais 51 Colégios e implantamos dezenas de novas habilitações.
Na assistência ao estudante, além da merenda escolar, das bolsas de estudo, distribuímos mais de 8 milhões de livros e cadernos gratuitamente.
No ensino superior, consolidamos a nossa Universidade Estadual, com a conclusão da 1ª etapa do Campus da UDESC, construímos os prédios de 14 Fundações Educacionais, no interior, e estamos implantando o Centro Tecnológico na cidade de Joinville.
Aplicamos mais de Cr$ 124 milhões de recursos repassados pelo FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.
Através do PROECO - Programa de Educação Comunitária, recuperamos 500 prédios da rede pública, construímos 124 quadras polivalentes, 27 novos ginásios cobertos. Um total de 5.360 novas dependências escolares.
A gente que ajuda a formar a gente catarinense tem sido objeto de nossas maiores preocupações. Por isso aprovamos o Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º Graus, trazendo a certeza de uma carreira aos professores. 6.830 mestres e mestras já foram beneficiados; 31.219 receberam treinamento especial.
Através da FUCAT - Fundação Catarinense do Trabalho, cuidamos de treinar e formar profissionais nos três níveis. São milhares de catarinenses que se preparam para o trabalho. E não descuidamos da velhice e da infância. Por isso criamos a FUCABEM - Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor. Isso sem falar na recuperação dos excepcionais, através das APAEs e da Fundação Catarinense de Educação Especial.
Finalmente, a integração Governo-Povo é assegurada pela política de Ação Comunitária que estamos desenvolvendo: 90 Conselhos Comunitários em operação; 19 Centros Sociais Urbanos (CSUs) sendo implantados, com a ajuda do Governo Federal; é gente que se integra no processo de desenvolvimento social.

Vamos bem na Saúde e no Meio-Ambiente

Duas coisas são, para nós, muito importantes: a saúde e o meio em que vivemos.
Por isso, recuperamos e modernizamos a nossa rede hospitalar: são 6 novos e modernos hospitais. Para a execução do projeto de medicina preventiva, criamos 95 novas unidades sanitárias, desenvolvemos intensos programas de vacinação.
Estamos cuidando de nossos rios, de nossas matas e de nossas florestas. O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com 900 km², cerca de 1% do território do Estado, garante, agora, o equilíbrio ecológico do Grande Florianópolis.
Além do projeto de controle da poluição hídrica, da poluição do carvão no sul, criamos a Reserva Biológica do Sassafrás, em Benedito Novo. São 500 milhões de metros quadrados, preservando uma espécie florestal cada vez mais rara. A Reserva do Aguaí, preserva outras importantes espécies florestais e anima em seus 3 milhões de metros quadrados.

Vamos bem no setor dos transportes

Uma das coisas que mais cuidamos é da implantação de uma malha rodoviária capaz de assegurar circulação de nossa gente, de nossos bens e de nossas riquezas.
Em 31.07.78 completamos 1.234 dias do atual govern Nesta data tínhamos construído 814 km. de novas estradas e pavimentado 568 km. Isso significa que, na atual administração, a cada dia e meio construímos 1 km. de estradas e a cada dois dias pavimentamos outro tanto.

Vamos bem na indústria e no comércio

Atualmente, temos cerca de 9.000 empresas q recebem apoio do Sistema CODESC, da Secretaria da Indústria e do Comércio e do PROCAPE - Programa de Apoio à Capitaliza de Empresas. Criamos a COCAR Companhia Catarinense de Armazenamer que está implantando silos e armazéns, al de construir o grande terminal graneleiro São Francisco do Sul, com capacidade estática de 60 mil toneladas.
A CODISC - Companhia de Distritos Industriais, cuida da implantação de novos pol industriais em todas as regiões do Estado.
Em Imbituba, no sul, estamos concluindo a ICC - Indústria Carboquímica Catarinense.

BESC Agência 100

Nara: sustos e êxtases

Eliana: depois de dez anos, um retorno especial a São Paulo

Norma: um "receptáculo de idéias"?

Prepare-se para um susto quem ainda imagina **NARA LEÃO** musa da bossa nova e cantora engajada na música de protesto tipo "Opinião" e "Acender as Velas". Os tempos mudaram bastante e Narinha vem aí de LP novo com uma capa onde aparece de franjinhas cuidadosamente desalinhadas e os lábios numa mordidinha provocante. E, tome susto: o repertório tem nada menos que doze músicas da dupla Roberto e Erasmo Carlos, uma das quais inédita e ainda sem título. Definido pelo produtor Roberto Menescal como "um Waldir Calmon versão 1978", esse LP da Phonogram representa, para Nara, "uma oportunidade de cantar músicas diretas, que falam com simplicidade do cotidiano das pessoas comuns". Erasmo Carlos vai mais longe: para ele, trata-se de um disco "capaz de levar o homem ao êxtase".

Convencidas de que "sem a liberação da mulher nunca haverá igualdade", as atrizes **NORMA BENGELL** e **ÍTALA NANDI** escreveram e estrearão dia 26 a peça "Fico Nua", um autêntico Clube do Bolinha às avessas: todo o visual da peça foi feito também por mulheres. "Isso não quer dizer", diz La Bengell, "que sejamos contra os homens; ocorre que Ítala e eu sempre fomos receptáculos das idéias dos outros e agora chegamos à conclusão de que já era hora de contarmos nossas próprias experiências. E nada como um palco para um bom comício." O espetáculo, que será encenado no Teatro Nacional de Comédia, do Rio de Janeiro, procura — segundo Norma e Ítala — "ganhar uma luta que já foi perdida há 1 000 anos".

Com um repertório que vai de Chico Buarque e Milton Nascimento aos portelenses Picolino, Monarco e Noca, a cantora **ELIANA PITTMAN** inaugura, dia 4 de outubro, o Centro de Convenções Hilton, em São Paulo. O show — "Minha Melhor Melodia" — ficará em cartaz até 21 de janeiro e o texto é da própria Eliana. "Quem entende mais de mim do que eu mesma?", pergunta ela, há dez anos sem se apresentar em São Paulo. "O ponto alto", promete, "será a participação especial do compositor Cartola." Depois da temporada paulista, a cantora anuncia que irá descansar em Grifaldi, na Grécia, onde ganhou um terreno: "Quero ficar lá um ano, construindo minha casa e curtindo a natureza".

Margaux: além das badalações, os maus investimentos

Convencida pela lábia dos corretores, a badalada modelo americana **MARGAUX HEMINGWAY**, neta do escritor Ernest Hemingway, pagou 600 000 cruzeiros de investimento em uma mina de carvão do Estado de Wyoming, na esperança de poder deduzir 3 milhões de cruzeiros do imposto de renda. Acontece que a Comissão de Seguros e Câmbio dos Estados Unidos, órgão federal, determinou que 95% do carvão daquela mina eram de propriedade governamental, de modo que a empresa em que Margaux aplicou seu dinheiro não passava de uma arapuca. Se servir de consolo a Margaux, outros aplicadores foram o falecido cantor Elvis Presley e o presidente da Warner Bros., Frank G. Wells. •

Viñas Del Marquês.
O vinho da Casa Pedro Domecq.
Viñas Del Marqués
VINHO FINO TINTO DE MESA SECO
Pedro Domecq
ESPANHA
Casa fundada em 1730
INDÚSTRIA BRASILEIRA
CABERNET FRAN
Há 3 séculos, surgia na Espanha a Casa Pedro Domecq. Desde então, a qualidade de seus vinhos é cantada em verso e prosa no mundo inteiro, de Shakespeare a Garcia Lorca. Você vai entender isso melhor, num copo de Viñas del Marqués. Cabernet, Branco ou Rosé. Viñas del Marqués é o vinho brasileiro que traz o selo de garantia da Casa Pedro Domecq.
SELO DE GARANTIA DA CASA
Pedro Domecq

Foi só Veja entrevistar Lincoln Gordon para descobrir que a história de 64 tinha sido mal contada.

Em novembro de 1971, VEJA ntrevistava o ex-embaixador nericano no Brasil, Lincoln Gordon. E, pela primeira vez, Gordon admitia que em 1964 um navio americano ficou de sobreaviso, próximo à costa brasileira, para entrar em ação conforme os rumos

que tomasse a revolução em marcha contra o ex-presidente João Goulart.

Em março de 1977, novamente falando com exclusividade para VEJA, Lincoln Gordon informou que antes de 1964 alguns governadores e políticos anti-João Goulart tiveram em mãos dólares à sua disposição. São exemplos do estilo de jornalismo que caracteriza VEJA desde o seu primeiro número. Porque à VEJA interessa a verdade. E que todos saibam dela.

Para isso, VEJA formou uma equipe que tem mais de 100 profissionais, entre redatores, correspondentes, repórteres e fotógrafos, nas principais cidades do Brasil e no exterior. Eles buscam a informação precisa, e a transmitem semanalmente para mais de um milhão de leitores do mais alto nível intelectual e econômico em todo o País.

Leitores que encontram em VEJA a informação lúcida e honesta escrita de maneira ágil e agradável. Leitores que sabem que VEJA está atenta a todos os acontecimentos do momento, e também aos fatos que possam vir a desmentir uma história mal contada.

Quem foi que disse que agosto é o mês do desgosto?

Agosto, que acabou para alívio de muita gente, foi o mês de aniversário da Publivendas.

E gostaríamos de aproveitar a oportunidade para contar o que tem acontecido com a gente de uns tempos para cá. Coisas que não acontecem a qualquer um.

Com o pé direito.

A Publivendas começou o ano como toda agência gostaria de começar.

Em março, a Publivendas ganhou a mais rigorosa concorrência já realizada na Bahia: a do Governo do Estado.

E continuou conquistando clientes novos e novos êxitos para antigos clientes.

Grande aqui e lá fora também.

A Publivendas, de janeiro até agora, é a maior agência baiana em faturamento local. Sua previsão para este ano é da ordem de 80 milhões de cruzeiros. Isso vai fazer com que ela salte, na relação das maiores agências brasileiras, do 52º lugar para o 37º. O que, convenhamos, não é bem um salto: é um vôo.

Serviço completo.

Desde junho deste ano a Publivendas é uma das acionistas da União Brasileira de Agências de Propaganda, formada por nove das maiores agências brasileiras. Isso significa que a Publivendas é a única agência baiana com filiais em oito capitais do País, prestando serviços completos de propaganda, relações públicas, pesquisa de mercado, promoção de vendas e merchandising, em qualquer ponto do Brasil.

Presente de aniversário.

A Publivendas já atendia a alguns dos maiores anunciantes brasileiros (Governo do Estado e Paes Mendonça, por exemplo), e outros que estão conosco há muito tempo, sempre evoluindo no mercado. Mas agora, em agosto, ganhou mais alguns. Verdadeiros presentes de aniversário: Sanave, Braspel, Propar, Derba, Rádio Excelsior. E podem esperar que vem mais.

Qualidade e responsabilidade.

Este ano a Publivendas já fez excelentes campanhas - todo mundo diz. Contribuindo para melhorar ainda mais o nível da propaganda baiana. E algumas dessas campanhas têm uma importância que transcende o âmbito da propaganda. Como a dos cavalos, da Construtora Sol, que reiniciou a "corrida do mercado imobiliário", fazendo muita gente desanimada entrar novamente no páreo.

O horóscopo do futuro.

A performance da Publivendas este ano é, antes de mais nada, uma prova da maturidade do nosso mercado.

Estamos vivendo uma nova era. E a Publivendas tem sido o reflexo desta mudança. Criativa, mas consequente. Sólida, sem deixar de ser inteligente.

Por isso, ela pode dizer que não existe o mês do azar.

Porque propaganda não é uma questão de sorte, mas de talento e de suor.

Agora, se você ainda acredita nesta história de fase boa e fase ruim ou de seus negócios não andam bem, não consulte Madame Beatriz. Consulte a Publivendas.

Quem disse que agosto é o mês do desgosto, já morreu faz muito tempo. Só que esqueceram de avisar.

Uma agência à frente de seu tempo, como há 22 anos atrás.
Rua Banco dos Ingleses, 18 - Campo Grande -
Tels. 245-8255, 245-5434.
Associada à União de Agências

Hmm...Oh, no!

Uma comédia britânica sem nenhum refinamento

Há alguns anos os espectadores paulistas tinham de aguardar pelo menos até a temporada seguinte para poder assistir às peças de grande sucesso comercial no Rio de Janeiro — e vice-versa. Agora, as coisas andam mais depressa. Assim, mal o produtor de "Camas Redondas, Casais Quadrados" (dos ingleses Ray Cooney e John Chapman) percebeu que tinha um êxito retumbante no Rio, tratou de duplicá-lo em São Paulo. Resultado: um campeão de bilheteria em cada praça. O mesmo acontece agora com NO SEX... PLEASE!, de Anthony Marriot e Alistair Foot, que menos de três meses depois de seu lançamento no Teatro Mesbla carioca é trazida pelo empresário J. A. Ayer ao Teatro Maria Della Costa de São Paulo, com a direção original de Flávio Rangel e novo elenco.

"No Sex" em São Paulo: a prova de que mau gosto viaja depressa

PEDRO MARTINELLI

Curiosamente, além de serem comédias inglesas escritas a quatro mãos, ambas baseiam-se no tradicional esquema do *vaudeville*. Nas duas, a ação se passa em um apartamento situado precisamente em cima do estabelecimento comercial onde trabalha o protagonista — no caso de "No Sex...", trata-se da moradia do jovem casal Frances & Peter Miller, instalado sobre a agência bancária da qual ele é subgerente. Cessam aí, entretanto, as afinidades. Enquanto os imaginosos autores de "Camas Redondas" conseguiam diversificar os incidentes, durante os dois atos de "No Sex..." assistimos apenas à repetição cansativa de uma mesma situação.

FILMES ERÓTICOS — De volta da lua-de-mel, "Peter" (Márcio de Luca) tem o desprazer de receber a visita da sogra, "Eleanor" (Etty Fraser), disposta a permanecer alguns dias junto aos recém-casados. Pior: devido a algum mal-entendido, o casal começa a receber em casa volumoso material pornográfico enviado por firma escandinava especializada nesse tipo de serviço. De início, chegam apenas fotos. Aos poucos, vão sendo despejados no apartamento filmes e coleções encadernadas.

Por fim, irrompem em cena duas funcionárias da firma, aparentemente preparadas a fornecer aos clientes todo tipo de satisfação sexual imaginável. A certa altura, uma delas, a exuberante Yara Marques, percorre o palco seminua, brandindo com olhar malicioso um OSNI — objeto sexual não identificado. Como a peça tem coloração azulada e o formato de um cassetete policial, é razoável supor que foi a Censura que deu o voto decisivo quanto ao visual do objeto.

CASCA DE BANANA — A ação da comédia resume-se nas frustradas tentativas do casal em se desfazer de tamanha parafernália erótica. Como ambos sentem-se incapazes de se desincumbir a contento da tarefa, pedem ajuda a "Brian Gale" (Francarlos Reis), outro funcionário do banco. Já em sua primeira intervenção, fica evidente que o ajudante, apesar de demonstrar boa vontade, é um completo desastre. Por que, então, o casal insiste em recorrer a seus préstimos? Ora, muito simples: se não o fizessem, não haveria peça.

A deficiência de "No Sex... Please!" não está no banal ponto de partida, mas no fato de que a dupla de autores se mostra incapaz de enriquecer a trama com o suceder dos episódios. Pelo contrário: a cada cena mais se acentuam a inverossimilhança das situações e o caráter mecânico das graças.

Claro, o espectador ri — como invariavelmente as pessoas vêm rindo desde que pela primeira vez alguém escorregou numa casca de banana e deu com o traseiro no chão. Entre esse tipo de incidente e a genuína criação humorística, porém, a distância é enorme.

HUMOR RASTEIRO — "É uma peça que exige concentração milimétrica nos efeitos, em que a contra-regra é uma das estrelas do espetáculo", salienta o diretor Flávio Rangel. E mais: "Pode-se extrair humor de um simples toque de uma campainha telefônica". Sem dúvida, a contra-regra do espetáculo funciona à perfeição: portas e janelas batem com o devido estrondo, curto-circuitos e labaredas aparecem em cena nem um segundo antes e nem depois do que deveriam. Mas é só, pois entre um e outro efeito técnico, o que se assiste em cena mal ultrapassa os limites de uma constrangedora chanchada.

Seria fácil concluir que a comédia não é o forte do diretor Flávio Rangel, se sua atividade jornalística (antes no *Pasquim* e atualmente na *Folha de S. Paulo*) não revelasse um inequívoco senso de humor. Ao dirigir o elenco, no entanto, Rangel realizou certamente o espetáculo menos satisfatório de sua carreira. Nos papéis centrais, embora possuam tipo físico adequado, Márcio de Luca e Miriam Lins (os recém-casados) parecem inteiramente desprovidos de graça, e mesmo intérpretes dotados de veia cômica como Etty Fraser e Francarlos Reis estão pouco à vontade. A rigor, apenas Chico Martins — precisamente o que menos força os efeitos cômicos — consegue sugerir humor menos rasteiro. "Só depois de oito su-

cessos no Rio me senti credenciado a produzir uma peça em São Paulo", afirmou o produtor J. A. Ayer. Pois sim. Deveria ter esperado pelo menos até o nono. JAIRO ARCO E FLEXA

Esta deu certo

Uma montagem experimental que faz jus ao nome

Teatro Orgânico Aldebarã: eis um nome raro para um grupo de teatro infantil. Mas não é apenas pela denominação que a trupe do Aldebarã, atualmente levando DO OUTRO LADO DO ESPELHO, no Teatro Alfredo Mesquita de São Paulo, ocupa uma posição singular entre seus colegas. Basta observar no material publicitário do grupo como eles explicam o espetáculo com que estrearam em novembro de 1975, "A Cidade dos Artesãos", de Tatiana Belinky: "Contamos a história dos pequenos proprietários (a burguesia nascente) em luta com a nobreza feudal. Mais que isso, demonstramos um processo: dois grupos antagônicos lutando pela condução da História, fazendo a História".

Sem dúvida, trata-se de linguagem desconcertante, quando se pensa na idade do público a que a montagem estava destinada. Dá vontade de perguntar: não seria demais colocar tanto empenho teórico numa peça para crianças? Será que essa gente sabe mesmo o que está fazendo? Sabia muito bem — tanto que "Cidade dos Artesãos", além de arrebatar os prêmios Mambembe, do Serviço Nacional de Teatro, e o Governador do Estado, cativou seu público por mais de ano e meio, até junho de 1977.

FOTOS RUTH TOLEDO

"Do Outro Lado do Espelho": paradoxos, boa música e plasticidade

PARADOXOS — Nesta sua segunda montagem, os integrantes do Aldebarã (dezenove rapazes e moças, a maioria formada em Sociologia e Comunicações, idade média de 24 anos) ousaram ainda mais. Com um investimento de 426 000 cruzeiros — pelo menos o dobro do que habitualmente se gasta em montagens infantis —, adaptaram e encenaram "Do Outro Lado do Espelho" ("Through the Looking-Glass"), de Charles Lutwidge Dodgson, o matemático e lógico inglês que se tornaria mundialmente famoso com o nome de Lewis Carroll. Não satisfeitos com isso, os aldebarinos estão apresentando o espetáculo nos horários de teatro infantil e para adultos (de quarta a sexta-feira, às 21 horas; sábados às 16 e 22 horas; e domingos às 10, 16 e 19 horas). E, embora as perspectivas de retorno de capital sejam remotas (além de ser pouco conhecido, o teatro onde se apresentam não dispõe de telefone), do ponto de vista artístico o resultado é muito bom.

Apesar da celebridade que lhe veio especialmente com "Alice no País das Maravilhas", Lewis Carroll, morto em 1898 aos 65 anos, permaneceu durante boa parte do século XX considerado apenas um autor de despretensiosas histórias infantis. Foi somente a partir das últimas décadas que os estudiosos começaram a mostrar como por trás de seus paradoxos e jogos verbais escondia-se um vertiginoso dilaceramento das convenções sociais.

Os aldebarinos: indicados para todas as idades

SABENDO DAS COISAS — Concebido como um jogo de xadrez, o texto (adaptado por Celuta Machado, Miguel Magno e Ricardo de Almeida) se desenvolve em nove lances, nos quais vemos "Alice" (Silvana Licco) tentando compreender as imprevisíveis leis do "outro lado do espelho" — um mundo onde as pessoas correm o mais possível para ficar no mesmo lugar, gritam de dor antes de cortar o dedo, comem biscoitos secos para matar a sede. Em meio aos prismas espelhados que deslizam em cena e ao embalo das músicas compostas pelos aldebarinos, a viagem de Alice constitui uma deliciosa experiência.

Muitos adultos, depois de assistir às sessões noturnas, comentam com o elenco que talvez as crianças não consigam entender bem o espetáculo. "Estão subestimando a inteligência infantil", afirma Antônio Negrini, um dos quatro responsáveis pela encenação (os outros três: Natália Miranda, Denise Yure, Bia Cassis). De acordo com eles, a resposta infantil vem sendo a melhor possível: "Há crianças que, além de adorar o espetáculo, são capazes de nos explicar perfeitamente por que gostaram". Não é para menos. "Do Outro Lado do Espelho" é uma das poucas montagens experimentais surgidas este ano em São Paulo em que a experiência deu certo. J.A.F.

De todos os heróis do mundo, o único em que seu filho confia para sempre é você.

Imaginação de criança é coisa fantástica. Vive a toda hora criando heróis. Mas de todos eles, o único em que seu filho confia a vida toda é você. O primeiro de todos os heróis. Garanta o futuro de seu filho, abrindo uma Caderneta de Poupança Bradesco para ele. É só depositar um pouquinho todo mês, para mais tarde garantir a realização de seus sonhos. E se você ou seu filho já tem a Caderneta de Poupança Bradesco, automaticamente estão se beneficiando das novas vantagens introduzidas no sistema.

CADERNETA DE POUPANÇA BRADESCO.

GARANTIA DE SEGURANÇA

Agora com mais vantagens e a confiança de sempre.

DOIS FUROS SENSACIONAIS EM QUATRO RODAS: OS NOVÍSSIMOS CORCEL E MAVERICK.

QUATRO RODAS

FÓRMULA 1 ÁUSTRIA E HOLANDA

OS 30 000 KM DA BELINA

TESTES DO OPALA TURBO E DO TOYOTA

SEGREDO
O NOVO MAVERICK

POLUIÇÃO: QUAL É A CULPA DOS CARROS?

TESTE: CORCEL CONTRA CHEVETTE SL

ESPECIAL: ESCOLHA SEU TRAILER

EXTRA
Campings do sul da Bahia e da Serra do Mar

55 PÁGINAS SOBRE CAMPISMO

Muitas opções de trailers e roteiros completos dos belíssimos campings do sul da Bahia e da Serra do Mar para você curtir férias inesquecíveis.

TESTES

Veja como está a Belina II depois de rodar 30 000 km.

Chevette SL e Corcel: qual deles é o melhor?

O desempenho do Opala Turbo e do Toyota Bandeirante.

SERVIÇO

Aprenda a socorrer vítimas de acidentes.

DEBATE

A participação dos carros na poluição.

MAR

Conheça a fantástica casa sub-aquática de um famoso arquiteto.

FÓRMULA 1

Cobertura total dos GPs da Áustria e Holanda.

JÁ NAS BANCAS.

CHICO NELSON

Niemeyer, Darcy Ribeiro, Drummond e Werneck Sodré: reunidos numa primorosa coleção de depoimentos

Literatura

A brancura ilesa

A FORMA NA ARQUITETURA, *de Oscar Niemeyer; 54 páginas; 60 cruzeiros.*

O MARGINAL CLORINDO GATO, *de Carlos Drummond de Andrade; 44 páginas; 120 cruzeiros.*

A VERDADE SOBRE O ISEB, *de Nelson Werneck Sodré; 69 páginas; 120 cruzeiros.*

A UnB: INVENÇÃO E DESCAMINHO, *de Darcy Ribeiro; 139 páginas; 200 cruzeiros. Editora Avenir.*

Aqui e ali em seus escritos, Oscar Niemeyer confessa a sensação da tarefa cumprida, o desinteresse em explicar o que realizou. Diz até que trabalhou demais, "num canto a desenhar, sem sentir o universo que o cerca em todas as suas grandezas e mistérios". Essas frases sinceras e modestas são, felizmente para nós, parcialmente inexatas. Oscar é um insatisfeito nato, um rebelde eterno. Ninguém mais que ele atento ao universo que o cerca e à vida que nele flui. Cansado? Pois, no que poderia ser o sétimo dia do descanso, Oscar vira editor e lança esta preciosa coleção. Depoimentos — pequenos livros humanos, arejados, elegantes e certeiros. Como sua arquitetura.

Essas primeiras quatro plaquetas, lançadas na quarta-feira passada, no Rio de Janeiro, nos trazem as vozes do arquiteto (Niemeyer), do educador (Darcy), do historiador (Werneck Sodré) e do poeta (Drummond). Dois artistas e dois professores. O arquiteto ligado ao educador no generoso sonho interrompido de uma Brasília capaz de produzir uma nova sabedoria. Uma cidade que fosse capaz de ser habitada, como diz Niemeyer na epígrafe do livro de Darcy, por "homens felizes; homens que compreendam o valor das coisas simples e puras — um gesto, uma palavra de afeto e de solidariedade". O historiador comunicando com o poeta na amarga esperança de que as sementes autênticas são indestrutíveis. E também que, na verdade, "não são erros, erros que buscam acabar com erros", como diz Drummond. Vozes maduras e sofridas. Todas elas dirigidas contra a brutalidade e a cegueira, todas secretamente confiantes na possibilidade de um dia ser possível reabilitar as utopias degradadas.

FARAÓS E DOGES — Em "A Forma na Arquitetura", Niemeyer descreve, com o apuro e a leveza que lhe são próprios, o que entende por forma plástica na arquitetura. É uma demonstração límpida e segura de que a criação da verdadeira beleza não é ato gratuito mas uma afirmação de vontade, liberdade e invenção. Bastaria isso para transcender o estético. Para Oscar, a beleza é funcional, e ponto. Ele não rebate opiniões: desfaz mal-entendidos. E lembra as pirâmides do Egito: "Arquitetura-escultura, forma solta e dominadora sob os espaços infinitos". Ou os arabescos nas colunas do palácio dos doges — funcionais porque "criam com suas curvas o contraste esplêndido que estabelecem com a parede lisa e extensa que suportam". Formalista, diz ele, é uma arquitetura dita purista "com seus desumanos cubos de vidro pré-elaborados para dar mais lucro ao patrão". E o ataque contra a suntuosidade de suas formas puras e delgadas, soltas no espaço? Niemeyer se insurge veemente contra o populismo paternalista de um certo "despojamento". Oscar pouco brasileiro, só por que universal? Ouçam-no: " 'Oscar, você tem as montanhas do Rio dentro dos olhos', foi o que um dia ouvi de Le Corbusier". E também curvas, como as "das igrejas de Minas, das mulheres belas e sensuais que passam pela vida". Como aceitar então a Brasília do coronel Prates da Silveira? E aquele aeroporto feito contra sua vontade? "Lugar de arquiteto comunista é em Moscou", disse o ministro. E assim ergueu-se um aeroporto

enquadrado, "uma coisa obsoleta, provinciana, como um exemplo dos tempos em que vivíamos", escreve ele.

Em "A UnB: Invenção e Descaminho", Darcy Ribeiro oferece muito mais que um libelo contra a patética invasão da universidade que criou por tropas motorizadas. Em parágrafos ferozes e penetrantes, Darcy situa historicamente o projeto de uma nova universidade para a nova capital. Para ele, a produção do verdadeiro saber — a criação de uma universidade digna deste nome — exige uma lenta cumulação no plano acadêmico, um acervo construído passo a passo, enriquecido de geração a geração. Fidelidade aos padrões internacionais, certo, mas também, e sobretudo, busca de soluções para os problemas nacionais. Eis o perigo. Daí os sábios expurgados e evadidos, pesquisadores e artistas impedidos de ensinar; gente silenciada em prejuízo de um florescimento esmagado — "utopia vetada, ambição proibida", diz ele. "Em vez disso, ficamos com os brasilianistas, as idéias de George Kennan, os geopolíticos, a educação moral e cívica dos tecnocratas formados em Chicago", pesquisadores façanhudos "que simplesmente ampliam a rede científica dos países ricos com bases tropicais de apoio a seus programas de domínio, aplicação e apropriação de saber".

CENTRO DE RESISTÊNCIA — A denúncia prossegue em "A Verdade sobre o ISEB" de Nelson Werneck Sodré. Outra erva daninha, o ISEB. Atenção: embora explique quando, como e por que o ISEB foi criado, o objetivo de Sodré não é criticar ou analisar teoricamente a conveniência ou não de sua ideologia (nacionalismo na base de uma aliança das esquerdas com a célebre burguesia nacional). Mesmo admitindo as fragilidades e contradições do heterogêneo grupo de intelectuais que lá ensinavam, ele deixa bem claro que sua destruição sumária se deveu às suas virtualidades, não às suas inconsistências. Hoje é fácil criticá-lo. Na época, porém, diz Sodré, representou um centro de resistência dos que inspiravam as tentativas de golpe em 1954, em 1955 e que acabaram tomando o poder em 1964. Naqueles anos, assinala o historiador, o ISEB conspirava, paradoxalmente, para manter o regime, fora do governo; no governo, conspirava-se para destruí-lo. E assim foi feito.

E chega a vez do poeta, aparentemente distante mas, de fato, perto de tudo e de todos, já que nos ensina a usar antenas e a nos devolver uma língua que é nossa mas que ele aperfeiçoa. No belíssimo poema-parábola "O Marginal Clorindo Gato" — que tem a singeleza de um livro para crianças —, Drummond sugere, em quartetos de sete sílabas, que o crime ameaça menos o poder embrutecido que a possibilidade eterna de redenção da miséria pela miséria. Não se descreve um poema. Deve-se ler logo a saga desses lírios imorredouros plantados por mão nenhuma e brotados de um corpo todo estrelado de furos. O que importa é que a esperança está ali, latente, como uma brancura estranhamente ilesa. CLÁUDIO BOJUNGA

Tango sincopado

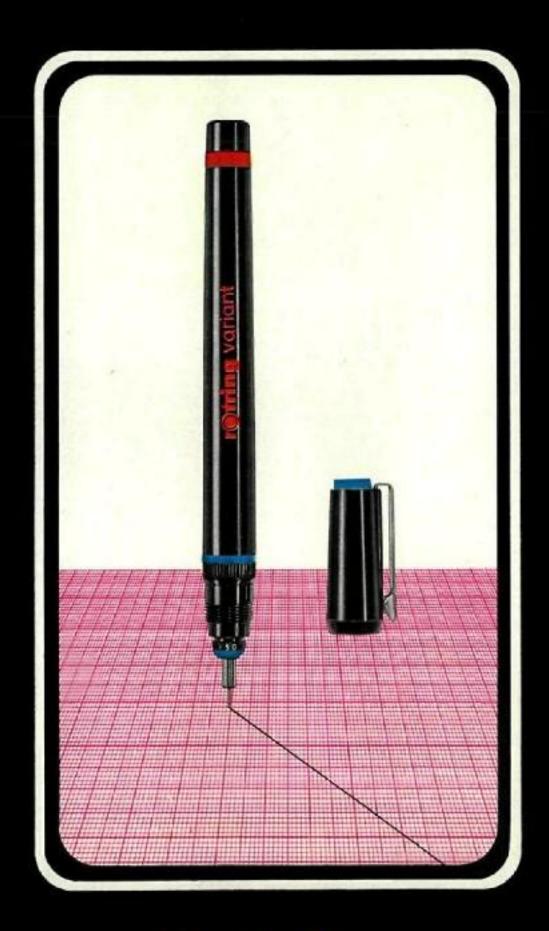
CRIMES DA PAIXÃO, *de Dalton Trevisan; Record; 118 páginas; 55 cruzeiros.*

"Era garçonete de bar. Ele me viu. Nunca mais deixou em paz." Desde a primeira linha do primeiro conto deste livro, o leitor é arrebatado pelo inconfundível ritmo de tango sincopado das histórias de Dalton Trevisan. Ao ranger das facas no coração, aos uivos dos débeis mentais, desfilam pelas ruas de Curitiba animais de estimação maltratados, velhinhos insensatos, aventuras de amor deprimente, estupros, ataques cardíacos, tiros na cara. Mocinhas destroem a inocência nas batidas de maracujá do bar do Luís, a madrugada rebrilha constelada pelos dentinhos de ouro das prostitutas do cabaré Caneco de Sangue, refulge a brilhantina em todo o seu esplendor. E como sempre toda essa sórdida cafajestada surge bruscamente engrandecida e transfigurada pelo talento de um contista sem par.

Trevisan: vigiando as ruas de Curitiba

Muito bem, dirão os pessimistas, então nem adianta comprar, porque é sempre a mesma coisa. Sim e não. Sim, porque os temas de Dalton, como o naufrágio da velhice, os desastres da solidão e do amor, continuam os mesmos. Suas personagens permanecem em Curitiba e — felizmente — nunca se aventuram pelo Rio de Janeiro ou pela Riviera francesa. Como ele próprio constata numa de suas histórias: "Atrás da cortina, vigiando a rua, o contista se repete; pobre Maria, pobre João que, em toda casa de Curitiba, se crucificam aos beijos na mesma cruz". É verdade, finalmente, que seu estilo feito de achados e de elipses — mais tarde entregue à sanha dos maus imitadores — já não desperta em seus antigos leitores aquele inesquecível impacto da primeira vez.

RENOVADOS VELHINHOS — Mas tudo isso é secundário. Basta um pequeno detalhe, como "os olhos verdes putais", para que a loirinha oxigenada, que já arruinava a vida do bom rapaz no conto "Fim de Noite", no livro "O Rei da Terra", se transforme da cabeça aos pés na desvairada "A Rainha do Caneco de Sangue", nestes "Crimes da Paixão". E, se os velhinhos teimam em perseguir as empregadas, brigam com as filhas, enlouquecem de ciúme e medo da paralisia ou da morte, a angústia da velhice aparece sempre nova: "Branca bengala de cego tropeçando em horas mortas".

De qualquer maneira, o mais importante nesse momento são os novos leitores que este livro deve conquistar para Dalton Trevisan. Com "Novelas Nada Exemplares", "Cemitério de Elefantes", "Morte na Praça", "O Vampiro de Curitiba", "Desastres do Amor", "A Guerra Conjugal", "O Rei da Terra", "O Pássaro de Cinco Asas", "A Faca no Coração", "Abismos ▶

de Rosas" e "A Trombeta do Anjo Vingador", este é o seu 12.º livro. Para todos os adolescentes que só agora começam a se interessar por livros, para todas as pessoas que detestam literatura em geral e só estão lendo esta resenha por engano ou porque já esgotaram todo o resto da revista, um novo lançamento de Dalton Trevisan representa sempre uma oportunidade estatística a mais de conhecer um grande escritor.

PEDRO CAVALCANTI

Guri e Pedro I

VIOLÊNCIA E REPRESSÃO, *de Percival de Souza, Marcos Faerman e Fernando Portela; Símbolo; 205 páginas; 95 cruzeiros.*

Mata-se, rouba-se, corrompe-se, reprime-se entre os homens desde as eras mais remotas — e o Velho Testamento, para citar apenas uma fonte insuspeita, está repleto de exemplos dos pecados e crueldades que a humanidade comete. Neste sentido, nada de novo nesse livro escrito por jornalistas. As histórias da vida real, apuradas por profissionais da informação, dificilmente versariam sobre conteúdo diferente quando se trata de uma seleta a propósito de violências e repressões. Espanta e preocupa, no entanto, a constatação de que tais fatos ocorrem aqui, agora, tendo como personagens mais sombrias justamente os encarregados da missão de garantir a tranqüilidade, a segurança e a paz. Os ladrões, os corruptos, os assassinos, os piores tipos tanto se encontram fora como dentro das grades, atrás e à frente das mesas de decisão.

CLÁUDIO EDINGER

Percival

Também nesse sentido, é certo, nada de novo. O brasileiro sabe, desde os mais antigos documentos já divulgados, que seu país, a exemplo de todos os outros, abriga perversidade de toda ordem, seja entre os fora-da-lei, seja entre os responsáveis pelo cumprimento da lei.

Qualquer bandido principiante, assim como qualquer tira, tem consciência dos limites extremamente sutis, às vezes imperceptíveis a olho nu, que separam um do outro. Espanta e preocupa, no entanto, a constatação de que o país atravessa um de seus períodos mais escuros. E a truculência abrangente, impune, não ocorre nos confins da Bahia de um século atrás, onde a rebeldia primitiva do Conselheiro de Canudos foi arrasada. É em São Paulo, no Rio de Janeiro, sob as atenções de milhões de habitantes das grandes cidades brasileiras, que se passam as cenas de violência e repressão. As formas variam, mas o cuidado pela impunidade é sempre um só.

PORÃO E SALÃO — Não se espere, aqui, o estilo requintado nem o rigor de método da reportagem escrita por Euclides da Cunha a propósito das campanhas de Canudos. Nenhum dos relatos se prende a episódio tão longo, nenhuma das personagens ostenta características tão ricas, como as dos beatos, jagunços e soldados de "Os Sertões" — e nenhum dos autores pretendeu deixar para a posteridade uma obra-prima. São reportagens curtas, sobre gente miúda, ou sobre acontecimentos que as áreas oficiais resolveram tratar com importância maior que a devida. Nem por isso, entretanto, o livro perde em seu significado de amostra do que acontece hoje na vida do brasileiro.

AGÊNCIA ESTADO

Faerman

A primeira reportagem, por exemplo, conta a vingança da polícia paulista contra o assaltante "Guri", que antes matara um investigador. Sem se preocupar em construir um monumento a um herói de periferia, a reportagem dá a ficha de Guri, um assaltante "pé-de-chinelo", especializado em roubar bêbedos pela madrugada — o que não deixa de constituir comportamento vergonhoso e ameaçador. Cercado por uma equipe de cinco investigadores — uma superioridade numérica perfeitamente compreensível e recomendável —, resistiu, abriu caminho a bala e no seu rastro deixou morto um pai de família. De "pé-de-chinelo", portanto, Guri se transformou em elemento perigoso. Seguindo-se na leitura da reportagem, uma pergunta inevitável: essa transformação justificaria que sessenta policiais saíssem em caçada ao bandido, para afinal executá-lo com 86 tiros? E outra pergunta: sendo este caso de 1970, por que ainda hoje permanece *sub judice*, à espera de uma resposta final à tese de "resistência e morte", alegada pelos policiais?

RUTH TOLEDO

Portela

"Resistência e Morte", aliás, é a tese que sustenta a maioria das defesas de policiais acusados de pertencer ao "esquadrão da morte". E as condenações, por mais convincentes que pareçam as evidências, são raríssimas. Fora do âmbito policial, um outro relato de "Violência e Repressão", já no final do livro, trata do velório dos restos mortais de dom Pedro I a bordo do navio "Funchal", viajando de Portugal para o Brasil para um dos grandes momentos do sesquicentenário da independência. Do porão, passa-se ao salão, mas a vigilância, o culto à autoridade, a presença do medo — nada disso chega a ser substancialmente diverso. A excelente qualidade do texto, a sensibilidade apurada do repórter, sem dúvida contribuem para uma leitura mais fácil, muitas vezes de finíssimo humor. Mas a repressão está lá. E isso espanta, e preocupa.

CARMO CHAGAS

Os mais vendidos

Ficção

1-**Cuca Fundida**, Woody Allen (1-10)
2-**Tia Júlia e o Escrevinhador**, Mario Vargas Llosa (3-12)
3-**O Chá das Duas**, Carlos Eduardo Novaes (4-17)
4-**Conversa na Catedral**, Mario Vargas Llosa (6-32)
5-**Negras Raízes**, Alex Haley (7-38)
6-**Sempre um Colegial**, John Le Carré (2-12)
7-**Terror e Êxtase**, José Carlos Oliveira (5-3)
8-**Um Brinde de Cianureto**, Agatha Christie (9-17)
9-**Ilusões**, Richard Bach (10-17)
10-**Contatos Imediatos do Terceiro Grau**, S.Spielberg (8-12)

Não-ficção

1-**A Ditadura dos Cartéis**, Kurt Mirow (1-20)
2-**Depoimento**, Carlos Lacerda (3-17)
3-**Os Militares no Poder, 2**, C. Castello Branco (2-5)
4-**As Veias Abertas da América Latina**, E.Galeano (4-30)
5-**Cuba de Fidel**, Ignacio de Loyola (5-2)
6-**Mutações**, Liv Ullmann (6-2)
7-**Chega de Arbítrio**, Paulo Brossard (7-12)
8-**A Ideologia da Segurança Nacional**, Pe.J.Comblin (9-9)
9-**Liberdade para os Brasileiros**, Roberto R. Martins (10-4)
10-**A Ilha**, Fernando Morais

Fonte: livrarias Brasiliense, Cultura, Siciliano Augusta, Siciliano D. José e Teixeira (SP); Entrelivros Leblon, Entrelivros Copacabana, Padrão e Freitas Bastos (RJ); Atalaia (MG); Lima (RS); Ghignone (PR); Casa do Livro (DF); Estante/Barra (BA); Editora do Nordeste (PE), Renascença (CE). Os números entre parênteses indicam: a) a colocação do livro na semana anterior; b) há quantas semanas consecutivas o livro aparece na lista. Obs.: esta lista não inclui os livros vendidos em banca.

Com a primavera, volta "Plantas e Flores."

É a sua grande chance de conhecer tudo sobre plantas e flores: semear, podar, multiplicar, transplantar, colher, combater pragas. Ou seja, divertir-se muito e, quem sabe, tornar-se expert em botânica.

"Plantas e Flores" são fascículos que formam a mais completa obra sobre o verde já editada nesta terrra.

A linguagem é simples e os fascículos trazem plantas raras, exóticas, maravilhosas, estranhas. Tudo em milhares de fotos belíssimas, coloridas.

Além da coleção, um jornal.

Em cada fascículo, você encontrará o "Jornal de Plantas e Flores", com seções de dicas, classificados e mil novidades sobre o assunto. Além de uma seção de "Cartas dos Leitores": você escreve fazendo sugestões, perguntas, comentários. Sua carta será respondida por alguns dos grandes especialistas no assunto.

"Plantas e Flores": uma ótima decoração.

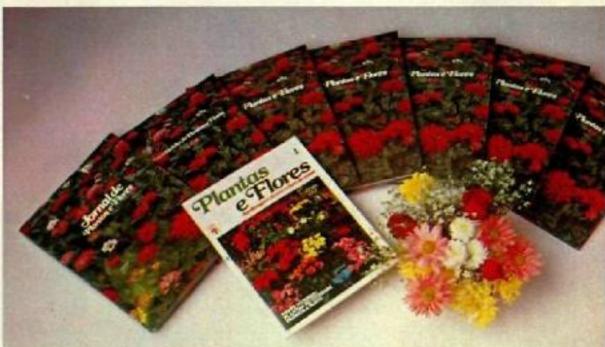
Para você, que gosta de decorar a casa, "Plantas e Flores" mostra plantas de todas as cores e tamanhos. Ensinando certinho como cultivá-las e conservá-las.

É maravilhoso decorar a casa com plantas que você mesmo criou.

"Plantas e Flores" também é um assunto de homem.

Com essa falta de área verde e essa vida agitada, cuidar das plantas está se tornando um hobbie de marmanjos, também.

"Plantas e Flores" não trata apenas de vasos e vasinhos. Você pode plantar árvores frondosas, frutíferas e leguminosas.

Que tal, no fim de semana, cuidar de seu próprio pomar?

Nas bancas, o nº 1. Apenas Cr$ 20,00.

Plantas e Flores

Em cada fascículo um jardim.

Originalíssima disputa

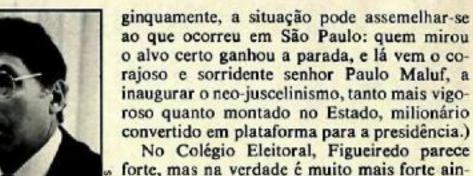
Estamos a menos de um mês da eleição presidencial, originalíssima disputa. Para conservar os votos de umas míseras centenas de eleitores privilegiados, ou para conquistá-los, os candidatos vêm pleiteando o quê? O apoio do povo. Comícios, entrevistas, banquetes televisados — afobada maratona em meio da qual só se consegue perceber como é profunda a diferença de estilo e escassa a diferença de idéias dos litigantes. Temo-los igualmente democratizantes. Privatistas, defensores da ordem, realistas, compreensivos com tudo o que foi feito até hoje e dispostos aparentemente a pintar o barco com outras cores e a mudar-lhe a velocidade, mas não o rumo.

ABRIL PRESS

Tem sentido que a luta seja assim. A perspectiva de passarmos os próximos seis anos, nada menos, sob mandato de origem discricionária mas na vigência das liberdades públicas recomenda buscar desde logo uma certa legitimidade para o mandatário. Poderá baixar para três anos esse mandato. Mas nesse caso, que correponderia à vitória do general Euler, a legitimidade viria automaticamente conquistada, pois está na essência das vitórias alcançadas por oposição.

É entretanto na campanha popular que se pode encontrar a brecha no brilhante trabalho de Estado-Maior em que se constituiu a construção da candidatura Figueiredo. Vitorioso na proeza de indicar seu sucessor sem prévia consulta às Forças Armadas, e portanto fazendo desse episódio a grande guinada no rumo da democracia, o presidente Geisel, talvez perturbado pela emergência da candidatura Euler, não resistiu à tentação de permitir que os mais graduados comandantes militares — e não apenas os ministros, o que já não seria pouco — passassem a manifestar pública solidariedade ao candidato oficial. Afinal de contas, a posição desafiadora do general Hugo Abreu e os gestos escoteiros do Coronel Tarcísio e do capitão Perenha — esses dois, por sinal, repetidamente punidos — não se apresentavam ao leigo como sinais bastantes da existência de grave divisão ou perplexidade militar. Mas a cadeia de discursos dos chefes, em socorro à posição do Palácio do Planalto, tinha de saída o inconveniente de provocar a clássica indagação: se os militares estão unidos, para que dizer isso todo dia?

UMA CONDIÇÃO — Nessa altura ocorreu um episódio crítico. O boletim reservado do Exército, distribuído apenas entre os comandos mas visando a gerar posição política uniforme na corporação, tomou partido na disputa ao incluir artigo de jornal em tom francamente hostil à candidatura Euler. A reação não foi boa e entramos nesta última semana sob o risco de pipocarem protestos nos quartéis contra o envolvimento mais profundo da instituição militar no embate sucessório.

Seja como for — e a menos que a massa do bolo azede —, a decisão acabará sendo mesmo onde menos se espera, e é onde a lei manda: no Colégio Eleitoral. (Longinquamente, a situação pode assemelhar-se ao que ocorreu em São Paulo: quem mirou o alvo certo ganhou a parada, e lá vem o corajoso e sorridente senhor Paulo Maluf, a inaugurar o neo-juscelinismo, tanto mais vigoroso quanto montado no Estado, milionário convertido em plataforma para a presidência.)

No Colégio Eleitoral, Figueiredo parece forte, mas na verdade é muito mais forte ainda. Desde logo, a parte que lhe cabe no minifúndio eleitoral, sobre ser muito maior que a do competidor, é fresca no compromisso. Compromissos traem-se, ainda mais na política, mas para cozinhar uma boa traição é preciso certo tempo. Fica difícil virar pelo avesso quase uma centena de votos de indivíduos escolhidos a dedo pela perspectiva que oferecem de se manterem fiéis à palavra empenhada. E não é nenhuma novidade a observação de que muito mais emedebistas poderão virar a casaca, em favor do poder estabelecido, que arenistas desafiarem o insondável, o que inclui, entre outros fatores, a capacidade de reação do presidente Geisel. Basta lembrar a *armata* chaguista, postada na colina, quietinha, à espera de investir mas ainda sem saber em que direção. O sábio dr. Chagas Freitas há de mandá-la votar no general Euler. Fica bem ao chefe, a demonstrar assim que a suposta divergência ideológica não basta para levá-lo a insurreição no partido. E ainda tem a vantagem de corresponder ao sentimento majoritário do Estado que lhe caberá governar. Mas com a condição de não pairar a menor ameaça contra a eleição do general Figueiredo. Porque o voto chaguista, se for fiel da balança e se o país continuar poupado de uma deterioração na situação militar, será depositado onde lhe bate o coração: o nome do general João Baptista Figueiredo, avalista de seu repeteco no Palácio Guanabara.

Imperfeita embora, é forçoso reconhecer que a operação Geisel-Golbery está a um passo da vitória. Apesar dos tropeços, o general Figueiredo sai da campanha com uma vantagem: viu o Brasil real de perto, sentiu-lhe o cheiro. Não mais o Brasil dos informes secretos, convenientes, parciais. Viu o todo, o palpável, falou com o homem comum, enfrentou com humor variado à constante agressão das entrevistas — com certeza aprendeu muito nesse encontro com uma gente mais ou menos incivilizada, indisciplinada, irreverente, não raro desdentada, mas firmemente reivindicante, e até aflita na reivindicação. À doce menina que, numa espontânea, perguntou-lhe se ele ajudaria os pobres, o general Figueredo responde, com um sorriso: "Aos ricos é que eu não vou ajudar". O cenário prejudica a frase. Ficaria mais convincente no largo da Carioca (saudades do brigadeiro), punhos cerrados, ira transformadora. Mas, de qualquer modo, é uma promessa — e a menina pode ter acreditado. EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

Evandro Carlos de Andrade é diretor de jornalismo de O Globo.

O importante é ter Charm!
CHARM
Qualidade Souza Cruz